

História Contemporânea

# Júlio de Matos e o Alienismo em Portugal

## Tânia Sofia Ferreira

**M**

2017



**Tânia Sofia Ferreira**

**Júlio de Matos e o Alienismo em Portugal**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea orientada  
pelo Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

novembro de 2017



# Júlio de Matos e o Alienismo em Portugal

Tânia Sofia Ferreira

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História Contemporânea orientada  
pelo Professor Doutor Jorge Fernandes Alves

## Membros do Júri

Professora Doutora Maria Conceição Meireles  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves  
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor Jorge Fernandes Alves  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 18 valores

## Sumário

Resumo.....	7
Abstract .....	7
Introdução .....	9
<b>Capítulo 1. A problemática da saúde mental.....</b>	<b>11</b>
1.1. Do Alienismo à Psiquiatria - Contributos para o Estado da Arte.....	11
1.2. Da <i>História da Loucura</i> de Michel Foucault à <i>História da Loucura</i> de Claude Quétel.....	13
<b>Capítulo 2. Saber – Conhecer.....</b>	<b>20</b>
2.1. Júlio de Matos - O tempo e o lugar.....	20
2.2. Principais linhas filosófico-políticas do pensamento matosiano.....	25
2.3. O doutrinador republicano.....	33
2.4. O alienista.....	39
2.5. O <i>Manual das Doenças Mentais</i> (1884) e <i>Elementos de Psiquiatria</i> (1911).....	48
<b>Capítulo 3. Examinar – Diagnosticar .....</b>	<b>51</b>
3.1. O exame da loucura e as suas causas.....	51
3.2. A teoria da degenerescência: o sucesso de uma ideia.....	60
3.3. A "Doença da Civilização".....	71
3.4. A religião como retrocesso civilizacional e como causa de alienação mental.....	82
3.5. Socialismo: ideal político ou alienação mental?.....	94
3.6. A "fraqueza de espírito": estado mental da sociedade portuguesa de oitocentos?.....	100

3.7. Megalomania: alienação dos que perderam a "consciência da sua posição social".....	107
3.8. A Educação.....	114
<b>Capítulo 4. Prevenir – Tratar .....</b>	<b>122</b>
4.1. A rejeição do tratamento moral em Júlio de Matos.....	124
4.2. O sistema asilar como meio terapêutico.....	135
4.3. Tratamento profilático da alienação mental.....	141
4.4. "Proteger e aliviar a maior das desventuras humanas".....	145
4.5. O decreto de 1911.....	148
<b>Capítulo 5. Antipsiquiatria em Portugal? .....</b>	<b>155</b>
5.1. O caso de Alberto da Cunha Dias: "Sobre um Decreto".....	159
5.2. O caso de Maria Adelaide da Cunha Dias: "Doida Não e Não!".....	163
Conclusão.....	164
Fontes e Bibliografia.....	169

## Resumo

Júlio de Matos (1856-1926) foi um alienista português na transição do séc. XIX para o séc. XX com um importante papel no campo da saúde mental em Portugal. Esta dissertação procura analisar e contextualizar, ao nível nacional e internacional, a obra deste autor em diversos domínios, desde o seu contributo na divulgação e implementação de doutrinas e práticas ligadas à patologia mental até ao seu contributo enquanto reformador da assistência psiquiátrica portuguesa.

Júlio de Matos foi diretor do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, no Porto, entre 1882 e 1911, e foi no contexto da sua prática clínica, pedagógica e assistencial que o autor escreveu duas importantes obras que viriam a introduzir a psiquiatria científica em Portugal: *Manual das Doenças Mentais* (1884) e *Elementos de Psiquiatria* (1911).

Além da sua prática clínica, Júlio de Matos foi também diretor da mais importante referência do pensamento positivista português, *Revista de Filosofia: O Positivismo*, que se publicou no Porto entre 1878 e 1882.

Palavras-chave: Júlio de Matos, alienismo, história da psiquiatria

## Abstract

Júlio de Matos was a portuguese alienist in the transition from 19th for the 20th century, with an important role in the field of mental health in Portugal.

This project seeks to analyze and contextualize this autor's work in different fields, at a national and international level, from his contribution in promotion and implementation of doctrines and practices in the field of mental pathology, to his action as a reformer of portuguese psychiatry assistance.

Júlio de Matos was director of the Conde de Ferreira Hospital, in Porto, where he remained since 1882 until 1911, and wrote, in the context of his pedagogical, clinic and assistance practice, two of many important works that revolutionized the scientific

psychiatry in Portugal: *Manual of mental illnesses* in 1884 and *Elements of Psychiatry* in 1911.

Besides being an alienist, Júlio de Matos was the director of the most important reference to the portuguese positivist thought : *Journal of Philosophy : The Positivism*, published in Porto between the years of 1878 and 1882. How much had Júlio de Matos works contributed to the implementation and development of psychiatry in Portugal ? What are his main philosophical and scientific guidelines and how are they shaped in his works ? These are the main questions that this project.

Keywords: Júlio de Matos, alienism, psychiatry history



## Introdução

A presente investigação centra-se na obra do alienista Júlio de Matos (1856-1926), procurando articular o trabalho científico do autor com o quadro científico da sua época e o contexto político-social da sociedade portuguesa na viragem secular.

A presente dissertação encontra-se estruturada de modo a que sejam perceptíveis aquelas que são para nós as etapas constitutivas do pensamento matosiano, salientando em primeiro lugar as diretrizes político-filosóficas, que desde cedo determinam o carácter da abordagem científica matosiana ao mundo envolvente.

Para isso, dividimos o nosso trabalho em cinco capítulos, que visam traçar o percurso intelectual do alienista, desde que assume a direção do principal órgão do pensamento positivista português em 1878, ainda estudante na Escola Médico-cirúrgica do Porto, até à consolidação plena da psiquiatria portuguesa nos inícios do séc. XX.

Começamos, naturalmente, por equacionar o estado da arte tendo em conta os autores referenciais no âmbito da história da loucura, do alienismo e da psiquiatria, procurando deslindar a problemática da saúde mental nas diversas perspetivas historiográficas, desde Michel Foucault até Claude Quétel, passando por outros autores. Do ponto de vista metodológico seguimos uma postura analítica sobre alguns dos textos essenciais da obra de Júlio de Matos, recorrendo à análise crítica e à contextualização histórica.

O capítulo, *Saber – Conhecer*, incide precisamente sob esta fase inicial de aquisição de conhecimento, no intuito de nos acercarmos das principais orientações filosóficas, científicas e políticas adotadas, e que estiveram na génese da construção do pensamento matosiano. É nesta etapa que detetamos a adoção de uma metodologia de pensamento, que irá orientar Júlio de Matos na abordagem às problemáticas do mundo envolvente. A partir daqui, julgamos ter conseguido elaborar um fio condutor perceptível ao longo de toda esta investigação.

Expostas as principais diretrizes do pensamento matosiano, o objetivo do capítulo seguinte, *O Exame da Loucura*, passa por compreender de que modo essas orientações influenciaram o alienista e o seu diagnóstico na abordagem crítica a algumas das problemáticas da sociedade portuguesa de oitocentos. Esta é a etapa em que entendemos demonstrar o processo de *psiquiatrização* levado a cabo por Júlio de Matos, na medida em que vários elementos da sociedade portuguesa começam a ser problematizados do

ponto de vista psiquiátrico, nomeadamente as crenças religiosas, a educação ou o ideário socialista, enquanto causas de alienação mental.

No capítulo, *Prevenir – Tratar*, evidencia-se o cruzamento do pensamento matosiano com o saber derivado da sua prática hospitalar com Júlio de Matos a procurar implementar políticas de prevenção e de tratamento da alienação mental. Neste sentido se dá particular relevo às suas propostas de elaboração legislativa que vierem a culminar com a publicação do decreto de 11 de maio de 1911, sobre a assistência aos alienados em Portugal, visando responder às necessidades sociais segundo as leituras do tempo neste domínio.

A prática psiquiátrica em Portugal na viragem do século, em que pontificava Júlio de Matos, não passava sem contestação. Sem fazermos uma análise exaustiva dos movimentos antipsiquiátricos, não quisemos deixar em falta essa perspetiva abordando alguns casos que ganharam visibilidade pública por colocarem em causa os diagnósticos de Júlio de Matos.

O presente texto parte da consciência de que a obra de Júlio de Matos é extensa, complexa e se alarga a vários domínios, pelo que nas circunstâncias inerentes a uma tese de mestrado teríamos de estabelecer limitações de análise, tocando apenas alguns vetores da sua obra que nos parecem eixos essenciais do pensamento matosiano, encarando a possibilidade de lhe dar desenvolvimento em novas oportunidades.

## Capítulo 1. A problemática da saúde mental

### 1.1. Do Alienismo à Psiquiatria – contributos para o Estado da Arte

*La folie est de tous les temps. La psychiatrie  
est un art (entendons une technique)  
assez récent<sup>1</sup>.*

*La psychiatrie est une machine, et  
une machine politique.<sup>2</sup>*

Segundo Marc Renneville, podemos entender o alienismo em dois sentidos. Numa perspetiva sociológica, “designa uma política de saúde mental específica, um modo de administração da loucura articulando um código teórico (a alienação mental), uma tecnologia de intervenção (o tratamento moral), um dispositivo institucional (o asilo), um corpo de profissionais (os médicos-chefe) e um estatuto de usuário (o alienado, assistido com a lei de 1838)”, em que o alienismo se inicia com a “conquista do monopólio do tratamento da loucura pelos médicos”, com início na viragem do séc. XVIII para o séc. XIX, declinando no séc. XX, quando o sistema asilar é posto em causa; e numa perspetiva que toma como centro a história da clínica, que “designa então o primeiro paradigma da psiquiatria moderna”, delimitado cronologicamente na orla do séc. XIX até à crise perceptível desde os anos de 1850.<sup>3</sup>

O nascimento do alienismo, enquanto exercício específico que visa o tratamento da alienação mental, dá-se no momento em que se opera uma importante renovação dos trabalhos científicos ligados a este domínio. Assiste-se a uma profunda renovação teórica, possibilitada por um cada vez maior conhecimento dos alienados e das suas afeções, mediante estudos empíricos que se faziam destes doentes em vários hospitais que nascem ou se convertem em locais específicos para o tratamento da alienação mental. Neste âmbito, distinguem-se W. Battie em Londres, na direção do novo hospital Saint-Luc, V. Chiarugi<sup>4</sup>, responsável pelo hospital Saint-Boniface, em Florença, J. Daquin no hospício

---

<sup>1</sup> LECOURT, 2004 : 925

<sup>2</sup> MURAT, 2011: 24

<sup>3</sup> LECOURT, 2004 : 26

<sup>4</sup> CHIARUGI, Vincenzo (Empoli, 1759 – Florença, 1820) : “Alienista italiano. Internista, especialista das doenças de pele, é o responsável por um departamento de alienados no hospital de Saint-Boniface em Veneza. Em 1793-1794, publica o seu *Tratado da loucura* no qual lança as bases de uma observação

de Chambéry, W. Tuke<sup>5</sup> fundando o *Retiro* ao lado de York, em 1792, e sobretudo P. Pinel<sup>6</sup> em Bicêtre, depois na Salpêtrière.

Sobre a natureza deste ramo da medicina, Laure Murat afirma haver, durante a Revolução Francesa, sobretudo sob o Terror, uma relação bastante evidente entre o nascimento da psiquiatria e a invenção da guilhotina, como sugere o duplo sentido da expressão “perdre la tête”.

Com “estandarte” da Revolução e emblema do Terror – neste período, só em Paris, caíam 5 cabeças por dia –, a guilhotina coloca-se ao lado dos ideais da Revolução, que pretendia levar a cabo uma rutura radical com o passado e instituir-se como promessa de um mundo novo e reformado. A guilhotina tratava-se de uma “máquina moderna” que assegurava uma “morte igualitária e democrática”, rompendo definitivamente com o sistema hierarquizado de penas do Antigo Regime, que preconizava diferentes tipos de morte consoante o crime e a classe social. Desde o início da sua concretização, como explica a autora, que a “medicina se inclina decididamente à cabeceira da guilhotina”, figurando mesmo como a “disciplina instrumental, organizadora e comentadora, que arbitra a vida e a morte”, ou não fosse ela inventada por Joseph-Ignace Guillotin, médico e deputado na Assembleia Constituinte, e mais precisamente por Antoine Louison,

---

científica da doença mental e enuncia os princípios tendentes a respeitar o alienado enquanto indivíduo, evitar o recurso à força e banir o uso de correntes. Chiarugi é o equivalente ao nosso Pinel francês que, curiosamente, nunca reconheceu os méritos do seu colega italiano.” THUILLIER, 1996: 481

<sup>5</sup> TUKE, William (York, 1732 – York, 1822) : “Em 1791, no asilo de alienados de York morre uma mulher vítima de maus tratamentos, é uma quaker. William Tuke decide instalar uma clínica especial sobre um terreno que comprou nas proximidades da vila. O dinheiro é fornecido pela seita dos quakers. Trinta doentes são hospitalizados nesta clínica apelidada *O Retiro*, que se tornará célebre no mundo inteiro. Os doentes são tratados segundo os princípios de Pinel, com benevolência, mas firmeza. Quando estão muito agitados prende-os. Todavia a diferença com os asilos clássicos é tal que a notoriedade deste centro faz-se essencialmente sobre a noção do «tratamento moral» que ali é aplicado.” THUILLIER, 1996: 773

<sup>6</sup> PINEL, Philippe (Jonquières, 1745 – Paris, 1826) : “Médico francês. É o fundador da psiquiatria francesa moderna. Antes de mais atraído pelo sacerdócio larga a sotaina pela medicina e torna-se médico em Toulouse em 1773. Depois de uma passagem em Montpellier, vai a Paris onde vive dando lições a estudantes e escrevendo na *Gazette de santé*. Fez interinidade na casa de saúde do doutor Belhomme; durante o Terror encontra-se médico no hospício de Bicêtre. É lá que conhecerá o vigilante Pussin e que humanizará o tratamento dos alienados servindo assim o famoso mito da libertação dos alienados das suas correntes. A partir de 1795 é nomeado médico chefe na Salpêtrière onde permanecerá até à sua morte. O seu oportunismo político fá-lo-á condecorado da Legião de Honra por Napoleão, nomeado médico consultor do imperador e condecorado com a ordem de Saint-Michel na Restauração, mas será mesmo revogado em 1822 e morrerá num estado quase demencial, na sequência de amolecimentos cerebrais sucessivos. Para Pinel o cérebro é o centro do espírito, e a alienação uma nevrose cerebral devida a causas psicológicas ou morais. A loucura é dividida em quatro grandes classes: a mania, a melancolia, a demência e o idiotismo. Quanto às terapêuticas para Pinel é o tratamento moral que se impõe: isolamento do alienado e o seu enclausuramento nas instituições onde é submetido a uma disciplina severa mas no entanto paternal. São os seus princípios que conduziram à lei de 30 de junho de 1838 em França.” THUILLIER, 1996: 671

igualmente médico e cirurgião reputado, secretário perpétuo da Academia de Cirurgia, o que valeu à guilhotina durante muito tempo o sobrenome de *Petite Louison* ou *Louissette*. Mas, em que termos se estabelece uma relação entre uma máquina de morte e o nascimento de uma disciplina que visa proporcionar cuidados médicos?

Na passagem do século XVIII para o século XIX, a morte pela guilhotina suscitou debates intensos e determinantes sobre a “avaliação moral, política e metafísica do indivíduo”, no seguimento de uma polémica, lançada pelo médico alemão Samuel Thomas von Sömmering, que consagrou a sua tese aos nervos cranianos, ao sugerir a possibilidade da sobrevivência da consciência após a decapitação. Na sua exposição, o médico alemão apoia-se essencialmente nas experiências de Galvani e nos diversos testemunhos “a propósito de cabeças que rangiam os dentes depois de serem separadas do corpo”.<sup>7</sup> É neste contexto, diz a autora, que nasce a medicalização da loucura, ou seja, a invenção da psiquiatria, quando a medicina lança os principais termos do debate: “o que é um suplício? O que merece o condenado? A morte deve ser indolor? A consciência sobrevive ao corpo? O que é o «eu» dividido?”.<sup>8</sup>

Como realça Laure Murat, por mais diferente que nos possa parecer a tomada dos loucos e a elaboração de uma disciplina de cuidados médicos com a decapitação e a fabricação de uma máquina de morte “a psiquiatria e a guilhotina unem-se na relação da cabeça e do corpo, da sua ligação ou do seu divórcio, da integridade do eu e da consciência”. As duas são concebidas pelo corpo médico e ambas respondem ao mesmo projeto político que visava reformar e purificar a sociedade.<sup>9</sup>

## **1.2. Da *História da Loucura* de Michel Foucault à *História da Loucura* de Claude Quétel**

A *História da Loucura na Idade Clássica*, de Michel Foucault, publicada em 1961, constitui uma referência incontornável no estudo desta temática. Não obstante a notoriedade desta obra, cuja análise parece polarizar todo o debate histórico em torno deste assunto, autores como Gladys Swain, Marcel Gauchet, Claude Quétel, entre outros, pretendem narrar uma outra *história da loucura*.

---

<sup>7</sup> MURAT, 2011 : 58

<sup>8</sup> MURAT, 2011 : 60

<sup>9</sup> MURAT, 2011 : 63

Foucault considera a psiquiatria contemporânea não como resultado de uma revolução científica mas como um “instrumento de controlo social, um aparelho de Estado ao serviço da ordem burguesa cujas regras de funcionamento revelariam em última instância forças exteriores ao campo médico”.<sup>10</sup>

A *História da Loucura* de Michel Foucault<sup>11</sup> toma como premissa principal a exclusão da loucura, depois da Idade Média, através de um aprisionamento progressivo pela razão. Esta “conquista”, da loucura pela razão, ter-se-ia operado no seio da evolução das estruturas de enclausuramento. Michel Foucault, ao traçar o percurso da desrazão, desde o século XV até ao século XIX, naquilo que paralelamente, é também uma reflexão sobre o percurso da própria razão no mundo ocidental, pretende destapar o momento em que se opera esta rutura.

Para Foucault, a Renascença teria sido o único período da história da civilização ocidental em que a razão conviveu de forma saudável com a loucura. A iconografia, a literatura e o teatro, revelavam vestígios que demonstram o carácter metafórico que revestia o louco e a sua loucura. Neste período é a “loucura moral”, a loucura que atinge o mundo, que é representada na iconografia, e que perdura até às últimas décadas do séc. XVIII. O bobo, que tinha como função entreter o rei e a sua corte, torna-se no tema iconográfico por excelência da “desrazão do mundo”, um “espelho grotesco da existência humana”. Numa gravura de Pieter Bruegel, *Uma algazarra de bobos*, não obstante a presença de uma coruja, símbolo de sabedoria no mundo antigo, a multidão de bobos, que dança freneticamente ao som de uma orquestra, tem como objetivo simbolizar a loucura do mundo.

Em 1494, Sébastien Brant publica *Das Narrenschiff* (*A Nau dos Loucos*), obra de moral cristã que tinha como função catalogar de forma satírica “os vícios dos seus contemporâneos alegoricamente embarcados num barco embriagado”, sátira que é também transportada para a pintura, com a obra de Jerónimo Bosh, *La Nef des fous*. Em 1586, surge em Viena o *L'hospitale de' Pazzi incurabili*, em que a nau é substituída por um hospital alegórico, espécie de jardim zoológico representativo de todas as espécies de loucura dos homens.

---

<sup>10</sup> LECOURT, 2004 : 27

<sup>11</sup> No prefácio à primeira edição da obra, Foucault informa que o seu objetivo não foi o de fazer uma história da psiquiatria, mas sim a história do modo como a loucura foi percebida em determinadas fases da história ocidental. Foucault procura assim as condições históricas que permitiram a aceitação de determinados discursos sobre a loucura como verdadeiros.

A *Nau dos Loucos* é uma imagem comum na renascença de um barco que transportava os loucos expulsos de uma cidade e os entregava ao destino incerto das águas. Para Foucault o ato de entregar o louco ao mar não visava apenas o objetivo de assegurar a segurança dos cidadãos, como possuía uma carga simbólica muito forte que o autor associa à “experiência renascentista da loucura”. A importância desse simbolismo fica clara nas seguintes palavras de Foucault:

...confiar o louco aos marinheiros é assegurar-se que ele não fica vagueando indefinidamente entre os muros da cidade, é ter a certeza de que ele irá para longe; é torná-lo prisioneiro da sua própria partida. Mas a isso a água acrescenta a massa obscura dos seus próprios valores: ela afasta, mas faz mais do que isso: purifica.<sup>12</sup>

Também as farsas populares, muito comuns na época, dariam expressão à loucura, que sempre em tom de comédia, vinha abalar a ordem do homem mais racional. Na linguagem do parvo o louco tinha uma voz, era-lhe reconhecida uma função na sociedade. O bobo teria como tarefa essencial dizer determinadas verdades que não podiam ser reveladas por aqueles que tinham o estatuto de “pessoas normais”. Era marginal em relação aos valores sociais da família e do trabalho, contudo era-lhe permitido participar na sociedade através do discurso. O bufão era acolhido como aquele que conseguia dizer as verdades mais escondidas, desmascarar as mentiras e até predizer o futuro.

Nas palavras de Sílvia Vilarinho da Cunha<sup>13</sup>, ao longo da sua obra Foucault mostra descontentamento por uma civilização que “silenciou a loucura a fim de assegurar a hegemonia da razão”.<sup>14</sup> O autor apresenta críticas a Descartes, apontado como o símbolo do racionalismo, e dirige elogios a Nietzsche, Van Gogh ou Artaud, o que deixa perceber no autor uma preocupação com a “excessiva presunção de uma razão que não conseguiu

---

<sup>12</sup> CUNHA, 2002: 72

<sup>13</sup> Nesta tese a autora selecionou, da vasta obra filosófica de Michel Foucault, a *Histoire de la folie à l'âge classique* e *L'Archéologie du savoir*, onde procura relacioná-las a partir de dois pontos fundamentais: “a desconstrução foucaultiana do paradigma moderno de razão e a arqueologia enquanto método de leitura da história do saber que ilegítima qualquer *racionalismo transcendental*”. Segundo a mesma autora, apesar das temáticas destas duas obras serem diferentes, elas complementam-se naquilo que a autora observa ser a “profunda desconfiança de Foucault em relação às pretensões ilusórias de uma razão que insiste na procura vã e perigosa da autonomia total”. Ao aplicar o método da *arqueologia* ao saber que a civilização ocidental construiu da loucura, “o filósofo descobre as várias estratégias usadas pela razão ocidental para se constituir como instância soberana, uma razão unívoca que excluiu como loucura uma parte do Homem que não soube compreender”. CUNHA, 2012: 7-8

<sup>14</sup> CUNHA, 2012: 7

conviver com um dos lados mais trágicos da existência humana, exilando-a na ilha esquecida da *desrazão*".<sup>15</sup>

Até ao séc. XVIII o Antigo Regime previa, face a um indivíduo em *desrazão*, o seu resguardo no seio familiar ou então a sequestração por ordem judicial (*lettres de cachet*) em locais, como o Hospital Geral, onde, segundo Foucault, se misturavam loucos, criminosos, pobres, inválidos e toda a espécie de doentes. O Hospital Geral, fundado em 1656 por Luís XIV, marca para o autor o início do "Grande Encarceramento", momento histórico que exila definitivamente a loucura dentro dos seus muros, numa "incestuosa colaboração da caridade com a repressão".<sup>16</sup> Para Foucault, o Hospital Geral é tal como os seus homólogos europeus, uma instituição que tem por objetivo reprimir a ociosidade, e a sua criação era o reflexo do "momento em que a loucura é apercebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de se integrar no grupo".<sup>17</sup> O Hospital Geral seria assim uma instância de ordem, ordem monárquica e burguesa, que refletiria uma nova reação face à miséria. A construção destes hospitais gerais por toda a França seria também a resposta institucional aos problemas dos desvios sociais nos séculos XVII e XVIII. O asilo do séc. XIX é assim percecionado como o herdeiro institucional destes hospitais gerais.

No entanto, com a queda do Antigo Regime e o nascimento de uma sociedade contratual, a questão da loucura começa a ser gerida e equacionada de outra maneira, como a ausência de liberdade. No entanto, se muitas vezes o louco suscitava piedade, e que devido à sua alienação, não teria consciência da gravidade dos seus actos, também suscitava medo. Neste âmbito, "Como podia ser neutralizado [o louco] sem que o Estado fosse suspeito de restabelecer em seu proveito a velha mecânica do internamento arbitrário"?<sup>18</sup> Face a esta irresolução teria nascido o alienismo, enquanto ciência que se assume como a única instância capaz de diagnosticar e tratar a loucura, reduzindo desta forma a *desrazão* a uma doença e atribuindo ao alienado um estatuto jurídico tutelar.

Neste âmbito, a *História da Loucura* de Michel Foucault, mas também outras obras do mesmo autor, como *O Poder Psiquiátrico* ou *Doença Mental e Psicologia*, dirigem uma crítica acérrima à psiquiatria e ao titular deste saber, o psiquiatra. O filósofo perceciona o médico enquanto titular de um saber que visa mais a dominação do louco

---

<sup>15</sup> CUNHA, 2012: 7-8

<sup>16</sup> MURAT, 2011 : 31

<sup>17</sup> QUÉTEL, 2014: 88

<sup>18</sup> LECOURT, 2004 : 27



do que a compreensão da loucura: “Se a personagem do médico pode delimitar a loucura, não é porque a conhece, mas sim porque a domina.”

Foucault observa que a psiquiatria nascente do séc. XIX insere-se num contexto filosófico-científico dominado pelo positivismo de Augusto Comte, acabando por “adotar o mesmo método explicativo das ciências naturais, esquecendo-se de que a especificidade do seu objeto exigia mais a compreensão do que a explicação”.<sup>19</sup>

No entender do filósofo, Pinel e Tuke não agiram em nome de uma ciência imparcial mas, bem pelo contrário, “em nome de um poder que lhes seria conferido pela sua razão ou normalidade.”<sup>20</sup> No entender de Michel Foucault a intervenção do psiquiatra não teria sido legitimada pela descoberta ou pelo aperfeiçoamento do saber médico em relação a este domínio da medicina, mas essencialmente “por uma sociedade que lhe conferiu o poder de ser o guardião da normalidade”. Neste âmbito, a psiquiatria não operaria sobre uma “loucura normal”, mas antes sobre uma loucura criada por uma sociedade que estabelecia uma separação artificial entre o comportamento normal e o comportamento desviante.<sup>21</sup>

Uma das características essenciais da *sociedade disciplinar* que, segundo Foucault, acolheu a psiquiatria, era pois a valorização da *Norma*; o “poder disciplinar” é, essencialmente o “poder da norma”, trabalhando na construção de um tecido social estandardizado e homogéneo, cuja harmonia não fosse afetada por nenhum desvio.

Neste âmbito, numa “sociedade construída em torno do *Normal*, todos os desvios deviam ser rigorosamente identificados, classificados e hierarquizados. Para que o «poder disciplinar» pudesse realmente assegurar a homogeneidade social, devia primeiro isolar a diferença. Todos os indivíduos “anormais” deviam ser identificados de modo a que se pudesse garantir sobre eles uma vigilância mais rigorosa”.<sup>22</sup>

A publicação em 2009 da *História da Loucura* de Claude Quétel, condensa as diferentes perspetivas historiográficas que têm marcado os estudos nesta área, numa posição de incompatibilidade com as teses de Michel Foucault.

---

<sup>19</sup> CUNHA, 2002: 100

<sup>20</sup> Segundo a análise de Sílvia Vilarinho da Cunha à obra foucaultiana, “Pinel transformou Bicêtre num local onde a cura dos loucos passava necessariamente pela sua reforma moral. A medicina encontrava na ética um forte aliado para garantir o sucesso de qualquer terapia. (...) Pinel utilizou-o [o asilo] como um instrumento ao serviço da moral burguesa. Todos os desvios ao padrão burguês de moralidade, tais como o celibato, a devassidão ou a preguiça, deviam ser reprimidos de forma a evitar a loucura”. CUNHA, 2002: 110

<sup>21</sup> CUNHA, 2002 : 116

<sup>22</sup> CUNHA, 2002: 116

Desde logo, um objetivo antagónico é enunciado por Claude Quétel na sua *História da Loucura*: o de fazer a história da loucura, mas da loucura-doença, e perscrutar as respostas morais, filosóficas, teóricas e terapêuticas que lhe foram dirigidas ao longo dos tempos pelas sociedades ocidentais. Este autor afirma que, de certa maneira, Foucault nega a história, ao ignorar deliberadamente a Antiguidade, enquanto a loucura, no sentido médico, e a desrazão, no sentido filosófico e moral, foram claramente distinguidos: os problemas mentais figuram no corpus hipocrático, frenesim, epilepsia, mania, melancolia, hidrofobia, “sufocação da matriz”, e a reflexão de Gregos e Latinos revela-se particularmente fecunda, estabelecendo uma rica elaboração de terapêuticas de banho, evacuações, viagens, música, teatro...

O quadro conceptual e interpretativo de investigadores como Claude Quétel, difere completamente do proposto por Foucault<sup>23</sup>. Impondo limites às análises do filósofo, Claude Quétel faz notar que o autor escreve a sua *História da Loucura* no contexto de uma vaga antipsiquiátrica sem precedentes que sacudiu o Ocidente nos anos 60. Isto explica, no entender do autor, a visão sombria do séc. XIX, onde o tratamento da loucura não seria mais do que a punição subordinada a um poderoso poder, o poder psiquiátrico. Daí, portanto, uma visão excessivamente ideológica da questão. O historiador deve, antes de mais, colocar questões de historiador, tais como:

E se os poderes tivessem constantemente procurado iludir o problema do encerramento dos loucos, mais do que conspirar para a sua reclusão? E se os loucos, não os não-sábios e os pecadores diante do Eterno, mas os loucos patológicos e reconhecidos como tal, também tivessem existido desde sempre, tão antigos como a própria humanidade? E se, desde sempre, se tivesse procurado, primeiro e essencialmente, curar os loucos? Isso equivale a perguntar-se, desde quando e sob que forma a loucura-doença foi distinguida da loucura, antítese da razão e da sabedoria.”<sup>24</sup>

Uma das principais críticas prende-se desde logo com a não diferenciação que Michel Foucault faz entre loucura, no sentido patológico e a loucura, no sentido filosófico e moral. Para o autor, este monismo só existe em Foucault, já que se demonstra que desde a Antiguidade os dois sentidos do conceito foram claramente definidos e separados.

---

<sup>23</sup> São de particular interesse os capítulos *O Evangelho Segundo Foucault* e *Breve Regresso a Foucault*, em que o autor elabora um trabalho crítico de desmontagem de algumas das linhas mais importantes do trabalho de Foucault. QUÉTEL, 2014: 85-92; 213-219

<sup>24</sup> QUÉTEL, 2014 : 14

Foucault refere que nos muros do internamento encontramos “Aqueles mesmos que, não sem hesitação, nem perigo, distribuímos pelas prisões, as casas de correção, os hospitais psiquiátricos, ou os consultórios de psicanalistas.” Contrariamente, na análise de Claude Quétel, não haveria no espírito do enclausuramento diferença alguma, mas “a mesma desonra abstrata” entre: “debochado, imbecil, perdulário, doente, espírito transtornado, libertino, filho ingrato, pai dissipador, prostituta, insano”. O historiador francês contesta esta ideia e revela nesta obra que esta amálgama entre os “associais” e os insanos nunca existiu.

Ao contrário da postura de Foucault, Claude Quétel afirma que aquilo que se encontra nesta longa história da loucura é uma “ausência de política que impressiona”, e não qualquer política de poder e repressão. Segundo o autor, “Empirismo, pragmatismo, falta de meios, indiferença, parecem ter sido sempre as palavras-chave.”<sup>25</sup>

Um dos pontos mais acesos da controvérsia prende-se com a função que assume o asilo nascente no séc. XIX. Enquanto para Foucault se trata da estrutura mais bem conseguida para excluir e punir a loucura, historiadores como Gladys Swain e Marcel Gauchet notam que o objetivo dessa exclusão não era o de amputar a ligação entre o louco e a sociedade, é antes pelo contrário, excluir o indivíduo para preparar a sua reintegração na sociedade. O asilo teria assim um objetivo terapêutico definido: tornar o louco autónomo de modo a que participasse ativamente na sociedade. É neste âmbito que se entende o asilo como “um instrumento de cura”, nas palavras de Esquirol. Para estes autores, se Foucault ignora este facto, é porque não tomou em linha de conta o grande acontecimento que tornou o próprio asilo possível: a revolução democrática de finais do séc. XVIII. Da mesma maneira que a “Revolução queria mudar o homem; o asilo muda o louco”, participando assim num amplo esforço por criar uma sociedade mais humana e mais justa, empenhado em integrar e não excluir os seus elementos mais fragilizados.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> QUÉTEL, 2014: 15

<sup>26</sup> Nas palavras de Claude Quétel, o alienado “vai deixar uma sociedade patogénica para integrar uma sociedade modelo, sensata, ordenada, capaz de apagar a loucura. A Revolução queria mudar o homem; o asilo muda o louco.” É neste âmbito que, segundo a análise de Marcel Gauche e Gladys Swain, o asilo é percecionado como um “laboratório político”. Robert Owen, por exemplo, político inglês, resume essa dialética: “Governar e tratar a sociedade (doente das suas leis irracionais) da mesma maneira que os médicos tratam e governam os alienados (nos asilos mais bem organizados)”. QUÉTEL, 2014: 237

## Capítulo 2. Saber – Conhecer

### 2.1. Júlio de Matos – O tempo e o lugar

A obra matosina tem sido objeto de estudos mais ou menos recentes. Os *Anais Portugueses de Psiquiatria*, em 1956, publicaram um volume especial com uma série de artigos dedicados ao trabalho filosófico e científico de Júlio de Matos, pronunciados na sessão solene comemorativa do centenário do nascimento do alienista em 1956 e numa sessão de homenagem realizada na Sociedade Portuguesa de Neurologia e Psiquiatria no mesmo ano.<sup>27</sup>

Ainda em 1957, Barahona Fernandes publicou o artigo, *Júlio de Matos – alienista filósofo*, onde coloca em evidência, a conjugação na obra científica de Júlio de Matos de dois domínios que lhe são inseparáveis: positivismo e alienismo. Mais recentemente, Ana Leonor Pereira, que mais tem trabalhado este domínio das ciências humanas em Portugal, analisou em 1983, no artigo *Júlio de Matos: a ciência e a política*, a reciprocidade entre a filosofia positiva e o alienismo. Esta autora pôs em evidência que o meio hospitalar será para Júlio de Matos, “a materialização exata do mito cientista do laboratório sociológico”, onde o “alienista-filósofo” tinha como missão tratar os doentes que ali se encontram, “mas também para examinar no lugar, julgado exato, isto é, laboratorialmente, a crise espiritual da sociedade”.<sup>28</sup> Assim, através da experiência que lhe proporcionava a prática hospitalar, “Júlio de Matos vai denunciar sem reservas, os fantasmas e os vícios da sociedade portuguesa que aquela «fábrica» tinha o poder de ampliar até ao limite da verdade”, e por isso, a “preocupação científico-clínica de Júlio de Matos estava sobredeterminada por uma intenção ideológica”. Neste âmbito, segundo a autora, “tal como a atividade clínica se compunha de três momentos inseparáveis (a observação, o diagnóstico e o tratamento), assim também a função política que o sábio se sentia no dever e no direito de cumprir só ficava totalmente preenchida se ao diagnóstico se seguisse um programa de correção do evoluir do corpo social português”.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> CASTRO, J. G. (1956) *No centenário de Júlio de Matos*; FERNANDES, Barahona – *O professor Júlio de Matos e a Psiquiatria Portuguesa*, p. 2-37 ; SOEIRO, Luís Navarro – *Júlio de Matos: sua personalidade e alguns aspetos da sua obra*, p. 39-45; DINIS, J. Seabra – *O Positivismo na vida e na obra de Júlio de Matos*, p. 47-65. Todos estes artigos foram publicados num volume especial dos *Anais Portugueses de Psiquiatria* (vol. VIII, nº8, 1956)

<sup>28</sup> PEREIRA, 1983: 49

<sup>29</sup> PEREIRA, 1983: 51

Em 1997, no âmbito de uma dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a mesma autora submeteu a obra matosiana à sua análise sobre as formas de apropriação das teorias da história e da sociedade inscritas na lógica evolucionista darwiniana em *Darwin em Portugal (1865-1914): Filosofia. História. Engenharia Social*.

Júlio de Matos nasceu no Porto a 26 de janeiro de 1856. Filho de Joaquim Marcelino de Matos, jurisconsulto e publicista<sup>30</sup>, falecido quando este tinha 9 anos, e de Rita Júlia Xavier de Matos. Desde a morte do pai que a sua educação foi entregue aos cuidados do tio João Xavier de Oliveira Barros, professor da Escola Médico-cirúrgica do Porto.

O Porto de meados do séc. XIX é uma cidade de grande dinamismo graças aos progressos materiais, como os investimentos em novas infraestruturas (Palácio da Bolsa, pontes sobre o Douro), e igualmente progressos de ordem intelectual, com uma nova mentalidade que se desenhava, promovida pelo associativismo que agregava e apoiava os interesses económicos e sociais da elite portuense.

O fecundo desenvolvimento da imprensa diária, cada vez mais diversificada e especializada, promovia e divulgava novos conhecimentos, como o positivismo e o cientismo, que aos poucos impregnavam os meios académicos e intelectuais do Porto.

Todas estas iniciativas, promovidas e patrocinadas pela elite económica, política e social portuense de oitocentos, formam “um conjunto coerente”, “unificado por valores teóricos e doutrinários comuns”. Como homens de letras, e principalmente, como homens de “novas ciências”, de novos conhecimentos, estes intelectuais são motivados por um espírito de reforma político-social, de regeneração do corpo social português, e assim, “propõe-se qualificar a consciência moral e económica procedendo à caracterização e relacionamento dos atributos e recursos físicos, sociais e espirituais da Nação”<sup>31</sup>. A

---

<sup>30</sup> Joaquim Marcelino de Matos foi fundador e redator de *O Direito. Revista de Legislação e Jurisprudência* (1851), cujos objetivos respondiam à “muita fé e muita crença na verdade e na justiça, únicos ídolos a que havemos de sacrificar”, tinha, entre outras matérias, “I. Parte oficial copiada do Diário do Governo, ou na sua íntegra, ou por extrato; IV. Juízo crítico, severo mas imparcial e consciencioso de todas sentenças e acórdãos que parecem menos conformes com a justiça; V. Exposição analítica dos pontos mais delicados e controvertidos do direito civil, criminal, administrativo e comercial; VIII. Alegações mais curiosas por sua matéria, deduzidas nos autos cíveis; XI. Bibliografia jurídica, ou anúncio de todas as obras de jurisprudência e ciências acessórias que se forem publicando dentro do reino ou fora dele; seguido do competente juízo crítico; XII. Estatísticas judiciais ou outras, cuja publicação possa interessar mediata ou imediatamente a juizes, advogados, deputados etc.”; Joaquim Marcelino de Matos foi ainda colaborador em prosa e em poesia no jornal *O Eco Popular*.

<sup>31</sup> SILVA, 1997: 54

variedade de disciplinas a estudar, desde a história, economia, etnografia, arqueologia, até às mais variadas ciências naturais, responderia igualmente a um propósito, em voga na época, de “determinação do tipo rácio ou étnico” da sociedade portuguesa.

Neste âmbito, Júlio de Matos, assim como outros intelectuais da época, convencidos do seu papel social serviram-se, entre outros meios, da imprensa especializada da época, cada vez mais profícua, não só para divulgar as ideias científicas em voga como também para proceder a um levantamento daqueles que seriam os principais obstáculos à regeneração da sociedade portuguesa e, conseqüentemente, os meios de os eliminar.

Exemplo disso é a criação, em 1887, da *Sociedade Carlos Ribeiro*, sob a iniciativa de Rocha Peixoto, Ricardo Severo, Fonseca Cardoso, João Barreira e Xavier Pinheiro, que teve como presidente Júlio de Matos e como vice-presidente Basílio Teles. Entre 1889 e 1898, a *Sociedade Carlos Ribeiro* vai publicar a *Revista de Ciências Naturais e Sociais*, que, segundo Augusto Santos Silva, pretendia reatar a orientação multidisciplinar da *Revista Científica*, de 1882, que contava com a colaboração de nomes como Ricardo Jorge, e que reunia estudos nas mais variadas áreas do conhecimento humano. Segundo este autor, o texto de apresentação da *Revista de Ciências Naturais e Sociais* (1890-1898), redigido por Basílio Teles em 1890, é o exemplo dos muitos textos da época que expressam claramente as motivações da elite portuense.<sup>32</sup>

Segundo os estatutos, a sociedade tinha como principal objetivo, “o estudo das ciências naturais e sociais, elucidando sobretudo as questões que possam interessar o espírito do país”. Neste âmbito, a *Sociedade* propunha, para a concretização destes objetivos, iniciativas como conferências, publicações periódicas, exposições e organização de museus. Os estatutos designam que a *Sociedade* dividia-se nas seguintes secções: a primeira de Geologia e Paleontologia, a segunda de Zoologia e de Botânica, a terceira de Antropologia e Paleontologia, a quarta de Etnologia.<sup>33</sup>

Basílio Teles nota a inexistência de uma “ciência nacional”, devido à falta de um pensamento científico devidamente estruturado, o que fazia com que Portugal, ao contrário de outros países europeus, não tivesse “um departamento mental seu, como uma propriedade intelectual”. Consequência, não tanto de “distintos trabalhadores”, mas da “falta de um público escolhido, acostumado a empregar os seus ócios em leituras de mero

---

<sup>32</sup> SILVA, 1997: 51-69

<sup>33</sup> Estatutos da Sociedade Carlos Ribeiro (Propaganda das ciências naturais e sociais em Portugal), Porto: 1888, Biblioteca Pública Municipal do Porto

interesse especulativo”. Não obstante o desinteresse da sociedade sobre os estudos científicos e o desvio da “inteligência pública”, para leituras pouco instrutivas e de pouco ou nenhum interesse para a progressão do país, Basílio Teles sustentava a ideia de que, pelo menos, “era forçoso tentar” cativar os espíritos para o estudo de matérias mais produtivas.

Chamar a atenção do público português para as “complexas questões das ciências naturais” e sociais era, no entender do autor, “uma necessidade real nas condições especialíssimas da sociedade portuguesa”. Nas suas palavras:

Alimentada quase exclusivamente por uma literatura decadente, ou apenas despertada do seu torpor pelas audácias de umas jovens escolas de estética moderníssima, de todo o ponto estranhas aos seus hábitos, ela como que sente vagamente o tumultuar de um mundo novo a que, por carência quase absoluta de noções intelectivas, não sabe achar um sentido. Desde a Renascença pode dizer-se que está nisto abraçada, como ficou, a um catolicismo hirto, estreito, intolerante, sem renovar o cérebro fatigado por esforços de heroísmo, sem coragem ou sem força para seguir o impulso dado por Pombal, ou acompanhar no seu lógico desenvolvimento a remodelação iniciada pelos românticos de 20.

Uma sociedade apática, portanto, com “carência quase absoluta de noções intelectuais”, e por isso, desprovida de um sólido espírito crítico que lhe permitisse apreciar convenientemente a importância de uns assuntos face a outros de menor valor. Uma sociedade prejudicada nas suas potencialidades intelectuais pela dominação de um catolicismo intransigente, e que por isso não soube aproveitar as reformas iniciadas por Pombal e pelo liberalismo.

Ora, segundo Basílio Teles, perante uma “sociedade assim estiolada” não “é em verso que se fala”, “que se cura”. Não era com “*impressionismos*, nem *simbolismos*, nem outras formas extravagantes de nevrose de alguns e do pedantismo de quase todos”, nem tão pouco com “o ceticismo de *boulevard*, importados com os últimos figurinos de Paris, ou pessimismos de escola transplantados, com os últimos livros indigestos, da caserna d’além Reno”, que se levava a cabo uma crítica construtiva e objetiva do estado espiritual da sociedade portuguesa. Neste âmbito, para tornar a opinião pública mais recetiva aos novos ideais, era necessário combater vigorosamente os fatores que a impediam de acolher novos pontos de vista, nomeadamente a religião:

Ceticismo e pessimismo só têm direito de professá-los os povos que têm vivido e os povos que têm pensado, e Portugal há três séculos que não vive e que não pensa. Esse exame de consciência, se tiver um dia de ser feito, só o tentará virilmente a sociedade portuguesa, quando, posta de lado a velha ferramenta teológica, se resolva a atacar de frente os grandes problemas da ciência, aceitando as inevitáveis consequências a que logicamente conduzem.<sup>34</sup>

Nas palavras de Basílio Teles, neste “pequeno meio pensador”, que era a sociedade portuguesa, cada vez se sentiria mais esta necessidade de “romper com o preconceito, a rotina e a preguiça legendária, e a imposição de novos critérios por uma minoria honesta e ilustrada”. Para isso, o autor apelava à opinião pública que tivesse em mais consideração a voz dos seus intelectuais, uma elite “ilustrada”, portadora de conhecimentos novos com intuits de regeneração e de progresso em todos os domínios da sociedade e, de preferência, com alguma celeridade, enquanto Portugal ainda fosse um “corpo vivo”:

Se o país, a este exemplo, humilde mas sincero, de propaganda científica, encolher os ombros de desdém e preferir dar o seu aplauso aos histriões que lançam grandes gestos sacudindo a guizalhada da oratória, ficarão finalmente convencidos de que não é um corpo vivo que se trata de mover, mas um cadáver que convém quanto antes sepultar.<sup>35</sup>

Júlio de Matos, insere-se nesta dinâmica de regeneração do corpo social português de meados do séc. XIX, promovido essencialmente por uma elite intelectual ilustrada e formada nos cânones do positivismo, que ambicionava reorganizar a sociedade, tendo a ciência como guia, orientando-a para um estado civilizacional em que as políticas abandonariam o seu carácter especulativo e experimental para dar lugar a uma intervenção devidamente planeada e sustentada cientificamente.

De um modo geral, para Júlio de Matos, os principais agentes obstrutores da revitalização do país seriam o clero, a monarquia e o socialismo. Neste âmbito, observamos que de finais da década de 1870 até aos inícios do séc. XX, vários elementos da sociedade portuguesa começam a ser encarados sob o ponto de vista psiquiátrico.

---

<sup>34</sup> TELES, 1890: 5

<sup>35</sup> TELES, 1890: 6



## 2.2. Principais linhas filosófico-políticas do pensamento matosiano

*Foi então que o Dr. me falou em COMTE e me incitou a lê-lo. Salvei-me. Tudo lhe devo.*<sup>36</sup>

Ainda estudante de Medicina, e com apenas 22 anos, Júlio de Matos fundava e dirigia com Teófilo Braga a *Revista de Filosofia: O Positivismo*, que se publicou no Porto entre 1878 e 1882.<sup>37</sup> Esta publicação, que viria a ser o órgão mais importante do pensamento positivista português, tinha como objetivo “responder ao propósito geral de promover a «renovação mental» da sociedade portuguesa, por meio da difusão dos progressos alcançados pelo conhecimento científico e dos princípios da filosofia positivista”.<sup>38</sup> No texto de apresentação do *Positivismo*, expressasse aquele que será o desígnio desta publicação: “«evangelização dos novos critérios», trazidos pela ciência para a resolução dos problemas” e, conjuntamente, “combate ou «ataque das antigas doutrinas» que se tornaram «um obstáculo à evolução da Humanidade», pois apenas favorecem a desordem intelectual e moral e «impedem em Portugal o triunfo da filosofia positiva”.<sup>39</sup>

Júlio de Matos e Teófilo Braga conseguiram reunir em torno desta empresa alguns dos mais expressivos representantes da doutrina positivista em Portugal, como Bettencourt Raposo, Augusto Rocha, Silva Graça, Eugénio Pacheco e Cândido de Pinho. A avaliar pela extensa correspondência que Júlio de Matos trocou com Teófilo Braga, foi a leitura dos seus *Traços de Filosofia Positiva* (1877), o ponto de partida do seu interesse pela disciplina de Comte. Desta forma, Júlio de Matos expressava a sua concordância com o ideário positivista<sup>40</sup>, cuja descoberta o teria mesmo salvado de uma “crise moral”:

---

<sup>36</sup> MATOS, 1935: 45-46

<sup>37</sup> Esta publicação foi diretamente influenciada pela revista francesa *La Philosophie Positive*, fundada por E. Littré e G. Wyrouboff (1867-1883), que juntamente com Charles Robin, representavam a corrente pós-comtiana de carácter antiteológico.

<sup>38</sup> CALAFATE, 2004: 282. Esta missão, de “renovação mental” da sociedade portuguesa, foi assumida por outras publicações da época, também de cariz republicano, como a revista *Era Nova* (1880-1881), ou ainda a *Revista de Estudos Livres* (1883-1887), nas quais Júlio de Matos também colaborou.

<sup>39</sup> CALAFATE, 2004: 282

<sup>40</sup> Ainda que, nas palavras de Ana Leonor Pereira, seja perceptível, desde os artigos que Júlio de Matos escreveu para o *Positivismo*, que o futuro psiquiatra já se revelava um “positivista crítico da heterodoxia littréana em nome do imperativo epistemológico de salvaguardar o progresso científico” (PEREIRA, 1997: 489-490), observamos que em trabalhos como, *Ensaio sobre a Evolução em Biologia*, para a revista *O Positivismo*, e, especialmente, no artigo sobre *Augusto Comte*, para a revista *Era Nova*, Júlio de Matos

Os seus *Traços de Filosofia Positiva* vêm estabelecer entre mim e o Dr. uma salutar comunicação de espírito de que eu há muito precisava. Contudo para que ela se torne mais íntima atrevo-me a pedir-lhe que me escreva nas suas horas de ócio, se as tem, dando-me os seus conselhos. (...)

Nunca me esquecerei de que o Dr. me salvou numa crise moral. Estava eu naquele estado de espírito, muito vizinho da loucura, em que a dúvida absorve o pensamento dum modo completo, e se procura por longos esforços um critério, uma direção mental que se não encontra.

Tinha perdido a fé no espiritualismo que fora até então o meu diretor científico; o materialismo demolidor de BÜCHNER parecia-me gratuito. Os que eu consultava não sabiam responder, porque não percebiam que se pudesse ter um desejo e muito menos uma necessidade urgente de fixar uma opinião em filosofia.

Foi então que o Dr. me falou em COMTE e me incitou a lê-lo. Salvei-me. Tudo lhe devo.<sup>41</sup>

A descoberta de Comte terá sido, deste modo, uma redenção para Júlio de Matos, cujo pensamento andaria “muito vizinho da loucura”, dada a carência de um critério, de uma “direção mental”.

Um importante núcleo de correspondência entre Júlio de Matos e Teófilo Braga, publicado por António Serrão, em 1935, fornece-nos elementos precisos sobre a envolvimento do jovem Júlio de Matos neste projeto. A leitura desta correspondência revela-se muito importante por diversas razões. Para compreender a implementação do movimento positivista em Portugal, os desafios e as vicissitudes pelas quais passou a publicação desta revista, o empenho dos diretores e dos colaboradores na sua realização. Através da leitura destas cartas acompanhamos a conceção intelectual da revista no pensamento matosiano, o ambiente intelectual da época e o nível de receptividade da nova doutrina. Ao mesmo tempo acompanhamos o estado emocional de Júlio de Matos, numa primeira fase, de grande euforia e de grandes esperanças no sucesso da publicação, numa segunda fase, o desânimo pela dissolução da revista, ao fim de quatro volumes publicados, alegadamente devido à negligência e à falta de produtividade de alguns autores.

---

salvaguarda aquela que foi a sua iniciação filosófica, ao enaltecer a importância das concepções que o filósofo francês trouxe para a metodologia das ciências e, conseqüentemente, para a progressão das mesmas.

<sup>41</sup> FERRÃO, 1935: 45-46

Sobretudo, o que a leitura desta correspondência nos revela, é que terá sido Júlio de Matos quem teve a iniciativa de conceber o órgão mais importante do pensamento positivista português. Nela, surge como o órgão organizador, solicita constantes conselhos a Teófilo Braga, exprime o entusiasmo e as esperanças que depositou nesta publicação. Percebe-se que se começa a esboçar o projeto de criar a revista de filosofia *O Positivismo*:

Desejo consultá-lo sobre um projeto importante em que a sua opinião é para mim uma autoridade.

Um pequeníssimo núcleo de positivistas concebeu aqui a ideia de conceber entre nós uma Revista Positiva, destinada a vulgarizar as ideias da escola e a oferecer nas diferentes ciências particulares artigos elevados e conscienciosos ao grupo limitado dos que leem e pensam.<sup>42</sup>

Nesta correspondência, revela-se perceptível, o entusiasmo e as expectativas de Júlio de Matos para a publicação do *Positivismo*, enquanto divulgador de uma fértil doutrina filosófica e como documento de alerta

Enfim parece-me que as coisas marcham bem; poderemos erguer com o nosso jornal um protesto contra o estado apático e dissolvente da nossa sociedade e preparar, por uma séria escolha de artigos, a convergência, tornada hoje indispensável, de todos os homens que trabalham e lutam na conquista de um futuro melhor.<sup>43</sup>

Contudo, se numa primeira fase, Júlio de Matos assinala o seu entusiasmo pelo empreendimento, cedo fez notar também o seu desagrado relativamente a outros autores da revista que estariam a por em causa o futuro da publicação. Em carta a Teófilo Braga, lamenta o desinteresse e a falta de produtividade de alguns colaboradores:

Sobre a colaboração da Revista estou plenamente de acordo com o Teófilo: não temos escritores sérios, temos apenas *dilletanti*. Temos realmente quem escreva por desenfado, por distração, mas falta-nos quem dedique amor ao trabalho, quem tenha necessidades mentais. Triste sintoma!

---

<sup>42</sup> MATOS, 1935: 47

<sup>43</sup> MATOS, 1935: 57

Eu cheguei a ter ilusões a este respeito; pensei ao princípio que teríamos superabundância de original. Estas ilusões foram à vala comum de quase todas as que nos fazem alguma coisa boa neste meio deteriorado. Os meus esforços têm sido baldados para chamar à ordem a gente daqui. O Teófilo pelo seu lado tem mantido igualmente uma luta desesperada com a indolência da gente da capital.<sup>44</sup>

Este número é quase exclusivamente nosso. A incúria dos colaboradores assim o determina! Em toda a parte as Revistas da natureza da nossa oferecem uma variedade crescente, o que muitas vezes obriga os seus diretores a aumentar-lhes o volume para poderem conter as contribuições que chegam de toda a parte. Aqui é o contrário. Se um de nós adoecer de modo a impossibilitar-se um mês para trabalhos mentais, morre a publicação. O entusiasta Garcia não responde às instâncias que lhe dirijo e Horácio Ferrari emudece. A. da Conceição *promete*. Outros conheço eu que se preocupam com a forma literária e passam o tempo a arredondar os períodos. Enfim um silêncio quase absoluto!<sup>45</sup>

Da mesma maneira, o meio universitário portuense, nomeadamente a Escola Médico-cirúrgica, seria reticente às doutrinas positivistas, a julgar pelas palavras de Júlio de Matos:

Mas, é forçoso dizê-lo, na Escola de Medicina do Porto, com exceção de 3 estudantes e um professor, não há quem alimente o mínimo interesse pelo progresso da Filosofia Positiva. A metafísica tem ainda o domínio absoluto.

Para avaliar o estado mental desta gente basta dizer-lhe que obtive 5 esferas pretas na votação dos prémios em Fisiologia, entre outras razões, porque defendi numa lição as doutrinas de Luys, que o Dr. conhece bem sobre os reflexos cerebrais.

Esta defesa envolvia um ataque à velha doutrina do livre arbítrio e portanto um ultraje à *dignidade humana*, segundo os programas oficiais.

Demais, eu reforçava os meus argumentos com a autoridade de Littré, Robin, Spencer, Bain e outros ateus em moralidade.

Igual sorte coube a um discípulo meu que se lembrou de dizer, entre outras *impiedades*, que a teoria das causas finais tinha sido um obstáculo aos progressos da fisiologia, e se atreveu a falar de adaptação citando os nomes de Darwin e Lamark.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> MATOS, 1935: 80

<sup>45</sup> MATOS, 1935: 71

<sup>46</sup> MATOS, 1935: 45

A mesma antipatia pelas orientações filosófico-pedagógicas de uma escola de medicina obsoleta, que a colocaria no plano do retrocesso científico, exprimia Júlio de Matos a Teófilo Braga, quando recusa um convite deste para passar uns dias de férias em Lisboa, lamentando que o “fossilismo das dissertações não acabou ainda nesta miserável Escola, eminentemente respeitadora de todas as tradições banais.”<sup>47</sup>

Por estas palavras se nota que o jovem Júlio de Matos estaria em discordância com o meio académico da sua época. O futuro alienista já carregava na sua bagagem intelectual nomes que, a avaliar por estas cartas, seriam desconhecidos ou pelo menos negligenciados pelo meio universitário, como Littré, Spencer, Bain, Darwin e Lamarck. Todos nomes sonantes do seu tempo e que traziam uma nova mundividência.

Quais os princípios fundamentais da filosofia que deu início à estruturação do pensamento matosiano? Nada melhor do que entender os fundamentos da doutrina positivista e simultaneamente o acolhimento que recebem por parte de Júlio de Matos, do que através das suas próprias palavras. Paralelamente ao trabalho que desenvolvia na revista que fundara com Teófilo Braga, Júlio de Matos elabora para a revista *Era Nova*, um extenso artigo intitulado *Augusto Comte*, em que expõe a metodologia da filosofia positivista e o modo como os seus princípios estariam a revolucionar as ciências do seu tempo.<sup>48</sup>

Júlio de Matos começa por notar que quando Augusto Comte enveredou pela filosofia, “encontravam-se os espíritos num estado verdadeiramente anormal”.<sup>49</sup> Ainda que reconhecendo os benefícios de algumas iniciativas, como a dos enciclopedistas e racionalistas, no combate à influência da metafísica e da teologia, o filósofo francês continuaria a percecionar o mesmo estado geral de confusão nos espíritos, em grande medida devido à falta de um método de pensamento.

A principal causa da flutuação dos espíritos seria a falta de preparação científica, a completa ausência de um trabalho que consistisse na “passagem longa e gradual por todas as ciências”:

---

<sup>47</sup> MATOS, 1935: 68

<sup>48</sup> O Positivismo trata-se de uma doutrina filosófica surgida em França, constituída em sistema nas seis lições do *Cours de philosophie positive*, professadas e publicadas por Auguste Comte (1798-1867) de 1830 a 1842.

<sup>49</sup> MATOS, 1880-1881d: 497

Recolher das ciências positivas a maior soma possível de conclusões gerais e familiarizar o espírito com o método experimental em todas as suas aplicações, a necessidade enciclopedista enfim, por oposição à *especialidade dispersiva* dos sábios daquele tempo, foi a ideia fundamental preconizada pelo criador do positivismo francês.<sup>50</sup>

Segundo reconhece Júlio de Matos, uma das maiores originalidades do pensamento comtiano era de que a filosofia não deveria partir do “conhecimento subjetivo do homem, do conhecimento do *ser*”, mas sim do “estudo do mundo externo”. Neste âmbito, era do “conhecimento do mundo, isto é, das ciências, que devia começar a marcha para o estudo psíquico e social”.<sup>51</sup>

Para a consecução deste objetivo, Comte elaboraria uma hierarquia das ciências, em que cada lugar era marcado pela sua “generalidade decrescente” e pela sua “complexidade crescente”. São seis as ciências que compõem a hierarquia de Comte: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia e Sociologia. A primeira ciência desta hierarquia, a Matemática, tratava-se da mais simples e a mais geral de todas as ciências. Em último lugar, figurava a Sociologia ou Física Social, pela especialização e complexidade dos fenómenos nela percebidos e pela numerosidade de condições que concorriam para a produção de um facto social. Segundo Júlio de Matos, foi com Comte que se sentiu pela primeira vez a necessidade, e depois adotada também por outros pensadores<sup>52</sup>, de fazer preceder o estudo da ciência social pelo estudo da ciência da vida. Daí a estupefação manifestada por Comte, relativamente aos “homens de ação” que, sem qualquer preparação científica, viam-se no direito de impor opiniões políticas às massas bem como “o direito de destruir e construir instituições sociais, quaisquer que elas fossem”.<sup>53</sup>

---

<sup>50</sup> MATOS, 1880-1881d: 499

<sup>51</sup> MATOS, 1880-1881d: 499

<sup>52</sup> Neste artigo, Júlio de Matos remete-nos para a obra de Spencer, *Introdução à Ciência Social*, nomeadamente para o capítulo, *Preparação pela Biologia*. Spencer constata que foi Comte quem destacou com uma “precisão relativa” a conexão entre a ciência da vida e a ciência da sociedade. Daí que na sua hierarquia das ciências colocasse o estudo da Biologia como uma etapa precedente ao estudo sociológico, por duas ordens de razões, segundo Spencer. A primeira, porque os fenómenos da vida coletiva procediam dos fenómenos da vida individual, a segunda, porque considerava que a metodologia adotada nas investigações biológicas deveria ser a mesma das investigações sociológicas. Nas palavras de Spencer: “Ele [Comte] viu claramente que os factos que se produziam nas associações humanas são da mesma natureza que aqueles que se produzem nos grupos de seres inferiores vivendo em bandos; e que tanto num caso como no outro é necessário estudar os indivíduos antes de poder compreender os conjuntos.” SPENCER, 1894: 352-353

<sup>53</sup> MATOS, 1880-1881d: 498

Como nos explica Júlio de Matos, para fundamento da hierarquização das ciências, Comte adotou dois pontos de vista diferentes, mas que convergiam no mesmo sentido: o ponto de vista dogmático e o ponto de vista histórico. O primeiro, legitimava o lugar que cada ciência ocupava nessa hierarquia “numa seriação linear, onde o lugar lhe é marcado pelo grau da sua *generalidade decrescente e complexidade crescente*”. O segundo, legitimava igualmente a ordem dessas mesmas ciências segundo a “época mais ou menos remota”, em que “abandonando as concepções subjetivas e as explicações quiméricas das *entidades*, se reduziram à verificação dos factos e das leis e ao estabelecimento de teorias apoiadas nos dados da observação e da experiência, ou, para falarmos a linguagem de Augusto Comte, em que as ciências saíram do *estado metafísico* para entrar no *estado positivo*”.<sup>54</sup> Seguindo esta ordem de ideias, as primeiras ciências da hierarquia de Comte seriam aquelas que há mais tempo se teriam libertado da influência teológico-metafísica, enquanto as últimas só neste momento estariam a desbravar caminho até à positividade. Deste facto, resultava uma discrepância visível no desenvolvimento científico entre as diferentes disciplinas que compunham a hierarquia das ciências comtiana.

Esta desigualdade nos progressos científicos explicava-se também pelo facto de que o método experimental conseguira penetrar na metodologia das primeiras ciências, fazendo-as avançar, ao passo que nas últimas, “por virtude de um velho preconceito religioso e também por virtude da complexidade superior dos fenómenos morais”, não tinha, até ao advento do positivismo, conseguido impor-se<sup>55</sup>:

Assim a Sociologia não passava de uma multidão confusa e desconexa de factos, de que o espírito, falto de um método próprio e dominado ainda pelas tendências do *à priori* legendário, não conseguira destacar uma lei, um princípio superior e dominante. Faltava-lhe a verdadeira constituição científica; estabelece-la foi obra de Comte.<sup>56</sup>

Neste âmbito, em consequência do elemento dinâmico que Comte reconhecia na Sociologia, o qual dependia de “um desenvolvimento histórico, de uma passagem sucessiva por estados mentais diferentes”, o filósofo francês enunciava a *lei dos três*

---

<sup>54</sup> MATOS, 1880-1881d: 501

<sup>55</sup> Nas palavras de Júlio de Matos: “É esta a razão por que as primeiras, as que formam o grupo físico-matemático, têm realizado um número de progressos incomparavelmente maior do que as do grupo biológico-social, ainda agora introduzidas no verdadeiro caminho que lhes compete seguir”. MATOS, 1880-1881d: 501

<sup>56</sup> MATOS, 1880-1881d: 502

*estados* – estado metafísico, teológico e positivo<sup>57</sup> – que todas as ciências naturalmente percorreriam “porque eles representam o conjunto das concepções evolutivas do homem sobre a natureza”.

Da concepção da lei dos três estados, Júlio de Matos enuncia aquela que foi uma das suas consequências mais importantes para a metodologia das ciências, nomeadamente para aquelas – psicologia e sociologia – que teriam estado privadas dos instrumentos benéficos ao seu desenvolvimento: a distinção entre o cognoscível e o incognoscível, ou seja, entre aquilo que se podia conhecer, mediante o estudo das leis que invariavelmente concorriam para a produção dos fenómenos, e entre aquilo que, reconhecidamente, não se podia conhecer, ficando assim de fora do horizonte metodológico da investigação.

Resumindo, era *incognoscível* “o que a experiência não ensina e que a imaginação nos períodos teológico e metafísico supôs ter estudado: as causas primárias e finais, as substâncias, numa palavra, o absoluto”, era *cognoscível*, “o que a experiência pode revelar-nos: os factos e as suas leis de mútua dependência”.<sup>58</sup>

De igual modo, convergem no pensamento matosiano o evolucionismo de Herbert Spencer e a teoria darwiniana, nomeadamente pela adoção do princípio spenceriano da *sobrevivência do mais apto*, e dos princípios darwinianos da *luta para a existência* e a *selecção natural*.

A grande ambição de Herbert Spencer (1820-1903) foi a de elaborar uma lei suprema que explicasse os fenómenos em todos os domínios da existência humana. Deste modo, o autor estabelecia que a “lei do progresso orgânico é a lei de todo o progresso”<sup>59</sup>. Quer se tratassem de transformações geológicas, biológicas, político-sociais, culturais ou

---

<sup>57</sup> Fazendo referência ao *Cours*, explica Júlio de Matos: “No estado teológico, diz Comte, o espírito dirigindo essencialmente as suas investigações para a natureza íntima dos seres, as causas primárias e finais de todos os efeitos que o impressionam, numa palavra, para os conhecimentos absolutos, representa-se os fenómenos como produzidos pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo. No estado metafísico, que no fundo não é mais que uma simples modificação geral do primeiro, os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo e concebidas como capazes de produzirem por si mesmas todos os fenómenos observados, cuja explicação consiste desde esse momento em assignar para cada um a entidade correspondente. Enfim, no estado positivo, o espírito humano reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo e a conhecer as causas íntimas dos fenómenos, para unicamente tentar descobrir pelo uso bem combinado do raciocínio e da observação as suas leis efetivas, quer dizer, as relações invariáveis de sucessão e de semelhança. A explicação dos factos, reduzida então a termos reais, passa a ser simplesmente o laço estabelecido entre os diversos fenómenos particulares e alguns factos gerais de que os progressos da ciência tendem a diminuir cada vez mais o número.” MATOS, 1880-1881d: 562-563

<sup>58</sup> MATOS, 1880-1881d: 564

<sup>59</sup> SPENCER, 1939: 14



económicas, encontraríamos sempre o mesmo processo de evolução: do simples para o complexo, do homogéneo para o heterogéneo. Ao longo deste processo os seres vivos, assim como tudo o que os rodeava, tornar-se-iam cada vez mais diferenciados e complexos.

### **2.3. O doutrinador republicano**

Como explica Fernando Catroga, foi a partir da década de 1870, que o ideal republicano começou a ganhar terreno em Portugal, coadjuvado por argumentos de inspiração positivista-cientista e de cariz histórico, que sustentavam o diagnóstico de decadência do país, conferindo legitimidade à promessa regeneradora do movimento antimonárquico, e a todas as revoluções anteriores que não viram inteiramente os seus propósitos concretizados<sup>60</sup>. Para a consecução plena desta afirmação ideológica, “não foi pequeno o contributo do positivismo para a coesão doutrinal do Partido Republicano”, dada a sua “vocação eminentemente política e as suas características essencialmente republicanas e anticlericais”,<sup>61</sup> o que deixou à vista, desde cedo, um “acasalamento entre o positivismo e o republicanismo”.<sup>62</sup>

Neste âmbito, convictos da cientificidade da lei dos três estados, preconizada por Comte, e empenhados em solidificar o espírito científico em todos os domínios da sociedade, enquanto único guia verdadeiro, os republicanos dirigiram uma forte ofensiva contra tudo aquilo que consideravam a causa do declínio do país, entre eles a Igreja e a Monarquia Constitucional, instituições consideradas retrógradas e em contradição com a marcha positiva que o espírito humano e as sociedades deveriam perseguir. Assim, a ideologia republicana retomou a ofensiva contra o jesuitismo, iniciada por Marquês de Pombal, e dirigiu uma crítica radical à religião, no intuito de laicizar as instituições e as consciências, tendo como modelo a III República Francesa.<sup>63</sup>

Era nesta perspetiva que a questão religiosa aparecia como a pedra angular das questões educativas e da cidadania, tendo ambas como seu eixo a questão do regime. E, a partir da década de 1870, defendia-se que só depois de todos estes problemas haveria

---

<sup>60</sup> CATROGA, 2010: 95

<sup>61</sup> CATROGA, 1977: 35

<sup>62</sup> CATROGA, 1977: 37

<sup>63</sup> CATROGA, 2010: 96

condições para se atacar a questão social, ao contrário do que defendiam os emergentes socialismos em Portugal.<sup>64</sup>

A “ofensiva” levada a cabo pelo Partido Republicano, contou com o grande auxílio de Júlio de Matos, enquanto positivista e patologista do espírito. Em carta de 19 de março de 1882, escrevia a Teófilo Braga, dando-lhe conta dos desenvolvimentos do Centro Republicano do Porto e das iniciativas que se estavam a preparar na cidade:

Congratulo-me com o meu amigo pela marcha política do nosso partido em Lisboa. Aqui suponho que se não fará um *meeting* como aí, porque há a certeza de que a autoridade iria lá erguer desordem, como há pouco aconteceu com o comício dos progressistas a propósito do recenseamento eleitoral. Apenas constituída a mesa, foi tal o barulho que ninguém pôde falar. Prisões e crânios partidos foi o único resultado obtido. Em compensação publicar-se-á brevemente um protesto redigido pelo nosso correligionário Pereira de Sampaio (Bruno) que ontem foi lido e aprovado por unanimidade no Centro Republicano, no meio de aclamações estrondosas e de uma concorrência notável. As províncias principiam a mexer-se. Os comerciantes de Braga fecharam os seus estabelecimentos e ouço dizer que aqui haverá uma manifestação semelhante. A questão económica é a única ao presente capaz de excitar todo este gentio narcotizado a doses de 6% de alcoloide-inscrições.

Por ocasião da visita do rei ao Porto inscreveram-se cento e tantos indivíduos no Centro daqui; e ontem inscreveram-se quarenta e tantos comerciantes. Dá sinais de vida a R. das Flores. Estamos tratando da fundação de um jornal, órgão do centro, e da instituição de conferências quinzenais ou mensais. Esta gente daqui é muito apática e chega a desalentar por ação cataléptica!<sup>65</sup>

Neste âmbito, veremos como não foi pequeno o contributo que Júlio de Matos deu à consolidação dos ideais republicanos em Portugal. Aquilo que observamos é que, ainda antes do início da sua carreira efetiva como alienista, de 1878, ano da publicação do

---

<sup>64</sup> CATROGA, 2010: 97. Este mesmo período marca também uma diferenciação importante entre dois movimentos políticos em Portugal: o socialista, que “procurou sobrevalorizar as questões sociais ligadas à propriedade privada e à educação das camadas populares, desvalorizando a questão do regime”, e o republicano que estabelece como prioridade o “derrube da monarquia e da laicização das consciências”, estimulando assuntos como “a situação financeira, o ensino livre e obrigatório, a separação entre a Igreja e o Estado, a descentralização administrativa, o sufrágio, e o nacionalismo colonialista”. CATROGA, 1977: 36

<sup>65</sup> MATOS, 1935: 102-103

primeiro número do Positivismo, até 1883, ano da entrada de Júlio de Matos no Hospital de Alienados do Conde de Ferreira como médico-adjunto, verifica-se uma grande solidariedade entre as ideias expressas por Júlio de Matos no domínio filosófico e patológico, e os ideais que o Republicanismo se esforçava por implementar nomeadamente, a separação da Igreja do Estado e a laicização das consciências.

Júlio de Matos colaborou com artigos de cariz doutrinário, centrados no ideário positivista, na *Era Nova: Revista do Movimento Contemporâneo*, dirigida por Teófilo Braga e Teixeira Bastos, que se publicou de Julho de 1880 a Setembro de 1881. Segundo o discurso preliminar, dirigida por um espírito de “revivescência nacional”, a publicação tinha como objetivo fazer assinalar os “factos significativos da evolução progressiva da nossa nacionalidade no sentido da reorganização social e procurar contribuir para o maior desenvolvimento da disciplina positiva das aspirações modernas por meio de estudos científicos”, nos mais variados domínios sociais, sempre “subordinado ao critério seguro da filosofia positiva”.<sup>66</sup>

Em, *A Reorganização da Política pela Ciência*<sup>67</sup> Júlio de Matos defendia que, assim como cada ciência era tratada pelo seu especialista, – “os problemas de cálculo são discutidos pelos matemáticos, os de cosmologia pelos físicos ou químicos, os de patologia pelos médicos” –, também os assuntos políticos deviam ser tratados exclusivamente pelos sociólogos<sup>68</sup>. Quando assim fosse, as “discussões palavrosas e vazias terão acabado; a retórica com que atualmente se usa encobrir a falta de ideias, fugirá convencida da própria inutilidade ridícula”, a “emoção” seria substituída pelo “estudo racional dos fenómenos” e no lugar das “declamações estéreis da maioria dos estadistas”, era a “decisão positiva, o ponto de vista seguro, a conclusão rigorosa” que triunfaria.

Os partidos políticos, que eram para Júlio de Matos a consequência da “indisciplina metafísica” estariam assim condenados ao desaparecimento como em ciência, “porque diante da demonstração não há lugar para duas opiniões diversas”. A implantação definitiva da sociologia como a única guia segura no tratamento dos assuntos políticos conduziria, no entender de Júlio de Matos, a uma unanimidade de crenças tal, que as “discussões irritantes do momento” cessariam.<sup>69</sup>

---

<sup>66</sup> ERA NOVA, 1880-1881: 2

<sup>67</sup> MATOS, 1880-1881a: 72-74

<sup>68</sup> Era da “classe científica dos sociologistas” que saíam os parlamentares do futuro. Nas palavras de Júlio de Matos, “Os Bismarck, os Canovas, os Bieconfield serão substituídos por homens como Littré e Spencer.” MATOS, 1880-1881a: 73

<sup>69</sup> MATOS, 1880-1881a: 72

Da instauração destes princípios, os “tipos dominantes da política atual”, que eram para Júlio de Matos, “boémios que transitam de opinião para opinião sem consciência da própria indignidade” seriam banidos da vida política portuguesa para dar lugar aos “cultores da ciência”, a quem o “estudo complexo e sistemático de todos os conhecimentos terá dado uma disciplina inquebrantável de opinião e um ideal austero de caracter”.

Deste modo, a partir do momento em que os “cultores da ciência” fossem chamados a exercer o seu papel de legítimos intérpretes da vontade nacional – homens estes que se encontravam nos “gabinetes de estudos”, distanciados “do rumor anárquico das paixões e dos interesses”, e que examinavam com afinco os problemas sociais – os representantes do povo não seriam mais escolhidos dentro das “combinações insidiosas dos governos ou das tumultuárias assembleias”, que se movimentariam por interesses particulares, ou entre as “figuras parasitárias dos exércitos”, dos “conclaves místicos dos padres ou nas praças comerciais entre banqueiros e proprietários que deslumbram pela legenda de milhões”.<sup>70</sup>

A instabilidade política que se registava em diversos países europeus, cuja direção estava entregue a “homens incompetentes, armados chefes políticos nos campos de batalha ou nas intrigas teatrais das fações”, era um sinal claro para Júlio de Matos de quanto seria perigoso “confiar às inspirações ou ao capricho do primeiro curioso político a solução dos graves problemas que interessam à vida isolada ou internacional de um país”.

Em Portugal, o autor observava que o mesmo “desprezo” era sentido em relação aos chefes dos partidos monárquicos. Todos estes elementos só viriam provar, segundo a precisão de Júlio de Matos, a irreversível tendência a uma reorganização da política pela ciência, que chamaria à “representação nacional as vozes autorizadas, as verdadeiras e legítimas competências”, como de resto a Filosofia Positiva previa, ao fazer da política um ramo concreto da sociologia ou física social, a única com competência para discutir os factos sociais que eram, de todos, os mais complexos e mais particulares. Como sentenciava Júlio de Matos:

Que os aventureiros indisciplinados protestem, como os clérigos em nome da tradição, ou como os socialistas sistemáticos em nome da utopia, pouco importa; eles

---

<sup>70</sup> MATOS, 1880-1881a: 73

serão vencidos pelo poder indiscutível da evolução, que a ciência determina e que os fatos demonstram.”<sup>71</sup>

No entanto, existiriam elementos que se opunham ou dificultavam a plena afirmação dos ideais positivistas em Portugal. Neste âmbito, quem eram, para Júlio de Matos, os *Inimigos da Filosofia Positiva*<sup>72</sup>, aqueles que obstruíam a plena e necessária implementação do positivismo em Portugal? Por razões diversas, seriam os teólogos, os metafísicos e os “sábios especialistas”. Os primeiros, segundo o autor, porque “os irrita toda a tentativa, qualquer que ela seja, de partir os moldes por onde se afeiçoara a inteligência humana no seu longo período de infância”; os segundos, porque a doutrina positivista “remete ao campo do incognoscível as causas primárias e finais, problemas que a metafísica explora, e proíbe em nome da ciência a utopia política, campo que a revolução cultiva”; os terceiros, porque os “incomoda a síntese, o horizonte, o ponto de vista largo”, educados como estavam no estudo restrito de uma especialidade. Portanto, “inimigos” que seriam alheios à metodologia positivista.<sup>73</sup>

Estes “inimigos” possuíam “armas” características e todos eles, arremessavam “a sua pedra ao vasto monumento comteano”. Os teólogos protegiam-se pela “tradição, pela disciplina clerical e pelo respeito do grande número”, e, para “dominar as consciências” mais eficazmente, dispunham não só de instrumentos importantes de persuasão, do “púlpito, do confessionário, da escola, do brilhantismo enervante do culto”, como tirariam proveito, do “espírito maleável da mulher, da criança, do ignorante pela promessa e pelo terror”; os metafísicos possuíam o “vago atraente da utopia, a declamação, a legenda simpática das revoluções”, mas sobretudo, tinham o “rigor dos iconoclastas”, e não exigiam do seu auditório os “esforços mentais” que a doutrina positivista impunha aos seus seguidores no estudo de todas as ciências; por fim, o especialista, cuja autoridade “rudemente conquistada nas academias, nos gabinetes de estudo”, constituía o “mais temível lutador porque combate ao lado da ciência”.<sup>74</sup> Não obstante os esforços de conservação e as barreiras que estes inimigos interpunham, Júlio de Matos fazia notar o movimento irreversível que por toda a Europa conquistava as ciências, a política, a arte, a literatura, e que era “direta ou indiretamente o salutar efeito do espírito positivo”.

---

<sup>71</sup> MATOS, 1880-1881a: 74

<sup>72</sup> MATOS, 1880-1881b: 145-147

<sup>73</sup> MATOS, 1880-1881b: 145

<sup>74</sup> MATOS, 1880-1881b: 145-146

Mesmo em Portugal, “mau grado a relutância imbecil das mediocridades oficiais” o autor considerava que o Positivismo adquiria cada vez mais influência e revolucionava as ideias científicas, os cânones literários e os horizontes políticos.

Tal “fenómeno”, de progressiva conquista da doutrina positivista sobre os seus “inimigos” declarados, explicava-se pela crescente desatualização e pelo carácter retrógrado das abordagens teológicas, metafísicas e especialistas, aos complexos problemas do mundo moderno. Pelo contrário os princípios positivistas estariam de acordo com a natural marcha do espírito humano e era na observação, na experiência e na demonstração científica que alicerçavam a sua legitimidade. Nas palavras de Júlio de Matos:

A teologia sucumbe, porque o seu fundamento é o dogma, o imperscrutável, o que se não discute; a metafísica dissolve-se, porque as doutrinas que defende não se provam, não têm o carácter de universalidade que resulta de uma demonstração; a especialidade exclusiva morre, porque não aperfeiçoa moralmente o homem, não lhe dá o conhecimento consciente do seu destino. A Filosofia Positiva, ao contrário, progride e ganha os espíritos, porque fala em nome do vigor científico e, ao mesmo tempo, em nome dos interesses humanos. Não mata as inteligências, como a teologia, porque não impõem mistérios, mas demonstra verdades; não produz os delírios fantasistas e individuais da metafísica, porque tem como elementos do seu método os processos das ciências em que se funda, únicos capazes de produzir a unanimidade das crenças; não confina os espíritos, como a especialidade, no círculo estreito da cultura científica desligada e desconexa, mas relaciona e combina todas as noções na direcção elevada e justa da felicidade social. Não procura discípulos, recebe-os. Não agita as consciências pela lisonja ou pela exploração da ignorância individual, nem agita os espíritos pela emoção de momento, pela utopia ou pela promessa; educa e disciplina. O seu fundamento é a ciência e o seu fim a perfeição, ora «por mais que se faça, escreve Littré, é preciso sempre ensinar as ciências, e directa ou indirectamente, as ciências ensinam a Filosofia Positiva».<sup>75</sup>

---

<sup>75</sup> MATOS, 1880-1881b: 146-147

## 2.4. O alienista

No artigo *A Filosofia Positiva e os Progressos na Psicologia Moderna*<sup>76</sup>, Júlio de Matos assinalava que com o advento da doutrina positivista, a psicologia, “esta ciência imobilizada durante longo espaço de séculos”, ganhara um impulso extraordinário, tanto que, “a custo pode o espírito mais laborioso seguir e dominar os múltiplos trabalhos de que em nossos dias se tornou objeto.”<sup>77</sup> O desenvolvimento da Psicologia que, como notava o autor, assistia à “passagem brusca de uma apatia quase absoluta a um movimento rápido” contrastava nitidamente com a História e o desenvolvimento de outras ciências, como a Matemática, a Astronomia, a Física, a Química, a Biologia, onde, ao contrário desta, seria perceptível um desenvolvimento contínuo. Tal facto, não invalidava para Júlio de Matos a lei da evolução, já que seriam conhecidas as causas que explicariam “a singularidade excepcional com que se destaca na história dos conhecimentos humanos” a psicologia.

Seriam principalmente duas as “condições lastimosas” da imobilidade desta ciência ao longo dos séculos. A primeira delas teria a ver, principalmente, com “a longa ausência de um método próprio, só muito modernamente encontrado graças ao espírito positivo.” O único processo dos *psicologistas antigos* seria o da observação interna, muito limitada, de onde resultaria somente o conhecimento dos factos subjetivos, que assim permaneciam sem serem interpretados de modo a perceber as leis que os dominavam. Os *filósofos*, mergulhados essencialmente em preocupações de ordem subjetiva, “esqueceram-se de consultar a natureza, e levados na corrente da indisciplina metafísica que tudo altera e confunde, colocaram a própria imaginação no lugar que só compete à observação, impessoal como a ciência.”<sup>78</sup>

A segunda causa que explicaria o atraso da Psicologia devia-se à finalidade errónea das suas investigações (“Esta ciência não se estudava senão como meio para chegar à metafísica ou à moral”), e também devido à falta de especialização nos assuntos ligados à patologia do espírito, já que os *psicologistas* seriam simultaneamente *filósofos*.<sup>79</sup> Além disso, a falta de interesse pelo conhecimento das ciências biológicas em

---

<sup>76</sup> MATOS, 1879-1880a: 81-88

<sup>77</sup> MATOS, 1879-1880a: 81

<sup>78</sup> MATOS, 1879-1880a: 82

<sup>79</sup> Júlio de Matos adverte que com esta afirmação não subscreve o que Comte denominou por *especialização dispersiva*, que consistia no isolamento de um cultor de certa ciência dentro da sua área exclusiva em detrimento dos progressos e das descobertas das outras ciências. Neste ponto advoga o

favor dos problemas ontológicos que somente “forneciam-lhes assunto para encher bibliotecas, tão volumosas como inúteis”, teriam contribuído igualmente para a longa letargia em que viveria a ciência do espírito.

Como Júlio de Matos explica em *Estudos de Psicofisiologia Mórvida*<sup>80</sup>, em parte uma continuação do artigo anterior, antes da reforma de Augusto Comte, devido à diversidade de métodos, haveria uma separação radical entre as *ciências da natureza* e as *ciências morais*. Neste âmbito, ao passo que nas primeiras há muito que se reconheciam como elementos essenciais à metodologia a observação e a experimentação, nas segundas os métodos *a priori* teriam ainda o “domínio absoluto”.<sup>81</sup> Assim, ao passo que as *ciências experimentais* progrediam vigorosamente as *ciências morais* debatiam os seus problemas usando diversos sistemas filosóficos, entre os quais o Materialismo e o Espiritualismo, os dois polos da metafísica, que disputariam entre si o monopólio dos conhecimentos mais complexos concernentes à Psicologia, à Moral ou à Sociologia, sem que nunca tivessem chegado na história dos conhecimentos humanos a um resultado concreto que não fosse “o ceticismo esterilizador dos antigos ou o misticismo impotente da idade média – dois estados patológicos do espírito.”<sup>82</sup>

Face ao imobilismo e à disparidade de critérios utilizados, que graves danos estariam a causar ao desenvolvimento da Psicologia, impunha-se a necessidade de “sair da anarquia e indisciplina mental, estabelecendo um método novo”. Neste âmbito, a grande ambição da filosofia positiva consistiria em “Generalizar à totalidade das ciências o método experimental ou analítico, que tão belos resultados tinha dado numa parte, aliar todas as ciências pelo laço comum de um mesmo critério – o estudo nos limites do verificável”, esta que tinha sido a grande conceção de Augusto Comte.<sup>83</sup>

Foi, portanto, graças à aplicação dos princípios positivos à psicologia que esta vivenciava finalmente o progresso de que tinha sido privada durante largos séculos. Nas palavras do autor: “Esta Filosofia, rompendo com o ideal antigo, demonstrando empiricamente pela história e racionalmente pela fisiologia que nos é impossível sair um instante só do campo da mais estrita fenomenalidade, veio colocar a questão no seu

---

princípio da hierarquia positiva dos conhecimentos humanos e o princípio da sua interdependência tal como é enunciado por Herbert Spencer.

<sup>80</sup> MATOS, 1880-1881a: 331-338; 386-392

<sup>81</sup> MATOS, 1880-1881a: 331

<sup>82</sup> MATOS, 1880-1881a: 332

<sup>83</sup> MATOS, 1880-1881a: 332



verdadeiro terreno; daqui a aquisição dos métodos próprios e os progressos da Psicologia moderna.”<sup>84</sup>

Todavia, Augusto Comte não tinha colocado a psicologia na hierarquia das seis ciências abstratas fundamentais<sup>85</sup>, o que para Júlio de Matos não seria um erro mas sim “um ato de justiça científica” como demonstraria Littré. Ou seja, a demonstração teria provado que eram ingênuas as pretensões de entrar na essência e na origem das coisas e mesmo nos fenómenos psíquicos, “de cuja natureza sabemos tanto como da natureza da vida, ou da gravitação, ou da afinidade, isto é coisa nenhuma”, daí passarem a ser consideradas simplesmente manifestações dos seres vivos. Neste âmbito, para o autor, fora as questões da complexidade de cada assunto, “estudar a inteligência ou a sensibilidade equivale rigorosamente a estudar a digestão ou a génese de um óvulo.” Assim, da mesma forma que ninguém tinha reclamado a autonomia da embriologia também ninguém poderia reclamar a autonomia da psicologia ou da fisiologia cerebral.

A filosofia positiva contribuía assim para por fim à independência da psicologia conseguindo uma aliança entre esta e as outras ciências<sup>86</sup>, particularmente com biologia. Nas palavras de Júlio de Matos, “Os múltiplos e fecundos processos biológicos de investigação penetraram então abruptamente nesse corpo exânime da psicologia antiga, como no organismo de um anestesiado uma corrente elétrica.”<sup>87</sup> Portanto, a filosofia positiva, fazendo alastrar à psicologia os métodos que há muito eram de uso corrente noutras ciências – observação, experimentação, verificação –, fê-la entrar decisivamente num “período de progresso, que a indemnizasse de um longo passado de estacionamento.”<sup>88</sup> A seguinte afirmação de Júlio de Matos é bastante elucidativa nesse aspeto:

De resto, quem são os que impulsionam em nossos dias o conhecimento do espírito humano, e porque meio o conseguem? São exclusivamente os fisiologistas e os patologistas, pelos processos experimentais, como Augusto Comte o previra; são por

---

<sup>84</sup> MATOS, 1879-1880a: 84

<sup>85</sup> São seis as ciências abstratas que compõem a classificação hierárquica de Augusto Comte: Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia e Sociologia.

<sup>86</sup> A autonomia da Psicologia não se coloca para Júlio de Matos uma vez que, segundo este, a corrente moderna “reduz o fenómeno mental ao que ele é realmente; um produto da atividade do cérebro.” MATOS, 1879-1880a: 88. Neste artigo, Júlio de Matos faz uma exposição onde se distancia do positivista inglês Lewes, cujas teses ainda se encontravam difundidas na Inglaterra e na Alemanha, e que preconizavam uma separação entre a Psicologia e a Biologia.

<sup>87</sup> MATOS, 1879-1880a: 86

<sup>88</sup> MATOS, 1880-1881a: 332

exemplo Luys, Voisin, Vulpian, Ferrier, cuja vida é inteiramente consagrada ao estudo do sistema nervoso. É pela dissecação, pela análise histológica, pela observação, pela experiência, pela comparação do cérebro humano com os cérebros animais, pela comparação do cérebro fisiológico com o cérebro patológico, que as grandes verdades da psicologia têm sido descobertas.<sup>89</sup>

Júlio de Matos foi ainda autor de uma *História Natural*, obra descritiva e compilatória sobre os animais, apoiado nos trabalhos de Brehm, Buffon, Figuiier, Edwards, entre outros. Neste trabalho expõe as conquistas alcançadas pela escola transformista<sup>90</sup>, realçando os princípios e as teses que naquele momento eram consideradas *aquisições indiscutíveis* da ciência e demonstradas pela doutrina positivista, princípios esses como era o caso da *luta pela vida* e da *seleção natural*.<sup>91</sup>

O objetivo desta obra consistia também em colmatar o desconhecimento do público português face aos progressos que se registavam no estudo do mundo natural, e tornar acessível numa só obra as noções elementares sobre o assunto já que, segundo o autor, “existe atualmente em todos os países o livro que, aceitando somente o que está discutido e demonstrado, propaga a ciência dando-lhe a forma mais acessível ao geral dos espíritos.” Importante também era o serviço que Júlio de Matos julgava empreender pela renovação intelectual do público português ao combater com este género de publicações as leituras consideradas inúteis e prejudiciais, moldadas no espírito romântico, sem qualquer intuito de reforma e de instrução, impelindo-o por isso “o dever de substituir essa literatura morta, exânime, por uma literatura viva, útil, instrutiva. Importa servir a corrente da mentalidade moderna, fornecendo ao público a leitura produtiva, o livro que ensina, a obra que edifica e melhora o espírito.” Além disso, esta obra, que tinha como componente essencial o “ensino das coisas naturais”, oferecia nítidas vantagens ao progresso dos conhecimentos humanos, já que, segundo Júlio de Matos era pela compreensão do mundo que nos rodeia que o homem ficava a conhecer o “lugar exato”

---

<sup>89</sup> MATOS, 1879-1880a: 86

<sup>90</sup> O Transformismo é uma teoria biológica que, por oposição ao fixismo, afirma que as espécies vivas não são imutáveis, mas suscetíveis de transformação, e aparecem por evolução de formas mais simples.

<sup>91</sup> Neste ponto Júlio de Matos diz que as concepções trazidas por Darwin à Zoologia e à Botânica, seguidas e divulgadas por Wallace e Haeckel, que prometiam vir a dominar o estudo das ciências naturais, pertenciam ainda “aos domínios da hipótese e da discussão”, por isso não são tratadas nesta obra. Somente os novos trabalhos da escola transformista são aqui expostos, porque são os únicos demonstrados ao momento pela filosofia positiva.

que lhe compete na criação pondo fim às “ilusões psicológicas” que faziam do homem um “ser excecional e incompreensível na origem, nas funções superiores, na finalidade.”<sup>92</sup>

Note-se que no artigo *Estudos de Psicofisiologia Mórbida*, Júlio de Matos, ao enunciar os princípios que resultaram diretamente da aplicação do método positivo na psicologia, enunciava o importante auxílio que o estudo do mundo natural podia dar à psicologia já que, muitos animais, “não sendo fundamentalmente diferentes do homem se podem aproveitar como fornecendo um longo subsídio e um auxílio inesperado à psicologia, por isso que só nelas se podem instituir experiencias e praticar vivissecções.”<sup>93</sup>

Em 1880, apesar de Portugal se encontrar num estado quase estacionário no que aos estudos sobre a patologia mental diz respeito, em comparação com outros países, Júlio de Matos apresenta à Escola Médico-cirúrgica uma tese intitulada *Phatogenia das Hallucinações*. Dedicar o trabalho à mãe, Rita Júlia Xavier de Matos e aos tios João e Júlio Xavier de Oliveira Barros:

Devo-lhes tudo: recursos económicos sem os quais a minha formatura teria sido impossível, incitamentos e conselhos bons todas as vezes que deles careci na minha carreira científica. Oferecer-lhes este livro é um dever indeclinável de gratidão.

A escolha pelo estudo das alucinações tinha como primeiro objetivo demonstrar o auxílio que as investigações na área da biologia podiam prestar ao estudo dos fenómenos subjetivos, potencialidades científicas estas que Júlio de Matos já tinha feito notar ao longo de vários artigos na revista *O Positivismo* e em diversas cartas que trocou com Teófilo Braga. Neste âmbito, elogia os trabalhos e as descobertas de Luys sobre a fisiologia e a patologia do sistema nervoso, comprovadas pelas vivissecções, pelas autópsias, e com nítidos resultados no estudo da patologia mental, que ajudavam a compreender os “fenómenos de subjetividade mórbida” como eram as alucinações. Segundo Júlio de Matos, esta “aberração mental” não poupava mesmo os indivíduos que à partida julgaríamos mais bem dotados psicologicamente, determinando que esta patologia não grassava apenas dentro do asilo mas também, e abundantemente, fora dele “onde menos geralmente se suspeita”. Segundo o autor, “Tasso, Lutero, Sócrates, Joana d’Arc Mahomet, Pascal, artistas, reformadores, filósofos, homens de ciência”,

---

<sup>92</sup> MATOS, 1880-1882: 6

<sup>93</sup> MATOS, 1880-1881a: 333

experimentaram esta doença sem que contudo as suas obras deixassem de influenciar e de fazer progredir os conhecimentos humanos. Para Júlio de Matos, tal situação, é “um fato curioso e sob o ponto de vista sociológico verdadeiramente importante”, o que justificava a escolha das alucinações como objeto de estudo.<sup>94</sup>Neste âmbito, segundo Ana Leonor Pereira, o que para Júlio de Matos “constituiu o objeto do seu «cuidado» é o problema da extensão da alucinação no organismo social, os seus «largos domínios» e os seus efeitos positivos ou negativos.”<sup>95</sup>

Esta tese foi reimprimida no mesmo ano de 1880 com o nome de *As Hallucinações. Estudo médico-psicológico*, numa edição aumentada, segundo Luís de Pina. No prefácio da segunda edição da tese, Júlio de Matos exprime o seu descontentamento face ao júri que o avaliou e ao desconhecimento dos professores da Escola Médico-cirúrgica das mais modernas investigações na área da patologia mental, que eram há muito conhecidas no estrangeiro, mas que em Portugal ainda esbarravam na desatualização dos conhecimentos médicos:

Temos esperança que este trabalho derramará alguma luz sobre a questão controvertida da realidade da matéria e fornecerá os elementos precisos para julgar da ação social de alienados históricos como Sócrates, Lutero, Joana de Arc, Maomé etc., tipos salientes que na evolução humana representaram um vasto papel. De resto, muitas das ideias aqui emitidas e que são moeda corrente no estrangeiro, terão, sabemo-lo, o aspeto assustador de novidades subversivas num meio como o nosso onde há professores de medicina que publicamente demonstram desconhecer inteiramente as mais vulgares publicações francesas sobre o assunto.

A 1ª edição deste livro, apresentado como tese à Escola Médica do Porto, encontrou na argumentação de uma parte do júri as provas do que afirmamos.

Um dos contraditores (o Sr. António de Azevedo Maia) “admirou que não tivéssemos empregado o método subjetivo numa questão de psicologia”; o outro (o Sr. Augusto Henrique de Almeida Brandão) “estranhou que ousássemos chamar alucinados e Sócrates e a Pascal.”

Estas estranhezas e admirações, depois dos estudos modernos sobre o método experimental em psicologia e depois dos livros de Lelut sobre «O Demónio de Sócrates» e «O Amuleto de Pascal» seriam risíveis, se não fossem reveladoras de uma ignorância lastimosa. Nesta situação mental, o nosso pequeno trabalho é também um protesto;

---

<sup>94</sup> MATOS, 1880: abertura

<sup>95</sup> PEREIRA, 1983: 49-56

impõe-nos o dever de lavrá-lo publicamente a nossa qualidade de discípulo e propugnador da Filosofia Positiva num meio tão acanhado e tão baixo.<sup>96</sup>

Ao todo, Júlio de Matos conta com uma atividade de quase 30 anos no Hospital Conde Ferreira, como médico-adjunto e diretor clínico desta instituição, após a morte de António Maria de Sena. Mais uma vez, as cartas que trocou com Teófilo Braga revelam-se uma fonte excecional que nos dá conta do início deste percurso, desde os contactos exploratórios para o lugar de médico-adjunto, a transparecer as dificuldades para a nomeação devido a um claro desagrado por parte da Santa Casa da Misericórdia do Porto, até à concretização da entrada na instituição. A primeira vez que Júlio de Matos fala sobre este assunto é numa carta a Teófilo Braga de 28 de outubro de 1881:

Tenho as melhores esperanças de achar uma boa colocação, entrando para um dos lugares médicos do hospital de alienados que dentro de meses estará aberto.

Contraí as melhores relações com o Dr. Senna, diretor, que me propõe e, segundo me dizem, faz questão do meu nome. (...) O lugar é duplamente bom; é bom porque é um campo admirável e insubstituível de certos estudos a que me inclino, e é bom, porque deve dar uns 400:000 rs. Tem além disso a vantagem de não ser *oficial*.<sup>97</sup>

Em carta de 19 de março de 1882, acerca da possível nomeação para o Hospital Conde Ferreira e acerca das dificuldades que antevia à sua entrada, diz Júlio de Matos:

Participo-lhe que fui convidado pelo Dr. Senna a entrar no concurso que se abrirá em Maio ou Junho para o lugar de médico interno do Hospital dos alienados. O concurso é documental e crê-se que a escolha será feita pelo Senna sem contestação dos mesários da Misericórdia. É o que todos me têm dito. O Senna deseja-me tanto no hospital que me declarou que se demitia se a mesa da Misericórdia contestasse a minha entrada. Tenho tratado do assunto e creio bem que entrarei. No entanto...a imbecilidade pode ainda protestar. Um dos mesários é o Cyrne, inspetor dos estudos aqui. O Anselmo disse-me que uma carta do Dr. falando-lhe de mim seria valiosa para a minha pretensão. Se assim é, se o Dr. está bem seguro de que o Anselmo se não ilude, eu pedia-lhe que me coadjuvasse, escrevendo ao Cyrne, se nisso não tem repugnância.<sup>98</sup>

---

<sup>96</sup> PINA, 1956: 7-8

<sup>97</sup> MATOS, 1935: 95

<sup>98</sup> MATOS, 1935: 103

Como percebemos por esta carta, apesar de o lugar para médico interno no Hospital Conde Ferreira estar praticamente assegurado, já que seria António Maria de Sena a escolher o candidato vencedor, e que ao que tudo indicava fazia questão da sua pertença no corpo clínico do hospital, Júlio de Matos pressentia que a “imbecilidade”, os mesários da Santa Casa da Misericórdia do Porto, podiam impugnar a sua nomeação. Neste âmbito, recorre à influência de Teófilo Braga para que o auxilie neste objetivo, já que um dos mesários era o Cyrne e, ao que parece, Júlio de Matos via neste inspetor dos estudos da Escola Médico-cirúrgica um possível agente importunador das suas aspirações ao lugar de médico-adjunto no Hospital Conde Ferreira.

Tendo em conta a matriz positivista e republicana de Júlio de Matos, conhecida dos artigos que publicou em órgãos ao serviço desta ideologia, como é o *Positivismo* e a *Era Nova*, afigura-se muito provável que a Santa Casa da Misericórdia do Porto fosse desfavorável à nomeação de um médico com este perfil para uma das suas instituições, principalmente pela hostilidade manifestada contra o catolicismo que Júlio de Matos nunca escondeu. Luís de Pina explica-nos que o jovem alienista se insere numa conjuntura de fortes mudanças na sociedade portuguesa oitocentista. Segundo este autor, as teses apresentadas à Escola Médico-cirúrgica do Porto, entre 1870 e 1890, apresentam marcas nítidas do contexto político-filosófico e da investida que se dirigia na altura ao catolicismo: “Do fogo ardente de anticlericalismo, positivismo e republicanismo na capital do Norte haviam de chegar labaredas ou algum calor aos bancos das escolas, como a Médico-cirúrgica.” A “irreverência, independência mental, algidez religiosa e incompatibilidade clerical” eram, segundo Luís de Pina, traços da personalidade de Júlio de Matos “bastante diferentes do meio fechado e de fortes crenças religiosas, como era da burguesia e do meio católico em que viveu”, daí a sua “delicada posição” junto daqueles que administravam o Hospital Conde Ferreira, que era a Santa Casa da Misericórdia do Porto.<sup>99</sup>

Não obstante as dificuldades que Júlio de Matos antecipava à sua nomeação, não deixava de exprimir a Teófilo Braga as esperanças e as potencialidades científicas que o Hospital Conde Ferreira representava para o estudo da patologia mental, desde a indicação de boas infraestruturas de apoio aos cuidados médicos e à investigação científica, até à promessa da lecionação de aulas da especialidade e mesmo a criação de

---

<sup>99</sup> PINA, 1958: 11

uma revista especializada referente ao estudo destas matérias, como o próprio diz em carta de 19 de março de 1882:

O hospital será um magnífico meio de estudo. Além das grandes massas clínicas que oferecerá, porque comporta aproximadamente 400 doentes, dispõe de um magnífico gabinete de fisiologia experimental e de histologia, perfeitamente instrumentado, que se estabeleceu em casa especial, construída já depois da entrada do Senna e a instâncias dele. A sala das autópsias nada deixa também a desejar, qualquer que seja o lado, higiénico ou propriamente científico por que se olhe.

O Senna propõe-se a criação de cursos de alienação mental feitos por ele e pelo interno e bem assim a de uma Revista de doenças mentais e nervosas, órgão do estabelecimento e de todos os trabalhos portugueses tentados neste sentido. É como vê, uma perspectiva sedutora para quem deseja trabalhar. O problema económico com que tanto se luta neste pequenino meio de cretinos, fica resolvido porque o ordenado é de um conto de reis com casa e mesa. Pode-se assim trabalhar a sério, não lhe parece? Há mesmo nestas condições a imperiosa obrigação moral de produzir alguma coisa de útil e, se para tanto der a inteligência, de original.

Suponho que o desejo que o Senna tem de que eu entre é uma base segura; não obstante tenho empenhado na questão mais alguém. O Teófilo quando tiver um bom quarto de hora disponível, diz-me se pode ou não escrever ao Cyrne; e depois eu digo-lho de cá, com a franqueza de bons amigos, o sentido em que desejava que o Teófilo escrevesse. Conto com a sua boa vontade.<sup>100</sup>

Em carta de 29 de março de 1882 diz Júlio de Matos ainda acerca da sua nomeação para o hospital:

As coisas estão bem preparadas e o Dr. Senna tem dito a muitos colegas que a minha entrada para o hospital é para ele uma questão decisiva. Ou eu entro ou ele sai. Eu não conhecia o Senna e as minhas relações com ele iniciaram-se por um simples oferecimento que lhe fiz da minha tese. O homem gostou do trabalho e do modo como verberei os podões da escola médica daqui. O que é certo é que me disse: «Para se ser alguma coisa, não é indispensável entrar para o grémio de um professorado sem créditos; o meu amigo ocupará como médico um lugar invejado». Ele tenciona criar cursos livres de patologia mental e provocar a criação na Escola de cadeiras especiais. Dado que isto

---

<sup>100</sup> MATOS, 1935: 103

ao fim de um ou dois anos se consiga, eu poderei reger uma cadeira, *bom gré, mal gré*, ao lado daqueles pedantes tão estúpidos como autoritários e maus. (...)

Tenho sondado tudo e tenho ouvido que a escolha do Senna não encontrará por parte da Misericórdia oposição alguma. Sendo assim, a minha entrada será certa, como o Sena afirma.<sup>101</sup>

Em carta de 29 de agosto de 1883, já como médico adjunto do Hospital Conde de Ferreira, o entusiasmo inicial de Júlio de Matos parece desvanecer-se tendo em conta as dificuldades do serviço:

Há muito que lhe não escrevo, porque tenho lutado muito aqui pela organização do serviço deste Hospital, que é uma Babilónia. (...) Eu cá estou entregue de alma e coração à especialidade, que tem belezas e espinhos de toda a sorte; há nela com que tentar um batalhão de fortes espíritos.

Recebo as suas ordens neste palácio de vencidos na luta pela existência.<sup>102</sup>

## **2.5. *Manual das Doenças Mentais* (1884) e *Elementos de Psiquiatria* (1911)**

Em 1884, na qualidade de médico adjunto do Hospital de Alienados do Conde Ferreira no Porto, Júlio de Matos publica o *Manual das Doenças Mentais*, que se traduziu num importante acontecimento médico-científico em Portugal por se tratar da primeira obra deste género no nosso país.<sup>103</sup> Nas palavras de José Morgado Pereira, esta obra reflete o “empenho no ensino e assistência no Hospital Conde de Ferreira no Porto e o papel do seu primeiro diretor, António Maria de Sena”, em oposição ao Hospital Rilhafoles em Lisboa “onde se acumulavam problemas e insuficiências graves”.<sup>104</sup>

No prefácio a esta obra o autor nota o estado retrógrado da medicina portuguesa face ao “problema delicado e complexo da alienação mental”, comparativamente aos restantes países europeus cuja investigação e literatura sobre o assunto eram profícuas e proactivas. Sem manuais sobre o assunto e sem ensino oficial da especialidade, Portugal

---

<sup>101</sup> MATOS, 1935: 104-105

<sup>102</sup> MATOS, 1935: 108

<sup>103</sup> O *Manual das Doenças Mentais* foi dedicado a António Maria de Sena, professor substituto da Faculdade de Medicina em Coimbra e diretor clínico do Hospital Conde Ferreira, “Como testemunho de admiração e de respeito”.

<sup>104</sup> PEREIRA, 2012: 349



não se encontrava munido dos recursos pedagógico-científicos adequados para fazer frente a uma considerável população de alienados que preenchiam o Rilhafoles em Lisboa e o Conde Ferreira no Porto. Estes hospitais, que deveriam ser “instrumentos científicos da mais alta importância”, cuja potencialidade já Júlio de Matos tinha feito notar numa carta a Teófilo Braga, realçando as condições excepcionais de observação da patologia mental que um hospital com aproximadamente 400 doentes podia oferecer, subsistiam na realidade como “meros institutos humanitários, consoladores (...) para os foragidos da razão e indispensáveis à segurança social, mas infecundos para o progresso da medicina e, o que mais é, estéreis mesmo para a necessária vulgarização da especialidade.” O objetivo desta obra, face à falta de recursos próprios, foi a de condensar e expor os princípios mais relevantes sobre a alienação mental, de forma didática e “de um modo facilmente acessível aos médicos não alienistas e aos estudantes de medicina que desejem habilitar-se para o exercício áspero da especialidade”. Crê Júlio de Matos que “a leitura de alguns anos, fertilizada nos últimos tempos pela prática diária e exclusiva dos alienados num hospital populoso” lhe permitiam então condensar numa só obra conhecimentos indispensáveis, que seriam há muito de vulgarização no estrangeiro, e que ele próprio teria tido a oportunidade de averiguar na clínica hospitalar, de modo a suprimir as dificuldades do país nesta matéria contribuindo deste modo para a vulgarização e o desenvolvimento do estudo da alienação mental em Portugal.<sup>105</sup>

O *Manual das Doenças Mentais* encontra-se dividido em três partes: *Patologia Geral*, que tem como objetivo, antes de analisar individualmente as várias espécies de alienação mental, apontar os traços comuns que a caracterizam e sobre os quais se manifesta, a fim de familiarizar o leitor com os “sinais próprios da alienação mental”, debruçando-se sobre a etiologia, sintomatologia, anatomia patológica, diagnóstico, prognóstico e tratamento das doenças mentais; a *Patologia Especial das Doenças Mentais*, em que, após o exame da generalidade das causas, sintomas, lesões anatómicas e tratamentos, passa agora a tratar isoladamente cada uma das formas de alienação. Assim, temos no primeiro capítulo as *Loucuras Vesânicas* que podem dividir-se em duas

---

<sup>105</sup>Segundo José Morgado Pereira o *Manual das Doenças Mentais* reflete o estado dos conhecimentos sobre a alienação mental até meados do século XIX – até ao início da década de 80, como nota o autor, as referências eram sobretudo os trabalhos de Pinel e Esquirol – “dado o acentuado isolamento da Psiquiatria em relação à restante Medicina, o que se reflete nas diversas formas de *Loucura*, integráveis no que Latéri-Laura denominou o paradigma da alienação mental, “*grandes loucuras*” observadas nos asilos de alienados, com pouca expressão dos quadros sintomáticos mais observáveis nos hospitais, nomeadamente psicoses sintomáticas, quadros de auto-intoxicações e infeções que irão sendo progressivamente reconhecidos”. PEREIRA, 2012: 349

ordens de delírios: *generalizados* (se invadem toda a esfera psíquica) como a melancolia, mania, excitação maníaca e loucura parcial; ou *parciais* (“se se circunscrevem a um número mais ou menos limitado de ideias e de sentimentos”) como o delírio de perseguições, lipemania erótica, demonomania, loucura da dúvida, dipsomania, megalomania, erotomania, e a teomania. No segundo capítulo as *Loucuras Orgânicas*, onde se inscrevem o delírio agudo, a demência e a paralisia geral. No terceiro capítulo as *Loucuras Nevropáticas*, onde se incluiu a loucura epilética, loucura histérica, loucura coreica, loucura cataléptica e loucura na paralisia agitante. No quarto capítulo as *Loucuras Tóxicas*, onde se conta a loucura alcoólica e a loucura saturnina. No quinto capítulo as *Loucuras Simpáticas*, em que se incluem a loucura genital, loucura puerperal e a loucura cardíaca. No sexto capítulo as *Loucuras Diatélicas* como a loucura tuberculosa, loucura reumatismal e a loucura sifilítica. No sétimo capítulo as *Loucuras Congénitas ou Morfológicas*, tal como a fraqueza de espírito, imbecilidade, idiotia e o cretinismo. Os últimos dois capítulos são inteiramente dedicados à análise da *Loucura Lúcida* (cap.VIII) e à *Loucura Infantil* (cap. IX). Por último, a terceira parte da obra dedica-se à *Medicina Legal dos Alienados*, onde Júlio de Matos discute, em capítulos próprios, os casos em que o alienista pode ser requisitado como “perito na constatação do estado mental”.

Para cada uma das patologias abordadas nesta obra a análise passava pelos seguintes pontos: definição, etiologia, anatomia patológica, prognóstico e por fim, tratamento. Podemos encontrar na análise de algumas patologias observações médicas, com exemplos concretos dados através de histórias clínicas de doentes portugueses ou estrangeiros, de modo a facilitar pela exposição de casos práticos as matérias abordadas.

Em 1911 Júlio de Matos publica *Elementos de Psiquiatria*, que comporta um objetivo semelhante à publicação do *Manual das Doenças Mentais* em 1884, o de “prestar aos policlínicos e aos estudantes de medicina serviços de rápido informe e de fácil iniciação em assuntos cujo ensino oficial só muito recentemente e sem carácter obrigatório se iniciou no país”. A separar estas duas obras estava uma “profunda remodelação científica”, que Júlio de Matos dá conta ao evidenciar os novos “métodos de exploração clínica e de tratamento, desconhecidos em 1884” e, por força das exigências do ensino médico, “noções de psicologia e de fisiologia cortical indispensáveis à compreensão patogénica dos sintomas, nomeadamente das alucinações, das desordens motoras e da linguagem”. Mas, aquilo que mais separa o *Manual das Doenças Mentais* dos *Elementos de Psiquiatria* é a parte reservada à nosografia da alienação mental onde

Júlio de Matos diz que se adotou uma nova classificação onde pela primeira vez se descrevem algumas afeções como a “Pelagra, o Morfinismo, o Cocainismo, as Psicoses Tiroideas, a Neurastenia, as Aberrações Sexuais e a Demência Precoce” e outras que são “expostas a uma nova luz” como a “Idiotia, as Psicoses Afetivas, a Loucura Periódica e a Paranoia”. Como nota José Morgado Pereira, além das novas entidades, com destaque para as psicoses acidentais, existe uma “grande mudança na classificação” devido aos “avanços na semiologia psicopatológica e nas alterações conceptuais das denominadas psicoses constitucionais”, o que reflete “os progressos médicos e mudanças no pensamento científico, filosófico e psicológico, com a obra de Darwin, Spencer, Charcot ou Lombroso, entre outros, que direta ou indiretamente condicionam a visão e a mentalidade dominante nestas matérias”.<sup>106</sup>

Enquanto no *Manual das Doenças Mentais* a terceira parte da obra era consagrada à *Medicina legal dos Alienados*, em *Elementos de Psiquiatria* este assunto é suprimido uma vez que, segundo o autor, “a importância do assunto reclama um novo volume, que a este sucederá tão de perto quanto possível, estudando pormenorizadamente as psicopatias nas suas relações com o direito administrativo, civil e criminal.”<sup>107</sup>

## Capítulo 3. Examinar – Diagnosticar

### 3.1. O exame da loucura e das suas causas

Como identificava Júlio de Matos a alienação mental? Quais os sinais mórbidos que denunciavam esta patologia? Qual o modelo conceptual que permitia o alienista distinguir um indivíduo psiquicamente normal de um indivíduo psiquicamente anormal?

No entender de Jean Thuillier, houve quem defendesse que entre o *normal* e *anormal* não existiriam senão “variações quantitativas, diferenças de nível”. No entanto, mesmo que assim fosse, “se queremos definir o anormal pelo muito ou muito pouco, por excesso ou ausência, é preciso compará-lo ao normal reconhecendo o carácter «normativo» do estado dito normal.” Neste âmbito, o *normal* (que deriva do latim *normalis*, e de *norma*, regra), segundo Littré, seria “conforme a regra, regular”. No vocabulário técnico e crítico da filosofia de Lalande, “é normal, etimologicamente (já que

---

<sup>106</sup> PEREIRA, 2012: 349

<sup>107</sup> MATOS, 1911: 8-9

*norma* designa a esquadria) o que não inclina nem à direita nem à esquerda, portanto que se mantém num justo meio-termo”.<sup>108</sup> É daqui que, segundo Jean Thuillier vão derivar dois sentidos da normalidade: “é normal o que é tal como deve ser” e “é normal, no sentido mais usual do termo, o que se encontra na maioria dos casos ou o que constituiu seja a média, seja o módulo de um caracter mesurável”.

Destes dois sentidos vão surgir as duas definições essenciais do conceito de normalidade:

1. Normal = conforme à norma, à regra, às leis reconhecidas, ou seja o que funciona sem desordem, sem perturbação e, se se trata de mecanismo, sem defeito e sem falhas. Esta definição implica um julgamento de valor: dizemos por exemplo o regime deste motor é normal, a partida deste comboio far-se-á à hora normal.

Mas esta definição aplicada ao homem é ilusória porque não há praticamente ser humano sem doenças e sem conflitos psíquicos. É por isso que a segunda definição deve levar a preferência.

2. É normal o que se encontra na maioria dos casos, o que se faz habitualmente na média, o que constitui um processo corrente e frequente.<sup>109</sup>

Neste âmbito, segundo Jean Thuillier:

*O homem psiquicamente normal*, num tempo, num lugar preciso, e para uma raça precisa, pertence portanto a um grupo de indivíduos maioritários, cuja conduta, o comportamento representa uma percentagem maioritária em relação aos desviantes, aos anormais claramente menos numerosos.

*O homem psiquicamente anormal* segundo a definição acima torna-se um desviante, uma variante que podemos caracterizar como um indivíduo cujo comportamento ou estado se insere fora da média estatística usual dos indivíduos normais. É o que ilustra bem esta frase de um doente mental a quem o seu psiquiatra recusa a saída do asilo, e que constata com amargura: «Evidentemente se fossemos nós os mais numerosos, seriam vocês que ficariam no nosso lugar atrás destes muros.»<sup>110</sup>

---

<sup>108</sup> THUILLIER, 1996 : 11-12

<sup>109</sup> THUILLIER, 1996: 12

<sup>110</sup> THUILLIER, 1996: 12

Ainda, no entender deste autor, o “limite da normalidade”, do “equilíbrio psíquico” determina-se em função da “tolerância do grupo social” e das incontornáveis relações entre o indivíduo e a sociedade. Neste âmbito, importa perceber o que separa o *normal* do *anormal*, o homem equilibrado do homem psiquicamente doente, nas suas relações com a comunidade em que se insere. O indivíduo normal, como observa Thuillier, “integra-se, adapta-se permanecendo autónomo e pode mesmo criar, ou seja, compor, imaginar, inventar qualquer coisa que não existia ainda, ao contrário do anormal que o seu desvio inferioriza, e que, incapaz de se dirigir sem a assistência de outrem, perturba, amotina o seu meio, ou isola-se e por vezes exclui-se ao perigo da sua vida”.<sup>111</sup>

No pensamento matosino há, segundo a análise de Ana Leonor Pereira, uma “posição definida quanto ao complexo problema da delimitação das categorias de *normal*, *anormal*, *saudável* e *patológico*”. Nas suas palavras:

Com efeito, é no quadro da matriz evolucionista que Júlio de Matos opera a distinção entre a normalidade psicológica e o desvio psicopatológico. Quer isto dizer que as doenças mentais são objetivadas e ordenadas hierarquicamente segundo a lei da *involução* deduzida da lei da *evolução mental, afetiva e moral* da espécie humana.

Enquanto o homem normal é contemporâneo da sua época, partilhando com os outros membros da sua condição social o sentir, o pensar e o querer dominantes, o doente mental é contemporâneo de épocas passadas e a sua doença é tanto mais profunda quanto mais remota for a época mental e afetiva que ele representa anacronicamente.<sup>112</sup>

É, portanto, à luz do código evolucionista, que preconizava uma progressiva e inelutável marcha civilizacional em direção à perfeitibilidade humana, que Júlio de Matos analisa as problemáticas da sociedade portuguesa de oitocentos. Neste âmbito, tudo aquilo que remetia para épocas passadas, enquanto manifestações de estádios iniciais da inteligência humana e da civilização, e que por isso contrariavam aquele que deveria ser o natural percurso da humanidade – ideário religioso, socialista etc. – são estigmatizados pelo alienista como manifestações patológicas no ser humano e na civilização.

O exame da alienação mental e o consequente diagnóstico no indivíduo, está portanto, em Júlio de Matos, sobredeterminado pelas proposições do sistema evolucionista. E aqui não se tratava apenas de examinar o indivíduo em si mesmo, mas

---

<sup>111</sup> THUILLIER, 1996: 14

<sup>112</sup> PEREIRA, 1997: 539-540

de todo o meio físico e moral que o envolvia, o seu passado e os seus ascendentes. Aplicado à prática alienista, o “exame transformava o louco num objeto de saber e num alvo de poder”, sujeitando-o a uma “vigilância permanente que o conduzia à confissão da sua culpa e o entregava ao poder normalizador do médico”.<sup>113</sup>

O exame é a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julga-los, medi-los, localizá-los e, por conseguinte, utilizá-los ao máximo. Através do exame, a individualidade torna-se num elemento pertinente para o exercício do poder.<sup>114</sup>

Para Michel Foucault, o exame revela-se como a instância que proporciona as duas grandes funções da disciplina: o processo de normalização e de punição. Graças ao “poder da escrita” que é para o autor, uma “peça essencial nas engrenagens da disciplina”, os indivíduos são colocados sob uma atmosfera de permanente vigilância:

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um olhar normalizador, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. A ele juntam-se a cerimónia do poder e a forma da experiência, a manifestação da força e o estabelecimento da verdade. No centro dos processos de disciplina, manifesta a sujeição daqueles que são vistos como objetos e a objetivação dos que estão submetidos.<sup>115</sup>

Michel Foucault encontra na Psiquiatria do século XIX a “pior exclusão a que foi submetido o louco”. Enquanto na *idade clássica* essa exclusão teria sido assegurada pelas correntes, na *modernidade* “será conseguida ao nível mais subtil e perigoso da consciência”. Neste âmbito, mediante uma clara distinção entre o normal e o patológico, o médico tinha a “consciência plena de não ser louco”, e só assim podia “analisar o ‘doente mental’ como um objeto que não altera a sua razão”<sup>116</sup>.

---

<sup>113</sup> CUNHA, 2002: 117

<sup>114</sup> Citado por : CUNHA, 2002 : 116

<sup>115</sup> FOUCAULT, 2017: 213

<sup>116</sup> CUNHA, 2002: 99

Júlio de Matos asseverava, no *Manual das Doenças Mentais* (1884), relativamente à “imitação”, enquanto causa predisponente da loucura, que este fator apenas exercia influência nos “fracos de espírito”, “pouco trabalhados pela cultura intelectual”, onde não existia “poder de concentração”, bem como capacidade avaliadora suficiente para apreciar convenientemente os factos. Pelo contrário, crê “firmemente” Júlio de Matos, que “a convivência com os alienados não pode produzir senão resultados benéficos nos espíritos observadores e reflexivos”. Segundo as palavras do alienista: “Fundo esta crença principalmente na ausência de casos de loucura em médicos alienistas. De resto, compreende-se *a priori* que o exame objetivo e, se assim posso exprimir-me, naturalista dos desvios psíquicos do homem, deve num cérebro bem organizado radicar o equilíbrio das faculdades”.<sup>117</sup>

Se nas doenças “normais” o diagnóstico tinha um papel importante, essa função era no caso das doenças mentais ainda mais relevante “pelas consequências de ordem social que implica”. Nas palavras de Júlio de Matos:

Com efeito, ao capitular uma forma de loucura, o alienista avalia até que ponto o doente pode ser perigoso para si ou para a ordem pública, julgando assim da oportunidade ou inoportunidade de uma sequestração. Joga-se, pois, na solução deste problema a liberdade de um individuo e a segurança de uma sociedade; e o alienista desempenha, por isso, simultaneamente dois papéis diversos: o de clínico, instituindo o tratamento que naturalmente deriva do diagnóstico, o de agente da autoridade publica, dispondo, em nome desse mesmo diagnóstico, da liberdade do doente.<sup>118</sup>

Júlio de Matos, além de patologista do espírito, incumbia-se também da função de “agente da autoridade pública”, zelador da ordem individual e social. Por meio da sua prática clínica, o alienista, único detentor do saber sobre as doenças do espírito – etiologia, sintomatologia, nosologia – bem como da maneira de as prevenir e tratar, revestia-se de um papel semelhante ao de um juiz, no sentido em que lhe era reconhecida a competência, mediante um diagnóstico, de avaliar a perigosidade de um individuo, para si próprio e para a ordem pública, e determinar a sua sequestração num asilo. Júlio de Matos reconhecia assim o “direito” e mesmo o “dever”, enquanto patologista do espírito e

---

<sup>117</sup> MATOS, 1884: 26

<sup>118</sup> MATTOS, 1884: 62

simultaneamente “autoridade pública” de se pronunciar sobre as “doenças” da sociedade e os meios de prevenir a proliferação de elementos patogénicos.

O alienista, munido de um amplo conhecimento científico sobre a patologia mental, desenvolvido e legitimado pela sua própria experiência hospitalar, instruía os futuros médicos alienistas e não alienistas sobre quais os caracteres comuns à maioria dos alienados.

Relativamente à importância e às implicações que comportavam um certificado de alienação mental – sequestração, perda de direitos e irresponsabilidade criminal – Júlio de Matos reconhecia que neste domínio o alienista “exerce o maior dos seus direitos, mas cumpre também o mais espinhoso dos seus deveres”.<sup>119</sup> Requeria-se, portanto, para a prática deste exercício, um médico experiente no assunto e que soubesse reconhecer por “sinais certos” a alienação mental.

A metodologia de averiguação da loucura passava pelo *Exame direto*, como o próprio nome indica, em presença do potencial alienado, ou por *Exame indireto*, análise que não incidia particularmente no indivíduo mas na investigação de todo um conjunto de fatos e circunstâncias que pela sua homogeneidade indiciariam e viriam a confirmar uma perturbação presente. Neste âmbito, o exame tinha como objetivo não apenas a análise do examinando, mas a averiguação de todo um possível passado de desvios, de anormalidades, onde a avaliação do carácter presente e passado dos seus familiares entravam igualmente na equação.

O olhar do alienista exigia-se de tal modo “experimentado” que deveria reconhecer a loucura latente, muito antes de ela se manifestar, por isso, a observação do alienista, revestia-se de um carácter profético. Assim, no caso dos indivíduos que experimentavam “alterações mais ou menos profundas e radicais” da personalidade – “à serenidade sucede a cólera, à alegria as inclinações sombrias, à paciência a irritabilidade, à previdência o abandono de todos os cuidados da vida, à lealdade a hipocrisia, a dissimulação” –, aos olhos do alienista, “modificações deste género são elementos de prognóstico da loucura, quando ainda os que cercam o indivíduo afetado não pensam mesmo na possibilidade de um tal acontecimento”<sup>120</sup>.

No *Exame direto*, segundo as indicações de Júlio de Matos, deveriam ser adotadas diferentes posturas no interrogatório, consoante o ambiente em que se realizava, o grau de entendimento do alienado e o tipo nosológico da alienação. Assim, se o exame fosse

---

<sup>119</sup> MATOS, 1884: 209

<sup>120</sup> MATOS, 1884: 37



feito num hospital público ou numa prisão, neste caso frente a alienados criminosos que arriscavam a interdição, não existiria “inconveniente em que o médico revista um certo character autoritário”. No entanto, se o exame se procedesse numa casa particular, onde o alienado “sente à volta de si o amparo de uma família consternada” e conseguia “perceber o alcance de um interrogatório formal”, o alienista deveria optar por uma atitude diferente, neste caso, “revestindo um character em relação com a fisionomia especial do delírio” ou com a “condição social do doente”, que antecipadamente conhecia. Neste âmbito, se o examinando fosse um “paralítico geral expansivo” ou um megalómano, o alienista dizia-se “enviado de um banqueiro, de um ministro, de um alto personagem, propondo-lhe um negócio importante, uma transação de alcance social”. Se fosse um examinando com ideias de perseguição, deveria apresentar-se como “um delegado da autoridade para tomar nota oficial das suas queixas e saber contra quem deve proceder-se judicialmente”. Se o caso fosse de loucura religiosa, o alienista deveria “afetar o aspeto de um crente que deseja edificar-se com o alienado”. Todas estas metamorfoses do alienista seriam necessárias para “não levantar no espírito do doente suspeitas de qualquer ordem”, daí a importância de um profundo conhecimento da alienação mental, das definições e das variedades que revestiam cada categoria.<sup>121</sup> Se por acaso o alienista não conseguisse saber de antemão o carácter dos delírios do indivíduo que iria examinar, o que se revelava para Júlio de Matos uma “situação melindrosa”, o médico deveria “subordinar a sua apresentação à posição social do doente, procurando tornar tão natural quanto possível o motivo da sua presença”. Neste âmbito, se o examinando fosse um negociante, o médico “simulará querer efetuar uma compra”, se fosse um operário, “começará por fazer-lhe uma encomenda”.<sup>122</sup>

Estabelecido o tipo de relação a adotar entre alienista e examinando, Júlio de Matos anota a metodologia a seguir no exame, estabelecida por Tardieu<sup>123</sup>. Primeiro, “Lisonjear as preocupações delirantes do alienado”, que, nas palavras do alienista era, “medida indispensável a tomar no interrogatório”. Segundo explica, não se deveria optar pela atitude contrária, ou seja, contrariar o alienado nas suas ideias, sob pena de “perder-

---

<sup>121</sup> MATOS, 1884: 300-301

<sup>122</sup> MATOS, 1884: 301

<sup>123</sup> TARDIEU, Auguste, Ambroise (Paris, 1818 – Paris, 1879): “Médico psiquiatra francês. Agregado, médico nos hospitais e professor de medicina legal, Tardieu é essencialmente um legista e a sua obra mais interessante é um *Étude médico-légale sur la folie* no qual divide a loucura em diferentes grupos permitindo ao médico legista avaliar o grau de responsabilidade do doente acusado. Escreveu igualmente uma obra sobre os maus tratamentos exercidos sobre as crianças. Um Americano propôs dar o nome de Ambroise Tardieu ao «síndrome da criança pisada».” THUILLIER, 1996: 759

lhe a confiança”. Neste âmbito, “afetar que se lhe dá crédito, que se pensa como ele”, seria o melhor meio para “atrair-lhe a estima e conduzi-lo ao caminho das revelações e das confidências necessárias ao diagnóstico”. Paralelamente, máxima que também não se deveria desprezar era a de “Não perturbar a exposição do alienado com interrupções constantes”, de modo a que o alienado revelasse as suas “ideias delirantes” naturalmente.

O exame deveria também explorar, “com vantagem”, as ideias do doente relativamente à religião, à política, à organização social, regulamentação do trabalho, domínios em que, segundo Júlio de Matos, não raras vezes, se fazia “vibrar a nota do delírio de grandezas, encontrando-se onde menos se espera um profeta ou um reformador”.<sup>124</sup>

Em que medida o desconhecimento antecipado da índole do delírio punha o médico perante uma “situação melindrosa”? No momento em que o alienista ia examinar e apurar da possível loucura do examinando, já com acesso a informações prévias sobre a sua personalidade “delirante”, qual seria o grau de imparcialidade do médico? E que considerações fazer acerca da metodologia utilizada no exame da alienação mental, assim explicitada por Júlio de Matos? No intuito de averiguar a possível presença de uma patologia, o alienista finge, adere, alimenta as ideias “delirantes” do examinando, faz-se seu confidente, estabelece com ele uma relação de confiança, um clima de simpatia e compreensão, condói-se com os seus males, legitima as suas queixas, para que este discorra livremente as suas angústias ou reclamações, de modo que não se aperceba do embuste montado. Neste âmbito, o alienista iria examinar verdadeiramente ou recolher apenas presencialmente mais elementos para sustentar o seu diagnóstico já pré-determinado? Por último, mas não menos importante, em que medida era importante explorar “com vantagem” as ideias políticas e de organização social, ou religiosas, do examinando, no apuramento de uma possível patologia mental?

Se no pensamento matosiano havia uma posição bem definida quanto à distinção entre o *normal* e o *patológico*, estariam igualmente devidamente fixadas as causas que predispunham e que determinavam a alienação mental, também estas, equacionadas à luz do código positivista-evolucionista.

Nas palavras de Anne-Marie Moulin, a preocupação com a etiologia das doenças, partilhada tanto pelos médicos como pelos pacientes, é um ponto determinante na medicina. Para o doente a “ideia de uma doença sem causa é provavelmente intolerável,

---

<sup>124</sup> MATOS, 1884: 302-303

não somente porque o saber é uma forma de domínio do destino, mas porque a doença é desordem e sofrimento e pede uma forma de justificação”. Para os médicos, “a procura de uma causa é uma maneira de ordenar o caos das observações empíricas e se possível considerar uma cura radical, uma prevenção ou um tratamento racional”.<sup>125</sup>

Também no domínio da patologia mental, a determinação das suas causas tratava-se de uma investigação central no alienismo. Deste modo, procurou-se abranger e avaliar a influência de praticamente todos os domínios da existência humana na preparação e consequente manifestação da loucura.

Não apenas as influências de origem orgânica foram tidas em conta – hereditariedade, traumatismos, lesões cerebrais, etc. – mas igualmente tudo aquilo que rodeava o indivíduo, tudo o que pudesse influir sobre o seu desenvolvimento psicossocial foi analisado e medido.

Quando Esquirol avalia o estado dos conhecimentos sobre a natureza da alienação mental em 1805, afirmava que durante muito tempo se havia esquecido “o verdadeiro ponto de partida: o homem físico”. Neste âmbito, há medida que a influência metafísica e moralista de desvanecia deste domínio de investigação, para dar lugar a uma observação empírica e verdadeiramente científica da questão, Esquirol afirmava que “começamos a observar qualquer coisa mais que a lesão das faculdades intelectuais”:

O hábito de ver de perto os alienados despertou a atenção sobre o seu carácter, as suas paixões, as suas determinações. Sentimos a necessidade de apreciar as influências inumeráveis às quais estão submetidos. E não somente os climas, as estações, a idade, o sexo, o temperamento, o regime, a maneira de viver, influem sobre a frequência, o carácter, a duração, as crises, a terminação, o tratamento físico e moral desta doença; mas ela é ainda modificada pelo estado das faculdades intelectuais, os progressos da civilização, as paixões, os costumes, os hábitos, as leis, a situação política de cada povo.<sup>126</sup>

A hereditariedade, enquanto causa principal da alienação mental, fixou-se desde a segunda metade do séc. XIX, especialmente com a teoria da degenerescência, constituindo o seu principal alicerce. Como veremos, a hereditariedade mórbida revela-se no pensamento matosiano, o mais importante fator da patologia do espírito.

---

<sup>125</sup> LECOURT, 2004: 446

<sup>126</sup> ESQUIROL, 1805: 5

Simultaneamente, esta categoria biológica, “ao tempo, ainda tão pouco científica”, revelar-se-á em Júlio de Matos a “chave da sua objetivação elitista da sociedade”.<sup>127</sup>

### 3.2. A teoria da degenerescência: o sucesso de uma ideia

A teoria da degenerescência<sup>128</sup> surge em meados do séc. XIX e tratou-se do primeiro modelo de explicação etiológica da loucura. Enunciada por Morel<sup>129</sup>, em 1857, no seu *Traité des dégénérescences*, está-lhe reservado um futuro de sucesso, dada a larga difusão que conheceu por toda a Europa e a durabilidade das suas conceções, permanecendo como um dogma até aos inícios da Primeira Guerra.

Os pressupostos sobre os quais se apoia Morel para construir “uma aproximação resolutamente organicista da doença mental”, situam-se no domínio religioso-metafísico. A teoria da degenerescência vinculava a ideia de um pecado original, em que a revelação da loucura seria a “consequência de uma decadência original, aquela que atinge a criatura pecadora, afastada do paraíso” ou seja, “uma transformação patológica superveniente sobre o homem perfeito tal e qual como Deus o criou.”<sup>130</sup> Neste âmbito, em “nome da crença da consubstancialidade da alma e do corpo”, Morel não faz uma distinção entre causas físicas e morais, concorrendo todas elas no mesmo plano para a explicação da alienação mental.<sup>131</sup>

---

<sup>127</sup> PEREIRA, 1997: 505

<sup>128</sup> Segundo Jacques Postel, o termo *degenerar*, surge no século XIV, em sentido literal, como “perda das qualidades naturais da sua raça”. No fim do século XVIII, *degeneração* e *degenerescência*, “conquistam rapidamente um sentido médico preciso, específico da anatomopatologia recente, enquanto “transformação patológica de um tecido” (é neste sentido que este conceito continua a ser largamente utilizado pelos neurologistas). Os naturalistas como J. Lamarck ou Buffon definem a degenerescência como um “desvio doentio da espécie”. Em seguida este conceito não cessa de evoluir no decurso da elaboração de teorias sucessivas que lhe servem de base: são as *teorias da degenerescência*.” POSTEL, 2011: 120

<sup>129</sup> MOREL, Bénédicte-Augustin (1809-1873) : “Médico alienista francês (1809-1873). Criou a teoria da degenerescência para explicar a aparição das doenças mentais por uma hereditariedade mórbida. Depois dos estudos religiosos e alguns anos de jornalismo, Morel empreende estudos de medicina em Paris, em 1834, e estuda psiquiatria com J. P. Falret e Ch. Lasègue. Antes de mais médico-chefe no asilo de Maréville, perto de Nancy (em 1848), continua a carreira em Saint-Yon, perto de Rouen, a partir de 1856. Os seus trabalhos clínicos são o objeto dos dois volumes dos seus *Études cliniques* (1852-1853) e do seu *Traité des maladies mentales* (1860). É sobretudo o seu *Traité des dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés maladives*, de 1857, que o vai tornar conhecido. Influenciado pelo pensamento filosófico e moral do seu antigo companheiro de estudos P. Buchez, defende uma teoria etiológica das doenças mentais onde a hereditariedade tinha um grande lugar”. POSTEL, 2011: 279

<sup>130</sup> POSTEL, 2011 : 120

<sup>131</sup> LECOURT, 2004 : 310-311

Para Morel, as “alterações provocadas pelo meio sobre o organismo humano transmitem-se e desencadeiam um processo mórbido” submissas a duas leis fundamentais. A primeira afirmava que “o mecanismo hereditário produz a diferença e que não é portanto apenas a repetição de caracteres idênticos do indivíduo ao descendente”; a segunda que a “transmissão desencadeia um processo de agravamento desses traços patológicos”<sup>132</sup>. Neste âmbito:

Este duplo processo funda o estado de degenerescência e permite interpretar as modificações do organismo – uma vez transmitindo-se – como os desvios em relação a um estado inicial, aquele criado na origem do mundo por Deus e, portanto, a este título, imutável. A degenerescência é assim um estado patológico particular que tem as suas leis próprias e que conduz à formação de uma variedade – para recuperar o termo utilizado por Morel – no seio da espécie humana. Os degenerados são as pessoas vítimas de anomalias do desenvolvimento fisiológico clássico e presentemente, desta forma, sinais físicos e morais intrinsecamente diferentes das pessoas sãs.<sup>133</sup>

Precisamente, o ponto forte da teoria de Morel, e que mais vai seduzir os seus contemporâneos, é a ligação que este estabelece entre desordem cerebral e transmissão hereditária, atribuindo a este mecanismo um papel central na compreensão da etiologia e da patogenia das doenças mentais. Familiarizado com o transformismo de Lamarck e de Buffon, e recorrendo a fontes naturalistas, experiências fisiológicas, e até mesmo relatórios de viajantes, Morel revelava, desde os seus primeiros trabalhos, “uma vontade, muito positivista, de por em dia o princípio primeiro, a lei que em psiquiatria rege a evolução dos fenómenos”.<sup>134</sup> Terá sido o transformismo de Lamarck, que inspirou Morel

---

<sup>132</sup> Segundo explica Jean Christophe Coffin, em junho de 1848, Morel, enquanto médico da Faculdade de Medicina de Paris, assinava um artigo em que defendia a criação de uma medicina social, cujo principal objetivo seria a de prover à saúde do povo, “o capital social mais claro e mais precioso”, dada a “degradação da situação moral e física” do mesmo. Dez anos mais tarde, quando se torna médico chefe de um asilo de alienados, pôde comprovar, com alarme, aquilo que tinha denunciado, ao constatar “a acumulação dos suicídios, dos delitos, da loucura, e o precoce aumento da delinquência dos menores”. Daí esta “preocupação concernente às causas deste aumento dos desregramentos humanos e dos seus efeitos desastrosos no corpo social” que se prolonga em Morel “para uma interrogação sobre a natureza da loucura”. COFFIN, 2003: 5

<sup>133</sup> COFFIN, 2003: 7

<sup>134</sup> POSTEL, 2004: 233. Importa frisar que Morel é um acérrimo católico e não é darwiniano. A *Origem das Espécies*, de Charles Darwin, surge dois anos após a teoria da degenerescência, em 1859. Como esclarece Jacques Postel, ainda que subjacente à ideia de degenerescência, como “desvio doentio da espécie”, esteja o conceito de transformação, este não é do tipo darwiniano, “ligado aos processos adaptativos da evolução conduzindo o homem na direção de formas novas”. POSTEL, 2004: 234-235

a “constituir a loucura como um processo de caracter familiar, evoluindo sobre inúmeras gerações”.<sup>135</sup>

No seu *Traité*, Morel enumera uma série de causas predisponentes, ou seja, causas cuja influência debilitariam gradualmente o organismo, fixando a ação hereditária como a mais importante. Assim se constroem duas noções fundamentais da teoria da degenerescência: a ideia de “predisposição” e de “estigma”. Estas causas, que podiam ser físicas ou morais, individuais ou gerais<sup>136</sup>, por acumulação hereditária, iriam originar em cada novo indivíduo uma “predisposição”, uma fraqueza orgânica, que o poderia conduzir, sob a influência de causas determinantes, à alienação mental. O “estigma”, que podia ser moral (atraso intelectual ou afetivo, inadaptação social) ou físico (atrofias, hipertrofias ou distrofias), seria a face visível desse processo degenerativo.<sup>137</sup>

O mecanismo degenerativo é da seguinte forma explicado por Patrice Pinell:

Sob a sua ação um indivíduo vai desenvolver um dano nervoso podendo manifestar-se por perturbações mentais, muitas vezes menores, mas que, sobretudo, vão alterar a sua hereditariedade. Ele transmite aos seus descendentes uma predisposição à fraqueza nervosa. Fragilizados, estes últimos são expostos a desenvolver, por sua vez, uma verdadeira doença mental, por pouco que sejam submetidos à ação das causas determinantes, podendo ser elas também físicas, morais ou sociais. Agravando-se de geração em geração (agravamento que se manifesta por estigmas de degenerescência) o processo continua até à vinda ao mundo de um degenerado completo (onde o idiota acamado é um exemplo modelo), incapaz de procriar. Então a descendência degenerada extingue-se.<sup>138</sup>

A teoria da degenerescência surge num contexto “marcado pela conjunção entre a institucionalização crescente dos alienados no seio dos asilos, o aumento considerável das populações internadas e o estado de crise relativa no qual se encontravam as abordagens clínicas da loucura”, num período marcado por intensos debates sobre “a

---

<sup>135</sup> POSTEL, 2011: 120

<sup>136</sup> No seu *Traité*, Morel considerava que fatores como o alcoolismo, a imoralidade, a má alimentação, as más condições de habitação e de trabalho, conduziram a “consequências patológicas características de certas descendências familiares”. Consequências estas que seriam apreciáveis em alguns membros de uma mesma família, tais como a alienação mental, imbecilidade, idiotia ou esterilidade, durante mais de quatro gerações. Segundo Ian Dowbiggin, Morel sustenta a sua teoria na observação de comunidades operárias em Rouen e em famílias localizadas em zonas rurais isoladas. DOWBIGGIN, 1993: 158

<sup>137</sup> Segundo Jacques Postel, a ideia de que o “corpo traduz as qualidades da alma” não era nova, tendo sido retomada por Morel, leitor de Franz Gall. POSTEL, 2011: 121

<sup>138</sup> LECOURT, 2004, 311

natureza das doenças mentais (doenças do espírito ou do corpo) e as suas relações com as transformações que conhecia o mundo social”<sup>139</sup>. Mais concretamente, esta teoria surge na confrontação de dois grandes problemas da altura: “a ineficácia das terapêuticas (o fracasso do tratamento moral torna-se patente) e a complexidade infinita das classificações sobre as quais ninguém se entendia.” Tendo em conta estas questões, a teoria da degenerescência elaborada por Morel em 1857, “apresenta-se como um quadro permitindo pensar a loucura e o seu lugar na medicina”.<sup>140</sup>

No que diz respeito ao impacto que a teoria da degenerescência teve para o alienismo podemos dizer que foi esta teoria que possibilitou a sua afirmação científica e socioprofissional a partir de meados do séc. XIX.

Moldados nos cânones do Positivismo de Comte, foram muitos os alienistas que consideraram a introdução da noção de “hereditariedade” na explicação da alienação mental, como uma “libertação” deste ramo da medicina das influências metafísica e teológica. Neste âmbito, submetida a uma metodologia que incidia na observância direta dos factos e na experiência, a psicologia entraria de vez no domínio da positividade, possibilitando assim um maior conhecimento da natureza e das características da alienação mental.<sup>141</sup>

No entanto, autores como Ian Dowbiggin, não confirmam esta interpretação positivista da realidade histórica, segundo a qual a rutura com a teologia e a metafísica teriam representado o arranque de um saber psiquiátrico verdadeiramente científico. Segundo este autor: “depois de mais de cinquenta anos de investigação fisiológica, bioquímica e anatomopatológica, as mesmas irritantes obscuridades caracterizavam sempre o domínio da medicina mental”, relativamente à etiologia, nosologia e terapêutica. Portanto, a afirmação do alienismo, enquanto especialidade médica, deveu-se mais a uma conjuntura complexa ligada a “circunstâncias profissionais, culturais e sociopolíticas” do que a uma melhor compreensão da doença mental e do modo de a tratar.<sup>142</sup>

---

<sup>139</sup> LECOURT, 2004 : 310

<sup>140</sup> LECOURT, 2004 : 310. Segundo Jacques Postel, esta primeira teoria etiológica da loucura, que foi a teoria da degenerescência de Morel, que permitiu inserir a psiquiatria no quadro global da medicina, “responde ao projeto muito positivista de B. A. Morel de colocar o princípio primeiro das doenças mentais e de encontrarem a classificação natural”. POSTEL, 2011: 120

<sup>141</sup> Um dos apologistas desta ideia é Génil-Perrin, autor de uma *Histoire des origines et de l'évolution de l'idée de dégénérescence en médecine mentale* (1913). Júlio de Matos, fará o mesmo elogio aos benéficos resultados da aplicação dos princípios positivos à psicologia em *A Filosofia Positiva e os Progressos da Psicologia Moderna*, no primeiro volume do *Positivismo* (1879-1880).

<sup>142</sup> DOWBIGGIN, 1993: 15

À primeira vista a aprovação da lei de 30 de junho de 1838, cujo conteúdo reconhecia profissionalmente os alienistas como um “corpo de funcionários do Estado”, parecia consolidar e legitimar de vez o alienismo enquanto especialidade médica de reconhecimento e tratamento da loucura. No entanto, como nos explica Ian Dowbiggin, à medida que os médicos eram atraídos para o estudo da alienação mental e começavam a questionar “as suas crenças nas bases físicas da loucura”, começariam a surgir, “algumas nuvens no horizonte”, fruto deste interrogatório “potencialmente catastrófico para os alienistas”, pela significação prática que comportava:

Se a loucura e as desordens do humor fossem antes de mais fenómenos psicológicos sem lesões físicas discerníveis, então não haveria mais razão para intervenções exclusivamente médicas no caso da desordem mental, nem para reclamar que os alienistas sejam mais qualificados que os psicólogos universitários para distinguir um estado mental mórbido de um génio ou de uma simples excentricidade.<sup>143</sup>

Ao mesmo tempo, em França, a partir da década de 1850, os psiquiatras eram confrontados e pressionados, por parte dos mais variados setores da sociedade, por aqueles que punham em causa a credibilidade das suas competências científicas, nomeadamente a Igreja Católica que irrompeu no debate que dominava a época sobre a relação do corpo e do espírito, no contexto da reação católica no Segundo Império (1852-1870). Durante todo o séc. XIX, foram vários os intelectuais franceses que se debruçaram sobre esta questão, debate ao qual os alienistas, que se reclamavam como os únicos competentes a diagnosticar e tratar as perturbações do espírito, não poderiam escapar e seriam naturalmente implicados. No entanto, da participação neste debate, as divergências no seio dos alienistas agudizaram-se ainda mais quanto a esta matéria: uns, “adotaram o argumento fisiológico segundo o qual mesmo as mais altas funções mentais estariam sob a dependência de leis naturais que governavam a matéria organizada”, outros adotaram uma “posição espiritualista mais ortodoxa segundo a qual essas funções seriam finalmente independentes dos processos orgânicos”.<sup>144</sup>

Paralelamente, uma corrente laica, a partir da década de 1860, questionava a necessidade de asilos controlados medicamente pelos alienistas enquanto única solução de assistência aos alienados, e lançava um ambiente de suspeição geral, a nível jurídico e

---

<sup>143</sup> DOWBIGGIN, 1993 : 17

<sup>144</sup> DOWBIGGIN, 1993: 17-18



popular, no que toca à responsabilidade criminal.<sup>145</sup> Todos estes fatores mostrariam aos médicos alienistas a “necessidade de um modelo patológico suscetível de legitimar o seu diagnóstico, a sua terapêutica e as suas aproximações sociais da loucura”.<sup>146</sup>

Neste âmbito, sustenta Ian Dowbiggin, foi este “profundo sentimento de insegurança” que levou os alienistas a aceitarem a teoria da degenerescência no último terço do século XIX:

A teoria da degenerescência hereditária conseguia aos médicos alienistas um conceito unitário que incluía o afeto e o comportamento patológico em termos sociais, biológicos e psicológicos. Era notavelmente eclético e muito aberto em possibilidades: porque incorporava em si numerosos aspetos das ciências biológicas e do comportamento sob uma única rúbrica; era perfeito para disfarçar as inconsistências e as anomalias do saber psiquiátrico, reforçando a ambição dos psiquiatras de ser reconhecidos como competentes.<sup>147</sup>

A teoria da degenerescência será revista e corrigida um quarto de século mais tarde por alienistas franceses como Magnan, Legrand du Saulle, ou neurologistas como Féré, Déjerine, que a reinterpretaram à luz do evolucionismo darwiniano. Neste novo quadro interpretativo, a teoria da degenerescência deixa cair as referências católicas, como a do homem perfeito criado por Deus e que gradualmente se afasta da perfeitibilidade inicial, substitui-as pelo princípio darwiniano da *seleção natural*, enquanto a extinção das famílias degeneradas é interpretada segundo outro princípio darwiniano da *luta para a vida*.

Mas é sobretudo a V. Magnan<sup>148</sup> que se deve a sistematização definitiva da teoria da degenerescência, conduzindo à sua definição em 1895:

---

<sup>145</sup> Segundo Ian Dowbiggin, as “inquietudes” dos psiquiatras só começariam a diminuir com o fim da “ameaça” monárquica sob a III República em 1877 e a ascensão ao poder de políticos “favoráveis à ideologia das ciências naturais”. No entanto, os psiquiatras “tinham desenvolvido uma atitude circunspecta para com as forças sociais e políticas”, uma vez que teriam percebido que o “reconhecimento da sua competência estaria ameaçada pelas forças populares hostis à sua concepção do mundo naturalista e racionalista”. DOWBIGGIN, 1993: 18

<sup>146</sup> DOWBIGGIN, 1993 : 17

<sup>147</sup> DOWBIGGIN, 1993 : 18

<sup>148</sup> MAGNAN (Valentin). “Psiquiatra francês (Perpignan 1835-Paris 1916). Foi o defensor da teoria da degenerescência. Antigo interno dos hospitais de Lyon e de Paris (onde foi aluno de J. Baillarger e de J. P. Falret) é nomeado, desde a abertura do hospital Sainte-Anne, em 1867, médico responsável da admissão, onde permanece até ao fim da sua carreira. Após os estudos sobre a paralisia geral, o alcoolismo e os delírios alcoólicos, defende, segundo uma visão diferente daquela de B. Morel, a degenerescência em psiquiatria em *Considérations générales sur la folie des héréditaires ou dégénérés* (1887). Publica em 1891

A degenerescência é o estado patológico do ser que, comparativamente aos seus geradores mais imediatos, é constitucionalmente enfraquecido na sua resistência psicológica e não realiza senão incompletamente as condições biológicas da luta para a vida: este enfraquecimento, que se traduz por estigmas permanentes, é essencialmente progressivo, salvo regeneração intercorrente quando esta se faz ausente, resulta mais ou menos rapidamente no aniquilamento da espécie.<sup>149</sup>

Este alienista contesta a ideia de Morel de um tipo perfeito de homem criado por Deus na origem do mundo, do qual o ser humano se estaria a desviar. Magnan, cujo pensamento científico estava moldado pela matriz evolucionista que considerava que a humanidade caminhava naturalmente para um melhoramento da espécie. Este alienista, que dava mais relevo aos caracteres psíquicos que físicos, recusa uma interpretação unicamente antropológica da teoria de Morel, como o haviam feito vários países europeus, nomeadamente Itália. Influenciado pela corrente organicista e pelo desenvolvimento da neurologia e dos estudos em torno do sistema nervoso e anatomia cerebral, enfim pela fisiologia experimental, Magnan considera a degenerescência como “um desequilíbrio generalizado do sistema nervoso”<sup>150</sup>. Neste âmbito, o trabalho deste autor centra-se em demonstrar uma origem orgânica, uma localização cerebral específica, que explicava a perturbação mental. Neste âmbito, seriam determinadas lesões e desequilíbrios orgânicos em diferentes partes do cérebro que explicariam e estariam na origem do processo de degenerescência.<sup>151</sup>

Tal como a grande maioria dos seus congéneres europeus, Júlio de Matos assinalava a hereditariedade como a causa predisponente mais importante da alienação mental, tanto que, “Estudando bem os antecedentes do alienado dificilmente deixará de

---

as suas *Leçons cliniques sur les maladies mentales* e retoma no mesmo ano o estudo do *Délire chronique à évolution systématique*, que opõe, ponto por ponto, aos delírios polimorfos dos «degenerados». Foi partidário de uma atitude terapêutica bastante medicalizada face aos doentes mentais, preconizando em particular a «clinoterapia».” POSTEL, 2011: 270

<sup>149</sup> POSTEL, 2011: 120

<sup>150</sup> COFFIN, 2003 : 9

<sup>151</sup> Assim como Júlio de Matos sublinha, Magnan considera que os desenvolvimentos na área da psicologia serão tanto maiores quanto forem as investigações e os conhecimentos no âmbito da fisiologia experimental, possibilitando assim um maior conhecimento do sistema nervoso e da anatomia cerebral, estabelecendo em seguida correspondências com perturbações do foro psíquico. Neste âmbito, as perturbações mentais passam a explicar-se no quadro de alterações fisiológicas, nomeadamente por lesões cerebrais. É o triunfo da corrente organicista na explicação da causa da alienação mental.

encontrar-se este fator etiológico.”<sup>152</sup> Ao passo que anteriormente os médicos só considerariam hereditário um caso de loucura quando nos descendentes se manifestasse doença igual, em 1884, no *Manual das Doenças Mentais*, o autor nota que a influência hereditária tendia a alargar-se para todos os casos de alienação mental verificados nos descendentes dos “nevropatas, dos alcoólicos e dos afetados de doenças diatésicas.” Neste âmbito, “o alienado representa, não a repetição necessária da loucura ancestral, mas o último termo de uma longa série de íntimas degenerações físicas e psicológicas.”<sup>153</sup>

Em 1911, com a publicação dos *Elementos de Psiquiatria*, a influência da hereditariedade mórbida continua a ser de tal maneira proeminente que, segundo Júlio de Matos, “perto de trinta anos de observação” o levavam a “considerar como absolutamente excepcionais, se existem, os casos em que ela não pode invocar-se”<sup>154</sup>. Desta forma, observamos que a esfera de influência da hereditariedade mórbida estendia-se ainda mais, não apenas a perturbações psíquicas mas a todo um conjunto de “defeitos” físicos e morais, ou seja, a todos os “exemplares de loucura em cuja ascendência se encontram *nevropatias*, de qualquer ordem, orgânicas ou funcionais, *intoxicações crônicas* de qualquer espécie, *anomalias de carácter*, desde a excentricidade até à avareza, à prodigalidade e às perversões sexuais, *crimes* indicativos de falta ou deficiência de senso moral, *suicídios* imotivados, *defeitos congênitos*, como a gaguez e o surdo-mutismo, *doenças constitucionais* ou diatésicas, tais como a gota, o cancro, o raquitismo, e *deformidades físicas originárias*, como a polidactilia e o lábio leporino, por exemplo.”<sup>155</sup>

Fatores como as *uniões consanguíneas* ou os *casamentos de interesse* eram também apontados por Júlio de Matos como condições predisponentes ao aparecimento da alienação mental, por acelerarem o processo degenerativo. Desde 1884 que o alienista refere a consanguinidade, apoiado nas observações de Esquirol e Lunier, que teriam observado a frequência de casos de alienação mental nas aristocracias francesas e espanhola, como resultado de casamentos consanguíneos “impostos pelos preceitos heráldicos da época”, bem como, entre os israelitas, “que não contraem casamento, sobretudo os das classes abastadas, com adeptos de qualquer outra seita religiosa”. Adotando a linha de pensamento de Luys, Júlio de Matos considerava que a consanguinidade teria resultados diferenciados conforme a natureza dos indivíduos que

---

<sup>152</sup> MATOS, 1884: 14

<sup>153</sup> MATOS, 1884: 14-15

<sup>154</sup> MATOS, 1911: 15

<sup>155</sup> MATOS, 1911: 15

se uniam para procriar. Assim, submetidos à “lei da herança”, o “produto da fecundação”, seria o resultado da transmissão dos caracteres dos progenitores. Neste âmbito:

Se estes são perfeitos, o produto deve sê-lo também; mas se são representantes de uma raça em decadência ou de uma família em que existe a mancha hereditária, compreende-se que a consanguinidade de uniões não fará senão acentuar no produto fecundado os caracteres funestos da ascendência.<sup>156</sup>

Já em 1911, em relação aos *casamentos consanguíneos*, Júlio de Matos deixava cair o ponto de vista anteriormente adotado por Esquirol e Lunier, que afirmavam ser este género de uniões a causa da frequência de casos de alienação mental entre a aristocracia francesa e espanhola, e entre os israelitas. Segundo o autor, a observação das espécies animais “não autoriza este modo de ver”, e a opinião de que indivíduos predispostos resultam de uniões entre progenitores são afigura-se “destituída de fundamento experimental”. O que é certo, e “repousa sobre a observação”, é que a consanguinidade “intensifica e acentua na descendência os defeitos físicos e psíquicos dos progenitores”. Neste caso, o fator a invocar não é a influência da consanguinidade mas sim da hereditariedade, já que a primeira não fez senão acelerar os malefícios da segunda.<sup>157</sup>

Os *casamentos de interesse* são também apontados como uniões “férteis em produtos destinados à loucura”. Mas, também neste caso, o fator predominante a invocar era a hereditariedade, como acontecia no elemento etiológico anterior. A predisposição produzida nos descendentes era sempre o resultado de “anomalias físicas e psíquicas dos pais”, e não de desigualdades económicas entre os progenitores, quando estes eram indivíduos normais. O que acontecia, nas palavras de Júlio de Matos era o seguinte:

Ora a verdade é que, sendo sempre uma obra da cobiça, da ambição, da avareza, da vaidade ou do desejo de gozar, conjugado com a falta de coragem para a luta pela vida e com a inaptidão para o trabalho, os casamentos de interesse supõem num dos nubentes, pelo menos, uma organização moral inferior; de resto, como a conquista da fortuna é o alvo exclusivo desta ordem de uniões, as doenças ou os vícios físicos dos noivos não lhes põem obstáculo.

---

<sup>156</sup> MATOS, 1884: 17

<sup>157</sup> MATOS, 1911: 20-21

Nestas condições nada mais natural que o nascimento de filhos votados à *morte prematura, às enfermidades constitucionais e à loucura*.<sup>158</sup>

A teoria da degenerescência, através da concepção das noções de “predisposição” e de “estigma”<sup>159</sup>, fixava os elementos pelos quais se podia reconhecer não apenas a loucura manifesta como aquela que se preparava no organismo.

Segundo explica Júlio de Matos, o predisposto, representante da marcha ininterrupta da hereditariedade mórbida, seria um “indivíduo congenitamente anormal”, facilmente diferenciado do homem comum por “caracteres físicos e psíquicos inconfundíveis” – *estigmas* – que, sob a causa mais insignificante, era conduzido à loucura.<sup>160</sup>

Já em 1884, Júlio de Matos observava que os “predispostos por herança à alienação mental”, distinguiam-se “aos olhos de um observador experimentado”, por sinais orgânicos e psíquicos “bem apreciáveis”. Sob o ponto de vista orgânico, o alienista fixava que eram “mal conformados”, com diâmetros cranianos inferiores ao normal, ou com uma “desproporção entre o crânio e a face”, assimetrias faciais, anomalias nos órgãos genitais, bem como toda uma série de irregularidades na evolução infantil: retardamento na fala, na marcha ou na dentição.<sup>161</sup>

Sob o ponto de vista psíquico, os “candidatos a loucos”, mostrariam “nítidos sinais patológicos”, eram: “excêntricos, utopistas, exaltados, vaidosos e sobretudo (Voisin) revoltantemente egoístas.” Da mesma maneira, “apreciam de um modo insuficiente a noção de justiça, lançam a perturbação onde quer que vivam, são coléricos, não têm perseverança ou são teimosos”. Alguns, dizia o alienista, “destacam-se da craveira comum das inteligências”, no entanto, “as suas aptidões são sempre exclusivas e restritas.

---

<sup>158</sup> MATOS, 1911: 21

<sup>159</sup> Segundo Erving Goffman podem mencionar-se três tipos de estigmas diferenciados: em primeiro lugar, as “abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de carácter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família”. Segundo este autor, em todos estes exemplos de estigmas, existem as mesmas características sociológicas: “um individuo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus”. GOFFMAN, 2010: 7

<sup>160</sup> MATOS, 1911: 18

<sup>161</sup> MATOS, 1884: 15

Uns são bons poetas, outros bons músicos ou bons pintores; mas nenhum possuiu a maleabilidade de espírito que uma educação enciclopédica reclama e exige.”<sup>162</sup>

Em 1911, as marcas físicas e psíquicas pelas quais se podiam reconhecer os alienados ou os candidatos a sê-lo, são sensivelmente as mesmas. Neste período, contudo, Júlio de Matos introduzia uma novidade, a imagem fotográfica, com o propósito de ilustrar os estigmas físicos e psíquicos que o processo degenerativo imprimia nos indivíduos.

No que diz respeito aos *estigmas físicos*, o alienista mantinha a observação de que a “desproporção entre o crânio e a face”, a “implantação viciosa dos dentes”, a “conformação irregular das orelhas” ou as “anomalias nos órgãos genitais” eram sinais identificativos dos predispostos. Mais precisamente, no plano sintomatológico, nomeadamente no grupo dos *Sintomas Físicos ou Somáticos*<sup>163</sup>, Júlio de Matos, enumerava aqueles que apelida de *Morfológicos*, ou seja, relativos à forma física dos alienados, seja em relação à configuração craniana ou às formas corporais. Neles reconhecer-se-iam “estigmas degenerativos” (ou “vícios de conformação”), denotando assim “suspensões do desenvolvimento psíquico individual”.<sup>164</sup>

Relativamente aos *estigmas psíquicos* Júlio de Matos enunciava que estes se reconheciam nos degenerados pela “instabilidade”, “desequilíbrio” – “notas dominantes da vida mental dos degenerados” – vaidade, “um revoltante egoísmo”, “tendências místicas”, masturbação, “perversões sexuais” – homossexualidade, satiríase, ninfomania, bestialidade, sadismo, masoquismo etc. – propensão às intoxicações pelo álcool, morfina, éter ou cocaína, que seriam “vulgares”; “falta de perseverança”, “falta de iniciativa”, mendicância ou ainda “disposições para o jogo”.<sup>165</sup>

A alienação mental manifestava-se assim por perturbações de ordem psíquica e somática (ou física). Ainda que, em regra, no entender do alienista, as primeiras se revelassem mais importantes no diagnóstico, uma vez que constituiriam a manifestação, porventura, mais visível da loucura – “alteração do pensamento, da afetividade e do

---

<sup>162</sup> MATTOS, 1884: 15-16

<sup>163</sup> Os *Sintomas Físicos ou Somáticos* são de três ordens: *Relacionais* (perturbações da sensibilidade, motilidade, “linguagem falada”), *Orgânicos* (perturbações ao nível da nutrição, circulação do sangue, respiração, digestão, menstruais, etc.) e *Morfológicos* (ao nível da configuração craniana, rosto, órgãos genitais etc.) MATOS, 1911: 109-130

<sup>164</sup> Importa desde logo, segundo o autor, esclarecer que não se podiam confundir “vícios” com “anomalias”. Com efeito, os primeiros constituíam uma “revelação exterior de *lesões do cérebro*”, enquanto as segundas podiam significar somente “*desvios locais da nutrição* de um órgão externo”, sem suspensão do desenvolvimento psíquico. MATOS, 1911: 123

<sup>165</sup> MATOS, 1911: 18-19

carácter” – existiriam numerosos casos em que “os fenómenos psíquicos e somáticos se combinam tão intimamente e são de tal maneira solidários que é impossível dissociá-los sem romper a unidade clínica das doenças”<sup>166</sup>. Isto explicava-se pelo facto de que a alienação mental era a “doença de um órgão que não só executa as superiores funções conscientes, mas preside a todas, tróficas e de relação”.<sup>167</sup>

E porque o processo de degenerescência era de carácter familiar, cuja tara hereditária se agravava de geração para geração, caso os estigmas físicos e morais apontados não fossem imediatamente reconhecidos – o que poderia suceder com os *predispostos hereditários de pequena tara ou predispostos simples* – um “inquérito bem conduzido” às famílias destes predispostos faria sempre iluminar qualquer um dos vícios anteriormente apontados: “nevrose, cerebropatias, doenças medulares, nevrites, alcoolismo, criminalidade, suicídio, defeitos e anomalias de evolução, enfermidades diatésicas ou ainda uma fealdade extrema”.<sup>168</sup>

### 3.3. A “Doença da Civilização”

*Enfin, il n'est point de découvertes, il n'est point  
de institution nouvelle qui n'ait été  
cause de quelque folie.*<sup>169</sup>

Com esta frase Esquirol fixava a convicção de que a loucura estaria intimamente ligada aos avanços civilizacionais. Facto posto a descoberto, segundo o autor, através de uma análise histórica, onde ressaltavam as ideias predominantes de cada século, cuja influência seria poderosa “sobre a frequência e sobre o carácter da loucura”.<sup>170</sup> Nas palavras do autor:

(...) os monumentos históricos provam que no nascimento do cristianismo, havia muitos melancólicos religiosos; o espírito cavalheiresco que acompanhou as cruzadas multiplicava a melancolia erótica; as discórdias civis e religiosas excitadas pelo calvinismo fizeram reaparecer as melancolias religiosas; a magia e a feitiçaria tiveram

---

<sup>166</sup> MATOS, 1911: 40

<sup>167</sup> MATOS, 1911: 40-41

<sup>168</sup> MATOS, 1911: 19-20

<sup>169</sup> ESQUIROL, 1838: 43

<sup>170</sup> ESQUIROL, 1838: 43

assim a sua voga; as ideias de liberdade e de reforma perturbaram muito as cabeças de França (...) <sup>171</sup>

O estabelecimento de uma correlação entre alienação e progresso civilizacional, era uma convicção propagada em praticamente todos os estudos do séc. XIX referentes à etiologia das doenças mentais. No entanto, para Laure Murat, o posicionamento de Esquirol, que consagrou para este fenómeno a expressão *maladie de la civilisation*, não é “assim tão clara como o ar”. Para este alienista “a relação dos acontecimentos políticos com a alienação mental é muito uma relação de causa e efeitos, mas essas causas são causas excitantes e não predisponentes cuja influência é momentânea”. <sup>172</sup>

Os variados tumultos político-sociais registados em finais do séc. XVIII e inícios do séc. XIX, como as conquistas coloniais, a guerra da Independência dos Estados Unidos ou a Revolução Francesa, não teriam criado “*ex abrupto* a monomania”, mas permitiram que sob esses alvoroços a loucura latente se revelasse e desenvolvesse. Neste âmbito, e este é um ponto fulcral que, como veremos, está profundamente impregnada no pensamento matosiano – o que o leva a minimizar o impacto das perturbações político-sociais na desorganização dos espíritos – estes e outros acontecimentos “atuando sobre temperamentos predestinados, nunca fizeram senão catalisar os desregramentos que teriam tomado corpo noutras circunstâncias” <sup>173</sup>. Portanto, sem negar os malefícios dos tormentos político-sociais para o equilíbrio individual e social, tais efeitos só atingiam aqueles que já estariam predispostos, por tara hereditária, a desenvolver, sob qualquer outra circunstância, uma qualquer alienação mental. Esquirol, na sua obra *Des maladies mentales* (1838), exprime com clareza esta convicção:

Tal indivíduo, ficando louco pela perda da sua fortuna, da sua posição, tê-lo-ia ficado, cinquenta anos antes, após ter perdido a sua fortuna confiada à mãe, ou após um desfavor da corte; tal indivíduo que os terrores revolucionários tornaram alienado, tê-lo-ia ficado, há dois séculos, pelo medo dos feiticeiros e do diabo. <sup>174</sup>

Assim, no entender de Laure Murat, se Esquirol minimiza os abalos político-sociais e lhe atribui um “papel de ecrã dissimulando a crise que se prepara” é de modo a

---

<sup>171</sup> ESQUIROL, 1838: 43

<sup>172</sup> MURAT, 2011: 258

<sup>173</sup> MURAT, 2011: 259

<sup>174</sup> Citado em: MURAT, 2011: 259



exprimir aquilo que era a sua convicção: “a loucura é questão de moral, e a verdadeira razão do aumento da alienação em França reside na alteração dos costumes depois da Revolução”.<sup>175</sup> Neste âmbito, a alienação, “menos tributária das contingências políticas que da ideologia moral”, era para Esquirol, sobretudo uma “doença da civilização”<sup>176</sup>, no sentido em que sobrevinha das alterações de costumes provocados pelos acontecimentos político-sociais.<sup>177</sup> Convicção amplamente divulgada pelo autor, que explicava que todo aquele que se dedicasse ao estudo da alienação mental e das suas causas “ficará convencido que são sempre os desvios que provocam o desregramento da razão, e que a moderação de todas as coisas é a melhor proteção da razão do homem”.<sup>178</sup>

Sobretudo, afigurava-se impossível para o alienista francês que os avanços civilizacionais, associados a um crescente melhoramento em todos os domínios da existência humana, pudessem ser a causa de algum tipo de malefício para os indivíduos e para a sociedade. Nas palavras de Esquirol:

Sem dúvida a civilização ocasiona as doenças, aumenta o número de doentes, porque, multiplicando os meios de sentir, ela faz viver alguns indivíduos demasiado rápido. Porém mais a civilização é aperfeiçoada, mais a vida comum é doce, mais a sua duração média é longa: por isso não é a civilização que é preciso acusar, mas os desvios, os excessos de toda a espécie, que ela torna mais fáceis.<sup>179</sup>

Ainda que, ao nível etiológico, as questões relacionadas com acontecimentos e vivências sociais sejam tratadas por Júlio de Matos no grupo das causas predisponentes – “Preocupações religiosas”, “Civilização”, “Guerras e Revoluções” – de modo algum o alienista admite que estes fatores fossem a causa por si só da alienação mental. Mesmo que predispussem à alienação mental, o que admite, tais ocorrências só resultariam

---

<sup>175</sup> MURAT, 2011: 261

<sup>176</sup> MURAT, 2011: 261

<sup>177</sup> Relativamente à importância das mudanças de costumes no aumento da alienação mental – mais do que consequência das turbulências políticas – diz Esquirol: “Depois de trinta anos, as mudanças que se operaram nos costumes em França, produziram mais loucuras que as nossas tormentas políticas. Mudamos os nossos antigos costumes, as nossas velhas opiniões, em troca de ideias especulativas e de inovações perigosas. A religião não intervém senão como um costume nos atos mais solenes da vida; não leva mais as suas consolações e as suas esperanças aos infelizes; a moral religiosa não guia mais a razão na senda estreita e difícil da vida; o frio egoísmo secou todas as fontes de sentimento; já não há mais afeições domésticas, nem de respeito, nem de amor, nem de autoridade, nem de dependências recíprocas; cada um vive por si (...)” ESQUIROL, 1838: 49-50

<sup>178</sup> ENCYCLOPÉDIE, 1837 : 171

<sup>179</sup> ESQUIROL, 1838: 49

efetivamente em loucura se agissem sobre um espírito predestinado, por tara hereditária, a alienar. Nas palavras de Júlio de Matos:

Causas há que, sendo predisponentes, se atuam em concorrência como outras, são determinantes, se exercem isoladamente a sua ação; isto acontece, por exemplo, com a hereditariedade, que, sendo causa predisponente da maioria das doenças mentais, é determinante da imbecilidade, que por si só provoca. Por outro lado, as causas físicas e morais, quer predisponentes, quer determinantes, atuam definitivamente por um mesmo e idêntico mecanismo fisiológico.<sup>180</sup>

Para melhor apurarmos o entendimento que Júlio de Matos fez da relação entre a loucura e as perturbações político-sociais, começamos por aludir à matriz positivista e evolucionista do pensamento matosiano, cujos princípios o conduziram a minimizar o impacto dos abalos político-sociais no desregramento dos espíritos.

Tal como vimos em Esquirol, não seria possível a Júlio de Matos aceitar que os avanços civilizacionais pudessem ser a causa de qualquer malefício para os indivíduos e para a sociedade, uma vez que ao termo *civilização* “se liga a ideia de um incessante aperfeiçoamento humano”<sup>181</sup>, convicção que parece ser partilhada por vários intelectuais formados entre os cânones positivistas, nomeadamente por Teófilo Braga. No artigo introdutório ao *Positivismo*, este autor expressava a ideia de que a influência dos abalos político-sociais no desenvolvimento da civilização era mínima, uma vez que se teria identificado, no processo evolutivo, o “trabalho do homem na humanidade”, e que todas as ações humanas seriam dominadas pela “corrente da perfeitibilidade indefinida da espécie”. Paralelamente às “manifestações normais da inteligência coletiva”, como seriam exemplo, as “línguas, mitos, epopeias e opiniões”, era certo que existiam também “manifestações patológicas”, consequência das “violações à lei da evolução”, como as “cruzadas, monaquismo, alquimia, perseguições religiosas, pestes, milagres, feitiçarias, modas e revoluções” mas que, todavia, não teriam poder suficiente para fazer alterar aquele que seria o percurso regular da civilização:

A influência das perturbações sociais é pois meramente superficial. Tem o poder negativo de retardar a evolução humana, às vezes também, num pequeno número de

---

<sup>180</sup> MATOS, 1911: 13

<sup>181</sup> MATOS, 1911: 28

casos, tem-na acelerado, mas é radicalmente impotente para na essência a desviar ou inverter.<sup>182</sup>

Ideia semelhante expressa Júlio de Matos, de que a história, “regida pelo progresso inelutável da ciência, é um processo cumulativo indefinido, sem ruturas nem soluções de continuidade”:

As ações humanas, como todos os factos naturais, subordinam-se a leis mais complexas que as destes, mas não menos certas e invioláveis. A lei do progresso contínuo e indefinido é uma. Desde o homem pré-histórico, desajudado de todos os recursos em meio da vasta criação, inexoravelmente vencido pela fatalidade das forças cósmicas e biológicas que o cercavam, até ao homem contemporâneo que encontrou na ciência e nas indústrias os meios de subordinar todos esses elementos hostis, há uma evolução lenta, mas contínua, cheia de trabalhos, mas progressiva, crescente”.<sup>183</sup>

A análise matosiana sobre a relação entre estados civilizacionais cada vez mais avançados e o aumento da loucura, recorre aos princípios da *luta para a existência*, a *sobrevivência do mais apto* ou a *seleção natural*, no intuito de explicar este fenómeno. Para Júlio de Matos, este efeito, “aparentemente contraditório” só acontecia pela única razão de que a civilização, caminhando para estados evolutivos cada vez mais complexos, intensificava a conflitualidade social, exigindo dos indivíduos um maior número de esforços. Neste âmbito, é no pensamento deste alienista que encontramos, segundo a análise de Ana Leonor Pereira “o modelo mais apurado de uma leitura ultra-selecionista da conflitualidade social e das divergências ideológicas características das sociedades demo-liberais”.<sup>184</sup>

Num artigo sobre as *As Causas Sociais da Loucura*<sup>185</sup>, Júlio de Matos fixava que a civilização, expressão de “estados cada vez mais avançados” deviam figurar num lugar proeminente quanto à etiologia da loucura. Nas palavras do autor:

É um facto consignado por todos os alienistas, que os casos de loucura aumentam à medida que nos aproximamos dos grandes centros de civilização. (...) Num mesmo país

---

<sup>182</sup> BRAGA, 1878-1879: 8

<sup>183</sup> Citado em BELCHIOR

<sup>184</sup> PEREIRA, 1997: 489

<sup>185</sup> MATOS, 1879-1880b: 305-310

são sempre as capitais, onde a civilização atinge naturalmente o seu máximo grau de desenvolvimento, aquelas que se fazem representar por mais avultada proporção de alienados; nas terras providenciais esta proporção decresce notavelmente. Tais são em resumo os factos, de onde se tem inferido que a civilização, os estados sociais cada vez mais adiantados, devem justamente manter um lugar proeminente na etiologia da loucura.<sup>186</sup>

No entanto, se as estatísticas eram elucidativas quanto a esta relação de causalidade, as mesmas não seriam claras quanto às razões desse efeito, aparentemente contraditório, mas passível de explicação, segundo o autor, se a história fosse analisada do ponto de vista médico. Neste âmbito, o que Júlio de Matos se propõe realizar neste artigo é um breve esboço histórico onde faz notar as relações entre os abalos sociais e o acréscimo de casos de loucura, à semelhança do que tinha feito Esquirol.

Seria um facto consignado para Júlio de Matos, atendendo às observações realizadas por Brierre de Boismont, Littré, entre outros, que a “cada nova fase da evolução humana, a cada progresso social realizado”, correspondia paralelamente um acréscimo do número de loucos. Neste âmbito, tal facto deixava antever ao autor que “as conquistas da civilização só podem realizar-se à custa de um grande sacrifício”:

Pode afirmar-se com segurança que nenhuma perturbação social, qualquer que tenha sido a sua natureza, económica ou política, se tem realizado contemporaneamente que não possa medir-se pela população dos hospícios de loucos. São estas casas nos países onde elas têm uma organização regular e onde existe uma repartição de estatística conscienciosa e esclarecidamente dirigida, as que nos exprimem a funesta relação entre as ideias reinantes e as irrupções da loucura. São elas, como disse alguém numa frase feliz, os termómetros fiéis da exaltação dos espíritos em cada época.<sup>187</sup>

---

<sup>186</sup> MATOS, 1879-1880b: 305. Para Esquirol a alienação mental é uma «doença da civilização», resultado não tanto dos acontecimentos políticos mas sim da «ideologia moral», e à medida que a civilização avança, mais os casos de loucura se sucedem. Segundo Laure Murat, a ideia de uma «loucura indexada sobre o progresso e as formas de governo», vai dominar todo o século XIX. Esquirol é claro nesta correlação. Ao passo que se encontram poucos casos de loucura em países «esmagados sob o jugo de um déspota ou entre as tribos selvagens», «o governo republicano ou representativo, pondo mais em jogo as paixões, devia, todas as coisas iguais além disso, ser o mais favorável à produção de loucura». De resto, segundo a mesma autora, todos os estudos da época convergiam para a constatação de que a loucura se manifesta essencialmente nas grandes cidades onde a «atividade industrial, as tensões políticas e sociais, a efervescência das ideias e das paixões provocam uma exaltação cerebral própria a produzir a doença mental». MURAT, 2011: 261-262

<sup>187</sup> MATOS, 1879-1880b: 309

O motivo pelo qual a “alienação segue um curso paralelo e proporcional ao das civilizações”, devia-se a um conflito social crescente, que inevitavelmente acompanharia todo o progresso:

Um facto revelado pela observação clínica e arquivado em todos os livros dos alienistas, é o do predomínio considerável das causas morais sobre as causas físicas da loucura. (...) Ora, lembrando-nos de que estas causas encontram no conflito social, à medida que este se complica, um meio cada vez mais apropriado ao seu desenvolvimento, é fácil prever que o exame deverá conduzir-nos facilmente a descobrir o motivo por que a alienação mental segue um curso paralelo e proporcional ao das civilizações.<sup>188</sup>

Júlio de Matos exprime mais claramente esta convicção em *Elementos de Psiquiatria* (1911), relativamente ao fator etiológico “civilização”. O progresso<sup>189</sup> civilizacional, efeito de múltiplas e variadas transformações, revelava-se para o alienista uma das causas mais pertinentes no aparecimento da alienação mental, pelo constante esforço de adaptação que exigia e pela diferenciação que consequentemente promovia nos indivíduos. Ideia, na visão do autor, “aparentemente paradoxal porque ao termo *civilização* se liga a ideia de um incessante aperfeiçoamento humano, que a loucura contradita”.<sup>190</sup>

No entanto, seria uma ideia perfeitamente compreensível se se tivesse em mente que “um tal aperfeiçoamento se não consegue sem uma luta contínua, em que são muitos os vencidos”:

Um povo que se civiliza é um povo que progride; mas como todo o progresso é uma diferenciação e toda a diferenciação uma passagem do simples ao complexo, do indistinto ao distinto, do homogéneo ao heterogéneo, um povo que se civiliza é um povo que se complica sob alguns ou sob todos estes aspetos: científico, artístico, industrial, político, jurídico, moral e económico.

---

<sup>188</sup> MATOS, 1879-1880b: 310

<sup>189</sup> A noção de *progresso*, não sendo uma descoberta moderna, somente conhece um verdadeiro vigor no século XIX com o positivismo de Augusto Comte. Neste momento, “adquiriu rigor e profundidade científica, ao mesmo tempo que se estendeu a todos os domínios da existência, à natureza e à sociedade, à formação dos mundos e à formação das civilizações”.

<sup>190</sup> MATTOS, 1911: 28

Este avanço contínuo, segundo Júlio de Matos, que representava “sempre uma conquista”, quer “do homem sobre a natureza, como nas ciências”, quer do “homem sobre o homem, como na moral e no direito”, produzia igualmente diferenciações entre os indivíduos. De um lado, uma *elite intelectual*, “que é, na realidade, a que progride, a que marcha, a que se diferencia, numa palavra, a que representa a civilização quer da espécie, quer de um país”, e do outro, “a massa amorfa e indistinta, a multidão homogênea, o rebanho”, que teria apenas de fazer um “esforço de adaptação” que lhe permitisse “apropriar-se dos bens criados e mantidos por outros”.<sup>191</sup> A falta de capacidade de adaptação era, no entender de Júlio de Matos, o fator que mais concorria para a alienação mental:

Mas são os esforços de adaptação, aparentemente os menos energéticos e menos importantes, que mais vezes preparam os desarranjos de espírito, pela razão evidente de que supõem um conflito constante de tendências simplistas e inferiores com elevadas e mal compreendidas necessidades sociais.<sup>192</sup>

Com efeito, Júlio de Matos manifestava, ainda antes da publicação do *Manual das Doenças Mentais* em 1884, a crença de que os progressos civilizacionais implicavam um acréscimo da alienação mental, convicção que aparece acompanhada e reforçada pela adesão aos princípios darwinianos da *luta para a vida* e da *seleção natural* e ao princípio spenceriano da *sobrevivência do mais apto*. Em carta a Teófilo, datada de 6 de Setembro de 1878, Júlio de Matos diz:

Trabalho atualmente para o 2º número; estou escrevendo um artigo sobre a Evolução em Biologia, no qual procuro demonstrar que esta hipótese, mau grado a resistência que ao princípio lhe opôs A. Comte, deve ser acolhida pela Filosofia Positiva. Ao mesmo tempo tento justificar o procedimento de Comte mostrando a insuficiência das doutrinas de Lamarck, e o perigo que por isso mesmo havia em aceitá-las; o chefe da Filosofia Positiva não podia realmente deixar de ser adverso a uma teoria de evolução quando os únicos agentes desta eram a *adaptação* e a *hereditariedade*. Sem o princípio da «seleção natural na luta para a existência» a hipótese não tinha base positiva; era uma vista imaginosa a que faltavam os direitos de viabilidade. Além disto, provava-se por citações da Filosofia Zoológica que Lamarck não considerava a evolução como os

---

<sup>191</sup> MATOS, 1911: 29

<sup>192</sup> MATOS, 1911: 29

modernos defensores desta doutrina; para ele havia uma força intrínseca *predeterminada e preestabelecida*, um *impulso inicial*, como o mais importante fator na explicação do transformismo das espécies. Isto é pura metafísica (...)

A questão mudou de aspeto depois dos trabalhos de Darwin, Wallace e Haeckel, etc., e eu creio que é impossível hoje a um positivista deixar de aceitar o transformismo como uma *hipótese legítima*.<sup>193</sup>

Com base nas afirmações que Júlio de Matos faz nesta carta, dirigida a Teófilo Braga, Ana Leonor Pereira conclui que o “jovem autor sublinhava a sua adesão ao darwinismo”<sup>194</sup>. O artigo, *Ensaio sobre a Evolução na Biologia*, publicado na revista *O Positivismo*<sup>195</sup>, em 1878, sublinhava então essa adesão. No entanto, a mesma autora sublinha a preocupação de Júlio de Matos em justificar a rejeição de Augusto Comte da teoria transformista de Lamarck, “o que denota o seu empenho em se conservar fiel à disciplina positiva do pensamento e, também, a sua profunda ligação à obra de A. Comte, numa atitude epistemológica semelhante àquela que Teófilo Braga adotara.”<sup>196</sup>

Este artigo encontra-se dividido em três partes: na primeira, Júlio de Matos justifica as reservas de Augusto Comte em relação à doutrina transformista de Lamarck e consequentemente examina a “situação mental” destes dois pensadores, de modo a compreender a razão por que um e outro defendiam pontos de vista diferentes; na segunda parte, o autor analisa os principais fundamentos da hipótese evolucionista.

---

<sup>193</sup> FERRÃO, 1935: 65-66

<sup>194</sup> PEREIRA, 1997:

<sup>195</sup> MATOS, 1878-1879c: 94-101; 208-212; 291-294. O objetivo deste *Ensaio*, tal como explica o autor, não era o de fazer uma exposição da história das teorias evolucionistas mas sim, “demonstrar que foi tão legítimo o procedimento de Comte tomando em 1836 uma atitude hostil à hipótese da evolução morfológica, quanto seria ilegítimo o de um positivista contemporâneo que, desprezando as conquistas da ciência moderna, inteiramente favorável ao transformismo, persistisse em combater esta fertilíssima concepção biológica”. A teoria de Lamarck ainda seria segundo Júlio de Matos, um “simples desvaneio científico”, se não fossem as contribuições de Wallace, Darwin e Haeckel sobre a “luta para a existência e a seleção natural”, sem os trabalhos no domínio da antropologia de Broca e Quatrefages, e tantos outros, sobre química e física. Os princípios da filosofia positiva, cujos critérios unificavam os diferentes conhecimentos, preconizando que todo o progresso filosófico-científico só era possível após a supressão do horizonte investigável as “questões da origem e de finalidade”, ao limitar-se ao “estudo dos fenómenos, das suas leis, e explicações *verificáveis*”, distinguindo nitidamente aquilo que se podia conhecer daquilo que era do domínio do *Incognoscível*, possibilitaram o real progresso dos conhecimentos humanos.

<sup>196</sup> PEREIRA, 1997: 493

A partir da segunda parte deste *Ensaio*, que é a que mais nos interessa para este trabalho, Júlio de Matos analisa as bases fundamentais da hipótese evolucionista e avalia a sua positividade.<sup>197</sup>

No entender do autor, “Darwin na *Origem das Espécies* não fez mais do que generalizar o princípio de Malthus”, cujo princípio da “luta para a existência ou concorrência vital”, teria sido inicialmente estabelecido por este economista inglês, “um dos talentos mais vigorosos e mais mal apreciados”, segundo Júlio de Matos.<sup>198</sup> Malthus considerava que a espécie humana “tende a crescer numa progressão geométrica ao passo que os meios de existência cresceriam somente segundo uma progressão aritmética”, ou seja, a capacidade da terra para produzir alimentos não acompanharia na mesma proporção a reprodução do ser humano, o que explicaria a concorrência económica e a oscilação dos preços.

Segundo Júlio de Matos, o *princípio da concorrência vital* demonstra-se “pela considerável desproporção entre o número dos nascimentos e das existências”:

(...) O cálculo feito tomando para base animais de pequenas dimensões, em que a reprodução é mais fácil, dá resultados verdadeiramente assombrosos. É assim que Bonnet, citado por Quatrefages, mostrou que se durante um estio toda a descendência de um só par de lagartas sobrevivesse, estes indivíduos colocados ao lado uns dos outros encheriam quatro hectares de terreno.

Vê-se pois que para povoar inteiramente o nosso planeta bastaria num curto espaço de tempo um limitadíssimo número de espécies. Se o facto se não realiza é porque a cifra que representa a mortalidade é consideravelmente maior do que a destinada a exprimir a soma dos que vivem. E porquê? Porque todos os seres organizados, animais

---

<sup>197</sup> Nesta segunda parte do *Ensaio*, Júlio de Matos trata somente dos princípios da *luta para a existência* e *seleção natural*, uma vez que considera a *adaptação* e a *hereditariedade* como máximas cuja importância não era contestada.

<sup>198</sup> Júlio de Matos parece secundarizar o papel de Darwin na enunciação do princípio da *luta para a existência* ou concorrência vital. Neste *Ensaio*, o autor faz uma transcrição da *Origem das Espécies*, onde Darwin “confessa com uma grande lealdade”: «Como nascem mais indivíduos do que os que podem viver, é inevitável uma luta para a existência quer com um outro indivíduo da mesma espécie, quer com indivíduos de espécies diferentes, quer com as condições físicas da vida. É a doutrina de Malthus aplicada com uma intensidade muito mais considerável a todo o reino vegetal e animal, porque não há aí produção artificial de alimentação nem restrições impostas ao casamento pela prudência». In MATOS, Júlio de - «Ensaio sobre a Evolução em Biologia» ...p. 208-209. Ana Leonor Pereira, em *O sucesso da Origem e a sombra de Malthus*, questiona em que medida a leitura de Darwin da obra de Malthus, *Essay on the principle of population* (1798), contribuiu para a “estruturação lógica da teoria da seleção natural” e se se pode afirmar sem reservas que o “princípio malthusiano da população” terá servido a formulação da “ideia da luta pela vida nos reinos animal e vegetal”. PEREIRA, 1997: 21-32



ou plantas se empenham numa tremenda e complexa luta em que os vencidos são muitos e muito poucos os vencedores.

O *princípio da concorrência vital*, revelado pelo desequilíbrio entre os que nasciam e os que estariam “destinados” a viver, seria incontestável, e todos os “seres organizados”, fossem eles plantas ou animais, estariam envolvidos numa “complexa luta”, em que os *vencidos* eram em muito maior número que os *vencedores*. Esta “luta”, segundo o autor, é de todo o organismo contra as causas exteriores capazes de o perturbarem, das espécies umas contra as outras e ainda dos representantes de uma mesma espécie entre si”, uma vez que nem todos teriam “lugar garantido na vasta natureza”, sendo por isso necessário que “uma parte fique de fora”.<sup>199</sup>

O homem, segundo Júlio de Matos, não fazia “exceção à grande lei”:

Teve [o homem] uma época de antropofagia. Depois tem movido constantemente a guerra a tudo o que pode perturbar-lhe a progressiva evolução: espécies animais hostis e condições cósmicas. A luta tem sido também de homem para homem; e nela as raças inferiores cedem terreno às raças civilizadas, os menos bem dotados desaparecem ante os mais poderosos. Cazelles resumiu este grande facto na conhecida fórmula: «Adaptação ou morte».<sup>200</sup>

Também o ser humano, tal como os animais e as plantas, estaria envolvido numa *luta para a existência*, dirigindo uma ofensiva constante a tudo aquilo que pudesse perturbar a sua progressão, inclusive a outros seres humanos, sobrevivendo a este confronto apenas os “mais poderosos”, os mais “aptos”. Segundo o autor, aquilo que determinava no “geral combate” a posição dos *vencedores* e dos *vencidos*, era a natureza das “armas” de cada um. Nesta “luta” qualquer vantagem decidia a sorte dos adversários: “o que a possui vence, quer dizer, vive, o que a não possui é vencido, quer dizer, morre”. Neste âmbito, para fins reprodutivos, utilizar-se-iam apenas os “*melhores*, os mais bem dotados”, enquanto os *inferiores* pereciam sem deixar descendência e, se a deixassem, estaria destinada a uma “morte fatal, inevitável”. Este facto, “tão incontestável como a luta para a existência”, e uma consequência deste, dava pelo nome de *seleção natural*:

---

<sup>199</sup> MATOS, 1878-1879c: 209

<sup>200</sup> MATOS, 1878-1879c: 209-210

E com efeito há neste caso entre as espécies ou os indivíduos uma escolha natural, semelhante à que o homem voluntariamente promove e que é conhecida pela designação de *seleção artificial*. «A seleção natural, diz Quatrefages que intencionalmente preferimos citar nestes assuntos, não é uma teoria. É um facto cuja generalidade é confirmada todos os dias e a todas as horas;...é uma consequência inevitável do facto precedente (luta para a existência)».

A importância deste princípio no ponto de vista da evolução, é capital.<sup>201</sup>

Como explica Júlio de Matos, sem uma “luta com eliminação constante do mais fraco”, seria impossível compreender “claramente a lei da acumulação das pequenas diferenças pela hereditariedade e consequentemente a variação específica”:

Se o forte e o fraco, o superior e o inferior persistissem igualmente, unindo-se em relações sexuais, que garantias haveria do aparecimento nos filhos dos caracteres morfológicos que na planta ou no animal representam um progresso?<sup>202</sup>

### **3.4.A religião como retrocesso civilizacional e como causa de alienação mental**

Pinel, “o alienista, que se diz filósofo”, que nunca foi deputado mas que se convenceu intimamente do seu “papel social”, considerava-se um “homem das Luzes conjugando medicina e política”.<sup>203</sup> Neste âmbito, o “pai da psiquiatria” francesa, validou cientificamente algumas das leis que mais comoções causariam na sociedade francesa e, consequentemente, no resto da Europa, após a Revolução de 1789.

Em 1790, Pinel escreve um artigo intitulado, *Réflexions médicales sur l'état monastique*, num contexto político-social marcado por acontecimentos importantes respeitantes à religião: a 13 de Fevereiro a Assembleia decretava a supressão das ordens monásticas e a abolição dos votos, e a 12 de Julho votava a lei sobre a constituição civil do clero e a reforma da Igreja que passava para o controle do Estado. Deste modo, para Laure Murat, num contexto de “vivas tensões e de tumultos religiosos” o objetivo de Pinel, com este e outros artigos semelhantes, não oferecem qualquer ambiguidade: “levar

---

<sup>201</sup> MATOS, 1878-1879c: 210-211

<sup>202</sup> MATOS, 1878-1879c: 211

<sup>203</sup> MURAT, 2011 : 67

a sua garantia profissional a uma decisão política onde entende demonstrar como abrange a salubridade pública”.<sup>204</sup>

O homem teria sido feito para viver em liberdade, e portanto caberia ao médico a tarefa de “livrar os monges e os religiosos submissos à influência funesta dos seus superiores obstinados, que os obrigaram a respeitar os seus votos apesar da lei”.<sup>205</sup> Pinel, que também ele foi seminarista, e durante muitos anos viu na religiosidade um ideal de vida antes de enveredar pela medicina<sup>206</sup>, dedicou-se a refletir clinicamente sobre os malefícios da vida conventual. Nas palavras de Laure Murat, “Todo o interesse da demonstração de Pinel repousará portanto sob a sua eficácia em *traduzir* as exigências da vida mística em termos clínicos”.<sup>207</sup>

Que vazio imenso deve sentir no silêncio do claustro o Cenobita apático que não procura senão subtrair-se a uma vida laboriosa? Que lúgubre jazigo deve ele oferecer a um sexo tímido, muito frequentemente sacrificado sem piedade, e cuja alma sensível e carinhosa começava a sorrir à felicidade? Um isolamento eterno e sem esperança, a dura coação de todas as inclinações do coração carregam a alma de desgosto e amargura. A vida consome-se no estupor da nulidade ou em batalhas de redenção que não são senão um suplício prolongado. Uma melancolia sombria, triste fruto de um entorpecimento das faculdades físicas e morais, frequentes acessos da mais profunda melancolia, e de outrora as enfermidades de uma vida sedentária, envenenavam todos os momentos da existência. A loucura leva muitas vezes ao máximo a desordem do entendimento, e qual é o Mosteiro que não oferece exatamente cada dia estes infelizes exemplos?<sup>208</sup>

A religião é um tema predominante na obra matosiana, seja pela convicção de que seria uma importante causa predisponente da alienação mental seja como fator de retrocesso civilizacional. Neste âmbito, veremos que a patologização do sentimento religioso levada a cabo por Júlio de Matos, não só é expressão dos modelos científico-

---

<sup>204</sup> MURAT, 2011 :72-73

<sup>205</sup> MURAT, 2011: 73

<sup>206</sup> “O jovem Pinel, não foi ele, aos dezoito anos, animado pela sotaína? Seminarista interno nos Pais da doutrina cristã, não se inscreveu ele nos Penitentes azuis, onde figura como “clérigo tonsurado”, menção onde faz acompanhar a sua assinatura nesta época? Não foi ele seguindo assiduamente entre 1767 e 1770, na universidade de Toulouse onde é candidato ao doutoramento em teologia, o curso do pai Jacques Bourges, este mesmo que tinha exortado Jean Calas a renegar a sua fé protestante na hora do seu suplício em 1762? Não é senão com vinte e cinco anos que ele abandona finalmente este caminho para preferir este da medicina. Decisão tardia, mas capital, após a qual, segundo a sua biógrafa Dora B. Weiner, Pinel teria perdido a fé.” MURAT, 2011: 77

<sup>207</sup> MURAT, 2011: 73

<sup>208</sup> PINEL, 1790: 82-83

filosóficos que dominam o pensamento do autor como também se encontra em concordância com o projeto político republicano de laicização das consciências e a consequente estigmatização do clero, sobretudo dos jesuítas.

Com efeito, paralelamente à afirmação do ideal republicano em Portugal, nos inícios da década de setenta, do séc. XIX, assistia-se ao ressurgimento do sentimento anti-jesuitico, que marcara a época Pombalina, através de um início de década marcado por fortes agitações anticlericais e o aparecimento de iniciativas e publicações<sup>209</sup> que visavam ilustrar a opinião pública para os malefícios civilizacionais que o clero perpetuaria enquanto “agente educativo, assistencial ou religioso”.<sup>210</sup>

Segundo Catroga, no ideário republicano, a *questão religiosa* era a pedra angular das *questões educativas* e da *cidadania*. Neste âmbito, a partir da década de 70, defendia-se que só depois de resolvidos todos estes problemas haveria condições para atacar a *questão social*, ao contrário do que defendiam os socialistas.<sup>211</sup>

Como afirma este autor, para o laicismo, “o Jesuíta, o frade e o padre apareciam como propagadores de uma visão do mundo e de uma moral anacrónica e, consequentemente, adequadas aos interesses da reação política e do ultramontanismo”. Ora, Júlio de Matos, como patologista do espírito, que observaria diariamente no hospital a repercussão da influência da religião no desarranjo dos espíritos, como filósofo positivista-evolucionista, não podia deixar de observar, precisamente, o anacronismo dos preceitos religiosos, os quais deveriam ser suprimidos a bem do progresso civilizacional.

---

<sup>209</sup> Fernando Catroga assinala que desde os inícios da década de 70, variadas manifestações políticas foram fomentadas contra as ordens religiosas através de artigos de imprensa anticlerical – *A Semana de Loyola*: 1884-85; *O Anti-Jesuíta*: 1894; *Demolição*: 1909; *A Lanterna*: 1909-1910 – conferências e sessões públicas com objetivos semelhantes, e ainda a fundação da Associação Liberal de Coimbra (1872), sob o impulso de maçons e positivistas, cujo programa era claro: “apelava para o revigoramento de uma frente liberal ampla, programaticamente baseada na defesa das leis secularizadas de Pombal e do Liberalismo, condição que consideravam fundamental para que não voltassem a perigar os alicerces do sistema representativo”. É esta Associação que no âmbito das comemorações pombalinas, fez reproduzir as leis de 3 de setembro de 1759 e o Decreto de 28 de maio de 1834. CATROGA, 1988: 211-212

<sup>210</sup> CATROGA, 1988: 211. Numa edição especial da revista *Sciences Humaines*, dedicada aos *grands penseurs de l'éducation*, Georges Minois – historiador, autor, entre outras obras, de *Les Grands Pédagogues. De Socrate aux cyberprofs*, Audibert, 2006 – explica-nos a importância da criação dos colégios jesuítas, em meados do séc. XVI, nomeadamente pela educação que neles ministraram e que forneceu nos dois séculos seguintes os quadros políticos, religiosos e judiciais. A Companhia de Jesus, saída do Concílio de Trento e de toda a agitação da Contra-Reforma, rapidamente ganharia prestígio por toda a Europa. Segundo este autor, menos de um século depois da criação dos primeiros colégios, em 1548, registavam-se 521 estabelecimentos na Europa, com um total de 150 000 estudantes. Nas palavras do autor, “Educação elitista, certo, mas perfeitamente adaptada às exigências da época”, com uma “pedagogia revolucionária” que se compunha de uma “organização racional e coerente dos estudos, fixada num regulamento maduramente refletido, a *ratio studiorum*”. OTTAVI, 2017 :16-17

<sup>211</sup> CATROGA, 2010: 97

No primeiro volume do *Positivismo*, Júlio de Matos elabora uma recensão crítica da obra de Hartmann, a *Religião do Futuro*<sup>212</sup>. Neste artigo, o autor partilha do ponto de vista de Hartmann de que, nem a religião católica nem a religião protestante, estariam preparadas para servir de guia espiritual e moral às sociedades futuras. O catolicismo porque, “impondo aos crentes o sacrifício das faculdades críticas atrofia a inteligência pela prescrição dos dogmas”, já para não falar que seria um “inimigo intransigente da ciência e da cultura”; o protestantismo devido às suas “meias concessões ao espírito de livre investigação”<sup>213</sup>:

As classes dirigentes, abstração feita da classe sacerdotal, elevadas por uma instrução positiva à altura da ciência moderna, emanciparam-se já do jugo importuno dessas instituições; as classes menos cultas, continuando a aceitá-las como fórmulas tradicionais e na ausência de novos princípios, não têm contudo por elas aquela forte dedicação que nas guerras religiosas levava os antigos povos ao fanatismo sanguinário. O atual indiferentismo religioso de que a consciência popular é apenas momentaneamente despertada pelas pretensões obsoletas do partido clerical, é um testemunho incontestável – para quantos veem os fenómenos sociais desprevenidamente – da decadência do Cristianismo. Protestem embora os que a todo o custo desejariam ver reconstruído o passado; nem por isso o facto da descristianização progressiva é menos verdadeiro.<sup>214</sup>

Segundo o diagnóstico do alienista, a decadência do Cristianismo seria evidente a avaliar por dois fatores: a classe dirigente, a elite ilustrada e conhecedora dos desenvolvimentos científicos, rejeitaria submeter-se ao “jugo” das concepções religiosas, e mesmo as classes menos instruídas, ainda que continuassem a alimentar de alguma forma um projeto condenado ao fracasso, ainda que “despertadas” momentaneamente pelas “pretensões do partido clerical”, cada vez menos perfilhariam as fileiras do fanatismo e das guerras religiosas.

No entanto, Júlio de Matos demarca-se de Hartmann quando este defende a “fórmula panteísta” da religião do futuro. O autor alemão pertencia à escola do “monismo

---

<sup>212</sup> MATOS, 1878-1879b: 64-73. Segundo Júlio de Matos, o problema discutido por este autor “consiste em saber qual será o carácter da Religião adotada pelo futuro; se ela será uma simples reconstituição de alguma das religiões monoteístas atualmente existentes, ou será uma Religião inteiramente nova”.

<sup>213</sup> Contudo, o protestantismo, com a sua “liberdade relativa” tem para Júlio de Matos, um “título de glória a que o catolicismo de modo algum tem direito”. Nas palavras de Stuart Mill, o protestantismo “entra realmente no espírito, faz um apelo à inteligência; exige-se ao espírito que seja ativo e não passivo para o receber”. MATOS, 1878-1879b: 67

<sup>214</sup> MATOS, 1878-1879b: 67

espiritualista”, sistema que tinha por base o panteísmo tradicional da Alemanha, e que segundo Júlio de Matos, se enquadrava no estado metafísico. Este “monismo espiritualista”, ao perfilhar-se no campo do “inacessível e do inverificável”, opunha-se totalmente ao ideário positivista que procurava “desligar todos os espíritos” destas concepções. Neste ponto, Júlio de Matos afirma que a “Religião de amanhã será a Religião da Humanidade, despida completamente do culto externo que lhe anexavam os seguidores dos últimos trabalhos de Augusto Comte”.<sup>215</sup> Esta convicção funda-a Júlio de Matos nas comemorações dos centenários de Voltaire e Rousseau, que demonstravam claramente para o autor qual seria a orientação das novas gerações:

Que significam estas demonstrações senão que o Humanismo penetrou já a consciência de um dos mais adiantados países da Europa?<sup>216</sup>

Na apreciação de Júlio de Matos, dois juízos falsos compunham a *Religião do Futuro* de Hartmann. O primeiro era de que “os espíritos marcham para a adoção do panteísmo”, o segundo, de que a Religião e a Moral estariam subordinadas à metafísica. Com o objetivo de desvanecer a falsidade de tais ideias, relativamente à primeira afirmação, Júlio de Matos convida Hartmann a “seguir com olhos imparciais” o movimento positivista francês e inglês, de modo a compreender que a metafísica era “falsa e má” quando aplicada à Religião, à moral, à filosofia, ou a qualquer outro domínio da existência humana. A metafísica constituía, como os seguidores do positivismo já o saberiam, o “estado infantil, embrionário da inteligência” e encontrava-se em flagrante oposição com o ideal positivista que afastava do seu horizonte metodológico o objetivo de procurar e compreender o absoluto, restringindo as suas indagações à procura de uma “verdade relativa” conhecida somente através da compreensão das relações dos fenómenos e das leis que os dominavam. Ou seja, fruto desta síntese mental, os positivistas aspiravam não a conhecer “o *porquê*, mas somente o *como* das coisas”.<sup>217</sup> A segunda afirmação, também não tinha qualquer fundamento para Júlio de Matos. Nas suas palavras, “a Moral não depende da metafísica como não depende da Religião”, está antes “subordinada à Sociologia como a Higiene à Fisiologia”. Conhecidas as leis funcionais das sociedades, era convicção do alienista que resultaria naturalmente a aplicação de

---

<sup>215</sup> MATOS, 1878-1879b: 69

<sup>216</sup> MATOS, 1878-1879b: 69

<sup>217</sup> MATOS, 1878-1879b: 70. Estas últimas conclusões são apoiadas nas “palavras significativas” que Büchner escreveu na *Force et Matière*.

“preceitos morais” concernentes. É o que expõe Júlio de Matos no seguinte excerto recorrendo ao paradigma biológico da sociedade para ilustrar esta ideia:

Com efeito, sendo a sociedade um organismo sujeito a leis imutáveis e fatais como as da Biologia, cada lei reconhecida e demonstrada trará forçosamente uma prescrição ou uma série de prescrições práticas para o indivíduo, prescrições que, como as higiénicas, terão todas o mesmo carácter comum – respeito às leis orgânicas, mantendo as condições da sua realização e empregando meios para as restabelecer quando desviadas do seu ritmo normal.<sup>218</sup>

Neste âmbito, depois de conhecidas as leis que regiam o organismo social resultariam naturalmente “prescrições práticas ao indivíduo”, assim como o médico, conhecedor do organismo individual, prescrevia ao indivíduo a forma de prevenir a integridade da sua saúde ou o tratamento, caso esse organismo por qualquer motivo comesse a enfermar.

Assim, na fase positiva da inteligência humana, a religião e a moral eram “independentes da metafísica e dependentes só da compreensão científica do homem e das sociedades”.<sup>219</sup> Se, no entanto, não fosse suficiente à organização dos espíritos a orientação transmitida pelos princípios da filosofia positiva, a existir uma religião ela seria impessoal, “sem Deus e sem culto externo”, nas palavras de Júlio de Matos. A esta “religião do futuro” caberia somente o papel de dirigir os estados afetivos no sentido do progresso, para as atitudes altruístas, e não mais atuaria sob as “faculdades mentais” (esse papel só caberia à ciência), reprimindo-a e subjugando-a com os dogmas.<sup>220</sup> Apoiado nas palavras do positivista inglês Stuart Mill, Júlio de Matos expõe que essa religião, “uma Religião melhor do que as que geralmente usam este nome”, preocupar-se-ia em desvanecer do espírito humano elementos desagregadores como o interesse e o egoísmo, para cultivar o homem na persecução do bem geral comum.<sup>221</sup> Portanto, a existir uma religião no futuro, esta teria de estar subordinada à ciência e aos princípios que dela

---

<sup>218</sup> MATOS, 1878-1879b: 71

<sup>219</sup> MATOS, 1878-1879b: 71

<sup>220</sup> MATOS, 1878-1879b: 72

<sup>221</sup> Nas palavras de Stuart Mill, “As religiões, pródigas de promessas e de ameaças para a vida futura, fazem exatamente o contrário: impedem as ideias de elevar-se acima do nível dos interesses póstumos do indivíduo, solicitam-o a considerar o cumprimento dos seus deveres para com os outros sobretudo como um meio de salvação pessoal e opõem um dos mais sérios obstáculos ao grande fim da cultura moral, que consiste em fortificar os elementos do desinteresse e enfraquecer os elementos do egoísmo que existem em nós”. MATOS, 1878-1879b: 72-73

emanavam para todos os domínios da vida individual e social, estando assim em sintonia com a lei da evolução que convergia para a perfeitibilidade humana e civilizacional.

Para Júlio de Matos, a influência e manutenção do sentimento religioso, tal como ela se fazia evidenciar na sociedade portuguesa, correspondia a um fator de retrocesso civilizacional e causa, enfim, da “triste orientação de espírito do povo português”.

No artigo, *O Jesuitismo nos Seculares*, Júlio de Matos considerava um “facto extremamente curioso” na vida social portuguesa o “desequilíbrio manifesto entre a opinião pública, as instituições do estado e os costumes”. Fenómeno que, no parecer do autor, estaria em discordância com a “lei histórica” que estabelecia um “rigoroso paralelismo entre as instituições e leis que dominam um país e a opinião geral nele manifestada”. Neste âmbito, Júlio de Matos faz o retrato da sociedade portuguesa oitocentista no qual anota flagrantes contradições.

Segundo observa o autor, o regime monárquico estava falido, e “por toda a parte” se proclamava que a República seria a melhor forma de governo. Mas, ao mesmo tempo que algumas facções políticas enfatizavam a necessidade de mudança, declaravam que o povo não estaria preparado para uma reforma de base na estrutura política. A carta constitucional estaria repleta de anacronismos e de disposições que, para Júlio de Matos não só eram “irrisórias” como um “atentado manifesto à liberdade individual”, tanto que reclamava “urgentemente uma revisão completa”. No entanto, os mesmos que defendiam a sua reformulação eram os mesmos que achavam inoportuna a intervenção. O autor considerava haver na carta constitucional “disposições legais vetustas, incompreensíveis, cheias de ridículo”, como a que ordenava ao país a religião católica. No entanto, em matéria de registo civil, era a igreja que continuava a desempenhar uma função que devia pertencer somente ao Estado. Havia costumes “grotescos”, como as procissões, que segundo o autor, colhiam o desprezo de muitos. No entanto, estas manifestações públicas do sentimento religioso continuavam a sair às ruas com ampla participação popular.

Existia uma “instituição pavorosa”, que era o exército, “condenada pelo bom senso geral, repulsiva ao maior número”, contudo, tal instituição persistia e todos os portugueses sustentavam a sua manutenção.

O “homem despreocupado” afirmava que o culto era uma “coisa imbecil”. Todavia, não obstante a antipatia demonstrada pelo carácter arcaico do costume, trabalhava nele e contribuía financeiramente para a sua sobrevivência. Alguns homens defendiam que a adoração das imagens constituía um “fetichismo grosseiro, primitivo”, mas seriam os mesmos que tinham a casa adornada de imagens de todos os preços e



feitios. A opinião geral considerava que a crença no milagre era “pura e simplesmente um último laço armado à bronca credulidade de alguns espíritos atrasados”, no entanto, os mesmos eram incapazes de fazer dissipar esse pensamento num “pobre criado” que os servisse, com o pretexto de que tal procedimento seria “perigoso”. Reclamava-se ainda contra o emprego da brutalidade no ensino, mas na realidade, nos colégios, esse “processo torpíssimo” constituía prática diária.

Exposta a sintomatologia, cuja análise indicava ao alienista um temperamento ambíguo da sociedade portuguesa, seria necessário indagar sobre as razões de uma tão “manifesta contradição entre os pensamentos e os atos”. Apesar de a consciência caminhar num sentido oposto, não obstante a firmeza das convicções de alguns na observação daquilo que estaria a obstruir a marcha civilizacional e nas soluções para mitigar essas dificuldades, continuaria a evocar-se a necessidade de “manter uma ordem”, “respeitar as tradições”, de modo a não se exporem na “fileira dos avançados”, uma vez que reputariam tal procedimento de “perigoso” e “prejudicial” no “meio constituído”.

Para Júlio de Matos, a razão de assim proceder era apenas uma, a hipocrisia, que estaria impregnada na sociedade portuguesa devido à longa influência dos jesuítas no país. A eles se devia esta “triste orientação do espírito português”:

O que significa esta transigência ordeira de cada um com as coisas que condena, esta eterna hipocrisia, senão a inoculação do jesuitismo no espírito dos seculares? O que é este sistema falso de existência, este horror à grande máxima da moral positiva – *Vivre au grand jour* – senão o processo do jesuíta, a imitação do que ele doutrina e pratica?”

Nas palavras de Júlio de Matos, haveria “um jesuíta no fundo de muitos seculares”, e seriam estes, juntamente com o clero em geral, que seriam os responsáveis pelo progressivo empobrecimento do espírito português. Neste âmbito, Júlio de Matos atribui a bipolaridade do povo português aos Jesuítas. No seu entender, os clérigos mantinham o “espírito incoercível do ultramontanismo”:

Não será ainda uma hipocrisia, um sintoma do velho espírito jesuítico, ter uma opinião e afetar uma outra, pensar por velhos moldes e transigir com as novas ideias? Ninguém o contestará. Sempre o mesmo receio da luz!

Por isso quando ouço gritar de todos os lados – que penetram em Portugal os Jesuítas sinto a necessidade de dizer – que eles nunca de cá saíram.<sup>222</sup>

Neste âmbito, os jesuítas representavam para Júlio de Matos, um obstáculo ao desenvolvimento social, principalmente desde que tinham abandonado os “ideais religiosos para prosseguir fins políticos”, atraindo em seu redor outras forças de retrocessão, nomeadamente monárquicos e conservadores, que lutavam pela manutenção do obscurantismo na sociedade portuguesa. Assim, Teixeira Bastos com a sua obra *O Jesuitismo nos Seculares*, cumpriria aquilo que seria a missão da filosofia positiva: esclarecer a sociedade e os órgãos diretivos sobre o melhor meio de alcançar um “futuro de paz e de civilização”.

Analizados os malefícios da religião no organismo social, apontada como responsável pelo atraso civilizacional português, Júlio de Matos parte para a análise das consequências da influência da religião no indivíduo: a alienação mental.

Na ordem cronológica das *Causas Sociais da Loucura*, a primeira apontada por Júlio de Matos, é o momento em que a consciência humana despertou para um “ideal religioso superior ao fetichismo<sup>223</sup>”. Nas sociedades primitivas, não obstante as dificuldades extremas, relacionadas com a “fome, a ausência de proteção contra os rigores dos climas, as lutas de toda a ordem contra classes inteiras de animais na concorrência vital e contra as leis inexoráveis da natureza”, a alienação mental seria praticamente inexistente. A loucura, somente principiava no momento em que a “compreensão, ainda que vaga e indistinta, dos destinos humanos, imprime às sociedades um carácter consciente”, do qual teria resultado a imposição gradual de uma ideação de carácter religioso. Assim, era esta “falsa necessidade de encontrar a solução do problema teológico-metafísico da origem das coisas”, que arrastava o homem para a “indisciplina do sentimento místico”, para o sobrenatural que, na observação do autor, “tiraniza os espíritos dominando-os de um modo exclusivo”.<sup>224</sup> Facto que uma análise histórica das sociedades passadas rapidamente poria a descoberto:

---

<sup>222</sup> MATOS, 1880-1881c: 295

<sup>223</sup> Fétiche: “1. Objeto cultural de qualquer espécie que seja (ídolo, animal, estátua, boneca) possuindo misteriosas e poderosas qualidades de onde aguardamos magicamente uma ajuda sobrenatural. 2. Em psiquiatria, objeto de fixação do desejo sexual no Fetichismo”. Fetichismo: “1. Cultos dos fetiches; religião que comporta esse culto. 2. Admiração exagerada e sem reserva de uma pessoa ou de uma coisa (sinónimo de veneração) e por extensão, toda a ideia adorada (...)”. THUILLIER, 1996: 545

<sup>224</sup> MATOS, 1879-1880b: 306

É assim que nas sociedades patriarcais Abraão nos aparece cedendo a funestas alucinações religiosas que o colocam a dois passos do infanticídio. Na Grécia as festas religiosas conduziam a um eretismo nervoso indescritível; atos de uma loucura incontestável eram praticados no meio dos aplausos gerais; dominadas pelo histerismo nas festas solenes de Baco, mulheres em bandos expunham a nudez dos corpos aos abraços sensuais dos homens, e gritos eróticos faziam-se ouvir impudicamente nas praças e ruas de Atenas.<sup>225</sup>

Deste modo, Júlio de Matos exprimia a convicção de que a religião, fosse ela monoteísta ou politeísta, potenciava a loucura, manifestada através de “alucinações religiosas”, como aquela que impeliu Abraão a matar o próprio filho, ou por “festas religiosas”, como acontecia na Grécia Antiga ou nas festas em nome do deus Baco. O ideal religioso, pelo risco elevado que representava no desregramento dos espíritos, ocupava assim um lugar proeminente na eclosão da alienação mental.

O momento histórico seguinte, pautado igualmente na sua transição por abalos sociais perceptíveis, e que se traduziram “patologicamente pela aparição brusca de um considerável número de loucos”, mais uma vez devido ao efeito funesto das crenças religiosas, é aquele que determinou a passagem das civilizações antigas ao período medieval. Primeiro, as perseguições dirigidas aos primeiros seguidores do cristianismo, que conduziram centenas de homens “ao delírio sensorial, à lipemania e à demência”. Depois, durante toda a época medieval, a aparição das “grandes nevroses epidémicas; a licantria<sup>226</sup>, o delírio erótico e a demomania”, que culminariam na morte pela fogueira de centenas de pessoas. Neste período, explica o autor, como a doença mental não seria ainda percecionada no sentido médico mas sim como um estigma mandado por Deus de modo a expor à “execração pública os grandes criminosos”, em vez de se construírem hospitais próprios, “que recebessem aqueles infelizes, acendiam-se fogueiras que os incinerassem”. Este “procedimento bárbaro” teria então influência no acréscimo de casos de alienação mental. Júlio de Matos parece assim reconhecer a influência que certos

---

<sup>225</sup> MATOS, 1879-1880b: 306

<sup>226</sup> “Delírio daquele que se crê transformado em lobo (ou em outro animal), e mais largamente convicção na metamorfose dos seres humanos em lobos (ou outros animais). Quando se trata de um delírio incidindo sobre a metamorfose em outros animais, empregamos igualmente o termo *zoantropia*. Os delírios de transformação licantrópica foram raramente descritos em psiquiatria, enquanto a memória coletiva abunda em relatos deste género, quer se tratem de bruxas transformadas em lobisomens, de doentes atingidos de “melancolia ou raiva lupina” ou contos para crianças. Para certos psiquiatras, o delírio de metamorfose licantrópico liga-se ao Síndrome de Cotard, com as suas ideias da transformação do corpo; outros ligam-no à esquizofrenia paranoide ou a histerias muito graves.” THUILLIER, 1996: 609

acontecimentos político-sociais, como neste caso, o “espetáculo” da morte pela fogueira, poderia ter sobre o espírito das populações, a julgar pelas seguintes palavras:

A imaginação mantida pelo terror numa tonalidade mórbida, o sentimento surpreendido dolorosamente a cada instante pela perda de um pai, de um irmão ou de um amigo, queimados sob o pretexto de magia ou ateísmo, as faculdades intelectuais compelidas à meditação alucinante dos dogmas religiosos, tais eram os motivos capitais das grandes crises epidémicas da loucura.<sup>227</sup>

Mesmo com a reforma de Martinho Lutero, que viria a preconizar uma maior liberdade religiosa e uma separação da Igreja de Roma, o que em princípio poderia apaziguar os espíritos dos tormentos infligidos pelo catolicismo, o número de loucos não teria diminuído, antes de mais porque o próprio iniciador deste movimento seria um alienado. Segundo Júlio de Matos, Lutero retirou de “alucinações pessoais o fervor dos seus protestos e o fervor do seu proselitismo”, e seria o “primeiro afetado de um delírio sensorial”. Assim, num clima de profundas divisões religiosas como aquele que se viveu na cristandade, no século XVI, e que culminaria com o nascimento da religião protestante e a separação desta de Roma, a loucura encontrava “terreno apropriado à sua produção”, fragilizado pelas modificações religiosas, intelectuais e políticas que se seguiram e que atingiram não somente as esferas mais elevadas do poder como também as populações que se viram no meio do conflito:

Foi um período de pavorosa confusão; solicitados antagonicamente, de um lado pelas investidas eloquentes de Lutero contra o papismo, do outro lado pelas condenações que contra os heréticos lançava o velho poder tradicional, os espíritos sentiam aquela hesitação moral inevitável em tais condições e de onde não pode sair-se senão violentamente.<sup>228</sup>

Assim, as “manias religiosas” sucediam-se, assolavam famílias inteiras, “passando dos adultos às crianças, que tinham visões místicas e falavam no tom profético dos iluminados”.

---

<sup>227</sup> MATOS, 1879-1880b: 307

<sup>228</sup> MATOS, 1879-1880b: 308

No entanto a religião não era, por si só, causa de loucura. A religiosidade só terminava em loucura quando os indivíduos eram predisponentes à alienação mental. Ou seja, a causa de um delírio religioso não era a religião em si, mas a predisposição que o indivíduo tinha, devido à sua hereditariedade mórbida, esta sim é que servia de catalisador ao delírio. É esta ideia que Júlio de Matos exprime relativamente a três casos de *loucura religiosa* observados no Hospital Conde Ferreira no primeiro biénio (1883-1885):

Se me perguntassem que influência exerceu a religião na génese destes casos, eu diria que pouca no primeiro e talvez nenhuma nos últimos, e que os nossos doentes, essencialmente degenerados e, portanto, predispostos, teriam delirado sob a influência de causas insignificantes e banais, quando mesmo não possuísem uma só noção religiosa. Eu penso, de acordo com alienistas eminentes, que a religião serviu aqui apenas para dar o colorido ao delírio, para fixar-lhe a expressão externa, nada tendo com o processo íntimo da sua génese.<sup>229</sup>

Apoiando-se nas observações de Maudsley, Krafft-Ebbing, Legrain e Magnam<sup>230</sup>, as crenças religiosas de um determinado indivíduo são a “expressão do seu carácter e do seu desenvolvimento intelectual”. Neste âmbito, o exagero destas crenças são para os alienistas a “expressão de um carácter mórbido, de um desenvolvimento anormal ou pervertido das faculdades”, nas palavras de Magnam o delírio religioso é como “quase patognomónico da degenerescência”.

Contudo, este argumento de modo algum pretendia inocentar a religião enquanto potenciadora da alienação mental, já que uma breve análise histórica poria a descoberto os malefícios do ideário religioso com a constante preocupação com o futuro e as penas eternas no “desarranjo dos espíritos”. As crenças religiosas, quando enraizadas num espírito predisposto à alienação mental pela hereditariedade mórbida, seria uma causa determinante desta afeição:

---

<sup>229</sup> RELATÓRIO, 1887: 165-166

<sup>230</sup> MAGNAM, Valentin (Perpignan, 1835 – Paris, 1916). “Psiquiatra francês. Médico ao serviço das admissões no hospital Sainte-Anne, em Paris, interessa-se pelo problema do alcoolismo, grande fornecedor dos hospitais psiquiátricos e dos asilos. Descreverá os acidentes neurológicos e psiquiátrico superveniente nos bebedores de absinto, toxicomania então muito na moda. Escreve em 1874 um *Traité sur l'alcoolisme*. Estudou igualmente a loucura dos degenerados, e sob o plano terapêutico sempre se aplicou a suprimir a utilização do colete-de-forças.” THUILLIER, 1996, p. 611

A religião pode ser, com efeito, uma causa determinante da alienação mental de forma melancólica ou de forma expansiva, desde que o espírito por condições hereditárias ou nativas se encontra predisposto a delirar; nesta hipótese nenhuma causa será, talvez, tão eficaz como ela, porque nenhuma tem tanto o poder de sobreexcitar as emoções fundamentais da natureza humana, origem e ponto de partida de todas as loucuras.<sup>231</sup>

### 3.5. Socialismo: ideal político ou alienação mental?

Laure Murat demonstra, ao longo da sua obra, a estreita proximidade que caracterizou as relações dos primeiros alienistas com o poder político, bem como as inúmeras contradições do discurso psiquiátrico e a constante adaptação da nosologia em função dos regimes dominantes da época.<sup>232</sup> Neste âmbito, a autora que interrogou os arquivos da desrazão em França, procura entender, articulando a história política com a evolução do alienismo no séc. XIX, que inquietudes ilustram as palavras da desrazão, “De que dramas essas «paranóias reformadoras», essas «monomanias religiosas», esses «delírios ambiciosos» são a pista ou o eco?”<sup>233</sup> Neste âmbito, um dos objetivos passou por escrutinar de que modo se elaborava e articulava no século XIX o discurso entre ideologia e patologia.

Desde o nascimento do alienismo que se manifesta a grande solidariedade que este ramo da medicina vai estabelecer com o poder político – sob o Terror muitas casas de saúde privadas são requisitadas para serem transformadas em prisões e nelas encarcerar essencialmente prisioneiros políticos. Do mesmo modo, a autora observa a ambiguidade

---

<sup>231</sup> RELATÓRIO, 1887: 166. Numa carta de 1911, citada por Luís de Pina, no contexto em que Júlio de Matos vai para Lisboa por incompatibilidades com a Santa Casa da Misericórdia do Porto, o alienista confessava: “Eu tenho muito trabalho mas não vejo Irmãos, o que me compensa de todos os cansaços”. Numa carta de 1912, ainda a respeito dos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia, Júlio de Matos escrevia: “Se tivesse tempo, faria um livro sobre a psicologia do irmão. Como o irmão é o tipo perfeito do género filistino a que pertence a espécie mercador, ficavam numa psicologia, três psicologias. Seria de arromba...” PINA, 1958: 29

<sup>232</sup> Por exemplo, a *drapetomania*, ou “mania da fuga”, (*drapetes*: fugitivo; *mania*: loucura), patologia “bem conhecida dos fazendeiros” surgiu, nas palavras da autora, para estigmatizar a “‘mania’ dos escravos negros do sul dos Estados Unidos desejosos de se libertar da sua escravidão”. Esta espécie mórbida, identificada pelo médico Samuel A. Cartwright em 1851, seria “fácil de curar, na condição que o mestre não empreendesse nenhuma manobra de aproximação e convencesse o escravo, referências bíblicas a apoiá-lo, da sua condição natural de ser submisso”. Segundo Laure Murat, esta categoria nosológica, hoje incorporada no racismo científico, conheceu na época uma vasta repercussão entre a comunidade médica. MURAT, 2011: 16

<sup>233</sup> MURAT, 2011: 37

dos “casos médicos” relativos à política, que muitas vezes afiguram-se mais como internamentos arbitrários do que diagnósticos médicos, o que leva Laure Murat a refletir sobre o modo como os alienistas delimitaram a “fronteira entre o que é um ideal político e meras convicções pessoais e o que já são excessos mórbidos”<sup>234</sup>, ou seja, a fronteira entre *dissidência ou demência*.<sup>235</sup>

---

<sup>234</sup> MURAT, 2011: 38

<sup>235</sup> Em, *L'asile, prison politique?*, Laure Murat demonstra a longevidade da relação entre prisão e hospício, iniciada com a fundação do Hospital Geral em 1656 por Luís XIV. O ideário revolucionário, que levaria à abolição das *lettres de cachet*, sugeria o fim desta confusão entre doentes e prisioneiros com a nova etapa, que paralelamente se desenha, de medicalização da loucura. Mas, como Laure Murat constata, sob o Terror, o poder político encerrava ainda uma “estranho casamento entre alienação e repressão”, ao requisitar estabelecimentos de cuidados privados para os transformar em prisões. Por exemplo, a casa Belhomme, onde Pinel exerceu a título de médico consultor, antes de ir em 1793 para Bicêtre, torna-se uma prisão sob ordem do Terror. Explica-nos a autora que Jacques Belhomme, antigo fabricante de espelhos, fundador, em 1770, da casa de saúde com o mesmo nome, que rapidamente teria compreendido as vantagens que podia colher de famílias ricas desejosas de esconderem um tio demente ou um filho atrasado, constituiu o melhor exemplo da proximidade entre o internamento médico e a detenção administrativa, facilitado graças ao vazio jurídico que se instala entre a abolição das *lettres de cachet* e a lei sobre os alienados de 1838. A pensão Belhomme conservou assim um duplo papel sob o Império e, sobre isso, os registos entre 1808 e 1810 são muito claros, “De um fólio ao outro, alternando doentes e prisioneiros”. Segundo a autora, estas encarcerações visavam sobretudo os prisioneiros políticos e depois, sob a Restauração e a Monarquia de Juillet, estenderam-se também a simples delitos de opinião. É neste âmbito que Laure Murat nos apresenta o caso de Bénigne-Louis Bertier, que entra em Belhomme a 1809, “acusado de manobras contra a segurança do Estado” com ordens expressas do Ministro do Interior, Joseph Fouché, para que o prisioneiro fica-se à responsabilidade do estabelecimento de Jacques Belhomme “vigiando-o com o maior cuidado e interditando-lhe toda a espécie de saída, mesmo momentânea sem ordem formal”; ou ainda o caso do general Malet, aristocrata ligado às ideias novas e um feroz republicano, preso numa casa de saúde, que tenta, entre outras sublevações, uma conspiração contra o imperador em 1808. Assim se instala, na análise da autora, entre a Revolução e a Monarquia de Juillet, uma “tripla confusão” fruto da interseção entre a psiquiatria e o poder político: “confusão de *estatuto* entre a casa de saúde e a casa de detenção (Belhomme...), confusão de *natureza* entre o louco e o opositor ao regime (Malet), confusão de *papéis* do alienista, que coopera com o poder, mas protege também os detidos que lhe são confiados, até mesmo fazê-los evadirem-se (Dubuisson, Casimir Pinel)”. MURAT, 2011: 121-140. Da mesma maneira, no subcapítulo *Dissidence ou Démence?*, Laure Murat dá-nos conta da variedade e do carácter ambíguo dos “casos médico” relativos ao político que muitas vezes parecem mais um internamento arbitrário do que um certificado médico. Nesta demanda Laure Murat procura saber o que nos dizem os arquivos médicos “destas cabeças muito ocupadas de política?”. Entre muitos outros, Laure Murat apresenta-nos o caso de Théodore Desorgues. Poeta, autor do *Hymne à l'Être suprême*, internado em Charenton em 1805, devido a uma canção cujo refrão dizia “Oui, le grand Napoléon/ Est un grand caméléon”. Neste caso a autora reflecte se Desorgues foi internado como louco *ex officio imperatoris*, segundo a expressão de Baudout, ou se o seu internamento se deve à “bizarria e à incoerência”, dos seus propósitos anotados pela polícia. O que interessa aqui saber, segundo a autora, é a partir de que momento e segundo que critérios “nos afastamos de um discurso político «razoável» e a partir de que momento e segundo que critérios «a dissidência se acompanha de excessos considerados «delirantes»”. Outro caso apontado por Laure Murat é o de Jacob Dupont, internado em Charenton a 14 de Fevereiro de 1810, atingido por “fantasias suspeitas”, ao pregar abertamente o ateísmo. Como diz claramente o registo de observações médicas de Charenton sobre este “doente”, o “ateísmo é uma loucura”. Consideração que não surpreende a autora, numa sociedade que partilha largamente da opinião de Louis Sébastien Mercier (*Le Tableau de Paris*, 1788), segundo o qual o ateísmo seria a “soma total de todas as monstruosidades do espírito humano”, “uma mania destrutiva [...] que se avizinhava muito da demência”. Para Laure Murat este julgamento, fundamentado com um

Neste âmbito, “O que é que a utopia política partilha, no séc. XIX, com uma certa conceção de desrazão? Em que medida o sonho de uma sociedade melhor se confundia com a perda da razão?”<sup>236</sup> Segundo Laure Murat, com a revolução de 1848, o poder político e o alienismo compactuaram com mais intensidade, particularmente após a instauração do sufrágio universal masculino e o advento da soberania popular. Era neste contexto que o alienismo formulava uma nova categoria nosológica, cujo sintoma principal era esta “paixão pela igualdade”: tratava-se da “doença democrática”.<sup>237</sup>

Esta “epidemia”, que assolaria toda a Europa, será alvo de interesse por parte de alienistas e não alienistas. Em 1850, surge a versão francesa da *De la maladie démocratique, nouvelle espèce de folie*, do autor alemão Carl Theodor Groddeck que, em cerca de 50 páginas, organizou a etiologia, o diagnóstico e o tratamento desta alienação, expondo “todos os desvarios ridículos aos quais conduz a mania do progresso”. Groddeck, que não era médico, expunha aquilo que considerava ser uma época de conflito entre o indivíduo e o social, em que “paixões egoístas”, que promoviam um “amor pela liberdade”, “sem direção e sem limite”, vinham a deteriorar progressivamente as bases constitutivas da sociedade – casamento, educação, disciplina, moralidade, obediência, sentimento nacional etc. – conduzindo ao erro e à alienação mental<sup>238</sup>.

Os *Annales médico-psychologiques*, registaram o aparecimento da obra numa recenssão assinada por Alexandre Briere de Boismont,<sup>239</sup> que sem fazer diretamente referência ao trabalho de Groddeck, aplicava a classificação geral da alienação mental aos afetados pela “doença democrática”, dividindo-os em “maníacos, monomanos, dementes, idiotas”. Nas palavras deste autor:

A doença democrática, é a febre da revolta contra o princípio da autoridade: tem a sua origem no orgulho, de onde resulta a vaidade, o amor próprio e o ódio de toda a superioridade. Não é o germe de todas as revoluções? *Vós sereis como os ricos!* eis a

---

diagnóstico médico, prova “preto no branco” que as convicções filosóficas constituíam condição suficiente para justificar um internamento. MURAT, 2011: 140-149

<sup>236</sup> MURAT, 2011: 288

<sup>237</sup> Segundo Marie d’Agoult, em *Histoire de la révolution de 1848* (1851), a revolução de 1848 fundou o imaginável: “a participação de todos os homens, incluindo os domésticos, os pobres e os soldados, no caminho do poder. O corpo eleitoral passa de 250 000 cidadãos a 9 500 000.” MURAT, 2011: 298

<sup>238</sup> MURAT, 2011: 299

<sup>239</sup> BRIERE DE BOISMONT, Alexandre, Jacques, François (Rouen, 1797 – Saint-Mandé, 1881) : “Este médico que dirigirá numerosas casas de saúde psiquiátricas em Paris, é sobretudo conhecido como redator, com Baillarger e Cerise, dos *Annales médico-psychologiques*, e por numerosas publicações escritas num estilo claro sobre a monomania homicida, a epilepsia nos alienados, as alucinações. Redigirá igualmente um tratado sobre o suicídio e a loucura do suicídio.” THUILLIER, 1996: 472



fórmula das revoluções socialistas junto das classes médias. *Vós sereis como os nobres!* eis a fórmula das revoluções das classes médias contra as classes nobres. *Vós sereis como os reis!* eis a fórmula das revoluções das classes nobres contra os reis. Enfim, *vós sereis como os deuses!* eis a fórmula da primeira revolta do primeiro homem. Orgulho, sempre orgulho!<sup>240</sup>

Neste âmbito, Boismont anotava os principais traços físicos e psicológicos destes “insurretos escumosos”:

Os maníacos mostram-se de preferência nas reuniões fraternais chamadas clubes. Têm os cabelos eriçados, muito frequentemente incultos, os olhos esgazeados, a boca convulsada; as suas palavras traduzem-se o mais ordinariamente por sons roucos, vociferações, ameaças, gritos de furor no meio dos quais distinguimos as palavras de *infame capital*, de *miseráveis burgueses*, de *liquidação da antiga sociedade*. (...) Uma das principais variedades desta loucura maníaca é o *delirium tremens*. (...) O mal reconhece-se facilmente aos sinais seguintes: o indivíduo que quer tomar a palavra tem um estremecimento geral, a língua é tartamudeada e não articula senão incompletamente, os olhos estão fora da cabeça, o rosto é vermelho, o bafo tem um odor *sui generis*: a imaginação é sujeita a alucinações assustadoras (...) <sup>241</sup>

No entanto, é em relação à categoria dos monómanos que Brierre Boismont “precisa o seu pensamento e aborda a vertente ideológica do problema”:

O monomano comunista aniquila todas as separações factícias, as distinções arbitrárias; com ele, a fraternidade governa o mundo; não reconhecemos mais que um título, a virtude; não temos senão uma preocupação, a felicidade comum: para quem se esquecer de pensar melhor nos outros. Os exércitos desaparecem, por falta de emprego, não lutamos senão contra a natureza; as paixões desvanecem-se, os animais mais selvagens vêm colocar-se sob as ordens do homem. Os filhos de Adão gozam enfim de uma herança laboriosamente conquistada; eles são os soberanos da terra. Para chegar a esse magnífico resultado, trata-se de uma bagatela, fazer abnegação da sua

---

<sup>240</sup> BRIERRE DE BOISMONT, Alexandre - «Die Demokratische Krankheit, eine neue Wahnsinns Form ou *De morbo democratico, nova insaniæ forma* par le Dr C.-Th Groddeck», *Annales médico-psychologiques*, tomo II, 1850, p. 519. Nesta recensão, Boismont sublinha que o seu objetivo é somente falar dos “exageros da ideia democrática”, e não atacar “o princípio”, que diz respeitar.

<sup>241</sup> Citado por MURAT, 2011: 302-303

individualidade, renunciar ao que se tem no tronco comum, e não escrever cartas da América aos malintencionados da Europa.<sup>242</sup>

Para Júlio de Matos, da mesma forma que as crenças religiosas seriam os “documentos de uma atrasada situação de espírito”, ideários políticos existiam que, pelo carácter retrógrado dos seus programas, denunciavam o mesmo estado intelectual dos primeiros.<sup>243</sup> Assim, do ponto de vista psíquico, o alienista reconhecia o mesmo fundo mórbido naquele que defendia um ideal político e aquele que acreditava em qualquer coisa de sobrenatural. O processo psicológico que estaria na base de todas as crenças ou superstições seria a “objetivação de imagens mentais provocadas por intensos estados emotivos do espírito humano em conflito com o seu duplo meio, cósmico e social”, processo que seria comum a todos quantos alimentavam ideias indemonstráveis.<sup>244</sup>

Neste âmbito, Júlio de Matos expressava uma profunda antipatia pelos “famosos princípios da Revolução” – liberdade de consciência, soberania popular e igualdade – que teriam sido “desviados do seu sentido puramente crítico” para se transformarem em “entidades”, “ídolos novos substituindo velhos ídolos depostos”.<sup>245</sup>

A “liberdade opinativa” – “velha ilusão ambiciosa” – não seria um “princípio orgânico”, porque naturalmente se extinguiu perante a demonstração dos factos, da mesma maneira que a “liberdade de ação”, era invalidada pelo “conhecimento das leis psicofisiológicas”, uma vez que um “severo determinismo a que nada escapa e de que a ciência descobre todos os dias uma parcela de extensão, domina o universo”.

Relativamente ao princípio da soberania popular, Júlio de Matos considerava ser a “fórmula de um erro grosseiro”, uma vez que, tal como Augusto Comte havia observado, consistiria somente em “substituir na direção das sociedades o arbítrio dos reis, teologicamente investidos do direito divino, pelo arbítrio dos indivíduos, metafisicamente armados de uma irrisória infalibilidade eletiva”. Subjacente a este último princípio estava, por sua vez, o sufrágio universal, que fazia depender a eleição das assembleias legislativas da “ignorância” e da “corruptibilidade das plebes”, o que explicava, para Júlio de Matos, o “reconhecido abaixamento progressivo do nível

---

<sup>242</sup> Citado por MURAT, 2011: 303

<sup>243</sup> GAROFALO, 1904: XI-XII

<sup>244</sup> GAROFALO, 1904: XIII

<sup>245</sup> GAROFALO, 1904: XXIII

intelectual e moral dos governos de todos os países” devido à “seleção do medíocre e do arrivista”, que os princípios da soberania popular e do sufrágio universal autorizariam.<sup>246</sup>

Da adoração destes “novos ídolos mentais” sobrevinham graves prejuízos para os países, o mais grave de entre eles, esse “perigoso e contagioso estado mental” que era o socialismo. Para Júlio de Matos, este ideário político não passava de uma “nova religião”, “com dogmas, com profetas, com apóstolos, com intolerâncias, com lutas, com mártires e até procissões, absolutamente vazada nos persistentes moldes ancestrais das suas irmãs teológicas”. Neste âmbito, segundo observava o alienista, os socialistas servir-se-iam dos mesmos procedimentos que os propagadores do cristianismo, para atrair e divulgar as suas crenças: fomentavam um “utópico desejo nivelador das ínfimas classes sociais”, e do atijamento de um “velho e inextinto ódio do pobre” contra o rico, extraíam as suas energias; recrutavam os seus adeptos mais fervorosos “na multidão confusa dos imprevidentes e ociosos, que, não sendo a qualidade e a virtude, são, no entanto, o número e a maioria em todos os agregados humanos”; e as suas doutrinas, concebidas por “cérebros simplistas” que desconheciam a natural “diferenciação entre os homens”, instigavam uma “luta bárbara dos deserdados, dos incultos e dos grosseiros contra os proprietários, os instruídos e os educados”, o que comportaria consequências funestas para a estabilidade político-social de um país.<sup>247</sup>

Segundo Júlio de Matos, os “batalhões socialistas”, que não cessariam de aumentar nas sociedades contemporâneas, eram essencialmente formados pelos “vencidos na luta pela vida”, pelos inadaptados, que desejariam “ver destruída uma ordem social que implacavelmente tende a eliminá-los”.

O anacronismo do ideário socialista, a todos os níveis da existência humana, seria evidente e por isso inadmissível para um alienista cujo pensamento estava certo da marcha ininterrupta para estados evolutivos cada vez mais perfeitos a que nada podia obstar:

(...) para evitar as desigualdades económicas do nosso tempo, o que propõem?

Abolir a propriedade individual, voltando ao comunismo ingénuo dos primeiros homens,

---

<sup>246</sup> GAROFALO, 1904: XXIII-XXVI. A matriz positivista-evolucionista conduziu Júlio de Matos, coadjuvado pelo saber psiquiátrico, a tratar sob o mesmo plano patológico, crenças religiosas ou políticas que não perfilhavam o seu ideal de progresso civilizacional. Desde 1880, que Júlio de Matos, nos seus artigos para a *Era Nova*, vinha a defender uma *Reorganização da Política pela Ciência*, apelando à necessidade de direcionar o poder político para os cultores das ciências positivas, nomeadamente para os sociólogos, os únicos homens que, formados nos cânones positivistas e dedicados a estudar o organismo social segundo os seus métodos, teriam competência para se pronunciar sob o rumo das políticas.

<sup>247</sup> GAROFALO, 1904: XXVII-XXIX

e destruir a concorrência, regressando à remota fase da cooperação obrigatória. Para remediar as imperfeições da família contemporânea, baseada no casamento, o que lembram? Regressar à promiscuidade sexual dos primitivos bandos humanos. Para evitar que o produtor seja lesado pelo que auferem sobre a mão-de-obra o industrial e o negociante, como intermediários da venda, o que lhes ocorre? Acabar com o comércio, voltando ao inicial regime da troca direta dos produtos, e reduzir o patrão a um simples chefe de oficina, como nos remotos e titubeantes começos das indústrias.<sup>248</sup>

### **3.6.Os “fracos de espírito”: alienação ou estado mental geral da população portuguesa?**

A alienação mental, que dá pelo nome de “fraqueza de espírito” ou “simplicidade”, descrita no *Manual das Doenças Mentais*, em 1884, e prolongada para os *Elementos de Psiquiatria*, em 1911, sob a designação de “imbecilidade”, afigura-se nos não uma patologia, no sentido médico do termo, mas antes o julgamento moral e pessoal que o alienista faz da sociedade portuguesa de oitocentos.

Segundo a definição avançada por Júlio de Matos, a “fraqueza de espírito”, ou “simplicidade”, caracterizava-se por uma “insuficiência psíquica congénita ou adquirida no curso de evolução das faculdades, não acusada por sinais somáticos, mas denunciada por ausência de iniciativa, por falta de poder reflexivo e, sobretudo, por uma extrema credulidade”.<sup>249</sup>

Estes alienados, passariam facilmente despercebidos na sociedade, uma vez que não apresentariam estigmas físicos apreciáveis, e pelo facto de gozarem de uma “certa proteção tutelar que não dispensam”.

Segundo Júlio de Matos, eram significativos os caracteres de normalidade que os fracos de espírito apresentavam, o que lhes permitia passar longo tempo despercebidos na sociedade. Entre estes “simples de espírito”, a memória seria, geralmente, desenvolvida. O alienista notava que muitos falavam e escreviam “uma ou duas línguas estranhas” e que sabiam “maquinalmente a história e a geografia com irrepreensível

---

<sup>248</sup> Citado por PEREIRA, 1997: 541-542

<sup>249</sup> MATOS, 1884: 265. A “fraqueza de espírito” insere-se, no *Manual das Doenças Mentais* (1884) no grupo das *Loucuras Congénitas ou Morfológicas*, que designa “todos os estados de insuficiência mental nativa e mesmo adquirida antes da idade adulta sob a influência de uma causa qualquer diferente da alienação mental”. Além da *fraqueza de espírito*, compõem este grupo a *imbecilidade*, a *idiotia* e o *cretinismo*.

precisão de nomes e datas”. Seria ainda da benéfica “exploração da tendência à imitação”, que invariavelmente, caracterizaria grande parte dos fracos de espírito, que a educação conseguia “dar a estes enfermos o valor fictício com que muitos se apresentam na sociedade”. Assim, graças a esta predisposição à imitação, os “simples de espírito” conseguiam aprender toda a espécie de trabalhos manuais e mesmo executá-los com perfeição. Em virtude da presença de todas estas características “aparentemente” normais, compreendia-se, segundo Júlio de Matos, “que não é inteiramente difícil no trato superficial da sociedade tomar por intelectualmente válidos os fracos de espírito”.<sup>250</sup>

No entanto, se à sociedade, e às pessoas comuns, estes “enfermos morais” passavam despercebidos, na presença de um “observador experimentado”, os *fracos de espírito* reconheciam-se sem a mínima demora pela “simples aparência”. Segundo a apreciação do alienista, além de uma “*expressão de olhar interrogativa*”, que lhes era particular, era a “tendência notável às *toilettes extravagantes* e, sobretudo, às cores vistosas desgostantemente combinadas”, que expunha facilmente a “enfermidade moral”.

Caso os indivíduos tivessem recebido uma “educação cuidadosa”, apenas um “exame repetido” faria descobrir neles os “caracteres de invalidez mental”: falta de “poder de reflexão”, processo de aprendizagem “como as crianças”, e “impossibilidade radical de generalizar”, o que fazia com que o estudo das ciências fosse para eles uma “barreira invencível”.

Não teriam ainda qualquer “poder criador”, viviam da imitação e das ideias que os outros formulavam, seriam incapazes de “produzir um pensamento original”, o que faria sobressair uma total “ausência de critério” e um “sentimento excessivo de credulidade”, convertendo-se nas “vítimas escolhidas do charlatanismo e da superstição”; o diálogo destes “desgraçados” era, segundo o alienista, “estéril”, reproduzindo opiniões alheias sem capacidade alguma para argumentar caso fossem contestados.

Como não teriam ideias próprias, nem tão pouco um critério que lhes permitisse apreciar convenientemente tanto os seus atos como os dos outros, refletiriam um “senso moral” limitado, sendo a consciência dos “fracos de espírito”, “como a tábua rasa de Condillac; o primeiro que chega escreve nelas as noções que lhe apraz”. Sem qualquer iniciativa, caminhariam na “vida à mercê das impulsões estranhas”, sem qualquer “linha de conduta e sem plano estudado”.<sup>251</sup>

---

<sup>250</sup> MATOS, 1884: 265-266

<sup>251</sup> MATOS, 1884: 267-268

O egoísmo e a vaidade, estigmas destes alienados, levaria a que muitos se supusessem sempre “alguma coisa, não sendo nada” e por isso, muitas vezes, nas palavras do alienista, fomentavam “cuidadosamente grotescas esperanças de sucesso no conflito da vida”.

Todavia, era sobretudo na vida prática, “no conflito diário das opiniões e dos interesses” que melhor se averiguava a “nulidade moral destes deserdados”:

Impossibilitados de assumir a direção de uma casa, ou de compreender os mútuos deveres familiares, os fracos de espírito são na vida íntima um motivo perpétuo de desgostos e de infelicidade. As mulheres, preocupadas na cultura da *toilette* ou ainda nas práticas estreitas da devoção, esquecem ininteligentemente os cuidados domésticos, produzindo no lar a desolação das coisas abandonadas. Os homens gastam esterilmente o dinheiro, caindo na miséria, se um parente interessado não promove a interdição, como único meio protetivo eficaz.

Na vida literária consomem inutilmente largos anos, atravessando nas aulas, nos exames, nos concursos toda a sorte de humilhações e de infortúnios. No comércio são o ludíbrio de todos, a *matéria explorável* dos ladinos. Na simples vida ociosa das grandes cidades denunciam grotescamente a sua nulidade, se têm fortuna. São os anfitriões obrigados das orgias mais degradantes, os Mecenas indispensáveis de todos os literatos sem público, os presidentes responsáveis de todas as sociedades em que, sob pretexto de caridade, o roubo se organiza e consolida. São ainda os fracos de espírito os assinantes perpétuos das obras de luxo, destinadas às jardineiras das salas de espera; enfim, diz Dagonet, «devoram romances e os almanaques foram criados para eles».<sup>252</sup>

Os “fracos de espírito”, imitadores e divulgadores das ideias de outros, incapazes de julgar a utilidade e o valor dessas mesmas ideias, incapazes de refletir sobre as mesmas, guiados por “impulsões estranhas”, sendo particularmente visível a sua nulidade no “conflito diário das opiniões e dos interesses”, reuniam em si um conjunto de características mórbidas que prejudicavam a salubridade do corpo social. Os homens esqueciam a importância dos seus deveres enquanto “pais de família”, deveres superiores aos de cidadão, a partir do momento em que se passou a considerar que “o valor e a força de uma sociedade dependem em conclusão do carácter dos cidadãos que a formam”. Logo, a prosperidade de uma sociedade era tanto maior quanto fosse a prosperidade da

---

<sup>252</sup> MATOS, 1884: 268-269

família.<sup>253</sup> As mulheres, descuravam os deveres do seu sexo, ao consagrar mais importância às *toilettes* e às práticas religiosas do que ao bem-estar doméstico. Uns e outros, pela inversão das prioridades no seu carácter, constituíam, “motivo perpétuo de desgostos e de infelicidades”.

Financiadores de escritores sem futuro, de sociedades em que se organizaria o roubo e de obras públicas megalómanas e desnecessárias, os “fracos de espíritos”, em última análise seriam as marionetas preferidas daqueles que lutavam pela manutenção das velhas tradições na sociedade portuguesa, as “vítimas escolhidas do charlatanismo e da superstição”, portanto, um elemento antagónico face às operações que se pretendiam realizar na correção da sociedade portuguesa.

No plano etiológico, Júlio de Matos considera que a fraqueza de espírito era inata no indivíduo, portanto a hereditariedade surge como a causa principal da alienação. No entanto, também podia ser adquirida no decurso da existência pela “prática excessiva e precoce do onanismo”.

Para Júlio de Matos a “fraqueza de espírito” era incurável, ainda que nos casos em que fosse adquirida se pudesse proceder à “destruição das causas que a produziram”. No plano terapêutico o alienista prescreve o desenvolvimento, através de uma “educação intelectual metódica as insuficientes aptidões dos doentes”, promoção do “vigor do corpo”, pela ginástica e pelos cuidados higiénicos e evitar o onanismo por meios contentivos. Por último, sempre que o doente possuisse fortuna, a sequestração num asilo e a consequente interdição, constituíam as medidas terapêuticas mais eficazes.

Em *Elementos de Psiquiatria* (1911) esta categoria nosológica desaparece, enquanto entidade mórbida autónoma, para integrar a *imbecilidade*, uma das quatro variantes mórbidas que, juntamente com as *aberrações sexuais*, a *paranoia* e a *loucura moral*, formavam o subgrupo das chamadas *Psicoses Constitucionais*: as *Anomalias Mentais*.<sup>254</sup> Nas palavras de Júlio de Matos, as psicoses deste subgrupo representavam a “degenerescência psíquica, no sentido preciso desta expressão”, onde apenas a influência hereditária era importante na sua génese, “as causas exógenas não representam nela o mínimo papel”.<sup>255</sup>

---

<sup>253</sup> SPENCER, 1900: 19

<sup>254</sup> Em *Elementos de Psiquiatria* (1911), a imbecilidade é parte integrante, juntamente com as *aberrações sexuais*, a *loucura moral* e a *paranoia*, das *Anomalias Mentais*, subgrupo das PSICOSES CONSTITUCIONAIS. Nas palavras de Júlio de Matos, as psicoses deste subgrupo representam a “degenerescência psíquica, no sentido preciso desta expressão”, onde só a hereditariedade é importante de referir na sua génese, “as causas exógenas não representam nela o mínimo papel”. MATOS, 1911: 517

<sup>255</sup> MATOS, 1911: 517

Na definição de Júlio de Matos, a *imbecilidade*<sup>256</sup> tratava-se de uma “psicopatia essencialmente caracterizada por suspensão de desenvolvimento mental e tributária, não de lesões cerebrais, mas de agenesia hereditária”. Fruto da observação clínica, e dos estudos anatomopatológicos, os psiquiatras sustentavam, ao momento, que as “suspensões da evolução psíquica” teriam duas origens distintas: umas que seriam a consequência de “lesões acidentais do cérebro infantil”, outras, a influência de “taras hereditárias”. Assim, ao passo que na *idiotia*, o desenvolvimento psíquico deixava de fazer-se naturalmente porque “lesões grosseiras do cérebro em via de formação o impedem”, ainda que fosse “virtualmente possível”, na *imbecilidade* esse desenvolvimento psíquico era “impossível, porque vícios hereditários obstam à evolução cerebral”. Isto acontecia porque, semelhante ao que o alienista afirmara em 1884, a *imbecilidade* era uma “degenerescência, uma anomalia”, e por isso se reconhecia por estigmas físicos e psíquicos.

Sob o ponto de vista intelectual, estes “degenerados”, ainda que dotados de uma “vista excelente”, não conseguiam apreciar “um quadro senão enquanto reunião de cores que lisonjeiam os olhos; não lhes notam as belezas e os defeitos, não lhes compreendem o desenho e muito menos o interpretam”. Ainda que constituídos de uma boa audição, “não compreendem o sentido íntimo da música.” Nas palavras de Júlio de Matos:

Como a dos selvagens e das crianças, a sua estética e os seus gostos são primitivos e rudes: amam as cores vivas e estridentes, as altas tonalidades, os batuques, os aromas penetrantes, as bebidas alcoólicas e os alimentos grosseiros ou fortemente condimentados. A sua *toilette* é policroma, e os seus instrumentos prediletos são os de pancada e sopro.<sup>257</sup>

Como já enunciado em 1884, havia nestes alienados uma grande dificuldade de abstração, fruto de uma “deficiência da atenção voluntária”, o que os impedia de conceber “ideias gerais de um certo alcance”. Desta “deficiência” resultava uma “radical ausência de originalidade e de invenção” que necessariamente implicariam “um vasto repertório de generalizações”.

---

<sup>256</sup> “Fatuidade; fraqueza ou pobreza de espírito: atraso psíquico; debilidade mental; frenastenia”, são sinónimos da *imbecilidade*.

<sup>257</sup> MATOS, 1911: 595



Ainda que dotados de uma memória desenvolvida, Júlio de Matos afirma que esta não tinha nos imbecis qualquer utilidade. Seriam frequentes os “imbecis calculadores e os imbecis musicais”, no entanto, “nenhum destes deserdados pode ser um matemático ou um compositor”. Havia também os que “decoravam sucessos e datas”, no entanto, nenhum deles seria um historiador. Isto acontecia porque, uma vez que as “cifras, as datas, os factos acumulados”, não entravam em “combinações”, acabavam na prática por ser inúteis, “como não existentes”. Sustentado nas palavras de Tanzi, um “cérebro imbecil”, que “é um armazém, mas não uma oficina”, seria incapaz de fazer mais do que acumular factos.

Era sobretudo na vida prática, que a “profunda insuficiência intelectual destes atardados” se manifestava, alguns com cursos superiores que depois se viam incapazes de dar uso a um diploma “extorquido à desatenção ou à benevolência excessiva dos professores”.

A imaginação, função intelectual “essencialmente criadora”, elemento indispensável ao progresso das artes, das ciências, das indústrias, já que seria ela que permitia sintetizar, teorizar, construir, combinando os diferentes conhecimentos, seria inexistente nos imbecis, privados deste “poder de relação mental”. Quando muito, nas palavras de Júlio de Matos, a sua inteligência era “vulpineana”, orientada para as “fabulações inverosímeis ou grotescas” e para os “processos de enganar”.<sup>258</sup>

No domínio afetivo e moral, o “infantilismo” que dominava a intelectualidade era da mesma forma soberano na capacidade afetiva dos imbecis. Neste âmbito, tal como as crianças, seriam “essencialmente egoístas”, alheios aos elementos “base da vida familiar” – “ternura, veneração e simpatia” – e indiferentes às desventuras de familiares e conhecidos. Tal como os selvagens e as crianças, os imbecis seriam vaidosos, o que os conduzia “às últimas humilhações”, prepotentes, já que a vaidade levá-los-ia a “ter na maior estima a faculdade de mandar, e invejosos, devido ao “reconhecimento de uma superioridade intelectual ou moral”. Da mesma maneira que os selvagens e as crianças, os imbecis seriam, ao mesmo tempo, crédulos e desconfiados: ao passo que aceitariam “o maravilhoso e o sobrenatural”, sem reservas, não seriam recetivos aos “resultados das ciências”. Tal como já diagnosticava em 1884, “Os inventores de milagres e os charlatães recrutam entre os imbecis, que aliás não acreditam em micróbios, uma larga e segura clientela”.

---

<sup>258</sup> MATOS, 1911: 595-596

Outras características dominantes destes alienados seriam a preguiça e a imprevidência. Nas palavras de Júlio de Matos, a “deficiência intelectual e afetiva”, combinada com a preguiça, não permitiria aos imbecis “interessarem-se pelo futuro próprio ou da família”. Deste modo, “os ricos facilmente se arruinam, deixando os parentes na miséria ou acabando, eles próprios, no parasitismo da esmola”.<sup>259</sup>

Por último, Júlio de Matos notava que o destino social da maior parte destes degenerados, sobretudo entre as classes proletárias, pela conjugação da loucura moral – que seria frequente – com a preguiça e o erotismo, seria a mendicância, a vagabundagem e a prostituição.

Esta categoria nosológica parece retratar precisamente os elementos constituintes de uma sociedade que Júlio de Matos considerava excessivamente indolente que, pela falta de sentido crítico, pela ausência absoluta de “poder de reflexão” e, o que ainda era pior, pelo apoio que forneciam, quer financeiramente quer no âmbito do apoio popular, a ideias e projetos que na visão do alienista em nada beneficiariam o país, contrariavam a lei da evolução. Socialistas, anarquistas, monárquicos e outros movimentos associativos, progrediriam em número e base de apoio graças a quem? Aos “fracos de espírito”, massa social facilmente manipulável e muito receptiva às utopias propagadas pelos agentes destes movimentos. Nas palavras do alienista, quem constituía a base de apoio de todos estes ideários retrógrados senão a “escória social”, “o mendigo verminado, o cavador troglodita e devoto, o vagabundo, a prostituta, o criminoso, (...) a indiferenciada turba (...) o indistinto *rebanho*”?<sup>260</sup> Todavia, Júlio de Matos não se deixava assustar pelo número, reforça e defende constantemente a “elite intelectual” como último reduto civilizacional de uma sociedade em crise.

---

<sup>259</sup> MATOS, 1911: 598-599

<sup>260</sup> PEREIRA, 1997 : 542

### 3.7. Megalomania: alienação dos que perderam a “consciência da sua posição social”

*Nous ne craignons pas d'être taxé d'exagération  
en disant que la folie du siècle est l'orgueil.*<sup>261</sup>

Segundo Laure Murat, a loucura que consistia em julgar-se um grande personagem correspondia, no século XIX, a uma doença específica chamada monomania “orgulhosa” ou “ambiciosa”. Para Littré, esta afeição seria caracterizada “por um desejo exagerado de poder e de dominação”, constituindo uma das numerosas declinações do termo *monomania*, forjado nos anos de 1810 por Esquirol, e definido como um “delírio sobre um só objeto” ou “delírio parcial”. Neste âmbito, Laure Murat faz o levantamento do contexto sociocultural francês dos inícios do séc. XIX, de modo a entender como se afirmou esta categoria nosológica no *corpus* científico do alienismo.

Nas palavras da autora, a “monomania orgulhosa” é uma doença da época, o “sintoma, e a resposta” de uma sociedade “onde triunfava o dinheiro e o tédio”, especialmente no seio de uma “geração romântica” desconsolada, presa entre os sonhos arruinados da Revolução e a nostálgica “legenda napoleónica”, expressão de um passado glorioso. Para esta geração, que assistia a uma “epopeia terminada e um futuro vazio de perspectivas”, o presente, “fonte de angústia e de desgosto, encontra a sua expressão numa fórmula terrível: o desencantamento do mundo”.<sup>262</sup> Num ambiente assim refreado por um sentimento de pessimismo e desesperança, “abandonado aos banqueiros e aos especuladores, dominado pelo padre e o médico”, assiste-se a um movimento de “heroicização do mundo”, orientado por uma necessidade de “reencantamento”, precisamente levado a cabo por esta geração romântica por meio do “maravilhoso, o conto fantástico, o romance histórico, a narrativa em sonho, a viagem, a experiência do haxixe...”.<sup>263</sup> Os leitores identificavam-se com os heróis e por isso, “a monomania orgulhosa”, pelo “exagero do Eu, a projeção identitária e a obsessão de referência a um modelo histórico, é uma doença tipicamente romântica”.<sup>264</sup>

---

<sup>261</sup> Dr. François Fabre em, *Bibliothèque du médecin-praticien*, citado por Laure Murat. MURAT, 2011 : 188

<sup>262</sup> MURAT, 2011: 187

<sup>263</sup> MURAT, 2011: 187-188

<sup>264</sup> MURAT, 2011: 190

Segundo a autora, esta “heroicização do mundo” deve muito à figura de Napoleão Bonaparte – objeto particular do delírio de grandezas – que pelo seu prestígio incomparável vinha responder aos anseios de uma sociedade que se acompanhava de uma “preocupação de glória individual e de um culto do grande homem sem precedente, numa verdadeira feira de vaidades onde se inventam a visibilidade mediática e a autopromoção, através do desenvolvimento da imprensa e da publicidade”.<sup>265</sup> É neste âmbito que os casos de “monomania orgulhosa” atingiram um pico nos asilos parisienses, no momento da chegada das cinzas de Napoleão, a 15 de Dezembro de 1840. Segundo o diretor de Bicêtre deram entrada, só neste dia, quatorze novos “imperadores”. No asilo de Charenton, os registos mostram que os casos de monomania orgulhosa vão alcançar 25 % dos diagnósticos na mesma altura – acontecimento que, segundo Alphonse Esquiros (*Paris ou Les Sciences, les institutions et les mœurs au XIXe siècle*), tornar-se-á “uma causa particular de alienação mental”.

Mas, por que razão surgiam tantos delírios que tomavam por objeto principal Napoleão e não outro monarca? É que, segundo Laure Murat, Napoleão era a “figura por excelência do super-homem, o símbolo próprio da dominação e de todo o poder moderno”. A sua singularidade reside ainda sobre outro pormenor. Ao contrário de outros monarcas europeus, cujos títulos eram herdados através de longas dinastias de direito divino, Napoleão é o *Usurpador* que tinha chegado à cabeça da Europa: “A sua legitimidade não foi *herdada* mas adquirida pelas armas e o génio político”. Para os seus contemporâneos e para as gerações seguintes, Napoleão era o caso único de um aventureiro que chegou por ele mesmo ao topo do Estado. O exemplo compara-se ao que os Estados Unidos chamam de um *self-made-man*. Graças à sua dominação militar, engrandecido por um culto da personalidade que singularizou ao extremo Napoleão, o seu temperamento, o seu poder – segundo a autora, os loucos que se tomam por Napoleão têm sempre o mesmo perfil: “Autoritário, caprichoso, colérico. Imperial. Ele não reina apenas em França, ele é o mestre do Universo. O seu poder não tem limites” – nunca o poder alcançou este nível de incarnação e personificação. Neste âmbito, para Laure Murat, é fácil supor que a projeção de um monarca conquistador tenha catalisado delírios de centenas de homens e mulheres, “frequentemente frágeis pela existência”, e que são

---

<sup>265</sup> É neste contexto que o Dr. François Fabre escreve, em 1849, na *Bibliothèque du médecin-praticien*: “Não tememos ser acusados de exagerados dizendo que a loucura do século é o orgulho” já que nunca na história se “viram tantos homens darem-se por salvadores, capacitados, talentos de primeira ordem”. MURAT, 2011: 188

de um dia para outro autorizados a identificar-se com Napoleão, esse “prodigioso fenómeno de vontade”. Através da sua imagem de conquistador, seguro de que *o impossível não é francês*, o poder torna-se de repente acessível a todo aquele que desejava fundar uma nova dinastia e mudar o mundo.<sup>266</sup>

Para o caso português desconhecemos, no momento desta investigação, se existira um personagem histórico específico que catalisasse os delírios dos alienados bem como a índole dos delírios de grandezas, por falta de documentos. No entanto, percecionamos um padrão comum aos alienados megalómanos: ideias de grandeza, poder e de dominação.

Em 1884<sup>267</sup>, fundamentado nas observações de Esquirol, Júlio de Matos considerava a megalomania<sup>268</sup> como uma “afeção mental caracterizada pelo exagero do sentimento da personalidade”, da qual resultavam “ideias ambiciosas” e “preocupações de grandeza”, fazendo com que o alienado perdesse a “consciência da sua posição social para supor-se investido de poderes excepcionais ou identificar-se com grandes personagens históricos”<sup>269</sup>. Figuravam principalmente neste género de delírios as ideias “místicas” e “políticas”, de onde resultavam duas categorias principais: a “megalomania religiosa ou teomania” e a “megalomania erótica ou erotomania”.

No plano sintomático, o delírio dos megalómanos era “profundamente característico”, e a “exaltação da personalidade” dava-lhe uma “feição especial e inconfundível”<sup>270</sup>. Neste âmbito, “ideias ambiciosas”, de toda a espécie, “dominam tiranicamente o alienado”:

---

<sup>266</sup> MURAT, 2011 : 177-239

<sup>267</sup> No *Manual das Doenças Mentais*, de 1884, a megalomania insere-se no grupo das *Loucuras Vesânicas*, cujos delírios não se acompanhavam de “lesões do cérebro *especiais* e apreciáveis pelos meios de observação de que atualmente dispomos”. Estes delírios podiam ser *generalizados*, “se invadem toda a esfera psíquica” ou *parciais* – como era o caso dos delírios megalómanos – “se se circunscrevem a um número mais ou menos limitado de ideias e de sentimentos”. MATOS, 1884: 99

<sup>268</sup> Segundo Thuillier a megalomania entende-se como uma “Sobrestimação das suas próprias qualidades, poderio físico, intelectual e social, podendo ir até ao delírio de grandezas. Na sua forma benigna, pode manifestar-se por uma ambição e um orgulho desmesurados: o sujeito deste modo experimenta ideias eufóricas de satisfação e de felicidade. Claramente patológico no paranoico ou em certas formas de mania, torna-se um verdadeiro delírio. Para a psicanálise, a megalomania corresponde a uma hipertrofia do Eu.” THUILLIER, 1996: 619

<sup>269</sup> MATOS, 1911: 149

<sup>270</sup> Laure Murat afirma que de todas as monomanias, a *orgulhosa* era a que mais rapidamente se reconhecia. Para Broussais, era a “principal monomania de origem intelectual”, e Trelat considerava os orgulhosos como os mais perigosos dos “loucos lúcidos”. Segundo a autora, centenas de casos encontrados nos arquivos psiquiátricos franceses, ajudam a traçar um “retrato-robô” deste tipo de alienado: “Aspeto arrogante e desdenhoso, o vaidoso patológico, não cessa de irritar-se de não ser

O doente crê-se *rei, general, papa, santo* ou mesmo *Deus*. Crê-se possuidor de *milhões*, dispensador de *cargos sociais*, de *graças divinas*, de *privilégios*. Se as ideias de sexualidade predominam, o alienado julga-se possuidor de *belezas* excepcionais, de *graças* e *talentos de sedução* incomparáveis.<sup>271</sup>

O grau de instrução do alienado refletir-se-ia na propriedade do delírio. Assim, ao passo que um “indivíduo ignorante” se julgaria “muito rico e muito bem aparentado”, os mais instruídos tendiam a considerar-se “um grande poeta, um político eminente, um descobridor, um sábio”. A natureza dos delírios ambiciosos seria também diferente consoante os sexos. Assim, nas mulheres predominava a “ideia quimérica das grandes riquezas, do luxo excepcional, dos consórcios principescos”, enquanto nos homens prevaleciam as ideias de “glória”, “grandeza do poder que dominam”.

O alienado megalómano agia conforme a natureza do seu delírio que, segundo Júlio de Matos, era coerente e exclusivo, por isso:

Se pensa ser um santo, procura ferir-se, entrega-se à abstinência, aos jejuns, sendo necessário, por vezes, alimentá-lo à força; se se crê um general, cobre-se de *condecorações*, recusa-se a comer à mesa comum, trata com desabrida *altivez* o pessoal da enfermaria; se pensa estar destinado a fazer grandes reformas sociais, passa os seus dias discursando ou escrevendo *programas políticos*, constantes e utópicas *proclamações*, em que figuram invariavelmente largas frases proféticas de um otimismo burlesco.<sup>272</sup>

Toda a postura corporal e a fisionomia destes alienados, “profundamente expressivos e característicos”, constituiriam também sinais exteriores da sua afeição. Apresentavam-se “altivos” e com uma fisionomia “tranquilamente desdenhosa ou irónica”. Assim, e ao contrário dos melancólicos cujo carácter era de natureza deprimente,

---

obedecido [...]. Ele é o senhor dos mundos, ela é a imperatriz do Universo. As suas fortunas contam-se aos milhões, as suas armadas são invencíveis, podem com um sopro destruir a terra”. MURAT, 2011: 183-184

<sup>271</sup>Além da descrição geral do modo de ser dos megalómanos, Júlio de Matos transcreve a seguinte *Observação* a respeito desta patologia: “P...28 anos, solteiro, de profissão grumete, diz-se possuidor de uma enorme fortuna, de centenas de navios, de palácios inumeráveis; diz-se ainda parente e amigo íntimo do Imperador do Brasil a quem oferece anualmente grande cópia de licores e vinhos generosos. Tem condecorações de mérito e faz nos mastros e cordas dos navios exercícios espantosos de equilíbrio. Tem uma prole imensa e é compadre do rei e de todos os ministros.” MATOS, 1884: 150

<sup>272</sup> MATOS, 1884: 151

estes alienados eram “ativos, empreendedores, de resolução pronta e execução fácil; não há obstáculos possíveis aos projetos que concebem, por mais quiméricos e difíceis que eles possam parecer.”

No plano etiológico, Júlio de Matos não apontava causas específicas para o despoletar da megalomania. No entanto, considerava alguns elementos etiológicos de “ordem moral”, tais como, um “caracter orgulhoso”, uma “educação demasiado benévola”, bem como a “leitura de livros místicos”. Fatores de ordem física, como os “abusos alcoólicos”, o “excesso de trabalho” ou a “excitação produzida” pelo onanismo durante a puberdade, poderiam igualmente explicar a aparição desta patologia, na visão do alienista.

Júlio de Matos refere que era raro a megalomania irromper assim claramente como foi descrita, no início da enfermidade. O que acontecia mais frequentemente, e esse seria um dado comprovado pela sua experiência hospitalar, era surgir na sequência de um delírio de perseguições, que tinha “uma clara justificação psicológica” – ideia que se mantém ainda mais reforçada em *Elementos de Psiquiatria*, em 1911<sup>273</sup>. Neste âmbito, alicerçada a sua exposição nos trabalhos de Maudsley, Júlio de Matos explica:

O perseguido, chegado ao momento de refletir sobre a sua situação anormal, não pode crer que o encarniçamento implacável dos seus inimigos tome por objeto uma pessoa vulgar; se o perseguem, é porque tem um enorme valor. A partir deste momento, o perseguido principia a duvidar da sua origem real, atribui-se um *nascimento ilustre*, supõe-se um *alto personagem* ou pensa, pelo menos, possuir altas faculdades que excitam a inveja. Nestes casos as alucinações e ilusões primitivas continuam; o alienado porém, resiste-lhes, reage ativa e violentamente contra elas, tornando-se então perigosíssimo para as pessoas que o cercam.<sup>274</sup>

No entender de Júlio de Matos, o tratamento mais eficaz no caso da megalomania<sup>275</sup> era a “vida em comum no hospital”, tido como um “recurso moral” muito

---

<sup>273</sup> Em *Elementos de Psiquiatria* a megalomania ou delírio de grandezas surge como uma variedade da Paranoia.

<sup>274</sup> MATOS, 1884: 153-154

<sup>275</sup> Como refere Laure Murat, Esquirol em, *Des passions, considérées comme causes, symptômes et moyens curatifs de l'aliénation mentale*, inscreve uma “visão moral” desta doença chamada monomania “orgulhosa” ou “ambiciosa”, quando diz que os monómanos eram vítimas de uma “paixão viciada na base” e, portanto, a monomania não era senão o “exagero das ideias, dos desejos, das ilusões do futuro onde se iludiam esses infelizes antes da sua doença”. Portanto, se o “orgulho” era a “causa” e o “sintoma” da monomania orgulhosa, será também utilizado como “meio curativo” no tratamento moral, que consistirá em “picar, magoar ou reprimir a vaidade do paciente”. Ou seja, “Aqui, mais do que nas outras

importante. Neste sentido, Júlio de Matos reforçava os benefícios do sistema de isolamento, como meio de subtrair o alienado a um ambiente que lhe alimentava o delírio, e como meio de o “reduzir”, pela autoridade e pela disciplina, “à craveira comum dos outros alienados”. Júlio de Matos recomenda ainda que o tratamento dado a esta patologia não vacilasse entre dois extremos, por um lado reprimindo com violência as concepções utópicas do alienado, por outro, sendo cúmplice do delírio do paciente alimentando assim a corrente de ideias falsas. O médico alienista, segundo Júlio de Matos, deve demonstrar-se céptico perante o discurso do alienado, de modo a conservar junto dele “aquela autoridade legítima”:

A disciplina a que o alienado é submetido, a obediência a que se sujeita não deixam de executar lentamente no seu espírito no sentido de dissipar-lhe quimeras absorventes, reduzindo-o à craveira comum dos outros alienados.

Cumprir não opor às concepções delirantes do megalómano, como fazia Leuret, uma negação sistemática e violenta; cumprir igualmente não empregar como castigos disciplinares o colete-de-forças e o duche, como por princípio praticava o alienista que acabamos de citar. Estes usos, hoje caídos num justo descrédito, servem apenas para excitar o doente, obrigando-lhe o cérebro a exercer-se num sentido mórbido, fixando-o enfim nas suas concepções quiméricas. É indispensável, contudo, evitar o extremo oposto, que consiste em lisonjear o delírio, em dar assentimento a ideias falsas. Convém que o alienista manifeste dúvidas, sem todavia discutir com o doente, de modo a conservar sempre em face dele aquela *autoridade legítima* de que fala Legrand du Saulle<sup>276</sup> e que a razão nunca deve perder em confronto com a loucura. É isto o que um especialista autorizado traduz na frase: *l'aliéné vis-à-vis le médecin ne doit jamais avoir le dessus*.<sup>277</sup>

---

doenças mentais e com mais esperança de sucesso, insiste o autor, aplicamos o entendimento e as paixões do doente à sua cura. Recorremos a surpresas, a subterfúgios, contrariedades engenhosamente construídas que as circunstâncias sugerem, que o génio do médico faz nascer, que o hábito percebe e acompanha o propósito”. Neste âmbito, como explica Laure Murat, os alienistas recorreram à “criatividade” para fazer submeter os orgulhosos mais obstinados, desde a adulação à repressão. MURAT, 2011 : 182-183

<sup>276</sup> LEGRAND DU SAULLE, Henri (Dijon, 1830 – Paris, 1886) : “Médico psiquiatra francês. Médico no Depósito da prefeitura da polícia de Paris e em Bicêtre depois na Salpêtrière, Legrand du Saulle fez numerosas publicações sobre sujeitos de medicina legal e de psiquiatria. Preconizou a administração de brometo de potássio em doses muito fortes nos epiléticos. Descreveu os delírios de perseguição e escreveu um *Traité de médecine légale et de jurisprudence médicale*. Foi o primeiro a utilizar a fotografia para o estudo das doenças mentais”. THUILLIER, 1996: 604-605

<sup>277</sup> MATOS, 1884 : 154-155



Portanto, sem cair nos extremos citados, seria a “vida em comum no hospital” um poderoso “recurso moral”, de maneira a que o megalómano fosse “reduzido” à “craveira comum dos outros alienados”. Neste âmbito, as ideias ambiciosas e de grandezas, quaisquer que elas fossem, deviam ser reprimidas, de modo a restituir o alienado à sua respetiva categoria social.

Esta medida terapêutica não difere no tempo, percorrendo o pensamento matosiano até 1911, altura em que publica os *Elementos de Psiquiatria*. Assim como explicitado em 1884, cabia como tratamento ao delírio de grandezas, como aliás a todos os paranoicos em geral, a sequestração e a interdição, em “benefício dos doentes e em defesa da sociedade”. Nas palavras de Júlio de Matos, a sequestração era mesmo a “única medida de profilaxia social”, de modo a evitar o contágio desta doença.<sup>278</sup>

A ambição, sentimento que mais alimentaria o delírio de grandezas, desviava os indivíduos do lugar que deviam ocupar na sociedade, fazendo com que perdessem a “consciência da sua posição social”. Era a ambição, esta atitude de se “julgarem alguma coisa não sendo nada”, que os conduzia a prosseguir carreiras liberais, estudos e profissões que reclamariam um grande número de esforços e para as quais não estariam aptos. A ambição era um fator de desorganização individual e social, por alimentar pretensões quiméricas em indivíduos predispostos à alienação mental, e por contrariar as medidas de profilaxia social, em relação a esta patologia, que consistiam em dirigir desde cedo os predispostos à loucura para carreiras profissionais que não exigissem um grande número de esforços e onde a conflitualidade social era menor.

---

<sup>278</sup> MATOS, 1911: 592

### 3.8. A Educação

*“ (...) a educação é o meio mais certo  
de influir sobre o character”.*<sup>279</sup>

Herbert Spencer

*Notre siècle est un siècle de science,  
et la science a jeté sur l'enfant  
son regard inquisitorial.*

James Sully<sup>280</sup>

Segundo Dominique Ottavi, desde a segunda metade do século XIX, que a criança se transforma num “objeto de ciência”, um “terreno experimental portador de respostas”, devido a uma crescente tendência científica que vinha a dirigir à infância o mesmo olhar analítico que se havia dirigido “aos animais desconhecidos, às plantas novas, ou a povos exóticos”.<sup>281</sup> Assim se desenvolvem novos campos de estudo, como por exemplo, a pedagogia, enquanto “ciência dos meios mais apropriados para forjar o character do aluno, armá-lo contra a infelicidade e as paixões, e enfim a fazer dele um homem por sua vez esclarecido e virtuoso”<sup>282</sup>, ou a psicologia infantil.<sup>283</sup>

Neste âmbito, como nos explica Dominique Ottavi:

Com efeito, ela [a criança] servirá de exemplificação e de campo de pesquisa experimental para estudar o desenvolvimento da espécie humana e mais precisamente a sua evolução. (...) Passar a uma observação direta da criança supõe aí procurar o que o adulto não pode dar: o despertar da inteligência e não somente o seu funcionamento, a transição do animal ao homem, depois, por fim, a gradação de diversas formas de inteligência.<sup>284</sup>

---

<sup>279</sup> SPENCER, 1900: 19

<sup>280</sup> OTTAVI, 2009 : 9

<sup>281</sup> OTTAVI, 2009: VII

<sup>282</sup> OTTAVI, 2009: 8

<sup>283</sup> Nas palavras de Dominique Ottavi: “A ciência psicológica da criança elabora-se no campo das ciências e em função da lógica do raciocínio biológico. Nesta medida, podemos dizer que, de modo paradoxal, a ciência da criança não vem de um interesse pela criança, nem do progresso de um sentimento de infância ou de uma consciência nova do seu valor!”. OTTAVI, 2009: 21

<sup>284</sup> OTTAVI, 2009: 21-22

Segundo este autor, a possibilidade de uma “ciência da criança deve-se em grande parte à irrupção da teoria da evolução no conceito de desenvolvimento”.<sup>285</sup> Neste âmbito, a publicação, em 1861, da obra *Da Educação intelectual, moral e física*, de Herbert Spencer, teórico da evolução e criador do conceito a “sobrevivência do mais apto”, insere-se no contexto de uma revolução mental que se opera em relação ao modo de pensar a criança, o desenvolvimento e a educação, a partir da segunda metade do séc. XIX.

Nesta obra, Herbert Spencer, elabora uma hierarquia, segundo a sua importância e “pela ordem natural”, dos principais géneros de atividades que constituíam a vida humana: “1º. A atividade que tem por fim direto a conservação do indivíduo; 2º. a que, provendo às necessidades da sua existência, contribuiu indiretamente para a sua conservação; 3. a atividade que tem por objeto o sustento e a educação da família; 4º. a que assegura a manutenção da ordem social e política; 5º. a atividade de género variado, empregada em preencher os ócios da existência pela satisfação dos gostos e dos sentimentos”.<sup>286</sup> Neste âmbito, após serem classificadas as diferentes atividades de acordo com a relevância que teriam para a existência humana, todo o processo educativo do ser humano deveria naturalmente obedecer à seguinte hierarquia: “a educação que tem em vista a conservação direta do indivíduo; a que lhe ensina a prover ao seu sustento; a ilustração que lhe ensina a educar a família; a que forma o bom cidadão; a que permite enfim gozar os diferentes prazeres da vida.”<sup>287</sup>

Para Herbert Spencer, todos os organismos vivos, incluindo o ser humano, estariam submetidos à concorrência, a uma luta constante pela vida, em virtude da seleção dos mais aptos (princípio spenceriano da *sobrevivência dos mais aptos*). Desta convicção, que segundo Dominique Ottavi, conferiu uma grande importância à ideia de esforço, não bastaria portanto a um organismo possuir qualidades inatas, era necessário desenvolvê-las e sobretudo preservá-las. Neste âmbito, a educação, no quadro de uma filosofia utilitarista, deveria “armar” o indivíduo para esta luta, através de um programa de estudos que privilegiasse os conhecimentos científicos e as suas aplicações concretas à vida.<sup>288</sup>

O enraizamento no espírito e nos hábitos, da importância de um rigoroso cumprimento de todas as etapas supracitadas, que estariam em plena concordância com as leis fisiológicas, conduziriam o indivíduo a um desenvolvimento psíquico, moral e

---

<sup>285</sup> OTTAVI, 2009: 22

<sup>286</sup> SPENCER, 1900: 18

<sup>287</sup> SPENCER, 1900: 20

<sup>288</sup> OTTAVI, 2017 : 26

físico harmonioso. Ao invés, a transgressão ou a ignorância das leis da vida, a negligência dos educadores face às etapas que naturalmente o espírito deveria percorrer, teriam como resultado, a desarmonia e o desequilíbrio na existência humana, fatalmente conduzindo a estados mórbidos – físicos ou mentais –, ou à inadaptação social, debilitando assim, progressivamente, o organismo em direção à incapacidade e por fim à morte.

Neste âmbito, tida a criança como o melhor “instrumento” para compreender o desenvolvimento da espécie humana, recaiu sobre ela toda a preocupação relativamente à melhor maneira de educar. No entender de Herbert Spencer, a “educação física, moral e intelectual da infância” revelava-se “terrivelmente defeituosa”, em grande medida porque os principais educadores, pais e professores, seriam completamente “estranhos à ciência”, ignorando as leis fisiológicas que dominariam todo o indivíduo. Seria este desconhecimento sobre os mais elementares princípios da fisiologia humana, que conduziria então a uma direção intelectual perniciosa cujos malefícios seriam mais claramente sentidos na vida adulta.

Diz o autor inglês que o método educativo, de “encher-lhe [às crianças] os olhos e o espírito de ideias e de coisas”, esta “instrução de fórmulas” iniciava-se muito cedo e “dirigida sem respeito nenhum pelas leis do nosso desenvolvimento intelectual”. No diagnóstico de Spencer, quase todas as matérias eram tratadas de forma “anormal”, transgredindo a lei da evolução que enunciava que o “o espírito caminha necessariamente do concreto para o abstrato”.<sup>289</sup> Ainda, prevaleceria o “vicioso sistema que consiste em fazer decorar, que sacrifica o espírito à letra”, em vez de estimular a criatividade e o espírito crítico da criança. A seu ver, era “indispensável conhecer os primeiros princípios da fisiologia, e as verdades elementares da psicologia, se se quiser educar convenientemente as crianças”.

Relativamente à educação que visava a “conservação direta do indivíduo”, Herbert Spencer notava que não seria necessária especial apreensão, já que a natureza teria tido “tão grande cuidado em nos instruir” que o principal papel dos pais e dos educadores seria somente o de “vigiar para que a criança tenha a completa liberdade de adquirir esta experiência e de receber este ensino”.<sup>290</sup> No entanto, não bastaria abrigar o

---

<sup>289</sup> SPENCER, 1900: 47

<sup>290</sup> Relativamente à educação que visava a “conservação direta do indivíduo”, Spencer considera que a natureza se tinha encarregado desse papel, instrução natural esta que a criança, desde tenra idade manifestava: “A criança ainda nos braços da ama esconde o rosto e chora ao ver um estranho; surge aqui o instinto de conservação, que a leva a evitar o que é desconhecido e que pode ser perigoso.” (...) “Não cessa de aprender como deve conservar o corpo em equilíbrio e regular os movimentos afim de evitar os choques; quais os objetos que são duros e que a magoariam se por acaso esbarrasse com eles, os que são

corpo contra tudo “o que o pode prejudicar ou destruir mecanicamente”, seria também necessário protegê-lo contra as “consequências das infrações da lei fisiológica, consequências que são a enfermidade ou a morte”, ou seja, “evitar os enfraquecimentos e as lentas debilidades que os nossos maus hábitos originam”.<sup>291</sup> Não obstante a natureza ter fornecido “guias naturais”, as sensações físicas, importantes sinais para o conhecimento dos limites orgânicos e, conseqüentemente, da melhor forma de regular a salubridade do organismo, para dele extrair o máximo proveito, haveria uma “tão profunda ignorância das leis da vida”, que muitas das maleitas que o ser humano adquiria no decurso da sua existência poderiam ser perfeitamente evitadas.<sup>292</sup> Neste âmbito, a preservação ou a deterioração da saúde individual, seria mais ou menos elevada conforme o seu grau de entendimento das leis fisiológicas que invariavelmente regulariam todo o organismo humano. O não cumprimento destas leis, a ignorância persistente sobre factos elementares da fisiologia humana, não acarretava somente consequências para o indivíduo presente mas também para a sua descendência:

Porventura não é evidente que os pecados contra a ordem física, tanto os dos nossos antepassados como os nossos, alterando a sua saúde, diminuem mais do que tudo a vida completa, e que numa larga escala fazem da vida uma enfermidade e um fardo em vez de um benefício e um gozo? (...) É pela acumulação de insignificantes afeções que os organismos são ordinariamente minados e destruídos muito antes do tempo.<sup>293</sup>

---

pesados e que a feririam se lhe caíssem sobre os membros; quais são as coisas que lhe suportam o peso do corpo e quais as que o não suportam; a dor causada pelo fogo, pelos projéteis, pelos instrumentos cortantes: tal é, com muitos outros elementos de úteis informações para evitar a morte ou os desastres, o fito contínuo do seu estudo”. SPENCER, 1900: 22

<sup>291</sup> SPENCER, 1900 : 23

<sup>292</sup> “ (...) e, se os homens obedecessem naturalmente a estes avisos e a outros semelhantes à primeira indicação, relativamente poucos males teriam a temer. Se a fadiga do corpo e do cérebro fosse invariavelmente seguida da interrupção do trabalho, se a opressão produzida por uma atmosfera viciada fosse sempre remediada pela ventilação necessária, se não se comesse sem fome, se não se bebesse sem sede, o organismo raramente se encontraria em dificuldades de funcionar.” Se dúvidas houvesse sobre a importância do conhecimento dos princípios fisiológicos, “como meio de chegar à vida completa”, Spencer incita o leitor a analisar em seu redor o número de homens e mulheres que a meio da idade ou numa idade já avançada conservam integralmente a saúde. Segundo este autor, “Só por exceção encontramos o exemplo de uma saúde vigorosa conservada na velhice; a toda a hora, pelo contrário, se nos deparamos casos de enfermidades agudas, de doenças crônicas, de enfraquecimento geral, de decrepitude prematura. Não há talvez uma só pessoa que deixe de confessar, se a interrogarmos, que no decurso da sua vida teve doenças de que a mais simples noção de fisiologia a teria preservado. Neste é uma enfermidade de coração, consequência de uma febre reumática, adquirida por uma imprudência; naquele é a vista de um olho completamente perdida por um excesso de estudo. (...) Ora é uma ferida incurável proveniente de um esforço imprudente; ora é uma constituição que nunca mais se refaz das consequências de um trabalho excessivo realizado sem necessidade.” SPENCER, 1900: 25

<sup>293</sup> SPENCER, 1900: 26

É neste contexto, marcado pela abordagem evolucionista de Spencer, que se insere a convicção de Júlio de Matos de que a educação seria uma das causas predisponentes mais importantes à alienação mental, precisamente “pela direção viciosa que lhe imprime o empirismo cego das famílias e dos preceptores”.<sup>294</sup>

Em 1884, Júlio de Matos entendia a educação num sentido abrangente ou seja, como todo o processo que visava um desenvolvimento equilibrado do ser humano sob os pontos de vista moral, intelectual e físico. Sobre este assunto, explica o alienista:

Tomo aqui a palavra educação no sentido genérico, abrangendo não só a direção dos sentimentos, mas ainda a direção intelectual e física. Sob o ponto de vista moral há dois sistemas opostos de educação, muito adotados, mas igualmente viciosos: um, exageradamente livre, que abandona aos conflitos deprimentes da existência o indivíduo na idade em que necessariamente lhe falta a força interior do combate e o poder íntimo de reflexão para apreciar e dirigir as próprias inclinações; outro, superlativamente severo e proibitivo, que pretende reduzir o indivíduo a moldes convencionais e preestabelecidos, sufocando-lhe a natural expansão das tendências e afetos pelos castigos que produzem o terror e geram os covardes e pusilânimes.

Sob o ponto de vista intelectual, a luta pela existência tem originado modernamente um sistema educativo dos mais perniciosos: no desejo indisciplinado de que as novas gerações se preparem depressa para a conquista de uma posição social lucrativa ou honrosa, pais e mestres, de mãos dadas, submetem as crianças a um trabalho cerebral exagerado pela cultura intempestiva da gramática, da história, da lógica, da ciência do cálculo. Este sistema absurdo, opondo-se às leis naturais da evolução individual, produz às vezes os pequenos prodígios de salão que satisfazem a vaidade dos educadores; entretanto, a fadiga do cérebro, a velhice precoce e o enfraquecimento de todas as forças radicais do espírito raro deixará de ser a consequência da sua irracional adoção. Hack Tuke<sup>295</sup>, o célebre alienista inglês, num dos últimos congressos de psiquiatria atraiu vivamente a atenção de todos os colegas sobre a necessidade urgente de moderar as dificuldades crescente dos cursos médicos e dos concursos de habilitação para o

---

<sup>294</sup> MATOS, 1884: 24

<sup>295</sup> TUKE, Daniel, Hack (1827-1895): “É o filho de Samuel, neto de Henri e bisneto de William. Único médico da família, virá a França ver Ferrus. No seu regresso a Inglaterra, tornar-se-á médico da famosa clínica fundada pelos seus avós. Aproveitará o Congresso internacional de medicina mental em Paris em 1878 para visitar o serviço de Charcot. Viajará igualmente aos Estados Unidos e ao Canadá, para terminar como professor de medicina mental no hospital Charing-Cross em Londres. Em 1892 assiste à celebração do centenário da fundação do *Retiro*. Escreveu numerosas obras sobre as causas da alienação mental, a hipnose, o sonambulismo e sobre as obsessões sem ideias delirantes”. THUILLIER, 1996, p. 774

internato nos hospitais; demonstrou que o trabalho excessivo a que atualmente são submetidos os estudantes de medicina, cria uma grave predisposição às doenças mentais e terminou por chamar *criminosa* toda a tentativa feita no sentido de complicar esse trabalho.

Sob o ponto de vista físico, a educação ainda hoje vacila entre estes dois extremos: o abandono mais completo ou a cultura intempestiva de uma ginástica funambulesca e desorganizante. Creio inútil mencionar os inconvenientes destes sistemas, que não repousam sobre o exato conhecimento da anatomia e fisiologia humana.<sup>296</sup>

Neste sentido, a educação da infância, “opondo-se às leis naturais da evolução individual”, não estaria a preparar os indivíduos para a “luta pela existência”. Esta situação tinha graves consequências, visíveis no futuro, nomeadamente a alienação mental, como era o caso dos estudantes de medicina que, após uma vida inteira de má direção educativa, desde o ensino elementar até ao ensino universitário, ficavam alienados.

Em 1911, com a publicação dos *Elementos de Psiquiatria*, observamos que Júlio de Matos mantém a mesma convicção quanto aos malefícios de uma educação mal dirigida na produção da alienação mental. No entanto, notamos que nesta última obra, e em concordância com outros textos do autor, a análise do alienista, em relação a este fator etiológico torna-se mais assertiva, exprimindo com mais clareza a sua posição selecionista em relação à direção educativa dos indivíduos.

Mais uma vez, Júlio de Matos recorda a intervenção de Hack Tuke, que tinha apelado num Congresso de Medicina que se moderassem as dificuldades nos cursos médicos, já que estes estudantes forneceriam um contingente relevante para a alienação mental. Nas suas palavras, “Afigura-se-nos ingénuo este modo de ver que, uma vez adotado, necessariamente implicaria uma incompleta e imperfeita habilitação profissional, o pior de todos os males”.<sup>297</sup>

No pensamento matosiano, aligeirar os cursos de medicina, sob o pretexto que as suas dificuldades conduziriam muitos alunos à alienação mental, seria contrair a lei da evolução, uma vez que, nas suas palavras, “As ciências marcham, complicam-se, e reclamam por isso um inevitável acréscimo de esforços”. O “único remédio”, para o

---

<sup>296</sup> MATOS, 1884: 24-25.

<sup>297</sup> MATOS, 1911 : 35

alienista, não seria aliviar os cursos mas sim alongá-los de modo a que o “trabalho alterne com o repouso”:

Àqueles a quem esses cursos pareçam demasiadamente longos, fica o incontestável direito de os não seguirem, preferindo cursos mais breves, embora de resultados aparentemente menos brilhantes. Só assim, cremos nós, poderia conseguir-se o extermínio desse *proletariado intelectual*, de que em todos os países deriva um progressivo contingente de suicidas e de loucos.<sup>298</sup>

Júlio de Matos reconhecia assim as dificuldades dos cursos de medicina que, todavia, seriam naturais, dado o incessante desenvolvimento e complexificação das ciências, mas opunha-se firmemente àqueles que defendiam uma redução dos esforços exigidos sob o pretexto de que contribuía para um acréscimo da alienação mental. A única solução, por outras palavras, seria apenas uma: ou os indivíduos se esforçavam e se adaptavam às exigências que a profissão reclamava ou então deveriam escolher outro caminho, “embora de resultados aparentemente menos brilhantes”. O que não seria admissível era contrariar aquilo que seria a marcha natural das ciências somente porque alguns não se encontrariam aptos a acompanhá-la.

Estas orientações selecionistas, relativamente à educação, identificamo-las pelo menos desde 1884, no *Manual das Doenças Mentais*, assim como no prefácio que Júlio de Matos escreve para a obra de Garofalo, *A Superstição Socialista*.

O revolucionário socialista, cujo ideário é tratado por Júlio de Matos sob o ponto de vista patológico, refletiria o resultado prático de uma educação mal dirigida a todos os níveis desde a infância. A maioria destes revolucionários, filhos de “honestos e pacíficos agricultores, de sagazes merceeiros estimados nos seus bairros, de zelosos burocratas subalternos, de tranquilos mercadores”, em vez de prosseguirem as carreiras dos progenitores, dada a herança intelectual “inferior”, “cérebros de estreita envergadura, de pequena permeabilidade, sem tendências definidas, sem o vinco hereditário de altos interesses do pensamento”, teriam sido instigados, pela ambição das famílias, a prosseguir carreiras liberais, que reclamariam uma maior capacidade intelectual e em cuja esfera a competitividade e a “luta pela existência” exigiriam uma forte capacidade de resiliência:

---

<sup>298</sup> MATOS, 1911 : 35-36



Colocados nas carreiras dos seus humildes progenitores, teriam tido modestas utilidades sociais, com um lugar seguro e garantido na existência; desviados pela estulta ambição familiar, desses caminhos planos e fáceis para as ingremes e ofegantes ladeiras das profissões liberais, chegaram ao cabo exaustos, combalidos, a custo segurando nas mãos um pobre diploma, que a concorrência dos mais hábeis lhes tornará inútil a vida. E, no entanto, durante a sua penosa ascensão para a mediocridade, essas pobres almas encheram-se de sonhos, de aspirações, de vastos desejos irrealizáveis. É caso para estranhar que sinceramente odeiem a sociedade atual e se alistem entre os seus inimigos?<sup>299</sup>

Neste âmbito, entendemos que para Júlio de Matos, uma conveniente orientação educacional deveria ter em conta as qualidades e as limitações dos indivíduos, para bem deles próprios e da sociedade.

Júlio de Matos não partilhava da ideia de que a instrução seria “um remédio para todos os males”, como se apregoaria na época, uma vez ser sua convicção que a instrução somente surtia efeito “ministrada em altas doses a cérebros preparados por uma cultura hereditária”. Pelo contrário, a instrução “distribuída a espíritos impredestinados, é um verdadeiro toxico, servindo apenas para criar esses *déclassés* ao mesmo tempo ridículos e miserandos, que serão talvez a ruína das democracias em que nasceram e contra as quais furiosamente conspiram”.<sup>300</sup>

A educação, quando dirigida eficazmente, funcionaria como que uma barreira intelectual contra qualquer força retrógrada que ameaçasse o normal desenvolvimento da sociedade, nas palavras de Júlio de Matos, “seria a grande obra defensiva das sociedades modernas contra a eficácia de retrogradadas tentativas socialistas”.<sup>301</sup>

E em última análise, não eram estes “inadaptados”, estes “vencidos na luta pela existência”, que enchiam os hospitais de alienados? Neste âmbito, a educação não estaria a cumprir um dos seus mais importantes papéis: seleccionar, dirigir e preparar os indivíduos convenientemente, desde tenra idade, para o desempenho de uma função na sociedade de acordo com as suas capacidades. Seria neste âmbito, na transmutação de todas estas diretrizes em relação ao processo educativo dos indivíduos, a causa da alienação mental.

Neste âmbito, reconhecendo os efeitos funestos de um processo educativo mal dirigido, que era apontado como uma das principais causas de alienação mental, Júlio de

---

<sup>299</sup> GAROFALO, 1904 : LXV-LXVI

<sup>300</sup> GAROFALO, 1904 : LXVI

<sup>301</sup> GAROFALO, 1904 : LXVIII

Matos, o alienista, revela-se, simultaneamente, uma referência científica na organização do sistema educativo português. O alienista não se limitava a diagnosticar e a tratar as enfermidades do espírito. Queria intervir nas suas causas, combater, enquanto autoridade médica e moral, a raiz do problema. Segundo Tiago Moreira, Júlio de Matos é um nome incontornável no estudo de dois contextos específicos da história da educação em Portugal: a reforma do ensino secundário de 1880 e no estabelecimento de novas bases científicas para o estudo da educação.<sup>302</sup>

## Capítulo 4. Prevenir – Tratar

Na opinião de Otto Marx, a história do tratamento da doença mental é um dos capítulos mais interessantes da história cultural. Além dos “erros grosseiros, torturas, detenções, e pessoas enfeitiçadas que eram apenas [pacientes em sofrimento] doenças do cérebro”, a história da psiquiatria não se conta apenas pela “desumanidade dos últimos séculos que mantinha a doença mental a definhar na prisão, fechada com os piores criminosos, carregada de correntes, à mercê da ignorância e brutalidade do carcereiro que não entendia a linguagem do sofrimento ou era desumano e quem impiedosamente virava o chicote para as infelizes vítimas.” A história da psiquiatria é também “uma longa e intensa luta entre ciência e humanidade vitoriosamente travada contra o erro, brutalidade, e superstição.”<sup>303</sup>

Ao contrário do que muitas vezes se aponta, o nascimento da psiquiatria foi acompanhado de uma profunda reflexão em torno da loucura e da sua cura. Várias foram as abordagens teórico-terapêuticas que se dirigiram à compreensão e resolução deste problema ao longo dos séculos. Desde contributos teóricos do século XVII, como o de Descartes com o seu *Tratado das Paixões da Alma* (1649), que introduziu a ideia de um “movimento da alma” que, segundo Claude Quétel, definiu uma psicossomática das emoções; Spinoza (1632-1677), que ao refutar o dualismo cartesiano irá inspirar grande parte da psiquiatria contemporânea; Pierre de Lacre com o seu *Tableau de l'inconstance et instabilité de toutes choses où il est montré qu'en Dieu seul gist la vraye Constance à laquelle l'homme sage doit viser*, obra de moral mas que contém uma profunda reflexão médica sobre a loucura; Robert Burton com a sua *The Anatomy of Melancholy* (1621),

---

<sup>302</sup> NÓVOA, 2003: 901

<sup>303</sup> MARX, 1992 : 279-280

que revela uma pesquisa original sobre a depressão, mas principalmente o contributo de dois ingleses, pioneiros na reflexão sobre a loucura, Thomas Sydenham (1624-1689), o “Hipócrates Inglês”, e sobretudo Thomas Willis (1621-1675), que elabora o primeiro discurso simultaneamente racionalista e coerente sobre a patologia mental ao negar o carácter demoníaco da afeição, a metafísica da alma e a razão de tipo cartesiano.

No século XVIII vemos surgir estudos clínicos consagrados exclusivamente à loucura. É o caso de William Battie (1703-1776) com o seu *Treatise on Madness* (1758), que vê na loucura mais a perturbação das sensações e da imaginação (*madness, or false perception*) do que uma aberração da razão e da inteligência, ou ainda Simon Tissot (1728-1797) com *L’Onanisme – Dissertation sur les maladies produites par la masturbation*, obra que atingiu um enorme sucesso editorial. O onanismo, a masturbação, é uma tese que conhece um longo futuro já que os “estragos físicos e mentais provocados pelo ‘vício solitário’ irão obcecar todo o século XIX.”<sup>304</sup> No fim do século encontramos também um painel muito variado de terapêuticas conforme os tipos de loucura. Sangrias, transfusões, purgantes, eméticos (vómitos), eletrochoques, humectantes, sedativos e narcóticos (o uso do ópio vulgarizou-se em finais do século XVIII sobretudo para o tratamento da loucura furiosa) e ainda um curioso “barrete de Hipócrates” prescrito na *Instrução Sobre a Maneira de Governar os Insanos, e de Trabalhar para a sua Cura nos Asilos que Lhes São Destinados*, de 1785, que se colocava na cabeça rapada do alienado desde o início da doença, humedecida com uma mistura de água fria e vinagre. Ao vasto panorama de terapêuticas clássicas juntam-se várias medicações para a loucura “que parecem tão loucas quanto ela”<sup>305</sup>. A iconografia dos séculos XVI e XVII evoca assim alguns tratamentos para a loucura que, pelo realismo das cenas, supõem-se que tenham existido de facto no início do Renascimento, no ambiente das feiras onde se ia também, por exemplo arrancar um dente.

Igualmente, como prova de um certo arcaísmo na elaboração das medicações, havia quem recomendasse para a cura da epilepsia “minhocas (tomadas em jejum no mês de Junho antes do nascer do sol), o pé de alce, o calcanhar de lebre, o cérebro de corvo, o corno de rinoceronte, os ossinhos do ouvido de um bezerro, a bília fresca de um cão negro (...),” mas também medicações com ingredientes de origem humana “raspas de vértebra

---

<sup>304</sup> QUÉTEL, 2014: 193

<sup>305</sup> QUÉTEL, 2014: 199

e cérebro de um homem falecido de morte violenta, placenta de um recém-nascido (...)).<sup>306</sup>

Como entende Júlio de Matos a prevenção e o tratamento da alienação mental? Relativamente a este tópico, no *Manual das Doenças Mentais*, o alienista analisa a terapêutica que deve ser empregue nesta patologia, conforme, evidentemente, as suas variantes. Neste âmbito, Júlio de Matos concebe um *Tratamento Profilático*, *Tratamento Moral* e *Tratamento Médico*, *Meios Contentivos* e *Alimentação Forçada*. Em *Elementos de Psiquiatria*, as linhas gerais da terapêutica permanecem idênticas às adotadas em 1884, algumas são mesmo reforçadas, como é o caso do *Tratamento Profilático* e da necessidade do isolamento. Observada a imutabilidade das posições do alienista nestes trinta anos que separam as obras, faremos em seguida, algumas considerações quanto ao entendimento que Júlio de Matos fazia do tratamento da alienação mental.

#### 4.1. A rejeição do tratamento moral em Júlio de Matos

*O alienado é um doente, na aceção rigorosamente médica deste termo.*<sup>307</sup>

Em 1884, a respeito do *Tratamento Moral*, que preconizava na sua essência a possibilidade de um tratamento com base num diálogo lógico e paciente com o alienado, Júlio de Matos é muito claro sobre a rejeição deste meio terapêutico:

Tratar o alienado como se fora um homem são de espírito, que tem sobre certos assuntos opiniões falsas, argumentar com ele, tentar pelo raciocínio demonstrar-lhe a verdade, é tempo inutilmente gasto. As convicções do alienado não são um desvio accidental do entendimento, como pretendeu a filosofia especulativa, mas o sintoma de uma doença orgânica ou funcional do cérebro. Tomar o delírio como um desvio da vontade, uma obstinação deliberada no erro e opor-lhe, à maneira de Leuret<sup>308</sup>, um sistema

---

<sup>306</sup> QUÉTEL, 2014: 200-201

<sup>307</sup> MATOS, 1884: 30

<sup>308</sup> LEURET, François (Nancy, 1797 – Nancy, 1851): “Médico psiquiatra francês. Não obstante a interdição familiar, empreende pelos estudos da medicina. Interno de Esquirol, este último confia-lhe a vigilância da sua casa de saúde e o posto de redator chefe dos *Annales d’hygiène publique et de médecine légale*. Em 1836 é por sua vez médico chefe em Bicêtre e diretor médico da casa de saúde de Gros-Caillou, rua Saint-Dominique. Morre de uma doença de coração em 1851. Leuret é conhecido sobretudo por uma obra que desencadeia polémicas: *Le Traitement moral de la folie*, na qual considera o doente mental como um indivíduo onde é necessário por todos os meios repô-lo no caminho direito do pensamento normal; esses

de penas, é ainda um preceito grosseiro da escola metafísica. Pela intimidação pode, é certo, obter-se do alienado que ele negue os seus erros, que se confesse iludido; essa confissão, porém, representa uma astúcia para evitar o castigo, não uma íntima e sincera expressão de novas convicções.

O alienado não se trata pelo raciocínio, nem pelo castigo.

A terapêutica moral compreendida pela maneira exposta, pertence aos domínios da história; é um erro que passou, um capítulo falso de psiquiatria, felizmente esquecido.<sup>309</sup>

Com estas palavras, Júlio de Matos registava a sua recusa em aceitar a terapêutica moral, que tomaria o “delírio como um desvio da vontade, uma obstinação deliberada no erro”, da mesma forma que reprova a abordagem “à maneira de Leuret”. Como despontou no alienismo a ideia de um tratamento moral? Quais os seus princípios? Quem foi François Leuret? De que modo entendia ele a loucura e a melhor forma de a tratar? Julgamos que a resposta a estas perguntas se revelam pertinentes para uma melhor compreensão da posição do alienista português face a esta e outras matérias.

Os princípios do tratamento moral foram o eco da corrente filantrópica dos finais do séc. XVIII e de um ambiente onde predominava uma “grande confiança revolucionária”. Pinel teria libertado os loucos das “garras do obscurantismo despótico, cruel e sobretudo ignorante” da mesma maneira que o povo francês se havia “libertado pela Revolução do despotismo monárquico”.<sup>310</sup> É neste âmbito que se promoveu a mitificação de Pinel enquanto libertador dos alienados e o médico-filantropo que instituiu um tratamento mais humano da loucura.<sup>311</sup>

---

meios compreendiam tanto a coação moral como física. Leuret levantou contra si a reprovação quase unânime do seu tempo. É também um anatomofisiologista que escreveu um *Traité sur l'anatomie comparée du système nerveux dans ses rapports avec l'intelligence*.” THUILLIER, 1996 : 605

<sup>309</sup> MATOS, 1884: 74

<sup>310</sup> LECOURT, 2004: 103

<sup>311</sup> Nas palavras de Marc Renneville, “Para este médico filósofo, a loucura é uma doença idiopática, e o louco é menos um insano que um alienado cuja razão não é nunca irremediavelmente perdida. Doente portanto, o alienado deve ser socorrido e protegido pela sociedade, ao mesmo tempo que a sociedade deve poder proteger-se dos seus atos.” Mais, Pinel, “recusa estabelecer a doença mental a uma localização orgânica porque considera que uma tal etiologia arruinaria toda a esperança terapêutica”. Neste âmbito, “recusando em bloco todas as medicações da farmacopeia empírica, denunciando a brutalidade dos tratamentos físicos da alienação, Pinel defende a única alternativa de um tratamento moral, não violento, fundado sob um diálogo lógico e paciente entre médico e doente”. LECOURT, 2004: 26

Aquilo que possibilitou a emergência de uma terapêutica deste género no tratamento das doenças mentais, foi uma rutura teórica fundamental, responsável pelo nascimento da psiquiatria, no momento em que Pinel “transpõe o limiar para lá do qual já não será filosoficamente e medicamente possível considerar o louco totalmente outro”.<sup>312</sup> Para Pinel a loucura não se tratava de uma fatalidade ou de uma maldição que corrompia integralmente o espírito. Neste âmbito, passava-se de uma conceção kantiana da loucura para uma visão hegeliana da loucura, considerada como um “desregramento do espírito”, uma simples “contradição na razão ainda presente”, da mesma forma que a doença física entrava em contradição com a saúde mas não a destruía totalmente como a morte.<sup>313</sup>

Desta nova conceção de loucura derivou uma nova abordagem terapêutica, o tratamento moral, cujos princípios essenciais eram: “escutar, consolar, tranquilizar, distrair o paciente do objeto exclusivo do seu delírio”, eleger a benevolência, a doçura, a persuasão, como fundamentos da terapia, ao invés da brutalidade e da utilização de meios contentivos. Neste âmbito, segundo Pinel, em *Recherches et observations sur le traitement moral des aliénés* (1798), bastaria somente “falar-lhes com doçura”, “compadecer-se com os seus males” e “dar-lhe a esperança consoladora de uma sorte mais feliz”, para ver o alienado abandonar a sua “cólera” e a sua perigosidade.<sup>314</sup>

No entanto, a terapêutica moral assim compreendida, esteve longe de se tornar norma nos asilos, constituindo-se somente como uma condição para o sucesso desse mesmo tratamento. O próprio Pinel admitiria o fracasso deste método, e é na Salpêtrière,

---

<sup>312</sup> Nas palavras de Gladys Swain, que analisou aprofundadamente esta questão, com Pinel considera-se que estamos agora perante “um ser que não está separado dos outros, tal como não está indiferente ao que lhe acontece. Nele, nem encerramento em si, nem ausência em si, mas uma dilacerante presença no sentido da sua perturbação e da preocupação contínua de outrem. (...) sujeito que de algum modo conhece a sua alienação e defende-se contra ela. Daí o objetivo que surge de um tratamento que faz inteiramente do elemento da relação de fala. Hegel (1770-1831) dá conta precisamente dessa rutura teórica fundadora ao escrever: “é por isso que o verdadeiro tratamento psíquico atém-se firmemente ao ponto de vista de que a loucura não é uma perda abstrata da razão, nem sob o aspeto da inteligência, nem sob o do querer e da sua responsabilidade, mas um simples transtorno, uma simples contradição no interior da razão, a qual ainda se encontra presente da mesma forma que a doença física não é uma perda abstrata, ou seja, total, da saúde (tal perda seria a morte) mas uma contradição nessa saúde. Esse tratamento humano, ou seja, tão benigno como razoável – Pinel merece o maior reconhecimento pelos serviços que prestou a esse respeito –, pressupõe que o doente é um ser razoável (...)”. QUÉTEL, 2014: 226-227

<sup>313</sup> MURAT, 2011: 80

<sup>314</sup> Pinel escreve em *Recherches et observations sur le traitement moral des aliénés* (1798), que os insanos «designados na sua chegada como muito agitados ou muito perigosos [...] pareciam subitamente tomar uma natural oposição, porque lhes falamos com doçura, condoemo-nos com os seus males, dando-lhes a esperança consoladora de uma sorte mais feliz.»

“sem dúvida, a origem da sua perversão, sendo preconizada a sua forma mais temível: o isolamento celular”.<sup>315</sup>

No entanto, como explica Jacques Postel se, “Falar-lhes com doçura” representava a base de toda a terapêutica, e a condição para que se estabelecesse com o paciente uma relação de confiança, um clima geral de compreensão e simpatia, de modo a que o paciente confiasse no terapeuta e se pudesse exprimir com maior liberdade possível – resumida na expressão “condoer-se com os seus males” –, já a ideia de “dar-lhes a esperança consoladora de uma sorte mais feliz”, será tanto o motor desta relação terapêutica, dando ao doente a fé na sua cura, tornada possível, como também a “armadilha”, ao converter o paciente no “sistema de crenças do terapeuta”.<sup>316</sup> Nas palavras do autor, esta “persuasão pratica-se num jogo de seduções narcísicas” onde transparecia a agressividade do terapeuta, que se tornará particularmente violenta com François Leuret.

Mesmo com o reconhecimento de um fundo de razão no alienado, essa razão não tinha um carácter autónomo, deveria ir continuamente de encontro à razão do médico enquanto autoridade moral. Não se tratava, portanto, do reconhecimento de uma relação igualitária entre médico e paciente, conectados num diálogo onde se pressupunha que as ambas as partes podiam comunicar racionalmente entre si, mas de uma relação considerada logo à partida naturalmente desigual, em que uma das partes, o alienista, impunha o seu sistema de valores à outra parte, o alienado, cuja razão, perante a autoridade moral do médico, seria sempre “frágil e enfraquecida”.

Neste âmbito, para R. Castel, era inevitável que o tratamento moral fosse “imediatamente tomado no quadro de uma analogia pedagógica”. A fim de “anular a desordem mental por uma reestruturação da personalidade do louco”, era necessário adotar uma atitude educativa em presença dele, com tudo o que isso tinha de “desigualdade entre o médico, pedagogo-adulto, e o paciente, aluno-criança”<sup>317</sup>. Neste âmbito, é muito para uma “pedagogia moral” que se vai orientar o tratamento moral introduzido por Pinel, que com os seus sucessores, especialmente com Leuret, conheceu uma grande extensão e

---

<sup>315</sup> POSTEL, 2011 :245

<sup>316</sup> POSTEL, 2011 :485. Nas palavras de Jacques Postel, esta atitude feita de bondade e de filantropia recomendada por Pinel “não era senão, o mais frequente, o alibi de uma grande violência terapêutica”. POSTEL, 2007: 265

<sup>317</sup> POSTEL, 2012: 156. Esta “analogia pedagógica” é percebida nas observações de Leuret: “A dor serve aos alienados, como serve no curso ordinário da vida, como serve na educação”. “Entre as crianças e os alienados há numerosas analogias”. QUÉTEL, 2014: 242

suscitou vivas polémicas, até à sua decadência desde finais da primeira metade do séc. XIX.

A autoridade moral e a razão do médico deviam sempre levar a melhor sob a razão frágil e enfraquecida do alienado. Daí a necessidade, já explicitada por Pinel de uma atitude autoritária e de todo o poder médico impondo a sua “lógica” e o seu sistema de valores ao paciente. O objetivo consistiria em “normalizar” o doente, e para o médico, não haveria dúvidas de que só ele sabia o que era a normalidade e os meios para a alcançar. Portanto, neste programa, há uma plena distinção entre normal e patológico.

Ao mesmo tempo que se trabalhava numa relação de proximidade e confiança, o tratamento moral vai implicar uma outra componente: a intimidação. Nas palavras de Laure Murat, a terapêutica moral tinha como missão “reprimir a loucura, mas sem por a mão sobre ela, adotando uma «voz fulminante», «o tom mais imponente e mais inflexível», usando se for necessário a força da dissuasão (enviar numerosos enfermeiros ao mesmo tempo para impressionar o paciente, por exemplo).” Neste âmbito, o programa do tratamento moral não comporta qualquer ambiguidade: “Quebrar, domar, submeter (...)”. Trata-se de um programa que repousa sobre um “aparelho impondo o terror”.<sup>318</sup>

Desde o início que esta terapêutica seria ineficaz e irrealizável; o próprio Pinel o admitiria. Porque, “ao querer entrar na «razão do louco», na quase realidade do seu delírio, atitude totalmente justificada pelas premissas do tratamento moral, o alienista teria esbarrado sobre uma dificuldade maior”<sup>319</sup>, ilustrada pela observação que faz na primeira edição do seu *Traité médico-philosophique* (1800), a propósito do tratamento puramente psíquico de uma melancolia profunda.

Esta observação diz respeito a um alfaiate obcecado desde a Revolução Francesa com a ideia de ser guilhotinado e que tinha resistido a todos os tratamentos, acabando por ficar num “estado de verdadeiro estupor melancólico”, aguardando os carrascos noite e dia. Neste âmbito, e segundo as suas palavras, Pinel decide usar um «expediente»: o alienista fez representar a cena, com a ajuda do pessoal médico, de um falso tribunal revolucionário que interrogou o alienado e decretou por fim que este estava “absolvido de todas as ações judiciais instauradas contra ele”. Contudo, teria de permanecer mais “durante seis meses em Bicêtre para exercer a sua profissão em favor dos alienados”. Não obstante a “impressão profunda” que a cena exerceu no espírito do alienado, o pleno restabelecimento da saúde não se realizou. A juntar a isso, cometeu-se a “imprudência”

---

<sup>318</sup> MURAT, 2011 :82

<sup>319</sup> POSTEL, 2012: 156



de dizer ao alienado que a sua absolvição pelo tribunal revolucionário não passara de uma encenação. O estado do doente agravou-se e Pinel concluiu: “Observei depois desta época o seu estado como incurável”.

Neste sentido, explica Claude Quéтел que, mesmo que a “imprudência” tenha sido em parte responsável pela incurabilidade do alienado, esta observação de Pinel é reveladora do fracasso do tratamento moral no qual a “razão” do doente seria diretamente utilizada para suprimir as “razões do delírio”. O que Pinel fez, segundo o autor, foi “reforçar a doença nas suas convicções delirantes, mostrando-lhe que mesmo um julgamento em seu favor não podia conduzir à sua libertação de Bicêtre”.<sup>320</sup>

Perante este fracasso, Pinel passou a considerar que o tratamento moral devia sobretudo esforçar-se por impor ao doente a autoridade racional do alienista, sem recelar, se fosse necessário, aterrorizá-lo para melhor o dominar”.<sup>321</sup>

O que resta essencialmente deste tratamento moral é a intimidação e mesmo o «terror», que o alienista deveria impor ao seu doente. É o que diz uma memória de Pinel de 1794, *Observations sur la manie* quando insiste que o “grande princípio do regime moral dos maníacos” consistiria em:

(...) quebrar a sua vontade e domá-los, não por lesões e trabalhos violentos, mas por um aparelho impondo o terror que os possa convencer de que não são de modo algum senhores de seguir a sua vontade impetuosa e que submeter-se é o melhor que têm a fazer.<sup>322</sup>

Não se tratava portanto de “reconhecer o erro na loucura, mas de enfrentar diretamente e de neutralizar a força desta loucura enfurecida que conduzia o insano a crer-se acima de todos os outros, como escreverá Fodéré”<sup>323</sup>. A cura não podia portanto ser obtida senão pela neutralização, a submissão desta força mórbida pelo alienista, que vai acabar com todos os atributos da sua força no interior do hospício.

O tratamento moral jogava-se sobre esta “cena de confronto” onde o louco verá o seu furor “desarmado pela ideia da sua impotência» (...) Ao submeter-se sem resistir,

---

<sup>320</sup> QUÉTEL, 2004 :157

<sup>321</sup> POSTEL, 2007: 259

<sup>322</sup> Este excerto está reproduzido em *Genèse de la psychiatrie. Les premiers écrits de Philippe Pinel*, 1998, Jacques Postel, entre as páginas 233-248.

<sup>323</sup> QUÉTEL, 2012 : 157

torna-se mais calmo e mais tranquilo”. Na consecução deste objetivo o “diretor” tinha para Pinel um papel essencial:

O diretor, sempre fiel a esta máxima de reprimir os loucos sem os deixar tomar a menor ação, apresenta-se a ele [ao insano] com o tom mais determinado e mais ameaçador [...] Fala com uma voz fulminante e dirige-se para o furioso até uma certa distância para atrair os seus olhares (...) <sup>324</sup>

Como exemplo da eficácia desta abordagem, o alienista francês relata a observação de um “militar tornado maníaco” que acabou por aceitar “submeter-se” e mesmo “beijar a mão” do diretor. Descreve, em seguida, uma verdadeira “cura” onde o princípio aplicado foi, essencialmente, o de “romper com a sua vontade” e “domar” o carácter tempestuoso do alienado.

A observação fala de um homem que estava há três meses internado, mergulhado numa profunda tristeza, consternado pelo desabamento do culto católico em França. Perante o caso, o diretor decidiu “imprimir-lhe um forte terror para mudar a direção das suas ideias sinistras; fala-lhe numa voz fulminante, faz também reunir todas as pessoas do serviço e ameaça empregar contra ele os meios mais extremos. Este tom firme desconcerta e intimida o insano que se resolve então a alimentar-se”. É só a partir deste instante, em que o alienado cedia à força do vigilante, que a cura se poderia iniciar. O paciente recuperou o sono, pouco a pouco as forças e assim, segundo Pinel, “escapa de uma morte certa”:

A confissão que ele fez após ter recuperado a sua razão demonstra que a conduta que tínhamos oposto ao seu desvario (desregramento) teria sido o princípio da sua cura; expôs a flutuação cruel que teria sofrido durante mais de 24 horas e a espécie de combate interior que havia mantido entre o plano formado de perecer por uma abstinência absoluta e as medidas violentas de que seria ameaçado se recusa-se a alimentação; este sentimento de terror teria então triunfado. <sup>325</sup>

Esta cura não tem nada a ver com um verdadeiro tratamento médico. Nas palavras de Claude Quézel, “Não se trata senão de um confronto entre duas vontades, uma dominada pela paixão mórbida, a outra que a vai subtrair, pela simples preocupação de

---

<sup>324</sup> POSTEL, 2012 : 159

<sup>325</sup> POSTEL, 2012 : 159

domar essa paixão e de conduzir o maníaco a uma resipiscência [arrependimento de uma falta com propósito de emenda] completa”. Não se trata somente da “vitória de uma «normalidade» sobre um estado mórbido, é também essa da vontade (criada, forçosamente) do tratador sobre a «má» vontade do paciente”.<sup>326</sup>

Será com Leuret, mais do que os seus antecessores, que se vai acentuar esta “relação médico-doente e a psicoterapia por persuasão” consignada na sua obra, *Du Traitement Moral de la Folie*, de 1840.

Este alienista francês sustentava que a alienação mental, enquanto “aberração das faculdades do entendimento” não seria caracterizada, como acontecia nas doenças comuns “por sintomas físicos; e as causas que a produziam (...) pertenciam mais frequentemente a uma ordem de fenómenos completamente estranhos às leis gerais da matéria: são as paixões e as ideias”. Ainda que Leuret estimasse que as ideias, as paixões e as faculdades mentais não se manifestariam nunca sem a intervenção do sistema nervoso, esta verdade teria pouca relevância para o tratamento já que “não provava necessariamente que uma lesão orgânica fosse a causa imediata da loucura”. Ou seja, Leuret rejeitava a origem anatomo-patológica da alienação mental. Neste âmbito, como explica Ian Dowbiggin, parecia mais lógico a Leuret empregar métodos que “agissem diretamente sobre a inteligência e as paixões”, ao invés das sangrias e dos purgativos, por exemplo, usados pela maior parte dos alienistas do seu tempo, uma vez que os “estados psicológicos e emocionais constituíam os sintomas da loucura mais evidentes e mais numerosos”.<sup>327</sup>

Porque, a partir do momento em que os alienistas “mantinham a convicção de que uma alteração patológica do cérebro precedia cada operação mórbida do espírito e que portanto a preocupação do médico alienista devia ser dirigida para os processos orgânicos da ‘economia animal’”, fixavam que a loucura era um problema orgânico, o que para

---

<sup>326</sup> POSTEL, 2007 : 261

<sup>327</sup> DOWBIGGIN, 1993 : 59. Sobre a abordagem terapêutica de Leuret, Ian Dowbiggin explica-nos que os seus métodos estariam mais orientados para as “circunstâncias particulares da vida do paciente” e assim, seriam métodos mais intervencionistas do que aqueles usados pelos seus colegas. A abordagem mais experimental no tratamento devia-se também ao seu ceticismo relativamente à “utilização de preparações farmacêuticas”. Segundo este autor, o ceticismo de Leuret estabeleceu-se a partir de casos como o de um homem de quarenta e quatro anos, que apresentava tendências suicidas e que se teria tornado agitado quando ficou sem emprego depois da morte do seu patrão. Um médico ter-lhe-ia administrado sulfato de magnésio mas não obteve qualquer melhora. No entanto, depois de Leuret o ter recebido em Bicêtre, conseguiu curá-lo em vinte e um dias, fazendo-o simplesmente porteiro do refeitório do hospital. DOWBIGGIN, 1993: 67

Leuret, seria um grave erro “porque reforçaria a opinião segundo a qual os loucos seriam incuráveis”.<sup>328</sup>

Para Leuret, o tratamento moral deveria passar pela intimidação ou a “revulsão moral”, através de duches frios, como meio de obrigar o paciente a renunciar às suas ideias fixas, métodos terapêuticos que seriam classificados pela Academia Real como “retrógrados, perigosos”, lembrando a situação dos alienados antes de Pinel, presos com correntes e encarcerados em “celas negras”.

Segundo alguns membros da Academia<sup>329</sup>, entre eles Blanche<sup>330</sup>, Esquirol e Pariset, os métodos terapêuticos de Leuret teriam criado uma “agitação considerável”, uma vez que, em pelo menos um dos casos descritos, o tratamento “implicava uma tal perseguição prolongada do paciente, e de idas e vindas ora marcadas pela gentileza ora abertas à mais aberta das crueldades mentais”, que a comunidade alienista uniu-se em qualificar de desumana e de retrógrada tal abordagem terapêutica.

Segundo explica Ian Dowbiggin, os alienistas “acreditavam que os melhores tratamentos para os loucos residiam na utilização (...) de remédios somáticos como os medicamentos e as sangrias, e a completa autoridade do médico sobre os seus pacientes na vida do hospital”. Esta seria a única maneira, para a maior parte dos alienistas, de proporcionar aos loucos cuidados por sua vez “benevolentes e eficazes”.

Neste âmbito, um importante debate instalava-se em França, sobre a etiologia da loucura. Por um lado aqueles, que como Leuret, afirmavam a origem moral da alienação mental, e todos aqueles que defendiam uma etiologia orgânica da loucura. Deste confronto, as posições de François Leuret, severamente combatidas, acabaram por ceder terreno às posições que defendiam uma origem anatomo-patológica da alienação mental, como afirmava Ferrus:

(...) asseguramos que há antes da explosão do delírio, perturbações diversas da sensibilidade, que o doente se queixava de cefalgia e de perturbações nas funções digestivas, dormia pouco ou tinha um sono agitado, tornando-se singular e bizarro, etc. O ponto de partida da alienação é portanto mais ordinariamente uma lesão física, lesão que

---

<sup>328</sup> DOWBIGGIN, 1993 : 60

<sup>329</sup> Os métodos de Leuret receberam uma resposta particularmente acutilante do asilo privado do Dr. Blanche. Este médico envia um artigo à Academia real, em 1839, em resposta a dois artigos de Leuret publicados em 1838, onde descreve detalhadamente numerosas curas devidas ao tratamento moral.

<sup>330</sup> BLANCHE, Esprit (Rouen, 1796 – Paris, 1852) : “Médico psiquiatra francês. Fundou em 1846 a casa de saúde que carrega o seu nome em Passy, no antigo domínio dos Lauzun-Lamballe onde tratará numerosas personalidades parisienses”. THUILLIER, 1996: 467

não podemos sempre demonstrar anatomicamente, mas quantas questões em medicina não são assim também, e não devemos atribuir aqui a insuficiência da observação à insuficiência dos elementos de investigação.<sup>331</sup>

Para Ian Dowbiggin, é possível pensar que Leuret teria a “posição mais razoável, segundo a qual, já que a base orgânica de cada espécie de desordem mental não tinha sido encontrada, a melhor aproximação terapêutica estaria ainda em apostar nos sintomas afetivos empíricos e sua etiologia moral evidente para a psicoterapia”.<sup>332</sup> Este autor concluiu que, ignorando as concepções de Leuret e sublinhando somente a brutalidade dos meios, “os seus opositores afastavam-se da ciência em favor de posições dogmáticas que obscurantizavam o debate, e os dividiam ainda mais profundamente quanto às consequências profissionais e teóricas da abordagem terapêutica de Leuret”.<sup>333</sup> É que, se tal concepção fosse aceite, ou seja, se se compreendesse a doença mental como uma doença somática, o seu tratamento deixaria de ser exclusivamente uma questão médica. Ora, sabemos que a fundação e a progressiva implementação do alienismo deu-se com a conquista do monopólio do tratamento da loucura pelos médicos. Leuret sustentava que o fenómeno da loucura não se conformava às “leis gerais da matéria”. Como resultado imediato desta ideia sobrevinha que a alienação “não podia ser curada senão por meios morais e que portanto os remédios físicos que a psiquiatria devia à medicina não seriam senão um acompanhamento no processo de cura”.<sup>334</sup>

---

<sup>331</sup> DOWBIGGIN, 1993 : 66

<sup>332</sup> DOWBIGGIN, 1993 :68-69

<sup>333</sup> DOWBIGGIN, 1993 : 69. Este autor sustenta que o conflito que se deu entre partidários do tratamento moral e partidários do tratamento médico, manteve-se essencialmente no nível do discurso, “Na prática, a tradição e a rotina dominariam na maior parte dos serviços asilares relativamente a questões de terapia e de cuidados, e se as concepções mais temperadas de Leuret nos anos quarenta seriam tomadas em consideração, a utilização e cuidados médicos físicos não foi provavelmente nunca reduzida de maneira significativa no seu próprio serviço em Bicêtre”. DOWBIGGIN, 1993: 71

<sup>334</sup> Segundo Ian Dowbiggin, os psiquiatras “inquietam-se” com as concepções de Leuret porque lhes parece que estas servem o “compromisso permanente do clero católico no tratamento dos loucos”. Isto, num período em que o conflito entre medicina e Igreja era intenso. Por um lado, seriam numerosos os católicos que procuravam proteger as atividades médicas das ordens religiosas atacando a profissão médica enquanto “monopólio reduzindo gravemente a liberdade dos franceses” de procurar quem quisesse para a cura da sua doença, por outro lado, os médicos procuram eliminar a concorrência dos clérigos que gozavam de uma grande influência nas províncias. Sobre esta questão Ian Dowbiggin conta que no departamento do Maine-et-Loire, os hospícios pertencentes a congregações católicas, que acolhiam numerosos loucos dos dois sexos, foram alvo de uma violenta campanha por parte de alienistas anticlericais, como Ferrus, que tentavam convencer os administradores locais que “o zelo com que aquelas ordens religiosas protegiam a sua jurisdição sobre os loucos, seria em geral prejudicial à saúde pública”. Esta ofensiva por parte dos médicos, conheceu resistências, já que os clérigos, nos hospícios de alienados, “exploravam abertamente os elementos de consolação religiosa do tratamento moral para justificar a continuação da sua participação nos cuidados institucionais dados aos loucos”. Em suma, os

Os observadores laicos, fizeram “por isso notar as consequências profissionais da doutrina de Leuret”. O jornalista Louis Peisse sublinhava:

(...) o facto da questão da natureza orgânica da alienação mental teria uma significação prática grave porque se a loucura era uma doença da alma ou do espírito, então ela não seria mais o apanágio exclusivo dos médicos. Da mesma maneira, não constituiria uma doença no sentido médico do termo, e consequentemente, os teólogos, os moralistas e os juristas seriam também eles titulados para tratar os loucos.<sup>335</sup>

A organogénese foi defendida vigorosamente em França a partir dos anos de 1840. Alienistas tais como, G. Ferrus<sup>336</sup> e J. Moreau de Tours<sup>337</sup>, vão orientar as suas pesquisas para a descoberta de lesões anatómicas ou biológicas suscetíveis de explicar o aparecimento das diversas formas de loucura. O que vai sobretudo concorrer para a hostilidade declarada dos alienistas da sua época é que “apesar dos seus exageros, o tratamento moral preconizado por Leuret inscrevia-se numa causalidade psíquica da doença mental e opunha-se portanto ao discurso organicista da neuropsiquiatria que estava a invadir o campo da psiquiatria”.<sup>338</sup>

Leuret fez da severidade em geral e dos duches de punição os meios preferenciais no tratamento moral. No entanto, nas palavras de Claude Quéтел, “todos os alienistas

---

alienistas, por seu lado, sustentavam que a loucura era essencialmente uma doença física, não autorizando por isso senão a administração de cuidados médicos. Os clérigos não vão aceitar “o médico como a única autoridade terapêutica em patologia mental”. DOWBIGGIN, 1993: 69-70

<sup>335</sup> DOWBIGGIN, 1993 : 70

<sup>336</sup> FERRUS, Guillaume (Château-Queyras, 1784 – Paris, 1861) – “Psiquiatra francês. Antes de mais cirurgião militar, opera em Austerlitz, e recebe a Legião de Honra das mãos de Napoleão em Wagram; fez a campanha da Rússia e demite-se da armada após Waterloo. Associado ao serviço de Pinel em 1818, é nomeado médico-chefe de Bicêtre em 1826. As suas concepções humanitárias e as suas convicções concernentes à assistência dos doentes conduzem-no a uma missão oficial importante. É inspetor geral dos Asilos em 1835 e inspetor do Serviço médico das casas penitenciárias em 1842”. THUILLIER, 1996: 544-545.

<sup>337</sup> MOREAU DE TOURS, Jacques (Montrésor, 1804 – Paris, 1884) : “Filósofo e médico francês. Interno no tempo de Esquirol em Charenton, defende a sua tese em 1830 depois viaja pelo Egipto, a Núbia, a Palestina, a Síria e a Ásia Menor. No decurso da sua viagem vai descobrir o haxixe onde fará a experiência ele mesmo e que experimentará sobre as doenças mentais. Apresentará um livro que mantém-se ainda famoso: *Du haschisch et de l’aliénation mentale* em 1845. Nesta obra compara os efeitos do haxixe e aqueles da doença mental e afirma que todos os problemas mentais tinham uma origem orgânica. Persuadido que os doentes mentais poderiam ser tratados pelos medicamentos, interessa-se pela ação destes que lhe parecem ter uma influência direta sobre o cérebro, por exemplo a datura e mesmo clorofórmio e éter. Médico de Bicêtre e da Salpêtrière, continuará a aí visitar os doentes até à sua morte. Podemos considerar Moreau de Tours como o fundador da psicofarmacologia- Henri Baruk prestou-lhe homenagem ao criar a Sociedade Moreau de Tours em Charenton em 1962.” THUILLIER, 1996 : 631

<sup>338</sup> QUÉTEL, 2014 : 243

fazem a mesma coisa, Pinel e Esquirol na cabeça, mas Leuret professa-o – o que será energeticamente reprovado pelos seus colegas alienistas”.<sup>339</sup>

#### 4.2. O sistema asilar como meio terapêutico

*Para pôr ordem nas ideias dos alienados,  
é preciso pô-la à volta deles.*<sup>340</sup>

Nas palavras de Júlio de Matos, as convicções do alienado não eram, portanto, um “desvio accidental do entendimento” mas sim o “sintoma de uma doença orgânica ou funcional do cérebro”.<sup>341</sup> Expressão que denota uma análise organicista da doença mental, que preconizava uma origem orgânica da patologia, à semelhança dos seus congêneres europeus.

O *tratamento moral*, tal como a “ciência moderna o entende e aplica”, era, para Júlio de Matos, a aplicação de dois princípios fundamentais: o *isolamento*<sup>342</sup> e o *trabalho*.

---

<sup>339</sup> QUÉTEL, 2010 : 72. Leuret defendeu-se da seguinte maneira, numa Comissão da Academia Real de Medicina, em 1838, das acusações que lhe eram dirigidas relativamente aos métodos retrógrados que utilizaria no tratamento da alienação: “Quem não conhece o duche? Todas as pessoas que frequentam os banhos de mar receberam-no na cabeça. É surpreendente, é penoso de suportar; mas se não se receia recebê-lo do mar onde se vai procurar a cura de uma doença em geral pouco grave, porque não recebê-lo quando se trata de recobrar a razão? O duche quase nem era doloroso antes de se pensar no tratamento moral; só se transformou num suplício, numa barbárie, há pouco tempo e nos escritos publicados contra mim. Pinel, Esquirol, para só falar de mortos, fizeram uso dele com sucesso; encontramo-lo em todos os estabelecimentos de alienados públicos ou particulares instituídos segundo as ideias desses dois sábios psiquiatras, e aquele de que me servi tinha servido aos meus predecessores”. QUÉTEL, 2014: 242

<sup>340</sup> QUÉTEL, 2014: 237

<sup>341</sup> MATOS, 1884: 74

<sup>342</sup> Segundo Jacques Postel, o «Isolamento Terapêutico», do inglês *Isolation*, era uma medida terapêutica que visava subtrair o indivíduo ao seu meio habitual. “O isolamento fazia parte das medidas terapêuticas utilizadas na tomada dos doentes mentais. Mas foi frequentemente pervertida e transformada, sob a pressão de necessidades sociais ou administrativas, numa verdadeira exclusão ou num simples encarceramento. Para Pinel, esta era a principal condição do tratamento moral, aquela que permitiria subtrair o alienado às influências nefastas do seu meio; é o que confirma o melhor dos seus alunos, E. Georget, em 1820: “Separar os alienados dos objetos que os rodeiam, retirá-los das mãos dos seus parentes ou amigos, é a primeira condição, uma condição quase indispensável para os curar, e há muitas poucas exceções próximos, podemos dizer que não recuperam a saúde entre eles.” (*De la folie*) Mas esta não é senão uma condição do tratamento moral. Infelizmente, e já com Pinel na Salpêtrière, o isolamento irá tornar-se o instrumento mesmo desse tratamento; e lá é sem dúvida a origem da sua perversão. Tanto mais que irá ser preconizada a sua forma mais temível: o isolamento celular. Mesmo se o regulamento dos asilos limitavam a aplicação deste último com autorização da hierarquia médica, o seu abuso será a

Na grande generalidade dos casos, o *isolamento* impunha-se como uma “necessidade”.<sup>343</sup>

Na fundamentação do alienista:

Subtrair o doente ao seu meio habitual, separá-lo da família e dos amigos, sujeitá-lo a novos costumes de vida, submetê-lo, enfim, à vigilância e autoridade de pessoas consagradas ao serviço especial da loucura, é em geral a primeira das indicações a preencher. Esta opinião, primeiro emitida por Esquirol, tem hoje a consagração unânime dos alienistas.<sup>344</sup>

Segundo Frédéric Gros, o asilo, que conheceu a sua “idade de ouro” entre 1850 e 1950, combinava três características definidoras: tratava-se de um “espaço fechado, medicalizado e especializado”. “Espaço fechado” porque o asilo constituía “um mundo à parte, fechado sobre si mesmo, carcerário, onde as entradas e as saídas são controladas, sujeitas aos imperativos de proteção e vigilância”, no instante em que surgem apreensões, segundo as quais, a loucura seria um elemento perigoso da qual a sociedade tinha de proteger-se; “Espaço medicalizado”, no sentido em que o asilo era administrado por um médico-chefe, com responsabilidades médico-administrativas em tudo que dizia respeito à instituição, onde toda a vida quotidiana do asilo era rigorosamente detalhada em regulamentos disciplinares e que tinham, como finalidade, a terapêutica, num momento em que “a loucura é refletida como uma patologia objetiva, suscetível de ser medicamente

---

regra durante toda a segunda metade do século XIX para todos os doentes ditos «perigosos» desde que aparecessem agitados, impulsivos e violentos”. POSTEL, 2011: 244-245

<sup>343</sup> Na análise de Ian Dowbiggin, havia “alguma verdade” nas acusações de inumanidade e de barbarismo dos alunos contra Leuret. No entanto, se compararmos o seu método frequentemente punitivo com a “terapia médica cegamente convencional, a rotina impiedosa e o trabalho puramente fastidioso que caracterizavam a maior parte dos asilos do seu tempo, tudo aquilo se torna discutível”. Porque, se os críticos de Leuret rejeitavam as suas conceções e proclamavam o que lhes parecia ser uma forma menos punitiva de terapia, “eles pretendem também fazer nascer no paciente uma confiança sólida na autoridade médica, e reforçar aí o seu poder sobre os pacientes, tudo favorecendo a deferência para com o seu papel profissional nos hospitais psiquiátricos”. Nas palavras de Michel Foucault, “escondidas atrás das ambições psiquiátricas segundo as quais uma terapia institucional representava um progresso humanitário, havia programas habituais para procurar disciplinar e punir mais eficazmente os internados”. DOWBIGGIN, 1993: 67-68

<sup>344</sup> Neste ponto Júlio de Matos reprova o isolamento nas casas de campo, habitadas exclusivamente pelo alienado e pelos enfermeiros, o que para além de ser um meio terapêutico “dispendiosíssimo, é ainda inconveniente”, já para não falar da falta de eficácia de um tratamento da alienação neste sistema de isolamento. Além de fornecer uma assistência ineficaz, Júlio de Matos prevê que “os enfermeiros, porque lhes falta a ação superior e disciplinar de uma direção técnica, tenderão inevitavelmente a descuidar-se do serviço que lhes está confiado”. O alienista nota que em Portugal, este “inconveniente processo de isolamento” é usado pelas famílias mais ricas, que chegam mesmo a solicitar enfermeiros nos hospitais públicos para este fim, pedido, que segundo o autor, é recusado pelos diretores destes estabelecimentos de alienados. MATOS, 1884: 75



tratada, ou mesmo curada”; “Espaço especializado”, por último, uma vez que o asilo era dirigido exclusivamente aos doentes mentais. Nas palavras de Frédéric Gros, esta “forma pura de asilo fechado-medicinal-especializado”, foi “projetado, refletido, elaborado”, na primeira metade do séc. XIX.<sup>345</sup>

O asilo terapêutico nasceu, segundo Claude Quétel do “postulado da curabilidade da loucura”.<sup>346</sup> No hospital de alienados, instituído por Esquirol como “instrumento de cura”, o tratamento moral, que funda a psiquiatria, podia ser posto em funcionamento, “arrancando o alienado aos seus maus hábitos, aos seres e aos lugares que até então lhe alimentavam a loucura, na verdade fazendo nascê-la”.<sup>347</sup> A estrutura asilar, graças à imposição de uma vida quotidiana estritamente regulamentada no internamento, tornar-se-á assim condição essencial à terapêutica. Nas palavras de Claude Quétel, o “alienado é doravante menos um indivíduo (e além disso desviante) que a parte de um todo e de um todo ordenado”:

---

<sup>345</sup> LECOURT, 2004 : 102. Estas três dimensões – medicalização, encarceramento e especialização – são já reconhecidas antes do séc. XIX. A medicalização da loucura é antiga. A civilização árabe, por exemplo, com grandes cidades como Bagdad, Damasco, Cairo, entre outras, com espaços hospitalares simultaneamente para curar e formar, registam já terapias, como os purgativos, os banhos, a música. Também se regista uma ordem de caridade, a Ordem de São João de Deus, exclusivamente destinada ao acolhimento de loucos. Quanto ao encarceramento, muito antes do séc. XVII, alguns loucos já seriam sequestrados, enquanto outros estavam condenados a uma vida errante. Mas é sobretudo com a fundação do Hospital Geral de Paris, em 1656, por Luís XIV, (*Houseworks* em Inglaterra e *Zuchtäusern* nos países de língua alemã) que na Europa se disseminam as casas de força e de correção, que tinham como finalidade “enquadrar, encarcerar, excluir” do espaço público toda uma população errante, da qual os loucos faziam parte, e não qualquer propósito terapêutico. Com a instituição do Hospital Geral e mais tarde com os Depósitos de Mendicidade, a loucura capta uma “sensibilidade social e moral”. Neste momento não se pensa a desrazão segundo o desequilíbrio dos humores ou qualquer marca divina mas como “um problema de ordem pública, transgressão dos bons costumes, ataque á honra familiar”. Neste âmbito o louco é classificado como o “antissocial”, mais do que sinal de uma patologia ou misticismo. É assim que se encontram alguns loucos encarcerados, lado a lado com criminosos, vagabundos, mendigos, prostitutas, nesta lógica de repressão policial, com intuito de correção, mas também de repressão familiar, com as *lettres de cachet*, solicitadas pelas famílias ou pelos vizinhos, encarcerados em Bicêtre e na Salpêtrière em condições desumanas. Influenciados pelo movimento filantrópico dos finais do séc. XVIII, alguns alienistas, como Pinel, em França, J.-C. Reil, na Alemanha, V. Chiarugi em Itália e Tuke em Inglaterra, dirigiram uma campanha de denúncia das condições inumanas dos asilos, o que fez com que ganhassem um grande prestígio, tirando os loucos das “garras do obscurantismo despótico, cruel e sobretudo ignorante” e pensando a loucura como uma doença “inocente”, suscetível de tratamento e mesmo cura, graças a cuidados específicos administrados por um médico especializado na matéria, assim como o “povo ele mesmo se havia libertado pela Revolução do despotismo monárquico”. O tratamento moral, como principio terapêutico inscreve-se assim nesta “grande confiança revolucionária”, terapêutica que prefere a benevolência e a persuasão ao invés da brutalidade e dos meios contentivos. LECOURT, 2004: 102-103

<sup>346</sup> QUÉTEL, 2010: 72

<sup>347</sup> QUÉTEL, 2010: 72

Uma casa de alienados é um instrumento de cura; entre as mãos de um médico hábil, é o agente terapêutico mais poderoso contra as doenças mentais. (...) Gostaria que dessem a estes estabelecimentos um nome específico que não ofereça ao espírito uma ideia penosa; gostaria que o designassem de asilos.<sup>348</sup>

Sobretudo, o que este novo paradigma de pensar a loucura e de a tratar fortaleceu, foi a “autoridade absoluta do médico” dentro do sistema asilar. Segundo diz Georget<sup>349</sup>, no mesmo sentido que Pinel e Esquirol, uma “hierarquia de poderes” seria indispensável. O alienista era simultaneamente médico e diretor, “nada se faz sem as suas ordens e conforme as suas ordens”, uma vez que:

O governo dos loucos deve ser absoluto, todas as questões devem ser decididas sem apelo pelo médico que poderá, se os pedidos, as reclamações dos doentes ficarem muito importunas, opor-lhes o regulamento da casa. Se existissem muitas autoridades rivais, ciosas de poder, eles não estariam senão muito raramente de acordo, e não deixariam de favorecer a desobediência de um lado ou do outro. Devemos evitar reprender os empregados, publicamente, pelas suas faltas; os doentes aproveitar-se-iam, para resistir mais, desprezando as ordens desses empregados.<sup>350</sup>

Em “nome da experiência própria”, e de acordo com as apreciações de alienistas reputados como Motet<sup>351</sup> e Maudsley, Júlio de Matos expunha os benefícios do sistema

---

<sup>348</sup> LECOURT, 2004 : 103

<sup>349</sup> GEORGET, Étienne, Jean (Vernou-sur-Brenne, 1795 – Paris, 1828) : "Psiquiatra francês. E sobretudo conhecido pela sua obra : *De la folie. Considérations sur cette maladie, son siège et ses symptômes*; surgida em 1820, faz o ponto sobre as posições doutrinárias dos alienistas do primeiro quarto do século XIX. Eleito como correspondente da Academia de medicina aos 28 anos, morre cinco anos mais tarde com tuberculose". THUILLIER, 1996, p. 553

<sup>350</sup> QUÉTEL, 2012 : 160

<sup>351</sup> Sobre a questão do isolamento, Júlio de Matos transcreve as “autorizadas palavras” de Motet a este respeito: “A nossa atitude, os nossos cuidados especiais, o isolamento fazem-lhes (aos alienados) melhor que longos discursos; curam junto de nós e ter-se-iam tornado incuráveis em casa. Muitas vezes temos observado isto; e se alguém duvidasse, apelaríamos para o testemunho dos médicos que todos os dias nos enviam os seus alienados. Todos declaram que não podem trata-los em casa, que não sabem de que maneira proceder, que tudo lhes falta, que não têm nem enfermeiros para os servir, nem influência moral para exercer sobre eles. Que pode fazer o médico que desde longo tempo conhece a família e está iniciado em todos os seus segredos? Tornou-se quase um amigo; e quando pretende tomar uma atitude severa, impondo a sua vontade, encontra a resistência do doente que, apesar de delirante, conserva a semiconsciência das relações anteriores, da familiaridade que um longo comércio social estabeleceu. O doente não o escuta. Falta-lhe, pois, um elemento indispensável, a autoridade; falta-lhe ainda o que constituiu o nosso melhor auxílio, a execução imediata das ordens dadas, o exemplo de uma disciplina geralmente estabelecida e cuja influência se faz sentir nos menores detalhes. O alienado sente-se e reconhece-se senhor em sua casa; ordena imperiosamente, quer ser obedecido e exerce uma tirania ante a qual todos se curvam com terror. Mudai em torno dele as fisionomias, fazei-lhe sentir que é um doente,

de isolamento no tratamento da alienação mental, bem como os princípios sobre os quais se devia governar os alienados: autoridade, disciplina e obediência:

A entrada num hospital (referimo-nos em tudo o que segue aos estabelecimentos especiais) é para o doente o começo de uma vida nova de impressões: todos os que o cercam lhe são desconhecidos e todos os que lhe assistem têm sobre ele uma parcela de autoridade. Os instintos de domínio e de revolta, que na família fazem de todo o alienado um ser pelo menos importuno, sofrem no hospital, desde o primeiro instante, um profundo abalo salutar. As afeições subservientes, as solitudes pueris, as transigências exageradas dos parentes e dos amigos cessaram; as lágrimas e os gemidos estéreis cessaram também. No hospital, a disciplina invadiu todas as repartições, constituiu-se um hábito que o alienado, quem quer que ele seja ou imagine ser, não poderá suprimir ou alterar. A alimentação, o trabalho, o recreio, tudo está regulamentado; as relações do pessoal com o alienado estão também definidas. A vontade do doente tem uma esfera restrita de ação; e assim, a obediência aos preceitos que o médico formula há de tornar-se uma parte integrante da sua vida nova. Este primeiro efeito é dos mais importantes.

Mas há mais. As incitações mórbidas provenientes da vista de lugares e de pessoas que passivamente assistiram à explosão da loucura ou de algum modo a provocaram, desapareceram no hospital; lugares e pessoas são outros. O valor deste segundo efeito é considerável; apreciam-no bem os médicos que têm observado a perniciosa influência exercida sobre o alienado pelas visitas de parentes e amigos no primeiro período de isolamento hospitalar.<sup>352</sup>

O outro princípio fundamental do *tratamento moral* consiste no *trabalho*, que podia ser intelectual, visando inserir o alienado no estudo das “ciências, da literatura e das artes”, ou podia ser “manual” como meio de desviar a atenção do alienado das “ideias delirantes”. Segundo Júlio de Matos, “o trabalho agrícola é talvez sob este ponto de vista o melhor e também, por isso, um dos mais fomentados nos grandes hospitais, que possuem terrenos vastos de cultivo”, mas também o “trabalho industrial”, que visava a ocupação dos alienados em “oficinas de pintura, de cordoaria, de costura, de fiação, etc.”.<sup>353</sup> Nas palavras de Ana Leonor Pereira:

---

que não tem o direito de mandar, colocai-lhe ao pé um enfermeiro que compreenda as suas obrigações e se abrigue por trás das ordens do médico, e tereis dado um espaço imenso. Pouco importa a revolta; quanto mais energética ela for, maior esperança nutriremos de assistir ao restabelecimento das faculdades perturbadas”. MATOS, 1884: 77-78

<sup>352</sup> MATOS, 1884: 76-77

<sup>353</sup> MATOS, 1884: 79

Na verdade, toda a argumentação filosófica, ética e biologista produzida pelo discurso liberal para distinguir o *mundo da razão – liberdade – produtividade do mundo da loucura – irresponsabilidade – ócio* – tinha um sentido económico. Em última instância, o que faz da loucura um problema para as sociedades capitalistas de oitocentos foi justamente a improdutividade do louco que chocava com a *religião do trabalho* enquanto meio de realizar a humanidade do homem, isto é, a própria liberdade.<sup>354</sup>

Júlio de Matos defende ainda a utilização de *Meios contentivos* no tratamento da alienação mental. Claude Quétel e Jacques Postel justificam que são as más condições de hospitalização, em que ainda se trabalhava em 1884, que levaram Júlio de Matos às observações cétricas em relação ao *no-restraint*<sup>355</sup>, defendido por Conolly<sup>356</sup> e por Magnam e, por sua vez, a adesão do alienista aos ideais de Voisin, Maudsley e Griesinger, que levam alienista a defender a utilização do colete-de-forças<sup>357</sup> como meio contentivo indispensável e eficaz em algumas patologias mentais.<sup>358</sup> Júlio de Matos considera que, ao “antigo abuso” destes meios terapêuticos, sucedeu-se, graças aos progressos da psiquiatria e do “senso moral”, uma tendência para “conceder ao alienado a máxima liberdade de movimento e de expansão”. Este facto, que todavia consistia numa “inclinação natural do espírito científico” teria sido exagerada por Conolly, que o levou

---

<sup>354</sup> PEREIRA, 1986: 86-87

<sup>355</sup> “Feito de suprimir os meios de contenção e de violência nas terapêuticas das doenças mentais. O instigador do *no-restraint* parece ter sido o psiquiatra britânico J. Conolly que teria em 1839 suprimido o uso do colete de força e de outros meios de contenção no asilo que dirigia em Middlesex. Este foi o ponto de partida de uma conceção liberal para o tratamento dos alienados». In *La Folie. Histoire et Dictionnaire*, p. 643. Importa também sublinhar o que diz Jacques Postel sobre o mesmo assunto: «Creditamos geralmente o psiquiatra britânico J. Conolly de ter primeiro preconizado um *no-restraint* total em 1839 no asilo que dirigia em Hanwell, no Middlesex. Parece que a realidade histórica seja mais complexa (A. Scull) e que uma certa mitologia envolva esta revolução como aquela do gesto libertador de Ph. Pinel em Bicêtre”. POSTEL, 2011 : 315

<sup>356</sup> CONOLLY, Jonh (Market Rasen dans le Lincolnshire, 1794 – Londres, 1866): “Psiquiatra britânico. Antes de mais médico em Londres, é nomeado em seguida médico-chefe do asilo de Middlesex em Hanwell onde aplica o sistema terapêutico chamado *No restraint System*. Pratica assim o *Open Door*, denunciando o isolamento do doente mental nos asilos”. THUILLIER, 1996: 490

<sup>357</sup> “Bata de tecido espesso com mangas fechadas paralisando os movimentos dos membros superiores. Tendo substituído as correntes, serviram para dominar os doentes mentais particularmente agitados”. THUILLIER, 1996: 476. Sobre o mesmo assunto, Jacques Postel acrescenta : “W. Battie em Inglaterra, W. Cullen na Escócia, P. Pinel e J. B. Pussin em França foram entre os primeiros a substituir as correntes que até aí mantinham os maiores insanos no seu cubículo pelos “coletes de força”, que tornar-se-iam “camisolas” com E. Esquirol e W. Tuke. É na metade do século XIX que R. Gardiner Hill e J. Conolly desaconselham o uso e preconizam o *no-restraint* sistemático”. POSTEL, 2011: 81

<sup>358</sup> QUÉTEL, 2012: 603

a preconizar em Inglaterra o sistema do *no-restraint* e a abolição completa de qualquer meio de contenção.

Em grande medida, tal como explica o autor, este sistema ficou circunscrito a Inglaterra. Contudo, a partir de 1880, Magnan, médico no asilo de Sainte-Anne, tentou introduzi-lo em França, o que provocou grandes dissidências entre os alienistas. Opositor mais célebre da introdução do *no-restraint* neste país foi Voisin, na altura médico na Salpêtrière, que em 1881 apresentava à Sociedade Médico-Psicológica de Paris uma comunicação onde justificava a continuada aplicação do colete-de-forças, uma vez que teria no tratamento da alienação mental “indicações precisas e iniludíveis”. Júlio de Matos adere às observações de Voisin sobre este assunto, que considera “perfeitamente justas e aceitáveis”, acrescentando outras que a “experiência” própria num hospital de alienados lhe tem mostrado.

Segundo Júlio de Matos, o *no-restraint* significava “um excesso contra o antigo sistema repressivo e, como todos os excessos, um erro que a prática tem necessariamente de abandonar”.<sup>359</sup>

#### **4.3. Tratamento profilático da alienação mental**

Segundo Jacques Postel, a teoria da degenerescência, “deslocando a problemática da doença mental para o terreno da hereditariedade (...) deslocou ao mesmo tempo a problemática do tratamento individual para a da profilaxia social”. Em si mesmo, o processo degenerativo, já teria um “remédio eficaz”, uma vez que “conduzia «naturalmente» à esterilidade ao fim de algumas gerações”.<sup>360</sup> A concordância com a existência deste “remédio natural”, que seguia paralelamente ao processo de degenerescência, era claramente expresso por Júlio de Matos em relação à loucura infantil:

Por mais estranho e paradoxal que isto pareça, não é menos verdade que a alienação infantil constitui um processo natural e benéfico de eliminação da loucura. Com efeito, a aparição, numa família, de idiotas infecundos ou ainda de pequenos vesânicos naturalmente votados ao celibato, é um modo de nela exterminar a loucura, cuja força hereditária deixa de transmitir-se. Assim, o espetáculo de uma criança alienada, alarmante

---

<sup>359</sup> MATOS, 1884: 84-92

<sup>360</sup> POSTEL, 2011: 121

para os sentimentos da maioria, indica ao alienista um esforço da natureza no sentido de eliminar uma causa de perturbação e desordem. O progresso realiza-se à custa de lutas, na esfera da biologia como na esfera das sociedades; e essas lutas são atos pelos quais a natureza corrige os próprios defeitos.<sup>361</sup>

Neste âmbito, o papel do médico seria somente o de “ajudar a natureza reduzindo os efeitos das causas predisponentes por regras de higiene (hidroterapia, por exemplo), conselhos pedagógicos (método sensorial) e conselhos eugénicos para “travar a progressão degenerativa”.<sup>362</sup>

Em 1884, em relação aos preceitos que deveriam configurar o tratamento profilático da alienação mental, Júlio de Matos afirmava que, uma vez reconhecida a influência da hereditariedade mórbida como o fator etiológico mais importante na produção da loucura, um dos “primeiros e mais fundamentais” princípios da profilaxia, seria o de “evitar as relações sexuais produtivas entre os descendentes de alienados”. Como esperava o alienista levar este preceito à prática? Nas suas palavras:

Não advogo, como alguns médicos, a proibição legal do casamento em casos tais, porque reputo ilusória essa medida. Ao lado do casamento que a lei pode proibir, estabelece-se necessariamente a concubinação que ela é forçada a tolerar; e o resultado é o mesmo num e noutro caso – a reprodução da loucura. Não devemos, pois dirigir-nos à lei, mas ao médico para que interponha sua autoridade científica no sentido de evidenciar aos interessados os calamitosos efeitos da procriação entre predispostos hereditários. Se não conseguir dos seus clientes a completa abstinência sexual, o médico poderá, pelo menos, dirigi-los de modo a evitar uma reprodução funesta à sociedade; e assim terá, cremos nós, cumprido um dever e prestado à sociedade um serviço.<sup>363</sup>

Em 1911, nos *Elementos de Psiquiatria*, sobre o mesmo assunto, Júlio de Matos reforçava aquela que era a sua convicção trinta anos antes: “A verdadeira profilaxia da alienação mental consiste em *evitar a procriação dos degenerados e predispostos*”. Ao mesmo tempo, continuava a reputar a proibição legal dos casamentos como ineficaz e

---

<sup>361</sup> MATOS, 1884: 294

<sup>362</sup> POSTEL, 2011: 121. Segundo Jacques Postel, “muito rapidamente, em contacto com as teorias de defesa social, o tratamento moral do individuo torna-se a moralização das massas, a profilaxia individual torna-se a despistagem dos degenerados a isolar, os conselhos eugénicos fixam-se em legislações por vezes draconianas indo até à interdição do casamento, mesmo à esterilização”.

<sup>363</sup> MATOS, 1884: 72

como “duplamente ilusória”. Por um lado, segundo o autor, impedir as uniões legítimas dos predispostos “implicaria apenas um acréscimo das ilegítimas, que não são menos fecundas”, por outro, “o perigo a evitar não resulta apenas da loucura manifesta, mas de toda uma série de anomalias psíquicas e somáticas que é sempre fácil encobrir.”<sup>364</sup> Neste âmbito, observamos que a propagação mórbida que se tentava evitar com a reprodução dos alienados, tendia a dilatar-se, já que o perigo nestas uniões já não estava, apenas, na reprodução da “loucura manifesta”, mas também na reprodução de “anomalias psíquicas e somáticas” que podiam passar facilmente despercebidas.<sup>365</sup>

Avaliada a ineficácia dos meios legais para impedir a reprodução dos alienados, Júlio de Matos via no médico o único agente capaz de conseguir a plena consecução deste objetivo, a avaliar pelas seguintes palavras:

O que importa é fazer sentir aos interessados os funestos efeitos da procriação dos predispostos hereditários; e isso só o pode fazer o médico, porque só ele tem autoridade no assunto. A exibição de algumas *árvores genealógicas*, revelando a marcha da hereditariedade progressiva (que os *casamentos consanguíneos* e os de *interesse* não fazem as mais das vezes senão acelerar), pode ser um freio bem mais eficaz à procriação de avariados e predispostos do que toda a sorte de leis proibitivas e restritivas.<sup>366</sup>

No entender de Júlio de Matos, a exposição de árvores genealógicas (fig.1) aos “avariados e predispostos”, em que seria apreciável o processo de degenerescência a galgar por entre várias gerações de uma mesma família, seria mais eficaz do que qualquer lei.

---

<sup>364</sup> MATOS, 1911: 183

<sup>365</sup> Neste ponto, Júlio de Matos remete-nos novamente para o início da sua obra onde analisa a etiologia das doenças mentais, os sinais característicos comuns a todas as formas de alienação, particularmente os caracteres mórbidos a nível psíquico e somático resultantes da influência da hereditariedade. Ao nível somático o alienista nota que “são tardios na fala, na marcha e na dentição” e que “conservam durante muitos anos um *ar infantil* que não permite apreciar-lhes a idade; outros, pelo contrário, apresentam uma *velhice precoce*.”

<sup>366</sup> MATOS, 1911: 183

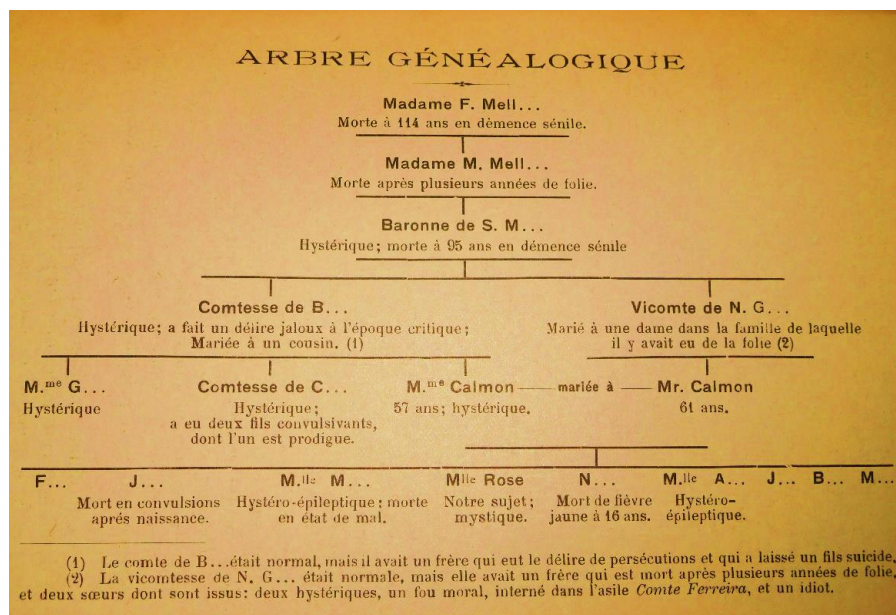


Figura 1. *Arbre Généalogique*. MATOS, 1911: 171

No entanto, comprovada a impossibilidade de estabelecer um diálogo lógico com o alienado, “como se fora um homem são de espírito”, tentando pelo raciocínio demonstrar-lhe a falsidade das suas convicções, uma vez que as suas crenças não seriam um “desvio accidental do entendimento” mas sim o “sintoma de uma doença orgânica ou funcional do cérebro”, dada a implacabilidade da hereditariedade mórbida, opinião claramente expressa pelo alienista desde 1884, agudizam-se, em nosso entender, as ambiguidades do tratamento profilático preconizado por Júlio de Matos. Neste âmbito, como “evidenciar aos interessados os calamitosos efeitos da procriação entre predispostos hereditários”? Como esperava Júlio de Matos, “evidenciar” e “dirigir” os alienados, ações que pressupõem que o médico reconheça alguma capacidade de discernimento e a possibilidade de uma comunicabilidade racional e persuasiva com o louco ou candidato a sê-lo, se o próprio reconhece no alienado um indivíduo desprovido de razão e com o qual não podia existir diálogo possível?

A direção intelectual dos predispostos era também uma medida necessária no tratamento profilático da alienação mental. Com efeito, desde 1884 – observação que se mantém até 1911 – que Júlio de Matos, convicto da “influência nociva de uma educação viciosa no desenvolvimento dos germes latentes da alienação mental” prescrevia, que a “direção dos predispostos” fosse vigiada com “particular cuidado” na infância e na juventude. Neste âmbito, o alienista preceituava que, no domínio intelectual, seria conveniente “proporcionar cuidadosamente o estudo à capacidade dos predispostos”, uma vez que estes seriam “fracos de espírito ou, pelo menos, dotados, (...) de aptidões limitadas e exclusivas”. Fazer corresponder a intensidade do estudo às capacidades intelectuais dos predispostos seria além disso importante, uma vez que “as dificuldades



do estudo despertam neles a consciência da inferioridade mental, emoção deprimente dos piores efeitos”.<sup>367</sup>

Da mesma forma, sob o ponto de vista profissional, seria importante encaminhar os predispostos para profissões cuja atividade estaria mais de acordo com as suas capacidades intelectuais e afetivas. Neste âmbito, Júlio de Matos afirmava que não se devia perder de vista o preceito de Calmeil:

(...) aos predispostos não convêm as carreiras que expõem às lutas da ambição, às vicissitudes e às decepções de fortuna, nem as profissões que reclamam uma incessante atividade das faculdades intelectuais.

Neste âmbito, aos predispostos, seriam:

(...) eminentemente apropriados e convenientes os empregos públicos que «sem reclamarem uma grande atividade nas concepções, os ponham, contudo, ao abrigo de embaraços e necessidades».<sup>368</sup>

Em 1911, em *Elementos de Psiquiatria*, Júlio de Matos asseverava os benefícios do sistema de isolamento no tratamento da alienação mental, sob o ponto de vista da segurança e da profilaxia, “no duplo sentido de impedir a *procriação* do louco e de evitar o possível *contágio* do seu delírio”.<sup>369</sup>

#### **4.4. “Proteger e aliviar a maior das desventuras humanas”**

A atividade enquanto médico-adjunto e diretor do Hospital Conde Ferreira possibilitou a Júlio de Matos um contacto ímpar com a complexidade da patologia mental, bem como as necessidades específicas de que careciam estes doentes. Grande parte do trabalho pedagógico, clínico e assistencial deste alienista realizou-se no decurso da atividade médica desenvolvida neste hospital.

Se Teófilo Braga foi o mestre espiritual de Júlio de Matos, iniciando-o nos caminhos da filosofia positivista, António Maria de Senna, primeiro diretor do Hospital de Alienados do Conde Ferreira, foi o seu mestre “clínico”. Foi com ele, tal como nota

---

<sup>367</sup> MATOS, 1884: 73

<sup>368</sup> MATOS, 1884: 73-74

<sup>369</sup> MATOS, 1911: 185-186

Barahona Fernandes, que Júlio de Matos alcançou uma tão larga visão dos problemas e das necessidades assistenciais que careciam os alienados em Portugal<sup>370</sup>.

Aquando da publicação do *Manual das Doenças Mentais*, publicado em 1884, Júlio de Matos estaria já bastante familiarizado com as especificidades e dificuldades, quer do serviço médico quer ao nível assistencial dos alienados, como aliás sublinha no prefácio à obra.<sup>371</sup> Como aponta Claude Quézel<sup>372</sup>, António Maria de Sena<sup>373</sup> é autor de uma importante obra sobre *Os Alienados em Portugal*, que trata da assistência pública e privada entre o período que precede a abertura do Rilhafolles em Lisboa até 1883. Mais tarde, em 1887, com o auxílio do seu médico adjunto no Hospital Conde Ferreira, Júlio de Matos, e juntamente com J. Urbano, L. Peixoto e Magalhães Lemos, publica o *Relatório do Serviço Médico e Administrativo do Hospital Conde Ferreira relativo ao primeiro biénio (1883-1885)*, apresentado ao Ministro do Reino, e que leva à promulgação da lei de 1889 (Lei Senna), a primeira legislação portuguesa relativa aos estabelecimentos destinados a doentes mentais. Consideramos que este *Relatório*, o primeiro feito com base na observação direta das dificuldades que envolviam a alienação mental, alertaram Júlio de Matos, na altura médico adjunto de António Maria de Sena, para as importantes questões sobre a proteção e assistência aos alienados, dimensão importante na obra matosiana. Em primeiro lugar, analisaremos este *Relatório*, que se reporta ao primeiro biénio de funcionamento do Hospital Conde de Ferreira no Porto, e teremos em conta os alertas e as dificuldades que este grupo de médicos diagnosticou no tratamento da alienação mental, de modo a seguirmos a formação e a evolução do pensamento de Júlio de Matos relativamente a estas questões.

Com este relatório, António Maria de Sena, pretende chamar a atenção do Governo para “um facto social de uma importância culminante”, que é a alienação mental, no sentido de estudar legislação apropriada que ajude a atenuar os prejuízos da existência e propagação desta doença, bem como no intuito de “proteger e aliviar a maior das desventuras humanas.” Neste projeto, o papel dos médicos, aqueles que lidavam

---

<sup>370</sup> FERNANDES, 1958: 74

<sup>371</sup> Júlio de Matos realça que o *Manual das Doenças Mentais* é o resultado da “leitura de alguns anos, fertilizada nos últimos tempos pela prática diária e exclusiva dos alienados num hospital populoso”.

<sup>372</sup> Quézel, Claude e Jacques Postel – Nouvelle histoire de la psychiatrie. Paris : Dunod, 2012, p. 601

<sup>373</sup> Como aponta Claude Quézel, António Maria de Sena é autor de relatórios sobre os principais estabelecimentos psiquiátricos de Paris (Charenton), Viena e Munique. Em Paris frequenta os cursos de Ranvier, Brown-Séquard (Collège de France), Charcot; em Zurique os de Huguenin. Em Munique visita o doutor Gudden e em Viena o doutor Anton Haller. O *Relatório de Uma Viagem Científica* é o resultado deste importante empreendimento.

diariamente com os “quadros de miséria que tal doença produz”, e que pela investigação dos antecedentes e do meio em que o alienado se inseria “descobrem as raízes sociais de tal infortúnio”, revelam-se auxiliares importantes ao poder político que podem e devem, com a exposição de elementos diretivos como é o *Relatório*, dirigir o estudo e a aplicação de medidas legislativas adequadas para combater um “facto social grave e inextinguível”.<sup>374</sup>

Júlio de Matos estaria, naturalmente, a par de todas estas questões tratadas no *Relatório*. Segundo Claude Quétel, assim como António Maria de Sena foi o instigador da lei de 17 de agosto de 1889, a ação reformadora de Júlio de Matos levará à promulgação da lei de 3 de abril de 1896, promulgada no seguimento dos trabalhos dos Conselhos Médico-Legais de Lisboa, Porto e Coimbra, e que fala sobre a importante questão da inimputabilidade dos alienados.<sup>375</sup>

Artigo 1º. Quando em juízo se dê participação de algum facto que a lei qualifique de crime ou delito cometido por individuo alienado, ou suposto alienado, deverá logo o juiz ordenar *ex officio* exame médico para que se averigue e julgue se o agente é suscetível de imputação, na conformidade das disposições da legislação penal. Quando o juiz não ordene *ex officio* o mencionado exame, deverá este fazer-se logo que o requeiram o ministério público ou algum ascendente, descendente ou conjugue do indigitado criminoso.

Artigo 2º. Deverá proceder-se também a exame médico-legal, quando for praticado algum crime ou delito que, pela sua natureza e circunstâncias especiais, ou pelas condições do agente, possa justificar a suspeita ou presunção de que este procedera em estado de alienação mental; e bem assim quando esta seja invocada para explicação do facto e defesa do seu autor por este, ou por qualquer das pessoas designadas no parágrafo antecedente.

(...)

Artigo 7º. O exame nos estabelecimentos de alienados será ultimado dentro do prazo de dois meses; este prazo, porém, deverá ser prorrogado se houver suspeita de simulação de loucura, ou necessidade justificada de uma mais longa observação.

1º. O diretor do estabelecimento de alienados exporá ao juiz os motivos pelos quais julgue necessária a prorrogação do prazo, que, só em caso muito excecional e devidamente justificado, poderá ir além de seis meses.

---

<sup>374</sup> RELATÓRIO, 1887 : IX

<sup>375</sup> QUÉTEL, 2012: 603

2º. Concluído o exame, os peritos prestarão as suas declarações, as quais ficaram consignadas no respetivo auto.

Artigo 8º. Aos peritos deverão ser prestados os esclarecimentos e informações que requisitarem, quer a respeito do facto criminoso e suas circunstâncias, quer a respeito do seu autor. Se, para a execução deste artigo, for preciso proceder a algum inquérito, formar-se-á um processo especial que será apenso ao auto de exame.

(...)

Artigo 11º. Os peritos deverão declarar se o indivíduo examinado padece de loucura permanente ou transitória, e se praticou o facto sob a influência daquele padecimento, estando privado da consciência dos próprios atos, ou inibido do livre exercício da sua vontade.

Artigo 12º. Se no decurso da instrução de algum processo o indiciado der manifestações de loucura, comprovadas pelo exame médico, será suspensa a acusação até que tenha recuperado o uso normal das suas faculdades mentais. Havendo motivos para supor que a loucura era preexistente á prática do delito, ou consequência accidental de alguma moléstia do sistema nervoso, e, que, num ou noutro caso, podia ter determinado a ação criminosa ou influído na culpabilidade do indiciado, proceder-se-á a exame médico-legal nos termos e para os efeitos da presente lei.

#### **4.5. O Decreto de 1911**

Júlio de Matos é responsável pela lei da *Assistência aos Alienados*, promulgada a 13 de Maio de 1911 pelo Governo Provisório. Como veremos mais à frente, esta lei suscitará uma forte polémica, tanto por parte da Santa Casa da Misericórdia do Porto, como por cidadãos que a consideravam um atentado às liberdades individuais.

No preâmbulo da lei, Júlio de Matos faz o diagnóstico da situação dos alienados em Portugal, a começar pela contestação dos resultados do último censo à população portuguesa que davam conta da existência de 6600 alienados:

Há, porém, sobejas razões para crer que este número está muito aquém da verdade. Uma estatística feita em 1883 pelo professor António Maria de Sena e publicada n’*Os alienados em Portugal*, denunciava então, apesar de confessadamente incompleta, 8000 loucos. Ora, tendo-se tornado a vida portuguesa indiscutivelmente mais difícil e penosa, nos últimos 28 anos, não é de modo nenhum provável que aquele número baixasse; ao contrário, deve supor-se que os doentes apurados em 1883, vivendo em

liberdade e reproduzindo-se, ao menos em parte, tenham dado origem, mercê das inflexíveis leis da hereditariedade mórbida, a um número considerável de novos alienados. Por outro lado, o alcoolismo, que há 28 anos era ainda entre nós uma intoxicação muito rara, tem-se, desde então, acentuado progressivamente.

Desde os resultados apresentados por António Maria de Sena em 1883, que davam conta da existência de 8000 alienados em Portugal, até ao ponto atual da situação, decorridos 28 anos, Júlio de Matos, além de desacreditar o número apresentado, considera ainda que os valores respeitantes a esta patologia progrediram, pela agudização das condições de vida em Portugal, bem como pela reprodução funesta dos alienados e predispostos que viviam em liberdade, bem como pela maior incidência de casos de alcoolismo na população portuguesa. Contudo, mesmo que o número real de alienados em Portugal fosse de 6600 indivíduos, Portugal não deixaria de representar, em matéria de assistência, “um deplorável e vergonhoso papel”, já que o país estaria apenas a assistir 1200 doentes, uma “quinta parte dos seus alienados”, repartidos pelos hospitais de Rilhafoles e pelo Conde de Ferreira, deixando “as quatro restantes”, ao “abandono”, como causa, segundo o autor, de “crimes inconscientes, de sobressaltos sociais e de progressiva degenerescência da raça”.

António Maria de Sena, que teve um papel relevante na promulgação da lei de 1889, que ficou conhecida como a “lei Sena”, sensível a esta realidade, projetava na altura a construção de quatro novos manicómios e enfermarias anexas às penitenciárias, infraestruturas que seriam sustentadas com as receitas que previa arrecadar com a criação do fundo de beneficência pública a favor dos alienados, através da aplicação de um imposto especial de selo sobre documentos relativos aos casamentos entre consanguíneos, diplomas de títulos nobiliários, licenças para casa de penhores, etc. Contudo, a julgar pelas palavras de Júlio de Matos, a lei não teve “um começo, ao menos uma execução”, ainda que tivessem sido arrecadadas as receitas “numerosas e abundantes”, que o decreto acima previa. Júlio de Matos atribui o fracasso da implementação destas medidas e o desvio das verbas destinadas à assistência dos alienados (Miguel Bombarda teria calculado, em 1909, que essas receitas ultrapassariam 1.465:000\$000 reis), à “voragem do extinto regime”, ou seja, ao governo da Monarquia Constitucional. Assim, no intuito de reparar a “monstruosidade” perpetrada pela monarquia, que teria prejudicado a eficaz implementação destas medidas legislativas para a assistência dos alienados, o presente decreto do Governo Provisório, projeta a criação de sete novos

manicómios e dez colónias agrícolas, ao mesmo tempo que lança as bases da regulamentação técnica e administrativa deste “abandonado serviço público”.

Mas, quando mesmo supuséssemos exata a cifra de 6600 alienados no território português, nós não deixaríamos de representar em matéria de assistência, um deplorável e vergonhoso papel. De facto, recolhendo os manicómios de Lisboa e Porto 1200 doentes apenas, Portugal hospitalizaria menos de uma quinta parte dos seus alienados, deixando as quatro restantes, ao abandono, como causa de crimes inconscientes, de sobressaltos sociais e de progressiva degenerescência da raça. Este facto é sem precedentes, na história da civilização moderna.

E, infelizmente, porque a cifra de 6600 alienados não exprime, talvez, senão três quartas partes da realidade, mais sombrio é ainda o quadro da nossa miséria.

Sentindo vivamente esta degradante situação, conseguiu o prof. António Maria de Sena, primeiro diretor do Manicómio do Conde Ferreira, fazer aprovar no parlamento, em 1889, uma lei pela qual o governo ficava autorizado à construção de quatro novos manicómios e de enfermarias especiais anexas às penitenciárias. Essa lei, porém, não teve, durante os vinte e dois anos que decorreram sobre ela, um começo, ao menos uma execução, conquanto integralmente fossem cobradas as receitas, numerosas e abundantes, que criou para as novas edificações.

O prof. Miguel Bombarda, diretor do manicómio de Rilhafolles, calculou em 1909, sobre alguns dados oficiais, que essas receitas deviam exceder então 1.465:000\$000 reis. Tudo se sumiu, na voragem do extinto regime!

É preciso reparar a monstruosidade que a monarquia nos legou. A isso tende este decreto, que autoriza o governo da república a edificar sete novos manicómios e a criar dez colónias agrícolas, para assistência de alienados incuráveis e válidos, ao mesmo tempo que regula técnica e administrativamente este abandonado serviço público.

No primeiro capítulo explicitam-se os instrumentos públicos de assistência – manicómios e colónias agrícolas – e o modo como estes se organizam administrativamente no território nacional, bem como as competências de cada um. Os manicómios seriam assim repartidos por quatro categorias. Os primeiros seriam “manicómios de ensino” anexados pedagogicamente às Faculdades de medicina de Lisboa, Porto e Coimbra, e dependentes destas, destinados a casos recentes, a alienados curáveis ou que necessitem de um “tratamento ativo”, e para todos os casos que oferecessem “um grande interesse pedagógico”. Relativamente aos manicómios de

primeira categoria, Júlio de Matos esclarece a excecionalidade da separação das funções técnicas das administrativas relativamente ao cargo de médico-diretor, a “chave de todos os serviços”, uma vez que “o lugar de diretor, devendo ser exercido nestes manicómios pelo professor de psiquiatria da faculdade respetiva, implica um absorvente trabalho científico”. A exceção feita aos manicómios de ensino justifica-se assim pela “impossibilidade absoluta, para um só homem, quaisquer que sejam a sua atividade e os seus talentos, de acumular as complexas funções de administração de um grande hospital com as exigidas pela chefatura de um largo serviço clínico e pela regência de um curso superior”. Assim, as funções administrativas seriam da competência de um “empregado especial responsável”, que se subordinava “ao médico-diretor na organização dos orçamentos e na iniciativa de tudo quanto representa um melhoramento de assistência e de ensino”. Os segundos seriam “manicómios regionais”, recebendo indiferentemente todos os casos de alienação mental, curáveis ou incuráveis.

Os terceiros, “manicómios criminais”, admitiriam “delinquentes julgados irresponsáveis”, por motivo de alienação mental, mas também os criminosos que enlouqueciam durante o cumprimento da pena. A admissão nos manicómios criminais dependia também da “temibilidade” dos doentes já que, segundo Júlio de Matos, “muitos alienados podem praticar crimes, sem que por isso devam diferenciar-se de outros da mesma classe nosológica, internados sem desvantagem em manicómios comuns”. Alguns crimes praticados por alienados não representariam senão “episódios ou incidentes furtivos da evolução psicopática”. Estes, os “loucos de criminalidade accidental ou furtiva, verdadeiros *doentes*, na aceção restrita deste termo, estão bem dentro de qualquer manicómio, porque nada na sua psicologia, nos seus costumes ou nas suas tendências, os distingue dos seus congêneres, que, todavia, não delinquiram”. Contudo, existiam alienados, “de uma especial temibilidade”, cujos crimes não eram simples acidentes mas sim “uma manifestação indeclinável da sua própria organização, constitucionalmente anómala”, onde se inseriam os “loucos morais, os epiléticos, os perseguidos-perseguidores e os impulsivos”, nas palavras do alienista, “mais degenerados que doentes, mais produto da hereditariedade que das influências do meio”. A estes convinha por isso, o “isolamento perpétuo”, ou indefinido nestes “manicómios especiais”, onde estariam asseguradas tanto as condições hospitalares como de segurança e de regime interno, imprescindíveis para este tipo de alienados.<sup>376</sup>

---

<sup>376</sup> Sobre este assunto, esclarece Júlio de Matos, «Ao passo que os primeiros com propriedade, se chamam *alienados-criminosos*, os segundos merecem antes a designação de *criminosos alienados*, tanto as

Na quarta categoria inscrevem-se os “manicómios asilos”, destinados a “insuficientes e deficientes de espírito”, tanto adultos como crianças. Estes manicómios terão anexos “institutos médico-pedagógicos”, que têm como missão, “à maneira do que se faz nos países cultos”, a educação dos menores ao nível físico, intelectual e ético.

As colónias agrícolas apresentam para Júlio de Matos, “um meio de assistência duplamente vantajoso”, por ser mais barato que a hospitalização em regime fechado e porque se aproveita a força produtiva dos alienados na persecução de uma vida mais “higiénica e mais variada”, ainda para mais num país como em Portugal em que a grande massa dos alienados assistidos provinham da classe agrícola, segundo o autor. Prevvia-se assim, a criação de 10 colónias agrícolas, distribuídas pelo continente e ilhas, de modo a assistir estes doentes que viviam “desocupados e nostálgicos do ar do campo” ou que vagueavam pelas aldeias e vilas sendo causa de perturbação social, “cometendo delitos e perpetuando-se em novos exemplares de loucura.”<sup>377</sup>

## Capítulo I

### Instrumentos públicos de assistência

#### (Manicómios e colónias agrícolas)

Artigo 1º. A fim de assistir os alienados portugueses ou habitando o território de Portugal, criar-se-ão, à medida que o permitam os recursos do tesouro, sete manicómios e dez colónias agrícolas.

§ 1º. Os manicómios são de quatro categorias:

1º. Manicómios de ensino (clínicas psiquiátricas), anexadas pedagogicamente às Faculdades de medicina de Lisboa, Porto e Coimbra, e destinados sobretudo a casos recentes, agudos e reclamando um ativo tratamento ou sendo, por qualquer título, de interesse para o ensino;

---

tendências ao delito e a perversão moral desempenham nas suas psicopatias um papel dominante e primacial. Frequentemente lúcidos, assassinos ou ladrões instintivos, dotados de grande sociabilidade e sempre animados de um ardente espírito de revolta, estes alienados constituem um perpétuo motivo de inquietação, de perigo e de alarme nos manicómios comuns, cuja disciplina constantemente perturbam. A tais degenerados compete o isolamento perpétuo ou, pelo menos, indefinido em manicómios especiais, funcionando, ao mesmo tempo, como casas hospitalares, pela assistência médica, e como cárceres pelas condições de segurança e de regime interno, necessariamente mais severas que as exigidas pela grande maioria dos loucos».

<sup>377</sup> Neste ponto, Júlio de Matos esclarece que o presente decreto não fala das colónias familiares, que em países como a Bélgica, Escócia, Holanda e Alemanha, “constituem poderosos instrumentos de assistência aos alienados”, uma vez que se não decretam instituições deste género, “produtos espontâneos das necessidades locais e do carácter tradicional de cada povo”, mas reconhece o *privat-dwelling system* praticado entre os escoceses, quando as administrações dos manicómios aceitam entregar alienados incuráveis e inofensivos a famílias que estejam dispostos a recebe-los, como “uma possível instituição” a criar no futuro.



2º. Manicómios regionais, recebendo indistintamente casos recentes e antigos, agudos e crónicos;

3º Manicómios criminais, exclusivamente destinados a delinquentes;

4º. Manicómios asilos, recebendo dementes, idiotas, imbecis e débeis mentais.

§ 2º. Todos estes manicómios são mistos ou destinados aos dois sexos, com exceção dos criminais

§3º. Todos estes manicómios recebem indigentes e pensionistas, cujas classes serão determinadas em regulamentos.

§4º. Nos manicómios de primeira categoria haverá uma consulta externa sobre doenças mentais e nervosas, pelos médico-diretores, seus adjuntos e assistentes. Esta consulta, gratuita para os pobres, não dá todavia, direito a medicamentos ou a escolha de médicos.

Artigo 2º. São manicómios de 1ª categoria: 1 em Lisboa, de 800 leitos (400 homens e 400 mulheres) e 1 em Coimbra de 300 leitos (150 homens e 150 mulheres).

São manicómios de 2ª categoria: 1 em São Miguel e 1 no Funchal de 300 leitos cada um (150 homens e 150 mulheres).

São manicómios de 3ª categoria: 1 em Lisboa, de 300 leitos para homens e 1 no Porto de 150 leitos para mulheres.

São manicómios de 4ª categoria: 1 no Porto, de 300 leitos (150 homens e 150 mulheres) e 1 em Coimbra, de 100 leitos (50 homens e 50 mulheres).

§ 1º. O hospital de alienados do Conde de Ferreira, de 550 leitos, que tomará o nome de Manicómio do Conde de Ferreira, pertence à primeira categoria e fica subordinado às disposições deste decreto, exceto no que respeita à sua direta e imediata administração, a cargo da Misericórdia do Porto, por determinação do seu instituidor.

§ 2º. O hospital de Rilhafolles, que tomará o nome de Manicómio Bombarda, ficará, uma vez construído manicómio de ensino, pertencendo à 4ª categoria, com 500 leitos. Até então funcionará como manicómio de 1ª categoria, com a população máxima de 700 alienados.

§ 3º. O manicómio recentemente criado junto da Faculdade de medicina de Coimbra, que tomará a designação de Manicómio Sena, é considerado de primeira categoria, com a população máxima de 300 doentes.

§ 4º. Todos os manicómios de 1ª e 2ª categoria terão pavilhões destinados ao isolamento de doentes afetados de moléstias contagiosas e à observação de criminosos suspeitos de loucura.

Artigo 3º. As colónias agrícolas, destinadas exclusivamente a homens (uma em cada província do continente, uma na Madeira e uma nos Açores) são de uma só categoria

e de análogo tipo, formadas por terrenos de cultura, em que se ergam pavilhões para domicílios dos doentes e um edifício central destinado à habitação do pessoal superior, aos serviços de administração e a enfermaria destinada a doentes que ofereçam episódios delirantes ou doenças intercorrentes.

Como ficou patente no primeiro capítulo deste decreto, o Hospital Conde de Ferreira inserir-se-ia na primeira categoria de manicómios, os “manicómios de ensino” (clínicas psiquiátricas), que seria anexado pedagogicamente à recém-criada Faculdade de Medicina do Porto, e dependente desta, destinado a casos recentes, a alienados curáveis ou que necessitassem de um “tratamento ativo”, e para todos os casos que oferecessem um “grande interesse pedagógico”. Esta resolução implica a necessidade de disposições transitórias que, segundo Júlio de Matos, “facilmente se explicam”:

Esse hospital funcionou sempre como instrumento público de assistência aos alienados, por isso que, desde a sua instituição, se subordinou a regulamentos aprovados pelo governo. Somente o seu pessoal médico foi até hoje da escolha das mesas da Misericórdia, administradoras do hospital, o que constitui uma injustificável anomalia, porque se não compreende que a competência de médicos alienistas seja avaliada por indivíduos estranhos à profissão médica. Desse pessoal têm de ser julgados pela Faculdade de medicina o diretor, o adjunto e os ajudantes que no manicómio desempenham um papel dominante; a nomeação tem de ser aqui, como em todos os países cultos o é, atribuição do ministro do Interior, por cuja pasta correm os negócios de assistência pública. Não é isto atacar a autonomia da Misericórdia do Porto, mas acabar com um estado de anómalo de coisas, que ela deve, mais do que ninguém, desejar ver terminado. Assim, abrir o hospital ao ensino da psiquiatria, colocar nele como diretor e catedrático desta cadeira e dar-lhe por adjunto um médico professor de competência, averiguada em concurso por provas públicas, é certamente, conceder a esse estabelecimento de tão gloriosas tradições o lugar que lhe compete e a que tem direito, entre as futuras clínicas psiquiátricas do país.

Segundo Luís de Pina, o contributo de Júlio de Matos na consecução desta lei “valeu-lhe a profunda aversão da Santa Casa”, o que teria determinado a sua mudança para Lisboa, para ocupar o lugar de diretor do Hospital de Rilhafol e a cadeira de Psiquiatria na Faculdade de Medicina da capital. A julgar pelas cartas que Luís de Pina cita, Júlio de Matos partiu do Porto bastante ressentido pela maneira como teria sido

tratado pela Santa Casa da Misericórdia do Porto, bem como pelos cidadãos. Numa carta à irmã, do ano de 1911, escreve o alienista: “Nunca pensei abandonar a nossa terra; mas a vida aí...tinha-se-me tornado insustentável”, mercê, segundo Luís de Pina, de atitudes perpetradas pela Santa Casa.

## Capítulo 5. Antipsiquiatria em Portugal?

Segundo Frédéric Gros, a noção de “antipsiquiatria” pode ser entendida em dois sentidos muito distintos. Num ponto de vista mais abrangente, a antipsiquiatria designa-se como “um movimento de contestação da psiquiatria clássica (ou «alienismo») tal como se constituiu a partir do séc. XIX, como ciência de um diagnóstico cujo sentido seria excluir uma marginalidade desviante, dispondo de um meio terapêutico (o asilo), meio disciplinar fechado e produzindo a cronicidade dos sintomas”. Num sentido mais restrito, designa uma “corrente histórica e singular de contestação inglesa, animada por D. Cooper, R. D. Laing e A. Esterson, os quais, levam mais além a alternativa entre uma psiquiatria repressiva e uma psiquiatria humanista, recusando pensar o louco como doente e a relação construída com ele como curadora”.<sup>378</sup>

No que concerne à realidade portuguesa não dispomos de elementos suficientes até à presente etapa desta investigação que nos permitam perceber uma continuidade histórica de contestação ao alienismo e ao sistema asilar em Portugal. No entanto, a julgar pelas palavras de Alberto da Cunha Dias, cuja história apresentaremos neste capítulo, seriam várias as mais vozes que se manifestariam na imprensa em contestação ao decreto de 11 de Maio de 1911 elaborado por Júlio de Matos, entre as quais a de Rocha Saraiva, Abel de Andrade, Abranches Ferrão, Fernando Emídio da Silva e ainda, bem como discursos proferidos na Sessão da Câmara dos Deputados, a 18 de Maio de 1917, por Joaquim de Oliveira e Brito Camacho.

Neste capítulo, analisamos sumariamente, casos mediáticos na vida social portuguesa dos inícios do séc. XX e que envolveram diretamente Júlio de Matos: os casos de Alberto da Cunha Dias e o de Maria Adelaide da Cunha Coelho, ambos internados com o diagnóstico de *loucura lúcida*, atestada pelo alienista em conjunto com outros médicos. Categoria nosológica ambígua, em que a lucidez coexistia com a loucura, onde

---

<sup>378</sup> LECOURT, 2004: 72

a nosso ver, transparece mais um julgamento moral que um diagnóstico médico, era, todavia, devidamente fundamentada para Júlio de Matos.

Em 1884, no *Manual das Doenças Mentais*, o alienista exprime a concordância com a definição avançada por Maudsley:

É facto digno da maior atenção que todos os homens eminentes da prática da loucura e de incontestada autoridade estão de acordo sobre a existência de uma forma de alienação mental em que, na ausência de alucinações, de ilusões, de *delírio* (a palavra é aqui tomada no sentido ordinário de *concepções delirantes*) os sintomas indicam uma perversão das faculdades mentais que, de ordinário, se chamam faculdades ativas e morais ou que se classificam na categoria dos sentimentos e da vontade, isto é, os afetos, as inclinações, o temperamento, os hábitos e a conduta.<sup>379</sup>

Neste âmbito, quais eram os sintomas desta patologia? Na análise do alienista, o *louco lúcido*, também chamado de *louco moral*, apresentava os seguintes caracteres mórbidos: “perversão do sentimento de personalidade”, “insensibilidade em face das leis morais”, “estreito egoísmo”, “singularidade de carácter e estranheza de conduta”, “excentricidade do comportamento”, “devassidão”, “desordens de conduta”. Mas era sobretudo nas relações sociais que mais facilmente se reconhecia esta alienação. Com efeito, segundo o alienista:

O regime social é governado por leis morais; a *insensibilidade* deste ser em face de tais leis, coloca-o praticamente fora do *domínio social*. (...) É sobretudo na degeneração dos sentimentos sociais que os sintomas da loucura moral se manifestam.<sup>380</sup>

O que é que o alienista entendia por “perversão do sentimento de personalidade”? Em que medida um “estreito egoísmo” ou a “excentricidade do comportamento” constituíam indícios de alienação? Que leis morais e sociais eram essas que o louco lúcido desprezava? Enfim, todo um conjunto de questões que gostaríamos de ver respondidas em trabalhos posteriores.

---

<sup>379</sup> MATOS, 1884: 286-287

<sup>380</sup> MATOS, 1884: 288

Em *Elementos de Psiquiatria* (1911), num contexto fortemente influenciado pela teoria do *criminoso-nato*, elaborada pelo antropólogo criminal italiano Cesare Lombroso<sup>381</sup>, a *loucura moral* era da seguinte maneira definida por Júlio de Matos:

É uma situação degenerativa caracterizada pela ausência ou perversão dos sentimentos de piedade e de probidade, que na sua forma elementar constituem o mínimo de senso moral indispensável à vida coletiva.<sup>382</sup>

Sabemos existirem desde cedo, nomeadamente desde a abertura do Hospital Conde de Ferreira no Porto, em 1883, situações que indiciam a existência de possíveis internamentos arbitrários, a julgar pelas apreciações de António Maria de Sena, primeiro diretor da instituição.

Como explica este médico, no capítulo referente aos meios assistenciais, o Código Civil português previa a *interdição* e o regime tutelar como meios legais de proteger os alienados e a sua propriedade. No *Relatório*, referente ao primeiro biénio de funcionamento do Hospital Conde de Ferreira, António Maria de Sena avaliava o alcance destas medidas na assistência a estes doentes, concluindo pela negativa que “Os que acreditarem na eficácia daqueles meios suspenderão, decerto, o seu juízo em face do que vou referir”. Segundo este médico:

Dos 474 alienados recolhidos (abatidas as readmissões, simulação e alienação não verificada) entraram já *interditos* 19, e 4 foram julgados *interditos* depois de estarem no hospital. Foram, pois, ao todo 23 os que ficaram sob a proteção da tutela preceituada nos artigos do título X, parte I, do Código Civil. A percentagem dos *interditos* na população estudada neste relatório é, portanto, inferior a 5% ficando mais de 95% sem aquela proteção para sua pessoa e bens.<sup>383</sup>

---

<sup>381</sup> LOMBROSO, Cesare (Verone, 1835 – Turin, 1909): “Criminologista italiano. Sustenta a sua tese de medicina sobre o *Cretinismo na Lombardia*. Responsável por um curso de doenças mentais na universidade de Pavia em 1862, é nomeado diretor do hospital psiquiátrico de Pesaro em 1871 e enfim professor de psiquiatria em Turim em 1896. Para Lombroso, o criminoso é antes de tudo um doente em que a hereditariedade joga um papel capital na delinquência e diminui a sua responsabilidade. Durante anos Lombroso recolherá documentos sobre os criminosos, acumulando os objetos, os desenhos, os graffiti e indo até moldar a cabeça de supliciados. O conjunto dos seus arquivos está depositado no museu de psiquiatria do Instituto de medicina legal de Turin onde se encontra igualmente num boião a cabeça de Lombroso que exigiu que o seu cadáver fosse entregue à dissecação. Lombroso propôs uma classificação dos criminosos em «criminosos natos», «criminosos loucos», «criminosos de ocasião», «criminosos de hábito» e «criminosos passionais». THUILLIER, 1996: 609

<sup>382</sup> MATOS, 1911: 530-531

<sup>383</sup> RELATÓRIO, 1887: 124

Das razões que levaram à interdição destes 23 doentes, afirma claramente António Maria de Sena que era “fácil de conhecer que foi, em geral, o interesse de terceiro”, uma vez que dos 23 indivíduos interditos, “10 eram ricos, 5 remediados e 8 indigentes, e na maioria dos casos foram parentes interessados na administração e conservação dos bens do alienado que requereram a interdição.”<sup>384</sup> Não obstante o legislador conceder aos *interditos* um tutor, produtor, conselho de família e inspeção do tribunal judicial, o meio legal de *interdição*, tal como se praticaria em Portugal, no parecer de António Maria de Sena “serve de garantia, principalmente, aos interesses da família do alienado”, sistema que na realidade protegia de maneira insuficiente o doente e os seus bens.

Quais as razões e os procedimentos legais que levavam à interdição de um indivíduo na viragem do século? Quem o requeria, quem o decretava? Além destas interrogações, o que é facto, é que estes indivíduos interditos, tidos como incapazes de administrar a sua pessoa e os seus bens, estavam objetivamente internados num asilo, cuja situação estaria justificada por um diagnóstico médico de loucura. Se o regime de interdição servia principalmente “os interesses da família dos alienados”, qual era o papel dos alienistas e do sistema asilar nestas circunstâncias? Serão completamente despiciendas as “teorias e afirmações que chocam o senso comum”, nas palavras de Júlio de Matos, quando os alienados, conjecturavam que:

(...) uma perturbação do estômago não é efeito de um excesso na alimentação, mas o resultado da ação de um veneno propinado por um enfermeiro pago para isso pelos médicos, a seu turno conluiados com inimigos poderosos do doente; o sono prolongado não é efeito da agitação, mas de narcóticos mandados ministrar em altas doses pelo

---

<sup>384</sup> A este propósito, relatava António Maria de Sena: “Um doente bastante rico foi julgado *interdito* na comarca de Coimbra, e pelo conselho de família foi determinado coloca-lo neste hospital. O tutor, primo do *interdito*, mas irmão de um genro, entrega a um polícia vestido à paisana uma cópia da sentença e manda apresentar o doente à porta do hospital, sem que pessoa alguma requeresse a admissão e acompanhasse o doente. Vinha vestido de bobo, roto e sujo como um mendigo! Faltando os documentos essenciais para admiti-lo, não pude aceitá-lo, tendo o polícia de conduzi-lo ao comissariado geral de polícia, que o remeteu depois *ex-officio*. Há de notável, no processo de interdição deste doente, que o delegado do procurador régio da comarca, em que foi julgada a interdição, se opôs à nomeação do tutor com o fundamento de ser irmão de um genro do doente. Mas o voto da maioria do conselho de família, preparado pelos interessados, prevaleceu, mostrando-se logo no primeiro ato que o tutor o era principalmente dos bens”. Outro caso relatado pelo autor é o seguinte: “Um outro *interdito* foi mandado para este hospital pelo governador civil do distrito de Viana, e só muito tarde se soube que o alienado era um *interdito*, e que era seu tutor um irmão. Este estava de posse dos bens do *interdito*, e ocultava-se para não pagar a despesa do hospital, tendo sido necessário que a administração desta casa o mandasse executar”. RELATÓRIO, 1887: 125

assistente, apostado em embrutecer o doente e a torná-lo alienado para dispor da sua fortuna, etc.<sup>385</sup>

### 5.1. O caso Alberto da Cunha Dias

*Há 60 anos, ou mais, que ele anda cá fora, há trinta, pelo menos, que anda a fazer asneiras.*

*Basta!*<sup>386</sup>

Júlio de Matos foi o principal responsável pela lei da *Assistência aos Alienados*, promulgada a 13 de Maio de 1911 pelo Governo Provisório. A presente lei teria como objetivo assistir a população alienada, que não cessaria de crescer, através da criação de 7 novos manicómios e de 10 colónias agrícolas. No entanto, houve quem visse em algumas das disposições deste decreto um grave atentado às liberdades individuais, nomeadamente pelo que ficava regulamentado no Capítulo IV referente às *Admissões, Saídas, Visitas e Correspondência*.

Alberto da Cunha Dias, um advogado internado em 1916 no manicómio de Telhais em Sintra, e depois no Hospital Conde de Ferreira no Porto, diagnosticado com “loucura lúcida” por Júlio de Matos e mais quatro alienistas<sup>387</sup>, levou a cabo uma intensa campanha contestação nos jornais da época denunciando o internamento arbitrário de que fora vítima, possível graças à “infame” lei que Júlio de Matos criara. Em primeiro lugar analisaremos os pontos do referido capítulo:

#### Capítulo IV

##### Admissões, saídas, visitas e correspondência

Art. 31.º As admissões são voluntárias e oficiais, definitivas e provisórias.

---

<sup>385</sup> MATOS, 1884: 35

<sup>386</sup> DIAS, 1919b: 26

<sup>387</sup> Segundo o autor, foram quatro os psiquiatras, além de Júlio de Matos, que lhe diagnosticaram a alienação de que padecia: “Luiz Cebola, com consultórios: na R. Augusta, 220 (onde é especialista de *doenças nervosas*); na Farmácia Luiz Gengaza de Sousa, R. dos Anjos, 244 (onde é especialista de *doenças das crianças*); diretor clínico do Hospital do Telhal, concelho de Sintra (onde é psiquiatra); Manuel de Vasconcelos, com consultórios na R. do Oiro, 242, 2º e Avenida da Liberdade, 194, 1º; António P. Flores, com consultório na Praça dos Restauradores, 38, 2º; José Fernandes de Magalhães, subdiretor do Hospital Conde de Ferreira, no Porto”. DIAS, 1918a: 16

Art. 32.º São *voluntárias* as admissões requeridas ou pedidas por um particular, e *oficiais* as ordenadas pelas autoridades judiciais, civis e militares.

Um as e outras são *definitivas*, se os processos de admissão estão conformes com as disposições deste decreto e se os médicos a quem compete receber os doentes não têm dúvida sobre a anormalidade do seu estado mental, e *provisórias*, se não se realiza alguma destas condições.

São exclusivamente oficiais as admissões nos manicómios de 3ª categoria e exclusivamente voluntárias as que se realizam nas casas de saúde e nas policlínicas.

São voluntárias e oficiais as admissões nos manicómios de 1ª, 2ª e 4ª categoria, e nas colónias agrícolas.

Art. 33.º As admissões voluntárias podem ser promovidas:

- 1.º Pelos próprios doentes;
- 2.º Pelos conjugues;
- 3.º Pelos pais;
- 4.º Pelos filhos;
- 5.º Pelos tutores;
- 6.º Pelos parentes, consócios ou amigos;
- 7.º Por estranhos;

Art. 34.º As admissões oficiais podem ser ordenadas pelos juizes, pelos governadores civis e pelos generais comandantes de divisão.

*Sobre um Decreto: uma campanha jornalística*, foi publicado em 1918, por Alberto da Cunha Dias e reúne vários artigos por si publicados no *Século*, *Liberal*, *Opinião*, *Vanguarda*, *Portugal*, *Monarquia*, *Luta*.

O objetivo do autor era o de esclarecer a opinião pública “daquilo para que serve o Decreto de 11 de Maiores e da sua desarmonia com a Constituição da República Portuguesa”. Mas, igualmente, criticar o principal responsável pela lei, Júlio de Matos, que teria agido “ao serviço de interesses” de familiares seus, e que para isso tinha subscrito um diagnóstico onde atestava a “incurável e perigosa” loucura do autor.

Nesta coletânea de artigos, Alberto da Cunha Dias denuncia aquilo que considerava ser um grave atropelo às liberdades individuais, já que, ao abrigo das disposições deste decreto, qualquer pessoa podia requerer o internamento de outrem num manicómio. Nas palavras do autor, a aplicação do referido decreto permitia e facilitava arbitrariedades várias: “Pode-se ser preso em cárcere privado sem culpa formada; pode-se ser condenado a prisão perpétua sem ser ouvido, sequer.”:



Já por aí algures escrevi que os internamentos arbitrários em manicómios eram frequentes, e desejo corrigir aquela afirmação substituindo-a por esta outra: São diários, são constantes os internamentos ilegais indevidos e indevido em manicómios.<sup>388</sup>

Esta suposta convivência entre médicos e autoridades judiciais, entre alienistas e familiares dos doentes, que passariam um atestado de loucura em nome de interesses estranhos à medicina, é por demais denunciada por Alberto da Cunha Dias, que transcreve parte de um artigo redigido por Henri Rochefort, que em 1868, em França, denunciava precisamente a mesma perniciosa intimidade entre alienistas e todos os interessados em inutilizar socialmente determinado indivíduo:

Imaginemos, leitor, que tens um inimigo que te incomoda. Desejas ver-te livre dele.

Não cometas a imprudência de o acusar de te haver roubado umas calças ou uma camisa de linho. Inocente ou culpado o teu inimigo encontrará imediatamente um juiz de instrução para o ouvir, um advogado para o defender, e um tribunal para o absolver da queixa que contra ele fizeste, condenando-te nas custas do processo.

Terás mesmo uma probabilidade contra duas de seres acusado pela parte contrária de caluniador desprezível.

O outro processo é muito mais simples, e infinitamente menos comprometedor. Procura um médico conhecido e declara-lhe o seguinte:

- Tenho um inimigo. E não lhe parece, doutor, que querer mal a uma pessoa tão simpática como eu é um sinal de loucura? Peço-lhe por isso o favor de subscrever um atestado de alienação mental que me permita mandar com urgência para Charenton esse cérebro doente.

Se o médico te responder que encontrou na manhã desse mesmo dia o teu inimigo e que o suposto maníaco lhe pareceu uma pessoa de muito juízo, vais então procurar um, dois, três, quatro outros médicos, até encontrares uma cuja criminosa complacência esteja em harmonia com os teus projetos. Para a tua vítima não há defesa nem julgamento, nem debates públicos. Agarra-se o sujeito e todas as recriminações só lhe poderão servir para que os gendarmes, apertando-lhe um pouco mais a camisa-de-forças digam entre si:

- Realmente é pena que este sujeito esteja doido. Diz coisas tão acertadas!<sup>389</sup>

---

<sup>388</sup> DIAS, 1918a: 106

<sup>389</sup> DIAS, 1918a: 99-100

No ano seguinte, Alberto da Cunha Dias publicava *Um Lance*<sup>390</sup>, coletânea de artigos – semelhantes aos anteriores – que redigiu para vários jornais no âmbito da campanha de contestação que vinha a mover contra o decreto de 11 de Maio de 1911 e contra Júlio de Matos, o principal redator da mais “infame das leis”, e que subscrevera um atestado em que Alberto da Cunha Dias padecia de uma “incurável e perigosa loucura”.

Na observação deste autor:

O Decreto de 11 de Maio tem sido um bom arranjinho para a vidinha de muita gente. Serve muito interesse escuro.

O Decreto de 11 de Maio da autoria do sr. Júlio de Matos, que o impingiu ao Governo Provisório abusando da confiante boa-fé de um ministro, é uma trágica ameaça suspensa sobre as liberdades individuais. É isto!

E depois quem entra num manicómio gasta-se por lá. Uma fuga é coisa muito mais difícil do que parece.<sup>391</sup>

Alberto da Cunha Dias acusa diretamente Júlio de Matos e os “meninos da medicina” de uma campanha de difamação, de conspirarem para a sua estigmatização através de um diagnóstico de “loucura lúcida”:

E meninos das «medicinas», na exibição da fácil ciência de mesa de café, desfiavam ante a estarrecida credulidade da parvoíce indígena os sintomas da minha loucura...lúcida!<sup>392</sup>

(...)

Diante de mim o afamado homem de ciência [Júlio de Matos] olhava-me, através de umas lunetas amarelas, muito senhor da sua importância, com aquele olhar imperativo dos bonecos dos anúncios americanos: - *eu ensino como se vence; as pilulas tais são as melhores*. O patetinha!<sup>393</sup>

---

<sup>390</sup> DIAS, 1919b

<sup>391</sup> DIAS, 1919: 9

<sup>392</sup> DIAS, 1919: 14- 15

<sup>393</sup> DIAS, 1919: 16

Como se se invertessem os papéis, afirma o autor:

Ele anda cá fora, há trinta e tantos anos!, emporcalhando uns e outros, sem uma restea de consciência, intrometendo-se no que lhe não respeita, caluniando, medindo tudo pela bitola estreita dos seus lucrosinhos, dos seus prazersinhos, sujando todos por quem passa.<sup>394</sup>

## 5.2. O caso de Maria Adelaide da Cunha: “Doida Não e Não!”

Tal como no caso anterior, Maria Adelaide da Cunha foi internada no Hospital Conde de Ferreira no Porto, com o mesmo diagnóstico de “loucura lúcida”, atestada pelos “três sábios de Lisboa”: Júlio de Matos, Egaz Moniz e Sobral Cid.

Maria Adelaide da Cunha era filha e principal herdeira de Eduardo Coelho, fundador do *Diário de Notícias* em dezembro de 1864. Nascida no seio da alta burguesia lisbonense, viria a casar com Alfredo da Cunha, de quem tivera um filho, José. No entanto, em 1918, apaixonou-se pelo seu *chauffeur*, vinte anos mais novo, e foge de casa sem levar qualquer bem, para se refugiar com ele em Santa Comba Dão.

Perante isto, Alfredo da Cunha fez queixa do desaparecimento da esposa, que viria a ser encontrada pouco tempo depois na pequena aldeia do interior, sendo conduzida para o Porto, enquanto o *chauffeur*, Manuel Cardoso Claro, era preso na cadeia da Relação do Porto sob a acusação de rapto, violação e cárcere privado.

Nos dias 5 e 6 de junho de 1919, Maria Adelaide da Cunha, foi submetida a um exame no Hospital Conde de Ferreira no Porto onde três médicos, Júlio de Matos, Egaz Moniz e Sobral Cid, que concluíram que Maria Adelaide sofria de *loucura lúcida*, doença que justificava a interdição e o internamento asilar.

Sabemos, pela análise que o Dr. Adrián Gramary elaborou do relatório médico-forense que permitiu a interdição de Maria Adelaide da Cunha, que este assentava na identificação de três sintomas fundamentais: influência da hereditariedade mórbida (existiriam vários casos de alienação na família da examinanda), alterações patológicas

---

<sup>394</sup> DIAS, 1919b: 26

no domínio da afetividade e do instinto e, por último, a influência da menopausa como causa de desinibição sexual.<sup>395</sup>

No prefácio à obra de Maria Adelaide da Cunha, *Doida Não*<sup>396</sup>, o advogado Bernardo Lucas denuncia a existência de internamentos arbitrários e o conluio que existiria entre médicos psiquiatras e autoridades judiciais:

É um documento de estudo e ao mesmo tempo um grito de alarme. Veja o público, veja o Parlamento, o que estão por aí fazendo alguns senhores psiquiatras, à sombra de uma lei inconstitucional e iníqua, como é o decreto de 11 de Maio de 1911.

Vejam, em especial, os altos poderes do Estado a confusão que os senhores psiquiatras e os tribunais estão fazendo dos pontos de vista nosográfico e jurídico um com o outro, interditando, internando e pondo até incomunicáveis, ou pouco menos, nos manicómios, pessoas cujo estado mental nem sempre justifica qualquer destes atos de violência.<sup>397</sup>

## Conclusão

O universo matosiano é de tal forma vasto e complexo que, naturalmente, uma dissertação de mestrado não consegue sintetizar completamente a obra e o pensamento deste autor. A obra matosiana, pela sua versatilidade, presta-se a estudos em diversos domínios: psiquiatria, história, filosofia, política, enfim, um variado número de temáticas, tal é o alcance do seu trabalho.

Júlio de Matos insere-se num contexto político-filosófico marcado pelas aspirações regeneradoras de uma elite ilustrada, formada nos cânones do positivismo de Augusto Comte, empenhada em difundir e incrementar em todos os domínios da sociedade o espírito científico enquanto único guia seguro de todas as intervenções político-sociais. Deste modo, aplicada a metodologia das ciências – observação, experimentação e verificação – a todos os domínios que abrangessem a existência humana, as políticas abandonariam o seu carácter especulativo e experimental para se

---

<sup>395</sup> “Origens e controvérsias forenses do conceito de «loucura lúcida» em Júlio de Matos: a propósito do caso Maria Adelaide Coelho da Cunha”, comunicação apresentada pelo Dr. Adrià Gramary, médico psiquiatra nos Hospitais Senhor do Bonfim, Vila do Conde, nas *VII Jornadas Internacionais de História da Loucura, da Psiquiatria e Saúde Mental*, 9 e 10 de maio de 2016, Universidade de Coimbra

<sup>396</sup> CUNHA, Maria Adelaide da (1920), *Doida Não! Documentação psicológica e jurídica*. Porto: Tipografia Fonseca

<sup>397</sup> CUNHA, 1920: XIII

alicerçarem nas leis que a ciência descobriria. O cada vez maior e mais profundo conhecimento que a ciência fornecia do mundo envolvente alimentava a convicção de um futuro não mais pautado pela incerteza, pelo experimentalismo, pelo fortuito, mas pela certeza, pela estabilidade.

O positivismo é pois a filosofia da ciência, a que melhor exprimia esta convicção otimista de que seria finalmente possível ao ser humano controlar o seu próprio destino e não mais ficar à mercê das inconstâncias divinas. É com este espírito, certo do inevitável caminho em direção à perfeitibilidade humana e civilizacional, que Júlio de Matos partiu para a direção da *Revista de Filosofia: O Positivismo* (1878-1882), como para a colaboração em outras publicações com uma génese semelhante, conforme é o caso da revista *Era Nova* (1880-1881), ainda enquanto estudante de medicina. Tal como outros intelectuais da época, Júlio de Matos vai servir-se da imprensa especializada da época, cada vez mais profícua, não só para divulgar as ideias científicas em voga como também para proceder a um levantamento daqueles que seriam os principais obstáculos à reanimação da sociedade portuguesa e, consequentemente, os meios de os eliminar.

Convicto da cientificidade da lei dos três estados e da marcha ininterrupta da civilização para um estado cada vez mais aperfeiçoado, o alienista-filósofo intervém diretamente, enquanto patologista do espírito e sob a direção do hospital de alienados do Conde de Ferreira no Porto, nas causas que provocariam os desvios do natural caminho que o indivíduo e a sociedade deviam prosseguir.

Neste âmbito, concluímos que ao longo da obra matosiana, torna-se perceptível a relação que o alienismo vai estabelecer com o poder político, a relação de legitimação que se vai criar entre a psiquiatria florescente em Portugal e os ideais políticos republicanos dominantes da época. A psiquiatria torna-se assim, com a orientação de Júlio de Matos, pelo diagnóstico e tratamento das anomalias mentais da sociedade, cujos sintomas eram, em grande medida, o efeito de estruturas políticas, religiosas e culturais retrógradas, e por isso nocivas à saúde pública e individual, uma importante arma ao serviço do Estado, no intuito de uniformizar o corpo social em volta de um mesmo critério, anulando assim aqueles elementos que o podiam corromper.

Do mesmo modo, revela-se muito ténue e discutível, como é o caso dos discursos que Júlio de Matos elaborará demonstrando a inferioridade e o carácter retrógrado das posições religiosas e socialistas, por exemplo, a fronteira que separa um alienado, no sentido médico do termo, de um indivíduo cujo pensamento político ou religioso contradiz o padrão de normalidade matosiano. É perceptível portanto, ao longo da obra do

autor, o serviço de apoio e legitimação que o alienismo perpetrado por Júlio de Matos vai levar à implementação dos ideais republicanos em Portugal, constituindo-se como um campo de saber e de poder que se incumbiu da obrigação de servir de direção “espiritual” à sociedade.

Profundamente impregnado do seu papel de “agente da autoridade pública”, com o “direito e o dever” de se pronunciar sobre a perigosidade de um indivíduo, o imperativo da defesa social é uma ideia central na obra matosiana. Para a consecução desta tarefa Júlio de Matos contava com a sua legitimidade científica, enquanto patologista do espírito, e conhecedor das “leis” que invariavelmente regiam e determinavam a sobrevivência dos organismos, quer individuais, quer sociais.

Júlio de Matos leva a cabo um diagnóstico da sociedade portuguesa de oitocentos, com vista a descobrir os principais agentes patogénicos da alienação mental.

A principal causa era, incontestavelmente, a hereditariedade mórbida, processo que acumulava no organismo extensas linhagens de degenerescências físicas e morais. Todas as outras, – civilização, religião, socialismo etc. – só se entendem como causas enquanto subordinadas a esta categoria biológica, uma vez que a alienação mental só principiava num espírito predisposto, ou seja, preparado por tara hereditária a desenvolver a doença.

Indagando sobre as origens e os motivos que levaram ao sucesso da teoria da degenerescência no séc. XIX que, como vimos, foi também o ponto de partida para o êxito e a consolidação da prática alienista, a nossa investigação indica-nos que não foi na sequência de uma descoberta científica revolucionária, que tivesse possibilitado um conhecimento mais íntimo da natureza da doença mental e dos meios mais eficazes para a tratar, que deram à teoria da degenerescência um estatuto científico incontestável, mas sim fatores de natureza ideológica, numa conjuntura complexa que associou circunstâncias profissionais, culturais e políticas.

No entanto, o que é facto, é que a teoria da degenerescência permaneceu praticamente como um dogma até aos inícios da Primeira Guerra Mundial, encontrando no pensamento matosiano uma cientificidade de tal modo incontestável que se torna a chave da “objetivação elitista da sociedade”, como notou Ana Leonor Pereira, permitindo-lhe legitimar cientificamente a “natural” diferenciação que promove entre os indivíduos, reconhecendo e selecionando, através dos estigmas físicos e mentais, osãos de espírito e aqueles que seriam portadores dos germes da alienação mental. Neste âmbito, todo um catálogo de “defeitos” físicos e psíquicos era concebido pelo alienista, que em

*Elementos de Psiquiatria* (1911) os ilustra com o recurso a imagens fotográficas, com o propósito de melhor familiarizar o leitor com os supostos traços degenerativos dos alienados e dos candidatos a sê-lo.

A teoria da degenerescência, cujos estigmas são depois supostamente gravados na intransigência da imagem fotográfica, além de legitimarem cientificamente aquele que seria o natural destino dos indivíduos, os que pertenceriam a uma elite e os que integrariam a “massa amorfa, o rebanho”, nas palavras de Júlio de Matos, promoveu na sociedade um processo de estigmatização, quer seja pelo aspeto físico – daí que a fisiognomonía esteja associada à história da fealdade – quer seja por caracteres morais considerados anómalos, ou seja, patológicos: egoísmo, vaidade, avareza, homossexualidade, masturbação etc.

Tal é a convicção na marcha ininterrupta em direção do aperfeiçoamento humano e civilizacional, que Júlio de Matos via na concomitância entre avanços civilizacionais e aumento da alienação mental, não uma manifestação de causa-efeito, mas uma prova da cientificidade dos princípios darwinianos da *luta para a existência* e a *seleção natural*, e do princípio spenceriano da *sobrevivência do mais apto*. Com efeito, não obstante os abalos político-sociais e as perturbações que inevitavelmente produziriam, o crescendo da alienação mental não era equacionado como um efeito destes distúrbios. Se a alienação aumentava ao mesmo tempo que a civilização progredia isso seria única e exclusivamente o resultado “natural” de um cada vez maior esforço exigido na luta pela existência, na qual seriam muitos os vencidos e muito poucos os vencedores.

A nossa investigação não nos leva a enquadrar a ação e o pensamento matosiano na visão de historiadores como Gldys Swain ou Marcel Gauchet, que defendem que o objetivo do internamento do louco no asilo não era o de excluir, de amputar a ligação entre o alienado e a sociedade mas, bem pelo contrário, de excluir o indivíduo para depois preparar a sua reintegração na sociedade. Graças à revolução democrática de finais do século XVIII, de onde teria emergido uma sociedade mais justa e humana, mais empenhada em amparar do que em excluir, estes historiadores não entendem o nascimento do asilo na sequência da evolução das estruturas de enclausuramento no Ocidente, como Michel Foucault, mas uma estrutura que é ela mesma um “instrumento de cura”, como afirmava Esquirol.

Não vislumbramos, ainda que no íntimo do pensamento matosiano exista uma ideia de regeneração, de intervenção profilática no sentido de dirigir e selecionar os indivíduos pelas suas aptidões, tentado familiarizá-los desde cedo com a necessidade de esforço e de

adaptação na *luta pela existência*, de modo a “proteger” os predispostos da influência de causas determinantes que pudessem despoletar a sua loucura latente, grandes esperanças no tratamento eficaz da alienação mental. Em quase trinta anos de experiência alienista, Júlio de Matos mantém um grande pessimismo na eficácia das terapêuticas, face à inflexibilidade da hereditariedade mórbida e ao possível perigo para a sociedade que representavam alguns alienados. Mesmo que os alienados saíssem “curados” do asilo, a lei da degenerescência seria de tal modo rígida na sua influência que os indivíduos continuariam a ser sempre estigmatizados pela sua tara hereditária, o que invalidaria a sua plena integração social. A orientação clínica de Júlio de Matos parece ir mais para um caminho de seleção e exclusão do que por um caminho de integração.

Este trabalho levou-nos também a refletir sobre o teor de algumas categorias nosológicas descritas por Júlio de Matos, o que nos leva a concluir que algumas delas prestam-se mais a um julgamento moral do que a um diagnóstico estritamente médico, como é o caso da “fraqueza de espírito” e da “megalomania” ou da “loucura lúcida”. Isto confronta-nos com várias problemáticas, nomeadamente com os limites do *normal* e do *anormal* no ser humano bem como a possível instrumentalização do saber psiquiátrico ao serviço de interesses estranhos à medicina.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes Manuscritas

Estatutos da Sociedade Carlos Ribeiro (Propaganda das ciências naturais e sociais em Portugal), Porto: 1888

Cartas de Júlio de Matos – Museu Maximiano Lemos

### Fontes Primárias

Braga, T., Matos, J. (1878-1882). *Revista de Filosofia: O Positivismo*. Porto: Liv. Universal de Magalhães & Moniz, 4 vols.

Braga, T., Teixeira, B. (1880-1881). *Era Nova: Revista do Movimento Contemporâneo*. Lisboa: Escriptório da “Era Nova”, Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/EraNova/EraNova.htm>

Comte, Auguste (1844) – *Discours sur l'esprit positif*. Paris : Carilian-Goeury et V<sup>OR</sup> Dalmont, Éditeurs

Cunha, Maria Adelaide da (1920). *Doida Não! Documentação psicológica e jurídica*. Porto: Tipografia Fonseca

Dias, Alberto da Cunha (1918a). *Sobre um Decreto: Uma campanha jornalística*. Lisboa: Lamas, Mota,

Dias, Alberto da Cunha (1919b). *Um Lance*. «Júlio de Matos na Casa de Orates». Coimbra: Livreiros-Editores Arcos de Almedina

*Encyclopédie du XIX<sup>e</sup> siècle, répertoire universel des sciences, des lettres et des arts, avec la biographie de tous les hommes célèbres* (1837), Paris : Au Bureau de L'Encyclopédie du XIX<sup>e</sup>, Tome Deuxième

Esquirol, Jean-Étienne-Dominique (1805). *Des passions considérées comme causes, symptômes et moyens curatifs de l'aliénation mentale*. Paris : Didot Jeune

Esquirol, Jean-Étienne-Dominique (1838). *Des maladies mentales, considérées sous les rapports médical, hygiénique et médico-légal*, Baillièrre, II volumes

Pinel, Philippe. (1790). Réflexions médicales sur l'état monastique. *Journal gratuit*, t. IX, nº6, p. 80-93

Spencer, H. (1894). *Introduction à la Science Sociale*. Paris : Félix Alcan Éditeur, Bibliothèque Scientifique Internationale, Onzième Édition

Spencer, H. (1900). *Da Educação intelectual, moral e física*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense

Spencer, H. (1939). *Do progresso: sua lei e sua causa*. Lisboa: Inquérito, Cadernos Culturais

### **Obras de Júlio de Matos**

#### **Monografias**

Matos, J. (1880). *Phatogenia das Hallucinações*. Porto: Imprensa Comercial

Matos, J. (1880). *História Natural Ilustrada. Compilação feita sobre os mais autorizados trabalhos zoológicos*. Porto: Magalhães & Moniz Editores

Matos, J. (1884). *Manual das Doenças Mentais*. Porto: Campos & Godinho Editores

Matos, J. (1911). *Elementos de Psiquiatria*. Porto: Lello & Irmão Editores

#### **Artigos e prefácios**

Matos, J. (1878-1879a). O Determinismo em Psicologia. *Revista de Filosofia: O Positivismo*. Porto: Liv. Universal de Magalhães & Moniz, vol. I, pp. 20-39

Matos, J. (1878-1879b). A Religião do Futuro. *Revista de Filosofia: O Positivismo*. Porto: Liv. Universal de Magalhães & Moniz, vol. I, pp. 64-73

Matos, J. (1878-1879c). Ensaio sobre a evolução em biologia. *Revista de Filosofia: O Positivismo*. Porto: Liv. Universal de Magalhães & Moniz, vol. I, pp. 94-101; p. 208-212; p. 291-294

Matos, J. (1879-1880a). A Filosofia Positiva e os Progressos da Psicologia Moderna. *Revista de Filosofia: O Positivismo*. Porto: Liv. Universal de Magalhães & Moniz, vol. II, pp.81-88

Matos, J. (1879-1880b). Estudos de Psicopatologia Mórbida I. As Causas Sociais da Loucura. *Revista de Filosofia: O Positivismo*. Porto: Liv. Universal de Magalhães & Moniz, vol. II, pp. 305-310

Matos, J. (1880-1881a). Estudos de Psicofisiologia Mórbida. *Revista de Filosofia: O Positivismo*. Porto: Liv. Universal de Magalhães & Moniz, vol. III, pp. 331-338; 386-392

Matos, J. (1880-1881a). A Reorganização da Política pela Ciência. *Era Nova: Revista do Movimento Contemporâneo*. Lisboa: Escriptório da “Era Nova”, pp. 72-74

Matos, J. (1880-1881b). Os Inimigos da Filosofia Positiva. *Era Nova: Revista do Movimento Contemporâneo*. Lisboa: Escriptório da “Era Nova”, pp. 145-147

Matos, J. (1880-1881c). O Jesuitismo nos Seculares. A propósito do novo livro do Sr. Teixeira Bastos. *Era Nova: Revista do Movimento Contemporâneo*. Lisboa: Escriptório da “Era Nova”, pp. 293-296

Matos, J. (1880-1881d). Augusto Comte. *Era Nova: Revista do Movimento Contemporâneo*. Lisboa: Escriptório da “Era Nova”, pp. 497-502; p. 561-564

Garofalo, R. B. (1904). *A Superstição Socialista*. Lisboa: Livraria Clássica

### **Publicações Periódicas**

OTTAVI, Dominique. (décembre 2016/janvier-février 2017). Les évolutionnistes. Penser le développement. «Les grands penseurs de l'éducation». *Les Grands Dossiers des Sciences Humaines*, n°45, ISSN : 1777-375X

## Bibliografia

- Ferrão, A. (1935). Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal. Com um núcleo de correspondência de Júlio de Matos para Teófilo Braga, Lisboa, separata do *Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências*
- Amadeu, J. C. H. (1987). Algumas notas sobre o positivismo religioso e social. Coimbra: Faculdade de Letras. Sep. da *Revista de História das Ideias*, vol.9, p.667-673
- Belchior, F. A Ideia de Progresso na Revista «O Positivismo» (1878-1882). Coimbra: *Revista de História Económica e Social*.
- Calafate, P., Pimentel, M. (2004). *História do Pensamento Filosófico Português*. Lisboa: Caminho, vol. IV, O SÉCULO XIX, tomo 1, ISBN: 972-21-1665-7
- Catroga, F. (1977). Os inícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 108 p.
- Catroga, F. (1988). O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911). *Análise Social*, vol. XXIV (100), nº1, 211-273
- Catroga, F. (2010). O Republicanismo Português (Cultura, história e política) *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA – Porto*, III Série, vol. 11
- Coffin, J. Ch. (2003). *La Transmission de la Folie. 1850-1914*. Paris: L'Harmattan
- Cunha, S. (2012). Razão e Loucura. A perspetiva arqueológica de Michel Foucault. Porto: Dissertação de Mestrado em Filosofia Moderna e Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
- Fernandes, B. (1958). Júlio de Matos – alienista filósofo. *O Médico*, vol. I, nº331, Porto
- Fernandes, B. (1956). O professor Júlio de Matos e a Psiquiatria Portuguesa, *Anais Portugueses de Psiquiatria*, Vol. VIII, nº8, p. 2-37
- Foucault, M. (2017). *Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão*. Lisboa: Edições 70, ISBN 978-972-44-1766-0
- Goffman, Erving (2004). *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*.

- Guedes, A. J. (1999). *Evolucionismo e Educação no Positivismo Evolucionista de Herbert Spencer*. Lisboa: ASA
- Dinis, J. S. (1956). O Positivismo na vida e na obra de Júlio de Matos, *Anais Portugueses de Psiquiatria*, Vol. VIII, nº8, p. 47-65
- Dowbiggin, Ian (1993). *La Folie Héréditaire ou comment la psychiatrie française s'est constituée en un corps de savoir et de pouvoir dans la seconde moitié du XIX<sup>e</sup> siècle*. Paris : E.P.E.L., ISBN 2-908855-13-5
- Lecourt, D. (2004). *Dictionnaire de la pensée médicale*. Presses Universitaires de France
- Lecourt, D. (2006). *Dictionnaire d'histoire et philosophie des sciences*. Presses Universitaires de France
- Marx, O. M. (1992). What is the History of Psychiatry. In *History of Psychiatry*, Vol. 3, Part. 3, Number 11, septembre
- Matos, Júlio de; Ferrão, A. (1935). *Teófilo Braga e o Positivismo em Portugal. Com um núcleo de correspondência de Júlio de Matos para Teófilo Braga*, Lisboa, separata do *Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências*
- Murat, Laure (2011). *L'homme qui se prenait pour Napoléon. Pour une histoire politique de la folie*. Éditions Gallimard
- Nóvoa, A. (2003). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: ASA
- Nunes, J. P. A. (2014). Darwinismo Social e Anti-Semitismo. O caso português. *CEM*, nº5, Cultura, Espaço & Memória, p. 117-132
- Ottavi, D. (2009). *De Darwin à Piaget. Pour une histoire de la psychologie de l'enfant*. Paris : CNRS Éditions, ISBN : 978-2-271-06854-5
- Pereira, J. M. (2012). Classificação e Reconceptualização das doenças na Psiquiatria portuguesa: a contribuição de Júlio de Matos (1884-1923), Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. *Estudos do século XX*, nº12
- Pereira, A. L. (1997). Darwin em Portugal: filosofia, história, engenharia social (1865-1914). Dissertação de Doutoramento em História. Universidade de Coimbra, II vols.

Pereira, A. L. (1983). Júlio de Matos: a ciência e a política, *Psiquiatria Clínica*, Coimbra, 4 (1), pp. 49-56

Pereira, A. L. (1986). A Institucionalização da Loucura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº21

Postel, J. (2011). *Dictionnaire de la Psychiatrie*. Larousse

Postel, J., Quérel, C. (2004). *Nouvelle histoire de la psychiatrie*. Paris : Dunod, ISBN : 978-2-10-058303-4

Quérel, C. (2014). *História da Loucura. Da Antiguidade à invenção da Psiquiatria. Do Alienismo aos nossos dias*. Lisboa: Texto & Grafia. 2 Vol. ISBN: 978-989-8285-98-0

Silva, A. S. (1997). O Porto em busca da Renascença (1880-1911). *Penélope* 17, p. 51-69

Soeiro, L. N. (1956). Júlio de Matos: sua personalidade e alguns aspetos da sua obra, *Anais Portugueses de Psiquiatria*, Vol. VIII, nº8, p. 39-45